

LEDA MARIA HERMANN

**OS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS
E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
“A DOR QUE A LEI ESQUECEU”**

**Dissertação apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em
Direito da Universidade Federal
de Santa Catarina – Turma
Especial de Joaçaba, para
obtenção do título de Mestre em
Direito.**

Orientadora: PROF^a. DR^a. VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE

**FLORIANÓPOLIS
1998**

*Para minhas filhas, TAYS e RENATA, com
meu pedido de perdão pelas horas de “colo”
roubadas.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
TURMA ESPECIAL DE JOAÇABA

A DISSERTAÇÃO

OS JUIZADOS
ESPECIAIS CRIMINAIS E A
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: “A
DOR QUE A LEI ESQUECEU”

elaborada por

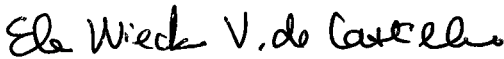
LEDA MARIA HERMANN

e aprovada por todos os membros da banca examinadora, foi
julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM
DIREITO.

Florianópolis, 24 de setembro de 1998.

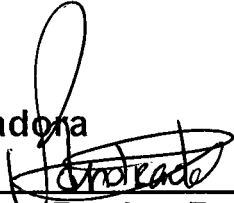
BANCA EXAMINADORA:


Dra. Vera R. Pereira de Andrade
(Presidente)


Dra. Ela W. Wolkmer de Castilho
(Membro)


Mestre Paulo de Tarso Brandão
(Membro)

Orientadora


Dra. Vera Regina Pereira de Andrade

Coordenador do Curso


Dr. Ubaldo César Balthazar

AGRADECIMENTOS

À professora e orientadora **Dr^a. VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE**, que me propiciou bem mais que a orientação teórica que esse trabalho exigiu, iluminando o caminho da transformação que ele representou.

Aos meus pais, **ALCEU** e **JÚLIA**, que me deram asas e nunca pretenderam me engaiolar em seu amor.

Ao meu companheiro **EDILSON**, amor da minha vida, que não cobrou em nenhum momento as muitas horas de compartilhamento que lhe foram roubadas durante a gênese desse trabalho.

Ao **Prof. ORIDES MEZZAROBÀ**, que não me permitiu desistir no meio do caminho.

À amiga e escudeira **ANA MARIA**, que fez por mim o papel de mãe, velando por minhas filhas para que eu pudesse trabalhar.

Aos mestres que fizeram desse curso a trilha de transformação que mudou minha vida.

Aos meus colegas de curso, amigos inesquecíveis que entraram na minha vida para ficar.

Aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina e do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela colaboração e pela cumplicidade com que me brindaram.

Aos nossos periquitos, Bibi e Vivi, pelas noites de insônia que lhes impus, já que sua gaiola ficava pendurada ao lado do computador.

RESUMO

A presente dissertação aborda a violência doméstica nos limites de um recorte específico: o enfrentamento do conflito na esfera de competência dos Juizados Especiais Criminais, pontuando a questão da trivialização desse conflito em face da definição linear de infrações de menor potencial ofensivo contida no artigo 62 da lei nº. 9099/95.

O trabalho tem seu marco teórico fixado no paradigma da reação social, e sustenta a hipótese de que a criminalização e a penalização não são soluções eficazes para a questão da violência doméstica, que deve ser enfrentada através de mecanismos de mediação e de atendimento às vítimas, já que o sistema penal tem se revelado incapacitado operacionalmente para ofertar respostas em termos de pacificação do conflito.

A dissertação foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica e empírica. O método utilizado foi o dialético, por permitir a elaboração da dinâmica descriminalizante em contraponto às posições tradicionais do Direito Penal, viabilizando a inserção do tema no intenso processo crítico-criminológico vivenciado nos meios acadêmicos, em relação ao sistema penal vigente. O universo empírico pesquisado foram os termos circunstanciados instaurados na cidade de Mafra-SC, nos anos de 1996 e 1997, já arquivados.

O objetivo geral é demonstrar que o sistema penal em geral e o subsistema da justiça criminal consensual (Juizados Especiais Criminais) em especial é incapacitado para oferecer soluções para o problema da violência doméstica, e que a opção coerente para o enfrentamento do conflito passa pela mediação e pelo atendimento às vítimas, operacionalizadas de dentro para fora do sistema penal.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro apresenta o quadro da crise de legitimidade que permeia o sistema penal vigente, visando assim delinear a incapacidade desse sistema para tratar da questão da violência doméstica.

Já o segundo capítulo situa os principais movimentos de reforma penal gerados pela crise que o sistema penal vivencia, expondo a base descriminalizadora dos movimentos minimalista e abolicionista, e situando os Juizados Especiais Criminais no contexto da descriminalização, focalizando o tema específico da violência doméstica e da trivialização do conflito.

O terceiro capítulo aborda o papel da vítima no contexto político criminal, demonstrando que seus interesses e anseios têm sido relegados a um plano secundário, situando a vítima da violência doméstica, especialmente a vítima mulher (e mulher adulta) nesse quadro.

No quarto capítulo é apresentada a trivialização do conflito doméstico no contexto dos Juizados Especiais Criminais, demonstrada empiricamente pela apresentação dos dados coletados e organizados a partir da pesquisa documental, situando a "deserção" da vítima em relação ao sistema, que não se constitui numa instância mediadora capaz de proporcionar-lhe a renegociação de seu pacto doméstico. Coloca-se, por fim, a opção da *repolitização* desse conflito, visando a sua pacificação, compreendida, nesse contexto, como o redimensionamento que o torne administrável pelos protagonistas, já que sua eliminação é um desiderato utópico, considerada a natureza do jogo de relações e de afetos que o envolve.

RESUMEN

La presente disertación aborda la violencia doméstica en los límites de un recorte específico: el enfrentamiento del conflicto en la esfera de la competencia de los Juzgados Especiales Criminales, puntando la cuestión de la trivialización de este conflicto frente a la definición lineal de las infracciones de menor potencial ofensivo contenido en el artículo 62 de la ley nro. 9099-95.

El trabajo tiene su marco teórico fijado en el paradigma de la reacción social, y sostiene la hipótesis de que la criminalización y la penalización no son soluciones eficaces para la cuestión de la violencia doméstica, que debe ser enfrentada através de mecanismos de mediación y de atendimento a las víctimas, ya que el sistema penal se ha revelado incapacitado operacionalmente para ofrecer respuestas satisfactorias a los protagonistas en términos de pacificación del conflicto.

La disertación fue desenvolvida através de investigación bibliográfica y empírica. El metodo utilizado fue el dialéctico, por permitir la elaboración de la dinámica discriminalizante en contrapunto a las posiciones tradicionales del Derecho Penal, viabilizando la incursión del tema en el intenso proceso critico-criminológico vivido en los medios académicos, en relación al sistema penal vigente. La investigación tubo por universo empírico a los términos circunstanciados instaurados en La ciudad de Mafra(SC) en los años de 1996 y 1997, ya archivados.

El objetivo general es demostrar que el sistema penal en general y el sistema de la justicia criminal consensual (Juzgados Especiales Criminales) en especial es incapacitado para ofrecer respuestas para el problema de la violencia doméstica y que la opción coherente para el enfrentamiento del conflicto pasa por la mediación y por el atendimento a las víctimas, operacionados de dentro hacia fuera del sistema penal.

La disertación está estructurada en quatro capítulos. El primero presenta el quadro de la crisis de legitimidad que permiaiviliza el sistema penal vigente, visando así dilenear la incapacida de este sistema para tratar de la cuestión de la violencia doméstica.

Ya el segundo capítulo situa los principales movimientos de la reforma penal generados por la crisis que el sistema penal representa exponiendo la base discriminalizadora de los movimientos minimista y abolicionista y situando los Juzgados Especiales Criminales en el contexto de la discriminalización, destacando el tema específico de la violencia doméstica y de la trivialización del conflicto.

El tercer capítulo aborda el papel de la víctima en el contexto político criminal, demostrando que sus intereses y anhelos han sido relegados a un plano secundario, situando a la víctima de la violencia doméstica especialmente la víctima mujer (y mujer adulta) en ese quadro.

En el quarto capítulo es presentada la trivialización del conflicto doméstico en el constecto de los Juzgados Especiales Criminales, demostrada empíricamente por la presentación de los datos recogidos y organizados a partir de la investigación documental, situando la "diserción" de la víctima en relación al sistema que no le ofrece una instancia mediadora capaz de proporcionarle la renegociación de su pacto doméstico. Se coloca, por fin, la opción de la *repolitización* de ese conflicto, visando su pasificación, comprendida, en ese contexto, como el redimensionamiento que permita a los protagonistas conducir-lo, ya que su eliminación es un desideratum utópico, considerada la naturaleza del juego de relaciones y de afectos que lo envuelve.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Representatividade dos Delitos de Violência Doméstica no Universo Pesquisado | 139 |
| Quadro 2 – Distribuição dos Termos Circunstanciados conforme a natureza da infração | 140 |
| Quadro 3 – Distribuição dos casos de Violência Doméstica conforme o tipo penal incidente | 140 |
| Quadro 4 – Lesões Corporais – Distribuição dos Termos Circunstanciados conforme o conflito de origem | 142 |
| Quadro 5 – Ameaça – Distribuição dos Termos Circunstanciados conforme o conflito de origem | 143 |
| Quadro 6 – Vítima e Agente – Classificação por gênero/idade..... | 149 |
| Quadro 7 – Qualificação Profissional das mulheres vítimas..... | 149 |
| Quadro 8 – Classificação conforme relação entre Agente e Vítima | 151 |
| Quadro 9 – Dados referentes ao prolongamento do conflito no tempo | 152 |
| Quadro 10 – Solução dada ao Termo Circunstanciado | 154 |
| Quadro 11 – Incidência de relatos de Alcoolismo do Agente | 155 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 2 |
| CAPÍTULO I – O SISTEMA PENAL EM CRISE | 8 |
| 1.1. A CIÊNCIA PENAL E SUA FUNÇÃO “NEUTRALIZADORA” | 9 |
| 1.2. CRIMINOLOGIA: DO PARADIGMA ETIOLÓGICO AO PARADIGMA DA REAÇÃO SOCIAL | 10 |
| 1.2.1. Paradigma Etiológico..... | 10 |
| 1.2.2. Paradigma da reação social..... | 12 |
| 1.3. O QUE EFETIVAMENTE “LEGITIMA” O SISTEMA PENAL VIGENTE..... | 14 |
| 1.4. A SELETIVIDADE NO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO..... | 16 |
| 1.5. PENA DE PRISÃO NO UNIVERSO DO SISTEMA PENAL VIGENTE..... | 21 |
| 1.6. A INOPERANTE (E INOPERÁVEL) IDEOLOGIA DO TRATAMENTO RESSOCIALIZADOR | 32 |
| CAPÍTULO II – A DESCRIMINALIZAÇÃO COMO MOVIMENTO DE REFORMA SISTEMA PENAL – EM BUSCA DE ALTERNATIVAS..... | 43 |
| 2.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS LIGADOS AO TEMA | 47 |
| 2.1.1. Descriminação e Descriminalização – enfrentando o vernáculo..... | 48 |
| 2.1.2. Alternativas de Descriminalização..... | 50 |
| 2.1.2.1. Desinstitucionalização..... | 50 |
| 2.1.2.2. Descriminalização Formal, Substitutiva e de Fato..... | 51 |
| 2.1.2.3. Despenalização..... | 54 |
| 2.1.2.4. Diversificação..... | 55 |

| | |
|---|----|
| 2.2. OBSTÁCULOS À DESCRIMINALIZAÇÃO..... | 58 |
| 2.3. OS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS NO CONTEXTO DA DESCRIMINALIZAÇÃO..... | 62 |
| 2.3.1. Breve Histórico da Criação dos Juizados Especiais Criminais no Brasil..... | 63 |
| 2.3.2. O modelo de Justiça Criminal (re)definido pela Lei nº. 9.099/95..... | 65 |
| 2.3.3. Infrações de menor potencial ofensivo – tratamento linear x trivialização | 86 |

CAPÍTULO III VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VITIMIZAÇÃO, SOBREVITIMIZAÇÃO E TRIVIALIZAÇÃO93

| | |
|--|-----|
| 3.1. A VÍTIMA COMO É VISTA NO CONTEXTO POLÍTICO- CRIMINAL..... | 97 |
| 3.1.1. O papel da vítima (e da vítima mulher) no contexto do processo penal..... | 101 |
| 3.1.2. Vitimização e sobrevivitização..... | 109 |
| 3.1.3. Vitimização e sobrevivitização da mulher no contexto do Sistema Penal vigente..... | 111 |
| 3.2. EXEMPLOS SIGNIFICATIVOS DE VALORIZAÇÃO DA VÍTIMA – CONQUISTAS RECORTADAS DO DIREITO COMPARADO E INTERNACIONAL | 118 |

CAPÍTULO IV – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DIVERSIFICAÇÃO: UMA CHANCE?.....133

| | |
|---|-----|
| 4.1. OS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A TRIVIALIZAÇÃO RENOVADA – O EXEMPLO DE MAFRA..... | 134 |
| 4.1.1. A mulher adulta como vítima da violência doméstica..... | 135 |
| 4.1.2. O exemplo de Mafra – SC | 138 |
| 4.2. A OPÇÃO DA REPOLITIZAÇÃO DO CONFLITO..... | 154 |
| 4.2.1. O caminho inverso à expropriação do conflito | 155 |

| | |
|---|----------------|
| 4.2.2. O binômio vítima/ofensor | 159 |
| 4.2.3. As sugestões que vêm de fora | 165 |
| 4.3. Remédio Caseiro: Opções e Possibilidades de Repolitização do Conflito de aplicabilidade imediata e doméstica | 171 |
| CONCLUSÃO | 183 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 188 |
| ANEXO I – Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995 | 195 |
| ANEXO II – Resumos dos Termos Circunstanciados | 206 |
| ANEXO III – Projeto CAMUF | 227 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Representatividade dos Delitos de Violência Doméstica no Universo Pesquisado | 139 |
| Quadro 2 – Distribuição dos Termos Circunstanciados conforme a natureza da infração | 140 |
| Quadro 3 – Distribuição dos casos de Violência Doméstica conforme o tipo penal incidente | 140 |
| Quadro 4 – Lesões Corporais – Distribuição dos Termos Circunstanciados conforme o conflito de origem | 142 |
| Quadro 5 – Ameaça – Distribuição dos Termos Circunstanciados conforme o conflito de origem | 143 |
| Quadro 6 – Vítima e Agente – Classificação por gênero/idade..... | 149 |
| Quadro 7 – Qualificação Profissional das mulheres vítimas..... | 149 |
| Quadro 8 – Classificação conforme relação entre Agente e Vítima | 151 |
| Quadro 9 – Dados referentes ao prolongamento do conflito no tempo | 152 |
| Quadro 10 – Solução dada ao Termo Circunstanciado | 154 |
| Quadro 11 – Incidência de relatos de Alcoolismo do Agente | 155 |

TODAS AS VIDAS

Cora Coralina

*Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço ...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...*

*Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho.
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Trouxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de são-caetano.*

*Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim
A mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.*

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.*

*- Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos,
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fardo.*

*Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida –
a vida mera das obscuras.*

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação é a violência doméstica, enfocada num recorte específico, ou seja, o do enfrentamento do conflito no contexto dos Juizados Especiais Criminais, criados pela lei nº. 9099/95, que instalou, com sua criação, um subsistema independente de justiça criminal, de cunho eminentemente consensual. Esse subsistema, inserido no contexto do sistema penal, representou uma abertura descriminalizadora pautada na promessa de uma justiça mais célere e eficaz, comprometida com o desiderato da reinserção da vítima no contexto do processo penal e com a solução dos conflitos que permeiam as situações criminalizadas que lhes são trazidas.

O que se pretende, contudo, demonstrar, é que quando se trata da violência doméstica – cuja tipificação indireta¹ tem como principal referente, no universo dos Juizados Especiais Criminais, as lesões leves (art. 129, *caput* do Código Penal) e a ameaça (art. 147 do mesmo código) – o conflito originário acaba trivializado, em virtude do tratamento linear que a lei impôs às chamadas “infrações de menor potencial ofensivo”, a partir da sua definição pelo *quantum* da pena em abstrato imposta ao tipo.

A potencialidade lesiva inerente ao conflito doméstico é intensa, e a escalada da violência dentro de casa está refletida em todos os relatos das suas vítimas: os estampados em matérias jornalísticas, os trazidos ao gabinete de uma promotoria de justiça ou ainda aqueles contidos em históricos de boletins de ocorrência e termos circunstanciados.

A valorização desse conflito, todavia, não se traduz num endurecimento repressivo e criminalizador do tratamento a ser

¹ A violência doméstica não configura, no ordenamento jurídico brasileiro, fato típico específico.

dispensado pelo sistema penal a tais condutas, já que esse norte, se eleito, acaba por desconsiderar os reais interesses da vítima, que quando aporta ao sistema penal vem buscar não a punição do ofensor, mas antes a atuação de uma instância de mediação que lhe permita repactuar seu contrato familiar, conforme demonstrou a pesquisa empírica realizada.

Embora uma postulação criminalizadora emane de forças sociais relevantes, a principal delas o Movimento Feminista, em relação à violência doméstica, temos presente que o sistema penal não oferece resposta satisfatória a esse tipo de conflito, em virtude da deficiente “relação funcional” entre a ideologia que o sustenta, marcada pelo paradigma etiológico, com a realidade que ele, sistema, produz².

Tendo firmado, com Andrade e Baratta, a convicção de que o sistema penal não concretiza seu discurso oficial (que promete segurança jurídica e tratamento igualitário a todos os que cometem ou são vítimas de condutas delitivas), mas antes opera seletivamente, nunca combatendo e sim produzindo a criminalidade, em face de códigos não declarados (*second codes*) e de estereótipos de agentes e vítimas, estabelecidos a partir desses códigos, elegeu-se como marco teórico para esse trabalho o paradigma da reação social pontualizado pela Criminologia Crítica³.

O método utilizado foi o dialético, por permitir a elaboração da dinâmica descriminalizante em contraponto às posições tradicionais do Direito Penal, viabilizando a inserção do tema no intenso processo crítico-

² Vide a respeito ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Da domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado*. Revista Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade Livraria Freitas Bastos Editora, Rio de Janeiro, p. 99-102, 2º sem/1997.

³ Foram de fundamental importância, para a fixação do marco teórico, as seguintes obras: a) ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Ilusão da Segurança Jurídica: do Controle da Violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. b) BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Tradução do original em italiano por SANTOS, Juarez Cirino. Florianópolis: 1993. Outros textos e obras dos mesmos autores foram também largamente utilizados ao longo desse estudo.

criminológico vivenciado nos meios acadêmicos, em relação ao sistema penal vigente.

A partir desse marco teórico, optou-se pelo desenvolvimento do conteúdo com base em uma bibliografia mais consistente do que extensa, elegendo-se para tanto poucos autores, cuja intensidade da obra forneceu o subsídio teórico vislumbrado como necessário. Nesse sentido, anote-se que as referências bibliográficas aqui indicadas referem apenas e exclusivamente aquelas obras efetivamente consultadas e trabalhadas ao longo do desenvolvimento da presente dissertação.

Tem-se, a partir do que já foi dito, que se as agressões decorrentes da violência doméstica, *independentemente da gravidade e até da existência de lesões físicas*, residem num universo de intensa potencialidade lesiva, certamente o caminho para a solução do conflito não passa pela criminalização, muito menos pela carcerização do agressor, na medida em que o sistema penal, em especial a pena de prisão, não oferece mais que uma falácia ideológica em termos de ressocialização do agente, além de operar seletivamente, distribuindo desigualmente a retribuição que apregoa, e reproduzindo, assim, a desigualdade que permeia o meio social, refletida, sob o enfoque das relações de gênero, nos episódios de violência ocorridos dentro de casa⁴.

Esse mesmo sistema, ademais, não faz pelas vítimas mais que duplicar suas dores, expondo-as a um ritual indiferente e formal, que desconsidera a diversidade inerente à condição humana e reproduz os valores patriarcais que a conduziram até ele. Aportando ao sistema penal, a vítima, mais do que nunca, distancia-se de seu desiderato de reformular

⁴ Ver, a respeito da seletividade do sistema penal, ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Ilusão...* Da mesma autora, ainda, os textos inéditos *Da domesticação da violência doméstica...* e *Violência contra a mulher e controle penal*, que igualmente abordam a questão da seletividade do sistema penal, num enfoque mais diretamente ligado ao tema desse trabalho.

a convivência doméstica, porque deflagra um aparato que não está munido dos mecanismos necessários para a mediação do conflito, o que a leva a retirar-se do espaço público que conquistou ao longo de uma história de lutas⁵, para retornar à esfera do privado desmuniada de qualquer resposta.

Portanto, quando se pretende falar de violência doméstica, a primeira coisa a ser afastada é a proposta criminalizadora e/ou de carcerização do agente. Por isso a necessidade de abordar a “crise de legitimidade” do sistema penal e a “eficácia invertida” desse sistema, e na esteira do tema o fracasso da ideologia do tratamento ressocializador do agente e da pena de prisão como instrumento desse tratamento, o que foi feito, basicamente com Andrade e Baratta, no Capítulo I⁶.

Excluída a hipótese da criminalização, sobreveio a preocupação em situar os movimentos reformistas gestados no seio da crise que permeia o sistema penal. Identificadas duas tendências básicas, quais sejam, a do *abolicionismo* e a do *minimalismo* penais, traçou-se, no Capítulo II, basicamente com Hulsman, Cervini e Gomes, os contornos dos dois movimentos, pontuando idéias e conceitos básicos que os norteiam⁷, e delineando, em especial com Brandão, a posição da lei n°. 9099/95 em face da descriminalização⁸.

Encetada a crítica dessa lei como via de descriminalização em relação a certos conflitos que encampa, especialmente os de violência

⁵ Vide a respeito ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Da domesticação...*

⁶ Vide nota 2 desta Introdução.

⁷ A principal base bibliográfica para tal fim foram as seguintes obras: a) HULSMANN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas O Sistema Penal em Questão*. Traduzido por KARAM, Maria Lúcia. Rio de Janeiro: Luam, 1996. 1ª. ed. b) CERVINI, Raúl. *Os Processos de Descriminalização*. São Paulo: RT, 1995. c) GOMES, Luiz Flávio. *Direito Penal Mínimo: Lineamento de suas metas*. 1995. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, jan/jun 95

⁸ ABREU, Pedro Manoel, BRANDÃO, Paulo de Tarso. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. Florianópolis, Obra Jurídica, 1996.

doméstica, abordou-se a questão da trivialização da violência doméstica em vista da forma linear que a lei utilizou para definir os delitos de menor potencial ofensivo.

A partir desse arsenal teórico, a pergunta é: a proposta dos Juizados Especiais Criminais comporta o enfrentamento do conflito, no âmbito da violência doméstica? Ou deve ser estudada uma alternativa despenalizadora e/ou descriminalizadora mais consentânea com a natureza desse conflito, capaz de oferecer respostas mais coerentes?

A resposta passa necessariamente pela abordagem do papel da vítima no contexto do processo penal, do qual foi a mesma excluída a partir da expropriação do conflito pelo Estado. Essa abordagem buscou-se fazer no Capítulo III. A vítima, e em especial a *mulher* vítima da violência doméstica, além de sofrer a violência do agressor, além de estar inserida no contexto de um *conflito* que não encontra, junto à Justiça, solução pacificadora eficaz, ainda enfrenta uma realidade processual que a *sobrevitimiza*, porque lhe impõe, tanto ou mais do que o fato punível em si mesmo, prejuízos psíquicos, físicos, sociais e econômicos adicionais, gerados pela reação formal e informal decorrente do fato. A realidade do processo penal impõe-lhe um sentimento de desconsideração, que a faz sentir-se mero instrumento de realização de uma verdade puramente formal, obrigando-a a constatar, ao final, que foram relegados a um papel secundário seus interesses e pretensões e que não recebeu o assessoramento e a proteção adequados à sua situação⁹.

Finalmente, no Capítulo IV passou-se a trabalhar as respostas possíveis, construídas a partir da base teórica e dos dados empíricos coletados. Desse ponto em diante valeu-se a autora de sua experiência profissional. Sendo a violência doméstica uma espécie de conflito que

vem ao encontro de qualquer operador do Direito que atue nas lides forenses, a vivência profissional como promotora de justiça numa comarca do interior permitiu um contato empírico prévio com essa realidade, que acabou ensejando a sensibilização para o tema, além de propiciar a constatação, pela observação constante, de alguns padrões importantes, posteriormente confirmados pela pesquisa documental realizada.

A primeira constatação é a de que, quando se fala de espancamentos ou ameaças – condutas que a lei define como “infrações de menor potencial ofensivo”, portanto abrangidas pela competência dos Juizados Especiais Criminais, por isso de especial interesse para este trabalho – a vitimização visível é eminentemente da mulher adulta, enquanto que a violência (ativa) é essencialmente masculina.

A segunda constatação é a de que a violência criminalizada situa-se, basicamente, no âmbito das relações conjugais (livres ou legalizadas pelo casamento), e caracteriza-se por uma tônica de habitualidade – trata-se de mulheres que, na maior parte dos casos, convivem com a violência dentro de casa durante anos e continuam vivendo com seus agressores.

A terceira constatação é que a maior parte das vítimas *não deseja* a criminalização do agressor, mas antes pretende a interveniência de uma agência formal no papel de mediadora de seu conflito, visando rever o pacto que rege suas relações domésticas. Nesse desiderato é que retiram da esfera privada o conflito, trazendo-o para o espaço público do sistema penal, do qual se retiram posteriormente, por constatar que este não pode lhes oferecer as respostas pretendidas.

⁹ Ver, a respeito, ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência contra a mulher e*

O sistema penal efetivamente não está capacitado a oferecer a atuação mediadora que o conflito reclama e que as vítimas postulam. Para tal desiderato muito mais capacitadas as forças vivas da sociedade civil, principalmente aquelas situadas no entorno social imediato dos protagonistas do conflito, que por mais próximas podem exercer uma mediação mais eficaz.

Mas não se pode esquecer que as agências formais de controle têm um papel e uma tarefa nessa repolitização, tanto mais que foi o Estado que invocou a si o conflito e a responsabilidade de sua pacificação, mostrando-se, contudo, ao longo do tempo, incapaz de cumprir a sua promessa pacificadora. Assim, é ao Estado – e especialmente às agências formais de controle inerentes ao sistema penal (polícia, judiciário e ministério público) – que incumbe (re)ativar as forças sociais para a tarefa da instrumentalização e operacionalização de instâncias informais de mediação e assessoramento que o conflito doméstico reclama.

"Condenado, o acusado é recolhido ao cárcere, para cumprimento da pena que lhe foi imposta pela Justiça.

"Ao aproximar-se o fim do período prisional, aguarda o sentenciado, com alegria, a liberdade.

"Ao sentir-se livre das grades, contudo, sente o seu drama: não consegue emprego, em virtude de seus maus antecedentes. Nem o Estado e nem o particular lhe facilitam uma colocação.

"A pena, portanto, não termina para o sentenciado."

FRANCESCO CARNELUTTI
("As misérias do processo penal")

CAPÍTULO I

O SISTEMA PENAL EM CRISE

O norte que declaradamente orienta o sistema penal vigente é o de um Direito Penal igualitário, que propicia a todos os delinquentes as mesmas condições e oportunidades de reintegração social, ou recuperação.

Partindo principalmente da edificação teórica de Andrade¹, e Baratta² e subsidiariamente com Cervini³ e Oliveira⁴, o que se pretende, neste capítulo, é situar a realidade vigente das promessas preconizadas pelo sistema em seu discurso oficial, a partir das quais esse mesmo sistema tem justificado a sua sobrevivência ao longo dos anos e analisar, sob um enfoque crítico, a prisão enquanto instrumento de realização da ideologia de ressocialização do agente, preconizada pela Criminologia Positivista.

A visão crítica de Andrade, construída a partir das Ciências Sociais, e em especial da Criminologia Crítica, “radiografou” uma realidade diversa, revelando não apenas um “déficit histórico” profundo em relação às promessas referidas pelo discurso oficial que embasa o sistema, como ainda uma “eficácia invertida” desse mesmo sistema, ou seja, o cumprimento de funções inversas, verdadeiro e legítimo supedâneo da sua sobrevivência ao longo da História.

¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Ilusão da Segurança Jurídica: do Controle da Violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

² BARATTA, Alessandro. a)Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Tradução do original em italiano por SANTOS, Juarez Cirino. Florianópolis: 1993. 283 p. b)Resocialización o control social Por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado. In Sistema Penal para o III Milênio. Org. João Marcelo Araújo Jr. RJ: Revan, 1991. pp. 251-265

³ CERVINI, Raúl. Os Processos de Descriminalização. São Paulo: RT, 1995.

⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. Prisão: um paradoxo social. Florianópolis: Editora da UFSC, 2ª. edição, 1996.

Interessa, no presente trabalho, em especial neste capítulo, o quadro da crise vigente no sistema penal a que essa perspectiva histórica remete, crise essa revelada por uma dissociação entre a ideologia que supostamente rege o sistema e a operacionalização de seu fracasso programado (sobre o qual falaremos). Esse o quadro que se pretende compor a partir daqui.

1.2. – A CIÊNCIA PENAL E SUA FUNÇÃO “NEUTRALIZADORA”

Os elementos básicos da teoria do crime são: tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Essas são as *categorias* encampadas pela teoria finalista da ação, adotada pelo nosso Código Penal, em sua parte geral, a partir da reforma de 1984. É aí que a imputabilidade aparece como elemento componente da culpabilidade (que se refere ao agente), ensejada pela possibilidade de conhecimento do injusto e da exigibilidade de conduta diversa. Já a ilicitude e a tipicidade são elementos fáticos, ou relativos ao fato crime.

Por meio desta teoria é que pretende a Dogmática operacionalizar a “igualdade e segurança jurídica” na aplicação da lei penal, através da previsibilidade das decisões judiciais, que se dará, nesse enfoque, mediante o consenso na interpretação da letra da lei, obtido a partir dos conceitos por ela - Dogmática - edificados.

O método dogmático pretende a neutralidade da Ciência Penal, e a partir dela a neutralidade do legislador e do julgador (juiz), de forma a garantir uma *uniformidade* capaz de excluir a *arbitrariedade* no julgamento dos casos concretos, estabelecendo, mais que uma “metalingüagem” uma “metaprogramação” da aplicação da norma

penal, ou seja, da “operacionalização” do Direito Penal. Em outras palavras, seu arsenal teórico teria como finalidade delimitar a atuação do intérprete, evitando que ele possa desvirtuar arbitrariamente a programação elaborada pelo legislador.

A Dogmática Jurídico-Penal, assim definida portanto como uma “instância comunicacional” entre a norma abstrata e sua efetiva aplicação, pretende a realização de todas as “promessas declaradas” do sistema penal vigente através da institucionalização formal – que se propõe a realizar, mas meramente enuncia – entre o Legislativo e o Judiciário⁵.

Por aí se afirma como parte integrante do sistema penal, situada entre a lei e a atividade jurisdicional. Como tal, participa do controle social realizado pelo sistema, mas não logra êxito em exercer, sobre o mesmo, qualquer efeito “neutralizador”. Ao contrário, é impelida a exercer poder e atuar como filtro seletivo, sendo, dessa forma, “prisioneira” do próprio sistema⁶.

1.2. – CRIMINOLOGIA: DO PARADIGMA ETIOLÓGICO AO PARADIGMA DA REAÇÃO SOCIAL

1.2.1. Paradigma Etiológico

Vigente desde o final do século XIX, e nascido na Europa, com a Escola Positiva Italiana, o paradigma etiológico reflete, ainda hoje, a ideologia penal dominante na definição da criminalidade. Sua

⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raul. En Busca De Las Penas Perdidas: Deslegitimacion y Dogmatica Juridico-Penal. B. Aires: Ediar, 1989., p. 39. Também citado por ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Ilusão... p. 142.

⁶ Sobre o conteúdo desenvolvido nesse item vide ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Ilusão... pp. 125-160.

base é positivista, ou seja, pretende conferir à Criminologia a posição de “ciência causal-explicativa” do crime enquanto fenômeno determinado por causas específicas e pré-determinadas, cujo conhecimento, ensejado científica e experimentalmente, permite conceber formas eficazes de combater sua incidência.

O paradigma etiológico é o estrato da Criminologia Positivista, que define o criminoso como um indivíduo atípico, diferente da "maioria normal". Essa ótica, segundo Andrade, situa a criminalidade como

“ (...) realidade ontológica, preconstituída ao Direito Penal (crimes “naturais”) que, com exceção dos chamados crimes “artificiais”, não faz mais do que reconhecê-la e positivá-la”, (o que torna em tese possível) “descobrir as suas causas e colocar a ciência destas ao serviço de seu combate em defesa da sociedade”⁷.

Nessa construção criminológico-positivista podemos situar o marco histórico representado por Lombroso, que em 1876, com sua obra *“L’Uomo delinquente”* concebeu, como resposta fenomenológica à criminalidade, a teoria do “criminoso nato”, segundo a qual o homem criminoso poderia ser identificado a partir de características anatômicas e fisiológicas.

O pensamento lombrosiano precedeu o de Ferri, que acresceu aos elementos definidos por seu antecessor fatores sociológicos, como

⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do Paradigma Etiológico ao Paradigma da Reação Social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. 1995. Revista Sequência, n.º. 30, p. 25. O citado artigo, aliás, constitui a base teórica fundamental de todo este item. A propósito, a autora, em nota de rodapé n.º. 4, explica que “Segundo a distinção entre delitos “naturais” e “artificiais” que ficou a dever-se a GAROFALO, se considera que apenas os delitos “artificiais”

o ambiente telúrico (físico) e social. Segundo Ferri, esses três fatores, conjugados, definiriam uma minoria “socialmente perigosa”, contra a qual deve ser concebida e armada uma adequada “defesa social”. Tal paradigma, embora reequipado por abordagens posteriores, mais modernas, da criminologia positivista, permaneceu relativamente estanque.

Essa construção paradigmática concebe a *periculosidade* como elemento inerente à já referida “minoria criminal”, contraposta à “maioria normal”, o que definiu a divisão entre o bem e o mal, e a necessidade de promover a defesa da sociedade (“maioria normal”), objetivando a sua sobrevivência.

A visão construída a partir desse paradigma é francamente estereotipante, e domina o sistema penal vigente, estendendo suas raízes às instâncias formais e informais de controle, e estabelecendo a criação e o reforço de desigualdades sociais múltiplas. Além disso, cria entre o universo social *macro*, por dentro do qual transitam os operadores *desse mesmo sistema penal* (legisladores, juízes, promotores, policiais) e a minoria estigmatizada que o frequenta uma distância abissal, que Hulsman⁸ refere quando defende a perspectiva abolicionista, que abordaremos adiante.

1.2.2. Paradigma da reação social.

A sistematização construída a partir do paradigma etiológico é ainda dominante, mas não imune à crítica, que vem ensejando o

representam, excepcionalmente, violações de determinados ordenamentos políticos e econômicos e resultam sancionados em função da consolidação dessas estruturas”.

⁸ HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas O Sistema Penal em Questão*. Traduzido por KARAM, Maria Lúcia. Rio de Janeiro: Luam, 1996. 1ª ed., pp. 76-77.

surgimento de propostas de políticas criminais alternativas, até mesmo de total abolição do sistema penal, a ser substituído por modelos de maior eficácia. Esse movimento crítico implica a busca de um novo paradigma, que encerre uma proposta libertadora em relação à perspectiva maniqueísta da divisão estanque entre o *bem* e o *mal*, que Hulsman chama de “visão em branco e preto”⁹.

Na América do Norte, a partir do desenvolvimento da Sociologia Criminal, surgiram respostas diferentes ao problema da criminalidade que aquelas pontuadas pela Criminologia Positivista¹⁰; essas novas respostas, nascidas a partir da indagação sobre as *causas da criminalidade*, determinaram a edificação do que Andrade chama *paradigma alternativo* relativamente ao paradigma etiológico, ou seja, o *paradigma da reação social*, cuja base é a de que o *desvio* e a *criminalidade* não são uma realidade ontológica e preexistente na sociedade, mas uma etiqueta atribuída a determinados indivíduos a partir de processos complexos (formais e informais) de interação social, ou seja, de processos de definição e seleção socialmente impostos¹¹.

Segundo Bissoli Filho, o *labelling approach*, ou teoria do etiquetamento ou da rotulação, constitui-se em corrente desconstrutora do sistema penal vigente¹². Baratta, por sua vez, salienta que a “*criminalidade*” e o “*criminoso*” não podem ser concebidos sem a intervenção de processos institucionais e sociais de definição, que agem sobre a lei penal, sua aplicação pelas agências formais e as

⁹ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. de. *Penas perdidas...* p. 68.

¹⁰ que estabelece critérios para identificação e combate à criminalidade a partir da concepção de que ela é uma realidade ontológica no seio da sociedade e que como tal deve ser combatida

¹¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Do Paradigma Etiológico ao Paradigma da Reação Social: Mudança e Permanência de Paradigmas Criminológicos na Ciência e no Senso Comum. *Revista Sequência* nº. 30, pp. 25-36.

¹² BISSOLI FILHO, Francisco. *Estigmas da Criminalização – Dos Antecedentes à Reincidência Criminal*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998. P. 44.

reações não institucionais respectivas¹³, ressaltando:

“Na base deste ‘novo’ paradigma, a investigação criminológica tem tendência para se deslocar das causas do comportamento criminal em direção às condições a partir das quais, numa dada sociedade, as etiquetas da criminalidade e o estatuto do criminoso são atribuídos a comportamentos e a sujeitos, e para o funcionamento da reação social informal e institucional (processos de criminalização).”

Tem-se, em suma, segundo Andrade, que o novo paradigma formula como tese central a de que o desvio – e a criminalidade – *“não é uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica pré-constituída à reação (ou controle) social, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social”*¹⁴.

1.3. – O QUE EFETIVAMENTE “LEGITIMA” O SISTEMA PENAL VIGENTE

Conforme Andrade, o sistema penal vigente legitima-se a partir de dois pólos básicos, que retratam as promessas preconizadas pelo seu discurso oficial, a saber: a legitimação tradicional pela *legalidade* e a legitimação pela *utilidade*¹⁵.

O caminho da *legalidade*, trilhado pelo “subsistema da justiça”, apresenta o sistema penal como um exercício racional e programado do poder punitivo do Estado, limitado estritamente pelos termos da Lei,

¹³ BARATTA, Alessandro. Sobre a Criminologia crítica e sua função na Política Criminal. Documentação e Direito Comparado. (Boletim do Ministério da Justiça). Lisboa, (s.n.), n.º. 13, separata, p. 145-166, 1983. Relatório apresentado no IX Congresso Internacional de Criminologia. Viena, setembro de 1983, p. 146.

¹⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Ilusão..., p. 205.

dentro dos princípios básicos da *culpabilidade*, da *humanidade* e, em especial, da *igualdade jurídica*, princípios esses ditados pelo Estado de Direito e pelo Direito Penal e Processual Penal liberais.

Além da *legalidade*, que encerra as exigências *formais* inerentes ao sistema, devem ser consideradas, ainda, as funções de utilidade social da pena, quais sejam, a de funcionar como “retribuição” (eqüitativa e justa) ante o cometimento de ato punível e como “prevenção” (geral e especial) do crime.

O sistema penal cumpriria, assim, através dos seus “subsistemas”, inclusive o da justiça, funções específicas, sempre delimitadas pelos ditames da lei: a defesa dos bens jurídicos socialmente relevantes (que representam o “bem”) e o combate ao crime (que representa o “mal”), garantindo, invariavelmente, a aplicação igualitária da lei penal a todos os infratores. O apelo legitimador desse “duplo eixo” (liberal e da defesa social) edifica uma “promessa” extremamente atraente, e que por isso mesmo subsiste até nossos dias¹⁵.

As Ciências Sociais têm possibilitado demonstrar, entretanto, que medeia o sistema uma “lógica estrutural de operacionalização” que viola os princípios constitucionais do Estado de Direito e do Direito Penal e Processual Penal liberais e os fins declarados do Direito penal

¹⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?. 1996. Revista Sequência, n.º. 33, pp. 87-114. Este o texto que embasa, como marco teórico fundamental, o desenvolvimento desse item.

¹⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual ..., citando Baratta (1978, p. 9-10), refere o que este autor denomina como o “mito do Direito Penal igualitário”, o qual se expressa em dupla proposição, assim configurada: “a) o Direito Penal protege igualmente a todos os cidadãos das ofensas aos bens essenciais, em relação aos quais todos os cidadãos têm igual interesse; b) a lei penal é igual para todos, isto é, os autores de comportamentos anti-sociais e os violadores de normas penalmente sancionadas têm “chances” de converter-se em sujeitos do processo de criminalização, com as mesmas consequências.”

e da pena. Mais do que isso, têm demonstrado que o sistema penal cumpre “funções latentes opostas às declaradas”, exercendo “eficácia instrumental inversa” às suas promessas legitimadoras¹⁷.

Eqüivale dizer que o sistema penal está “estruturalmente preparado” para violar todos os princípios que teoricamente o orientam¹⁸, o que efetivamente faz, transmutando-se, em regra, em um sistema de “violação” e não de proteção de direitos, violação essa documentalmente comprovada por instituições de defesa dos direitos humanos nacionais e internacionais.

Por aí tem-se a conclusão, de Andrade, que a verdadeira função do sistema, a que justifica efetivamente sua subsistência ao longo da História, até nossos dias, não é “*combater e eliminar a criminalidade mas, ao revés, geri-la ou controlá-la seletivamente*”¹⁹.

1.4. – A SELETIVIDADE NO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO

A criminalização, então, passa a existir enquanto processo rotulante e seletivo, operacionalizável a partir do papel criador do Juiz, além das cifras negras de criminalidade e crimes de colarinho branco, os dois últimos estreitamente interligados, e nunca distantes do primeiro²⁰.

A criminalidade de colarinho branco veio à tona com Sutherland, em 1940, tendo sido revelada em artigo célebre, demonstrada através de estatísticas que visibilizaram significativa

¹⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual..., p. 93.

¹⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raul. En Busca De Las Penas Perdidas: Deslegitimacion y Docmatica Juridico-Penal. B. Aires: Ediar, 1989, p. 237.

¹⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual ... p. 95.

²⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Ilusão.... p.258 e ss.

proporção de infrações não punidas, cometidas por pessoas em posição de alto prestígio social, nas áreas da economia e do comércio. Já em 1945, antecipando a visão do paradigma da reação social, Sutherland perguntava se, justamente em virtude dessa impunidade, eram realmente *crimes* os crimes de colarinho branco. Trata-se de um tipo de fenômeno sempre incidente, em todas as sociedades, caracterizado pelo baixo índice de criminalização²¹.

As chamadas *cifras negras de criminalidade* definem uma *zona obscura* ou um *campo obscuro* da delinquência (ou seja, da atuação criminalizante e seletiva do sistema). Expressam a defasagem ou diferença entre a criminalidade real e a criminalidade oficialmente aceita, revelada pelas estatísticas oficiais dos agentes que compõem o já mencionado "corredor da delinquência": polícia, justiça, sistema penitenciário. Tal defasagem é significativa, na medida em que ao longo desse corredor muitas condutas típicas efetivamente praticadas e em tese puníveis perdem-se e escapam ao sistema. Essas *cifras negras* representam, portanto, a *criminalidade oculta*, que não chega sequer às instâncias formais de controle, ou se chega, é eliminada por um de seus agentes²².

A criminalidade oculta, que é a expressão da seletividade do sistema penal, tem como bases deflagradoras a capacidade operacional do sistema ("seletividade quantitativa") e o anseio dos grupos dominantes, que controlam o sistema penal, em proceder a seleção pela pessoa do autor, levando em conta, para a criminalização, como variáveis fundamentais, o "status" social do

²¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Ilusão...* p. 261.

²² ANDRADE, in *A Ilusão...*, p. 262, esclarece que "a cifra negra varia em razão da classe da estatística (policial, judicial ou penitenciária): nem todo delito cometido é perseguido, nem todo delito perseguido é registrado; nem todo delito registrado é averiguado pela polícia; nem todo delito averiguado é denunciado; nem toda denúncia é recebida; nem todo recebimento termina em condenação".

"candidato a criminoso" e a condição ou qualidade da vítima²³.

Assim, o primeiro fator relevante na estrutura da seletividade do sistema é a "programação normativa" a ele imposta, significativamente maior que sua capacidade de dar-lhe cumprimento, o que revela, em verdade, uma outra função latente de "eficácia invertida": *o sistema é concebido para não funcionar*. Importa dizer: o sistema opera com uma seletividade "quantitativa", abordada por Andrade.

Segundo Andrade, a criminalidade é ubíqua, ou seja, encontra-se distribuída entre todos os estratos sociais, o que restou demonstrado pelas pesquisas sobre a criminalidade de colarinho branco e cifras negras; além disso é uma conduta majoritária, o que impõe, de acordo com a Criminologia Crítica, que se pautar no paradigma da reação social, a seletividade no sistema penal²⁴. Essa seletividade é quantitativa na medida em que o próprio sistema penal revela uma "incapacidade operacional", já que, como refere Zaffaroni,

"(...) as agências do sistema penal dispõem apenas de uma capacidade operacional ridiculamente pequena se comparada à magnitude do planejado. A disparidade entre o exercício de poder programado e a capacidade operativa dos órgãos é abissal, mas se por uma circunstância inconcebível este poder fosse incrementado a ponto de chegar a corresponder a todo o exercício programado legislativamente, produzir-se-ia o indesejável efeito de se criminalizar várias vezes toda a população. Se todos os furtos, todos os adultérios, todos os

²³ A respeito ver CERVINI, Raúl. op. cit. pp. 162 e ss e ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Ilusão... pp.263-276. Ainda: BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica... pp. 182-183.

²⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Ilusão... p. 263-266.

abortos, todas as defraudações, todas as falsidades, todos os subornos, todas as lesões, todas as ameaças, etc. fossem concretamente criminalizados, praticamente não haveria habitante que não fosse, por diversas vezes, criminalizado.”²⁵

A seletividade quantitativa está, na verdade, entrelaçada com a seletividade qualitativa, que opera, no sistema, tomando em conta as figuras do autor e da vítima, e se utiliza de instrumentos específicos, sendo o primeiro deles o *papel criador do juiz*, cuja tônica é aplicável aos demais operadores do subsistema da Justiça Criminal (Polícia e Ministério Público). A atuação desses agentes tem por base formal precípua a lei penal, que constrói uma programação significativamente *ambígua*, na medida em que tipifica condutas humanas de forma hipotética deixando abertos, com isso, espaços subjetivos para a construção interpretativa do aplicador do texto legal.

Esses agentes, na verdade, dentro de sua condição humana, vão realizar uma seletividade muitas vezes inconsciente, ditada por códigos paralelos (*second codes*)²⁶ que estabelecem variáveis diversas, inclusive sugerindo estereótipos de autores e vítimas, a partir de conceitos nada científicos, oriundos do senso comum e com ele acordes e conectados. Além disso, o intérprete não poderá evitar a ação inconsciente de todo um universo de preconceitos e de concepções e idéias, construído ao longo de sua história pessoal.

²⁵ ZAFFARONI, Eugenio, op. cit., p. 30.

²⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência Sexual ...*, p. 98. A autora explica, em nota de rodapé, que *second codes/basic rules* são “conceitos que na sequência, respectivamente, de McNaughton e Cicourel, designam a totalidade do complexo de regras e mecanismos reguladores latentes e não oficiais que determinam efetivamente a aplicação da lei penal pelos agentes do controle penal (A. TURK, 1969. P. 39 et. Seq.; BARATTA, 1982. P. 52.)”.

Os mecanismos de controle informal que acabam regulando a atuação dos agentes formais do sistema nascem da interação intensa entre o controle penal (formal) e o controle social (informal), que condiciona a seletividade decisória dos agentes do sistema penal, refletindo, em última análise, a filtragem avançada realizada pelo sistema, que se origina no “controle informal” (família, escola, mercado de trabalho) do macrocosmo social²⁷.

A par disso – e *por causa disso* – os agentes formais de controle pertencem a um universo completamente diverso daquele dos criminosos, já que o sistema tende a criminalizar indivíduos pertencentes aos estratos mais baixos da escala social²⁸, ou seja, de camadas socialmente distantes daquela a que pertencem juízes, promotores e policiais. Ademais, conforme ressalta Hulsman, “*o papel que o sistema penal reserva ao juiz o impermeabiliza contra qualquer aproximação humana*”²⁹.

Logo, o sistema só sobrevive porque não cumpre as “promessas declaradas” de que fala Andrade, aqui já enfocadas, ou seja: *só sobrevive porque não funciona, e não funciona porque é concebido para não funcionar*.

Isso implica reconhecê-lo em *profunda crise de legitimidade*, revelada pelas estatísticas oficiais, no Brasil em especial pelos censos penitenciários, que contabilizam uma população carcerária de homens negros, pobres e sem instrução, com altos índices de

²⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual... p.98. Vide a respeito, da mesma autora, a obra A Ilusão de Segurança Jurídica: do controle da violência à violência do controle penal (tantas vezes citada neste trabalho), pp. 272-276.

²⁸ BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica... p. 183.

²⁹ HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. Penas Perdidas... p. 77.

reincidência e de criminalização de condutas contra o patrimônio, o que revela bem os valores sociais dominantes e emergentes, notadamente o estereótipo de criminoso que o senso comum delineou e o sistema, por sua vez, encampou, definido através do adágio popular de que *“a prisão é para os três pês: o preto, o pobre e a prostituta”*³⁰.

1.3. – A PENA DE PRISÃO NO UNIVERSO DO SISTEMA PENAL VIGENTE

Colocamos, até agora, que o sistema penal não cumpre com suas “promessas declaradas” e realiza, inversamente, a criminalização seletiva que reforça e reproduz as desigualdades sociais. A partir de tais conclusões, interessa traçar o delineamento sincrônico de seu mais importante instrumento: a prisão enquanto pena e instituição.

Porque historicamente precedida, enquanto pena, de punições corporais especialmente desumanas, a pena de prisão é vista, ainda, como uma evolução do exercício do direito de punir, o que, de fato, não corresponde à realidade.

Hulsman enfoca as dores da prisão colocando antes de tudo a realidade opressiva do cárcere, que priva o homem de seu direito de ir onde quiser e ver quem tiver vontade. O encarcerado é apartado de sua família, tirado de seu emprego, excluído de seu mundo. Ao mesmo tempo, é inserido no contexto de um universo à parte, de relações deturpadas e de negatividade. Essas mazelas implicam um sofrimento moral, espiritual e psicológico que o autor define como um *“nonsense”*, porque vislumbra como um *“sofrimento estéril”*. Mas pondera também que a pena de prisão é, além de tudo, um castigo corporal. Nesse sentido, ressalta:

³⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual... p. 95.

“Fala-se que os castigos corporais foram abolidos, mas não é verdade: existe a prisão, que degrada os corpos. A privação de ar, de sol, de luz, de espaço; o confinamento entre quatro paredes; o passeio entre grades; a promiscuidade com companheiros não desejados em condições sanitárias humilhantes; o odor, a cor da prisão, as refeições sempre frias onde predominam as féculas – não é por acaso que as cáries dentárias e os problemas digestivos se sucedem entre os presos! Estas são provações físicas que agridem o corpo, que o deterioram lentamente.”³¹

O castigo corporal, representado pelas privações do cárcere, mencionadas por Hulsman, intensificam-se face a (propositada) deficitária capacidade operacional do sistema, que além de promover a seletividade quantitativa acaba também, principalmente no Brasil, tornando ainda mais degradantes as condições de vida nas prisões. Dias, já em 1990, traçou um esboço dessa violência quando retratou diversos estabelecimentos prisionais e carceragens de delegacias de polícia de mais de uma região do Brasil e contou histórias como a que segue:

*“Nos 51 Distritos Policiais da cidade de São Paulo, segundo matéria publicada pelo **Jornal da Tarde** em 05/07/88, um total de 1.976 presos espremem-se nos cubículos fétidos sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança. ‘São 51 barris de pólvora que podem explodir a qualquer momento’, desabafa um delegado. No 1º Distrito, uma situação que mais parece uma ficção científica de mau gosto. A carceragem foi interditada pela Justiça por falta de condições para os presos. A consequência, numa situação absurdamente reforçada pelo ato judicial, é que no mesmo*

*Distrito, por falta de espaço, 37 homens habitam duas gaiolas instaladas no fundo da Delegacia para substituir a carceragem interdita. O descanso só é possível com o revezamento: enquanto uns se deitam no chão imundo e frio, outros permanecem em pé ou pendurados em cordas presas no teto das gaiolas...*³²

Não se pode conceber, portanto, como pretendem alguns, que a prisão traduza uma proposta de humanização da pena, por representar – supostamente – a abolição de castigos corporais cruéis. Ao contrário, a prisão, mantendo as mazelas da crueldade corporal, porque de toda forma castiga fisicamente, acrescentou àquelas dores outras, tão ou mais intensas que a punição física.

A prisão institucionalizou-se à luz do Direito Canônico, com um caráter penitente, e pretendeu progredir para um enfoque reeducativo, propalando, modernamente, o discurso do tratamento ressocializador do agente. Mas esse *discurso oficial* é amplamente descumprido, e a ideologia do tratamento ressocializador mostrou-se inviável em termos de operacionalização, sendo que a prisão só subsiste como pena porque, como diz Foucault, não se sabe o que por em seu lugar³³.

O Min. Sepúlveda Pertence, presidente do Supremo Tribunal Federal, em entrevista recente concedida a uma revista informativa de circulação nacional, ponderou que *“A pena de prisão faliu filosoficamente. Ela não realizou a promessa da chamada recuperação do delinqüente.”*³⁴

³¹ HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas...* pp. 61-62.

³² DIAS, Francisco. *República Fechada: as prisões no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1990. P. 56.

³³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. De Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 208.

³⁴ Revista ISTO É, ed. n°. 1.444, de 4/7/97, pp. 5-11.

Essa “falência”, contudo, está *programada* pelo e para o sistema penal, sob os mais diversos aspectos. Foucault aborda o tema do aparente fracasso da pena de prisão quando afirma:

“(...) a prisão, ao aparentemente ‘fracassar’, não erra seu objetivo; ao contrário, ela o atinge na medida em que suscita no meio das outras uma forma particular de ilegalidade, que ela permite separar, pôr em plena luz e organizar como um meio relativamente fechado mas penetrável. Ela contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irredutível a um certo nível e secretamente útil – rebelde e dócil ao mesmo tempo, ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou deve tolerar. Essa forma é a delinquência propriamente dita.”³⁵

Temos, assim, que a prisão não cumpre suas funções declaradas, mas cumpre outras, latentes, pautadas na reprodução das desigualdades sociais. Portanto, naquilo para o que foi verdadeiramente concebida, não fracassou.

Segundo Quadros³⁶, a crítica às prisões tem se pautado, basicamente, nas más condições físicas dos estabelecimentos prisionais, na falta de recursos humanos adequadamente treinados e na falta de recursos materiais que propiciem uma “condição humana digna” ao segregado. Esse, efetivamente, como é notório, o aspecto

³⁵ FOUCAULT, Michel. op. cit, p. 243. Também citado por QUADROS, Angela de. In A (In)definição da Reabilitação Social do Condenado na Reforma Penal Brasileira de 1984: “O olhar da magistratura sulista”. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Mestre em Direito. Texto não publicado. Florianópolis. 1995. p. 58.

³⁶ QUADROS, Angela de. op. cit. p. 65.

prevalentemente enfocado pela mídia, desde há muito, inclusive na atualidade. Pimentel, contudo, afirma que

“Todavia, mesmo que todo o staff da prisão fosse de primeira qualidade, ainda assim não serviria melhor para a finalidade de ressocializar o sentenciado. A questão ... não está colocada na falta de pessoal habilitado ou na insuficiência de recursos materiais. O que acontece é que é impossível treinar um homem preso para viver em liberdade.”³⁷

Na verdade, a crítica coerente deve passar pelo reconhecimento de que a prisão não é instrumento hábil para promover a ressocialização de ninguém, na medida em que reflete as desigualdades sociais e segrega os indivíduos excluídos pela própria sociedade.

O fato é que o clamor levantado contra a prisão redundou, a partir dos anos sessenta deste século, em diversos movimentos de crítica ao sistema penal contemporâneo e de reforma penal, entre eles o *minimalismo penal* e o *abolicionismo* (os dois maiores). Paulatina e dialeticamente, vem se instalando a convicção de que a postulação abstrata da ressocialização não é viável, e – principalmente – que a prisão não é o lugar adequado para a sua realização.

Primeiro, porque o caráter de *segregação* que lhe é inerente consagra a opressão, na medida em que retira o apenado do meio social, iniciando-se aí uma estigmatização que prosseguirá com a tradicional classificação dos internos no interior dos presídios e

³⁷ PIMENTEL, Manoel Pedro. Prisões fechadas, prisões abertas. São Paulo: Cortez&Moraes, 1977, p. 157.

acompanhará o condenado até depois do cumprimento da pena, no seu retorno ao convívio social³⁸.

Mais do que isso, alijado do convívio na sociedade global, o detento passa a conviver numa sociedade com regras e padrões próprios, a chamada *sociedade carcerária*, deflagrando-se a partir daí aquilo que Clemmer e Goffmann convencionaram respectivamente denominar de "prisonização" e/ou "aculturação", fenômeno comum a todas as instituições fechadas, inclusive prisões³⁹.

Em outras palavras, o homem segregado, uma vez que absolutamente excluído do macrocosmo social, passa a integrar-se ao universo restrito e particularíssimo do cárcere. Farias Júnior diz que

*"Os presos recebem uma espécie de transfusão de influxos deletérios, que tem o poder de transformá-los para pior. Em geral vão se desadaptando dos condicionamentos sociais extramuros na medida em que vão se adaptando aos condicionamentos sociais intramuros"*⁴⁰.

Hulsman, ao abordar as "culpabilizações artificiais" produzidas pelo sistema penal coloca que esse "estigma" tende a interiorizar-se, ou seja, a determinar uma auto-imagem "desviante", conduzindo a pessoa a materializar essa auto-imagem, vivendo marginalmente. E conclui:

"nos vemos de novo diante da constatação de que o sistema penal cria o delinqüente, mas agora, num nível muito mais

³⁸ CERVINI, Raúl. op. cit. pp. 39-40.

³⁹ CLEMMER (1961:50 ss) e GOFFMAN (1972) são citados por CERVINI, Raúl. op. cit., p.40 e por OLIVEIRA, Odete Maria de. op. cit. p. 76.

⁴⁰ FARIAS JÚNIOR, João, citado por OLIVEIRA, Odete Maria de. op. cit., p. 76.

*inquietante e grave: o nível da interiorização pela pessoa atingida do etiquetamento legal e social*⁴¹

Em suma: uma vez recolhido ao presídio, o interno aprende e apreende uma forma de viver nova, particularíssima. Essa “aculturação” dá-se relativamente ao sistema prisional, ou seja, às normas internas da instituição, refletindo um estado de subordinação às autoridades carcerárias (direção do estabelecimento, guardas, carcereiros, regulamentos, horários, conferes e revistas). A situação exclui qualquer possibilidade de escolha por parte do preso, cuja obediência ao comando burocrático é absoluta e não permite qualquer manifestação de opinião ou vontade próprias. Mas esse é apenas um dos sistemas de disciplina vigentes no interior de um presídio.

Existe ainda um *código paralelo*, estabelecido pelos próprios detentos, e que é encampado também pelo interno, até mesmo por questão de sobrevivência. Esse *código* estabelece normas de conduta, linguagem, apresentação e comportamento, portanto define a forma como o detento vai passar a se expressar, se vestir, comer e se portar a partir de seu ingresso no universo da prisão. Esse mesmo *código* define as lideranças, os relacionamentos, os méritos e, por fim, as sanções para os que descumprem suas regras⁴².

Os dois regramentos, o institucional e o paralelo, tendem ao choque constante. No *sistema paralelo* de poder, vigente entre os detentos, as guerrilhas internas pela supremacia são também reiteradas. A luta pelo poder e pela dominação no interior dos presídios é retratada por Thompson, que enumera as diversas formas de exploração do dominado pelo dominador: a dominação sexual, que

⁴¹ HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas...* p. 69.

transforma o primeiro em “mulherzinha” do segundo; o confisco dos bens (são freqüentes os assaltos nos pátios e nas celas); a utilização do dominado como “mula” (transportador de pertences e contrabando, sendo comum que os grandes traficantes jamais sejam punidos disciplinarmente por sua intensa atividade intramuros, na medida em que não põem a mão no objeto do comércio ilegal – drogas, armas, estoques, etc.), entre outras⁴³.

A disciplina institucional não cumpre, portanto, a função de segurança que promete, o que redundará numa das mais significativas *privações* impostas ao detento, qual seja, a *privação de segurança*. Os relatos da imprensa trazem a público aquilo com que a população carcerária já aprendeu a lidar: a disputa pelo poder paralelo dentro do presídio, que desencadeia violência e brutalidade e toma constantemente a forma de motins, rebeliões, fugas e homicídios⁴⁴.

Esta é apenas uma das *privações* que o encarceramento impõe, sendo inegável que sobrevêm muitas outras. A retenção, pelas autoridades carcerárias, de todos os bens e pertences dos presos impõe, por exemplo, mais um tipo de *privação*, a *privação de bens*. Ao detento não é permitido portar mais que o essencial à sua higiene pessoal. Seus objetos pessoais só lhe são confiados eventualmente, como “recompensa por bom comportamento”, ou em resposta à corrupção funcional. No momento de seu ingresso na cadeia, entretanto, é inevitável o desapossamento, que marca o início da perda de sua identidade.

⁴² Ver, a respeito, OLIVEIRA, Odete Maria de. op. cit. p. 75 e ss. e CERVINI, Raúl. op. cit. pp. 37-44.

⁴³ Thompson, Augusto F. G., citado por OLIVEIRA, Odete Maria de. op. cit. p. 82.

⁴⁴ Sobre as “Privações Prisionais” vide OLIVEIRA, Odete Maria de, op. cit. pp. 77-90.

Goffmann explica que o indivíduo estabelece uma relação sentimental com os objetos que possui, os quais refletem sua personalidade. Por isso é que a perda desses objetos marca, para o detento, o início da perda da identidade. É que uma pessoa normalmente objetiva exercer controle sobre a forma como se apresenta diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos, roupas e outros utensílios, bem assim um lugar seguro para guardá-los⁴⁵. Precisa ainda do que Oliveira chama de “especialistas em apresentação”: cabeleireiro e barbeiro, por exemplo. Com a privação desses recursos o preso é despido de sua aparência individual; conseqüentemente, sofre uma desfiguração pessoal que ocasiona sério impacto em sua identidade.

Mais uma mazela importante a ser registrada é aquela representada pela *privação de relações heterossexuais*, que conduz a um sentimento de castração que só é mitigado pela prática contumaz do homossexualismo e de outras formas diferenciadas, muitas delas degradantes, de manifestação da sexualidade. Os apetites sexuais, já abrasados pela impossibilidade de relacionamentos heterossexuais regulares, são ainda mais exacerbados pelo ócio e pela falta de exercícios físicos regulares.

Dessa forma, mesmo os presos que não possuam qualquer propensão ao homossexualismo não raro são iniciados, na prisão, alguns de forma violenta, sob coerção física. É uma forma comum de dominação, que sujeita os dominados não só às humilhações e traumas diretamente dela decorrentes como, ainda, à rigidez discricionária e preconceituosa dos guardas e ao escárnio constante por parte dos demais detentos.

⁴⁵ GOFFMANN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 27-28. Também citado por OLIVEIRA, Odete Maria de. op. cit., p. 78

Grande também é o prejuízo decorrente da superpopulação carcerária, sempre sob os holofotes da mídia. Além de todos os males que precisa enfrentar quando se vê inserido na realidade do cárcere, o interno ainda tem de encarar situações como a da Casa de Detenção de São Paulo, que foi construída na década de cinquenta para abrigar 2.500 detentos e chegou a confinar a exorbitância de 7.500 presos, o que explica, em parte, que tenha sido palco das maiores e mais sangrentas rebeliões de presídios que a história brasileira contemporânea registra⁴⁶.

Além disso tudo, a prisão promove uma *ruptura* na vida pessoal do interno, que, ao sair, depara-se com portas fechadas, ante o altíssimo grau de estigmatização resultante da segregação. A rejeição ocorrida a partir do etiquetamento social impulsiona o ex-detento a buscar a convivência em grupos que congregam pessoas em situações fáticas semelhantes à sua, subculturas que estabelecerão normas, valores e comportamentos compatíveis com a realidade de quem é egresso do sistema penitenciário, mas normalmente condenado pela sociedade global, o que só reafirma o padrão desviante⁴⁷.

Finalmente, há os efeitos do isolamento do indivíduo sobre sua família, aquilo que se convencionou chamar *transferência da pena*. A internação de uma pessoa com o objetivo ficto de ressocializá-la acaba penalizando sua família. Considerando os critérios da criminalização seletiva vigentes (o padrão dos três *pês* – *preto*, *pobre* e *prostituta*), e levando-se em conta que o encarcerado é, habitualmente, arrimo de

⁴⁶ OLIVEIRA, Odete Maria de. op. cit. p. 82.

⁴⁷ CERVINI, Raúl. op. cit. pp.43-44.

família, essa família acaba paralelamente penalizada, do ponto de vista econômico e psicológico⁴⁸.

A transferência da pena, como a *própria pena*, se estende no tempo. A punição se prolonga para além do período da pena imposta, não só para o apenado como também para os seus, a partir do rótulo imposto pelo sistema penal – aquilo que Bissoli chamou de “etiqueta negativa”.

Esse “etiquetamento” vai se estender de forma a reforçar intensamente a exclusão já preexistente à criminalização, afastando as oportunidades de trabalho lícito e aceitação social, e promovendo uma postura diferenciada por parte das agências formais e informais de controle, que gera uma reação negativa (de ressentimento e hostilidade) no indivíduo etiquetado. Bissoli delinea com objetividade esse processo:

*“... 1) a conduta passada já etiquetada gera a prevenção pelas agências encarregadas e as estatísticas oficiais, que causam no indivíduo etiquetado uma conduta não cooperativa para com os órgãos, marcada pelo ressentimento e pela hostilidade; 2) as agências encarregadas, por sua vez, com base nos estereótipos formados, direcionam ao indivíduo um tratamento diferencial.”*⁴⁹

O resultado atinge não apenas o sujeito criminalizado, mas transfere-se aos familiares por vias diretas e indiretas. De forma direta, a criminalização em si já resulta em pelo menos duas privações

⁴⁸ ANIYAR, Lola (1976), citada por CERVINI, op. cit., p. 44, comenta sobre a generalização e contágio dos rótulos, aduzindo que “a má reputação de um membro da família deteriora a imagem dos demais e o grupo social reage frente a eles como se o rótulo lhes pertencesse”.

⁴⁹ BISSOLI FILHO, Francisco. op. cit., p. 185.

relevantes para a família do agente criminalizado. A primeira delas é a privação da presença afetiva. O cárcere não aparta apenas o indivíduo dos seus – esse afastamento é uma via de duas mãos em termos de sofrimento, já que também a família fica privada do convívio do encarcerado. A segunda é a privação da segurança econômica, presente na maior parte dos casos, vez que é ele, encarcerado, na maioria das vezes, como já se disse, arrimo de família.

Ademais, como ressalta Bissoli, *“através de um mecanismo de culpa por associação, as etiquetas negativas também podem passar de uma pessoa a outra como uma enfermidade”* ⁵⁰. Dessa contaminação resulta que a exclusão que obsta a obtenção de trabalho e renda; que promove a rejeição em grupos sociais de convivência (igreja, escola, clubes); que facilita a formação de subculturas resultantes da criminalização *também atinge os familiares do encarcerado*, durante e depois do cumprimento da pena.

Comprovada, portanto, por todas essas razões, a inoperância da pena de prisão enquanto tratamento ressocializador do agente, temos a ruína de mais uma “promessa declarada” do Direito Penal e Processual Penal liberais, enfim, do paradigma jurídico-penal vigente.

1.3. – A INOPERANTE (E INOPERÁVEL) IDEOLOGIA DO TRATAMENTO RESSOCIALIZADOR DO AGENTE

Não foi apenas o “fracasso” das prisões que determinou a falência da ideologia do tratamento ressocializador do agente. Na verdade ela sempre esteve, como o próprio sistema penal, programada para esse fracasso. A reforma dos anos setenta construiu

⁵⁰ BISSOLI FILHO, Francisco. op. cit., p. 187.

simbolicamente a ressocialização como finalidade da pena⁵¹ a partir de contingências históricas e sociológicas específicas, que é importante situar.

Segundo coloca Cervini, após a segunda guerra mundial a modernidade concebeu e passou a gestar o chamado “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*), também chamado “Estado Providente”, que nasceu com a missão de estabelecer uma ordem social estável e conformadora, em meio a um mundo especialmente fragilizado e vulnerável. De forma concreta, o Estado de Bem-Estar Social tem como missão

*“(...) garantir a cada um dos integrantes da sociedade um mínimo de bem estar e representa um grande sistema de seguridade social que ao mesmo tempo incorpora virtualmente toda a população ao sistema de produção industrial, mediante a adaptação a certas pautas de comportamento”*⁵².

A evolução desse sistema depende basicamente de um crescimento constante da produção, que só pode acontecer a partir de um incremento incessante do consumo, vez que apenas o surgimento, crescimento e fortalecimento de um mercado consumidor pode embasar o aumento da produção. Assim, o sistema caracteriza-se como retro-alimentador, não sendo conceptível sua existência sem a existência de uma sociedade de consumo.

Decorre daí a importância de situar o sujeito no mercado, não apenas como força produtiva mas, em especial, como consumidor. Por isso o controle social, nesse contexto, vai se ocupar de forma

⁵¹ BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social Por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado”, p. 251.

contundente daqueles que se colocam à margem do consumo e da produção, como é o caso das comunidades *hippies* ou de volta à natureza, drogados (por concentrarem o consumo num único produto) e outros grupos dissidentes⁵³.

A partir desse referencial de *sociedade de consumo* foi concebida, na Europa, uma ideologia político-criminal basicamente centrada na convicção de que, se a melhoria do padrão de vida promovida pelo *Welfare State* neutraliza os fatores sociais deflagradores de condutas delituosas, as que subsistirem serão decorrentes de fatores individuais, configurando-se em manifestação patológica, centrando-se a opção criminológica européia, a partir disso (diversamente da norte americana) na análise psico-patológica do crime, traduzida na chamada *ideologia do tratamento*⁵⁴.

Na trilha dessa ideologia, “reeducação”, “ressocialização” e expressões análogas traduzem a pretensão de atribuir à execução das penas e medidas penais privativas de liberdade uma função essencial: corrigir e reeducar o delinqüente, preparando sua (re)inserção na sociedade, corrigindo assim a distorção que não lhe permitiu a perfeita adaptação social. Esta seria, então, a função maior e melhor que se poderia atribuir ao sistema penitenciário.

Essa concepção começa a revelar sua congênita deficiência estrutural, em termos de funcionalidade, na medida em que se revela inoperável à luz do sistema vigente. É que, sob seu foco, não se

⁵²CERVINI, Raúl. op. cit., pp. 31-32.

⁵³ Ver a respeito CERVINI, op. cit., p. 29 e ss. O mencionado autor, à p. 31, em nota de rodapé esclarece que “Na América Latina, o fenômeno da marginalidade tem um distinto alcance, é estrutural e atinge 45% da população não incorporada ao sistema de produção industrial”.

poderia definir a duração da pena a partir da culpabilidade do agente, mas sim ter-se-ia que defini-la a partir de sua necessidade de internação para a completa recuperação. Por aí se colhe a envergadura das dificuldades estruturais que cercam a funcionalidade dessa ideologia, por isso mesmo distante de atingir seu objetivo teórico e alvo de inúmeras críticas.

De início ressalte-se a imprecisão do termo *ressocialização*, ao qual não foi atribuído um sentido concreto, o que torna inviável o controle efetivo de seu funcionamento e eficácia. Segundo Muñoz Conde, é justamente essa falta de precisão na definição de seu conteúdo que constitui a chave maior de sua aceitação e sobrevivência. Mas, de acordo com o mesmo autor, esse esvaziamento de conteúdo específico também

“(...) constitui a chave de seu fracasso (...) ressocializar por meio da pena equivale a pretender conhecer um fenômeno complexo através do conhecimento de uma das pequenas parcelas que o compõem. A ressocialização na execução da pena é um pressuposto paradigmático das contradições e conflitos que mantêm em tensão todo o sistema penitenciário. Por isso, quando se fala em ressocialização a partir dessa perspectiva, só se pode estabelecer princípios gerais incapazes de conformar um plano de execução ou um programa de tratamento penitenciário. A ressocialização converte-se em um conceito fantasma do qual pode deduzir-se tanto a ideologia do tratamento, como fundamentar uma prática de terror”⁵⁵.

⁵⁴ Já enfocamos as diferentes abordagens da Criminologia norte-americana e européia, num dado momento desse trabalho, ao discorrer sobre os paradigmas etiológico e da reação social (item 2 desse capítulo I).

⁵⁵ MUÑOZ CONDE (1982:101 ss. e 1979), citado por CERVINI, Raúl. op. cit. p. 33.

Além disso, a própria idéia de ressocialização é passível de críticas. Isso porque o sistema penal vigente, se observado sob um enfoque centrado nos postulados psicanalíticos, traduz conceitos como os de “*bode expiatório*” e “*projeção de sombras*”, representativos, respectivamente, da pessoa do condenado e da sociedade (que descarrega sobre terceiros suas culpas)⁵⁶. Resulta que não se pode falar em reinserção do condenado sem passar por uma reformulação das relações sociais, de produção e consumo vigentes, visando corrigir as distorções.

Segundo Baratta⁵⁷, a relação estabelecida entre cárcere e sociedade é uma relação entre quem exclui – que é a sociedade – e quem é excluído – o encarcerado. Assim, qualquer tentativa técnico-pedagógica de reinserção acaba esbarrando nessa “relação de exclusão”, intrínseca à natureza mesma da prisão.

Na verdade, ainda segundo Baratta, embora a sociedade carcerária possua características próprias, ela não é mais do que o reflexo dos aspectos mais negativos da sociedade externa, já que as relações sociais, na sociedade capitalista,

*“(...) são baseadas no egoísmo e na violência ilegal, no interior das quais os indivíduos socialmente mais débeis são constrangidos a papéis de submissão e de exploração”*⁵⁸.

É isso, exatamente, que acontece na sociedade prisional, apenas de forma menos mistificada e mais autêntica.

⁵⁶ CERVINI, Raúl. op. cit. p. 34.

⁵⁷ BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica... pp. 211.

⁵⁸ BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica... p. 212.

Essa ordem de idéias conduz à conclusão que a pretensão ressocializadora não pode vingar enquanto processo unilateral e imposto, já que a própria sociedade precisaria regenerar seus tecidos antes de obter legitimidade para pretender que o “desviado” que frequenta o cárcere a ela se readapte.

Gomes observa:

*“Como e para que ressocializar alguém que por razões conjunturais de desemprego, grave crise econômica, etc., comete um delito contra a propriedade, enquanto tais razões de desocupação e crise econômica continuam existindo? Como ressocializar para o respeito à vida um delinqüente, sem criticar ao mesmo tempo uma sociedade que continuamente reproduz a violência através dos meios de comunicação e desencadeia ou exerce uma agressão brutal (guerras, violação de direitos humanos) contra outros grupos mais fracos ou marginais, entre os quais provavelmente se encontra o delinqüente?”*⁵⁹

Outro elemento importante para a definição da inoperância estrutural da prisão como instrumento de ressocialização do condenado é o isolamento imposto pelo cárcere ao indivíduo, em relação ao macrocosmo social. Nesse passo é que Baratta afirma que *“não se pode segregar pessoas e pretender ao mesmo tempo reintegrá-las”*. O autor define o isolamento da sociedade carcerária em relação ao universo macro da sociedade em geral como um dos elementos mais negativos da instituição prisional. E aponta que a

⁵⁹ Em nota lançada in CERVINI, Raúl. op. cit. p. 36. E.T.: A obra citada continha, na sua edição brasileira, utilizada para esse trabalho, notas e referências bibliográficas nacionais, por GOMES, Luiz Flávio.

ideologia da ressocialização incorre numa “falácia idealista”, porque define uma norma impossível de ser cumprida⁶⁰.

De fato, não se pode conceber qualquer forma de ressocialização que não venha a pautar-se em uma interação entre indivíduo e sociedade, a qual não pode ser unilateralmente imposta por qualquer das partes, mas antes precisa resultar de um processo dialético complexo – pautado na troca e na comunicação – em suma, na convivência do agente com seus semelhantes. Nem ao agente é lícito determinar os termos dessa reinserção nem à sociedade é permitido impor a ordem social vigente, como se perfeita fosse, sem questionar suas estruturas, nem mesmo as mais diretamente relacionadas com o delito cometido⁶¹. Assim, temos que, da forma como está estruturada, a ressocialização, ainda que exitosa – o que não é o caso, na maioria das vezes – não reflete mais que mero exercício de submissão.

Par e passo, a dimensão dos Direitos Humanos condena qualquer forma de imposição de tratamento, inclusive no que pertine à ressocialização, afirmando Gomes, nessa perspectiva, que

“(...) a terapia ressocializadora dirigida a modificar o comportamento que se considera anormal, afeta o direito fundamental de ser o que se quer ser, bem como o de ser protegido na vida privada”⁶².

A vaga definição do conteúdo da pretensão ressocializadora espelha o que a Criminologia Crítica já detectou: a necessidade de um novo paradigma, em substituição ao paradigma etiológico, posto que a

⁶⁰ BARATTA, Alessandro. Resocialización..., pp. 251-254.

⁶¹ MUÑOZ CONDE (1982:108 e 1979:94), citado por CERVINI, Raúl. op. cit. p. 34.

criminalidade não pode ser enquadrada numa visão fenomênica, mas antes vislumbrada como o resultado de um processo dialético complexo, que envolve as agências formais e informais de controle. O funcionamento ou operacionalização da ressocialização, da forma como foi ideologicamente concebida, fracassa porque os pressupostos teóricos que a embasam não podem, na verdade, dar-lhe sustentação.

A ressocialização, enquanto ideologia, parte de pressupostos teóricos inválidos, se pretender-se o cumprimento de seu discurso oficial. Baratta refere o conceito de *tratamento ressocializador* como um “resíduo anacrônico” da criminologia positivista, e adota um conceito diferente, o da “reintegração social” – que o autor afirma preferir ao de *ressocialização* e de *tratamento* – conceito esse que define como incompatível com o isolamento imposto ao encarcerado pelo sistema penitenciário.

Ao preferir falar em “reintegração social” ao invés de *tratamento ressocializador*, o autor refere que as palavras *tratamento* e *ressocialização* delineiam uma posição passiva do detento e um papel ativo das instituições sobre ele, o que situa o apenado na condição de *anormal*, inferior em relação à maioria normal, e que por isso mesmo precisa ser tratado para se readaptar à sociedade, concebida acriticamente como “o bem”, ao passo em que o condenado é estigmatizado como “o mal”.

Já o conceito de “reintegração social” retrata um processo interativo entre a sociedade carcerária e o macrocosmo social, por dentro do qual os reclusos se identificam com a sociedade externa e essa sociedade se identifica com o cárcere, retomando a parcela de

⁶² GOMES, Luiz Flávio. Notas a CERVINI, Raúl. op. cit., p. 36.

conflitos e problemas que são seus e que se encontram recolhidos, segregados ao universo carcerário.

A população carcerária compõe uma marginalidade que não é concebida a partir da criminalização ou do encarceramento, mas que, antes, vivencia um “processo secundário” de marginalização – a carcerização, quase sempre precedido de um “processo primário” – a marginalização ou exclusão social vivida no seio do universo *macro* da sociedade, o que acaba resultando numa ciranda sem fim, pois ao sair da cadeia o apenado retorna à posição estigmatizada e excluída que ocupava anteriormente no meio social, agravada por sua passagem pelo universo prisional, e dali, em consequência das mesmas condições que já vivenciava antes da segregação, novamente ao cárcere⁶³.

Significa dizer que pretender “ressocializar” sem corrigir as condições sociais de exclusão que determinaram a criminalização do agente equívale a desejar estabelecer um círculo vicioso que se reproduz infinitamente, agravando a situação de exclusão dos condenados no universo *extramuros* e interiorizando, na clientela do sistema, a adaptação ao *modus vivendi* (forma de viver e *sobreviver*) aprendida e apreendida *intramuros*, o que resulta na construção de carreiras criminais vitalícias, na expressiva maioria dos casos.

Por aí se colhe que, se o sistema penitenciário passa atestado de uma *falência administrativa*, referida pelo Min. Sepúlveda Pertence⁶⁴, e atribuída à circunstância de que “*Não há finanças que suportem um sistema penitenciário com o mínimo de dignidade humana, se você insistir na pena privativa de liberdade praticamente*

⁶³ BARATTA, Alessandro. Resocialización... p. 255.

⁶⁴ Revista ISTO É, edição nº. 1444, de 4 de junho de 1997, p. 5.

como única resposta do sistema penal”, é inegável também a falência ideológica da prisão como forma de tratamento ressocializador, ao menos como está concebida. Aliás, a falácia ideológica que rege o sistema imprime ao mesmo o dito *fracasso administrativo*, razão pela qual ressaltamos antes, com Foucault, que nem mesmo um aparato eficiente e bem aparelhado pode modificar o quadro dessa realidade.

Baratta nos fala de uma nova concepção, a da “reintegração social”, ponderando a necessidade da retomada, pela sociedade, da parcela de seus males que encerrou entre os muros das prisões, e da revitalização dos direitos dos detentos, a partir da redefinição dos

“(...) tradicionais conceitos de tratamento e ressocialização em termos de exercício dos direitos dos cidadãos detidos e em termos de serviços e oportunidades laborais e sociais que se lhes proporciona durante e depois da detenção, por parte das instituições e das comunidades”.

Mas o autor deixa claro que todo reformismo só é válido se estiver inserido numa visão mais ampla, que conceba a redução do sistema a curto e médio prazo e sua abolição a longo prazo. Afirma, a partir disso, que o objetivo não pode ser apenas uma prisão *melhor*, mas também e principalmente *menos* prisão. Vale dizer: segregar o menos possível, mas quando o fizer, fazê-lo de forma otimizada. Porque se a “reintegração social” do indivíduo encarcerado não se pode dar *por causa* do cárcere, devemos tentar que ocorra *apesar* dele – ou seja, *“buscar fazer menos negativas as condições que a vida no cárcere comporta em relação a essa finalidade”*⁶⁵.

⁶⁵ BARATTA, Alessandro. Resocialización... pp. 253-256.

Ante tais constatações, instalou-se, em especial no meio acadêmico, a busca de uma opção reformista para o Direito Penal vigente. Essa busca fez surgir movimentos alternativos ao sistema penal rígido, movimentos esses que perseguem um tratamento diferenciado para as situações definidas como *crime* pelo Direito Penal. Desses movimentos, em suas vertentes mais significativas, e da posição dos Juizados Especiais Criminais criados pela lei n°. 9099/95 em face deles é que falaremos no próximo capítulo.

"... construímos sistemas abstratos para nos sentirmos em segurança como civilização e trabalhamos para aperfeiçoar estes sistemas; mas, os elaboramos com tantos detalhes e as condições para as quais foram criados mudam tanto que, com o tempo, toda esta construção não serve mais para nada. A distância entre a vida e a construção torna-se tão grande que esta acaba desmoronando..."

Louk Hulsman

CAPÍTULO II

A DESCRIMINALIZAÇÃO COMO MOVIMENTO DE REFORMA DO SISTEMA PENAL – EM BUSCA DE ALTERNATIVAS

O tratamento ressocializador enquanto ideologia que sustenta o sistema penal revelou-se, conforme já frisamos no capítulo anterior, em crise severa de legitimidade, principalmente a partir da constatação de que a prisão (principal instrumento do sistema penal vigente) como forma de reabilitação do delinquente torna a promessa ideológica irrealizável.

A interação deficitária entre o discurso oficial e a operacionalidade do sistema penal é perceptível. Ela se revela através de diversos sinais concretos, sintomas específicos da crise que podem ser detectados na rotina do sistema. Segundo Rico¹, os mais significativos desses sintomas são a “inflação legislativa” – excesso de leis; a fragmentação e isolamento dos diversos organismos componentes do sistema; o despreparo dos agentes nos serviços policiais, judiciais e penitenciários; a sobrecarga dos tribunais, que acaba redundando em delonga na entrega da prestação jurisdicional; a ineficácia das penas e inexistência de tratamentos produtivos, tudo somado à resistência às inovações, expressa pelo apego a sistemas tradicionais já estabelecidos, claramente criminalizantes.

Baratta refere que algumas transformações ocorridas na sociedade nos anos que sucederam a reforma dos sistemas penitenciários ocorrida na década de setenta é uma das causas do abandono da idéia da ressocialização como desiderato principal da pena.

¹ RICO, José. *La Decriminalización. El Ejemplo Canadiense*. Cuadernos Panamenos de Criminología, n. 5. Imprenta Universitaria, 1976, III:2 – citado por CERVINI, Raúl. *op. cit.* pp. 68-69.

Nesse sentido refere especificamente a atividade terrorista, que provocou uma reação endurecedora por parte dos Estados, determinando, em vários países da Europa, mudanças no regime carcerário e na política de utilização das prisões, que com razão tomaram o nome de “contra-reformas”.

Essas mudanças incidiram de forma negativa sobre a política de “abertura” das prisões e dificultaram a utilização daqueles instrumentos que tinham por objetivo facilitar a reintegração do apenado à sociedade extramuros – permissões de saída, trabalho externo, regime aberto, entre outros.

É ainda Baratta quem comenta que a criação e instalação de prisões de segurança máxima, em nome da luta contra o terrorismo, toma a dimensão de *“verdadeira renúncia explícita aos objetivos de ressocialização e a reafirmação da função que o cárcere sempre tem exercido e continua exercendo: a de ser depósito de indivíduos isolados do resto da sociedade”*²

Entretanto, não se pode negar que a busca de soluções alternativas à prisão e até ao sistema não data de hoje. Em especial quanto àqueles delitos hoje denominados *de pequeno potencial ofensivo* – aqueles punidos com penas de curta duração – já a partir da década de sessenta instalou-se a busca de novas formas de enfrentamento social, ante a particular ineficácia das penas curtas de prisão, entre outros fatores. Podem ser identificadas duas tendências importantes: a do *abolicionismo* e a do *minimalismo* penal.

O abolicionismo aduz que o sistema penal descumpre todas as suas promessas. Afirmam Hulsman que *“ao tratarem dos problemas da*

² BARATTA, Alessandro. *Resocialización ...* pp. 251-252.

*justiça penal, os discursos políticos, grande parte da mídia e alguns estudiosos da política criminal se põem de acordo e dão a palavra a um determinado 'homem comum'". É este homem comum – não mais que uma abstração destinada a sustentar o sistema – que vem em detrimento das "pessoas concretas", "que podem sofrer a dura realidade" resultante dele (sistema penal), razão pela qual devem ser "esclarecidas da perversidade deste mesmo sistema, na perspectiva de sua abolição"*³. A proposta, aparentemente, é de ruptura total e absoluta em relação à institucionalização das respostas. Essa é, contudo, uma visão demasiadamente simplista, ditada pelo preconceito.

Andrade refere, em relação ao abolicionismo, uma "unidade ideológica", que assenta o sistema penal vigente como uma herança medieval estruturada no maniqueísmo, portanto embasada numa divisão estanque entre o bem e o mal (o que Hulsman chamou de "visão em preto e branco") e numa perspectiva da pena como castigo pelo mal. Para o abolicionismo, o sistema penal é incapaz de combater e prevenir a criminalidade, *"porque sua função real é produzi-la seletivamente (tese que, desde Michel Foucault até a Criminologia da reação social e Crítica tem sem consolidado como irreversível)"*⁴.

Além disso, ainda segundo Andrade, o sistema produz uma alta dose de "sofrimento estéril", impondo custos sociais elevados. Por isso, precisa sofrer um processo de abolição, realizável a partir de uma reorganização cultural e ideológica. Essa reorganização precisa começar pela própria linguagem a ele, sistema penal, inerente, passando pela abolição da prisão, a ser substituída, ao longo desse processo de

³ HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas...* p. 56.

⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Professora Vera Regina Pereira de Andrade. O Mundo vai acabar?* (Informativo do Curso de Direito da UFSC), ano II, número II, agosto/98. Pp. 2-5. Entrevista.

transformação, por formas diversificadas de controle, entre elas a mediação penal de conflitos⁵.

Em suma, o abolicionismo refere um sistema penal perverso, que ocupa um espaço que seria melhor aproveitado com opções mais construtivas e produtivas para o enfrentamento daquilo que Hulsman chama de “situações-problema”, ou seja, situações fáticas que sofrem a criminalização secundária ou primária imposta pelo sistema. A crítica mais comum ao abolicionismo é no sentido de que ele não oferece respostas ou propostas alternativas concretas. Em outras palavras, que sua visão é idealista e ingênua, e portanto a crítica por ele encetada torna-se estéril.

Na verdade, o abolicionismo defende que o sistema penal se constitui num mal social que deve ser erradicado. As soluções para os problemas que ele – sistema penal - pretensamente resolve devem ser procuradas *“em níveis diferentes do estatal, lá onde as pessoas se conhecem, se encontram, podem se reunir, refletir juntas, adotar táticas de proteção adaptadas a seus problemas concretos”*⁶, o que revela um dos pressupostos básicos do movimento, qual seja, o do respeito à diversidade.

Hulsman menciona que a *“noção de igualdade mais comumente utilizada pela prática e pelo discurso institucionais exclui a diversidade”*. O movimento abolicionista, entretanto, defende a prevalência do humano sobre o institucional, o que conduz, naturalmente, ao discurso da *desinstitucionalização*, na medida em que a ordem vigente atribui um valor desmedido ao Estado e às instituições, em detrimento do homem, da *“pessoa concreta”*⁷.

⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Professora... Entrevista*.

⁶ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas...* p.108.

⁷ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas...* pp. 41-42.

O minimalismo, por sua vez, propõe, numa visão genérica, a *redução* do sistema ao mínimo necessário, ou seja, sustenta o discurso da preservação do sistema, com a minimização da sua estrutura, e especialmente com a utilização da pena de prisão sob a égide da *ultima ratio*, ou seja, quando todas as *outras* possibilidades de enfrentamento da situação estiverem esgotadas. Prega, nesse sentido, a exclusão de delitos menores do âmbito do Direito Penal e a erradicação das penas privativas de liberdade de curta duração⁸.

Na verdade, a corrente se subdivide, ofertando alternativas variadas para o sistema penal tradicional, algumas delas, como se verá ao longo desse trabalho, muito próximas do núcleo da proposta abolicionista. Pretende-se colocar, aqui, a classificação, esquematizada por Cervini⁹, nesses moldes: *Desinstitucionalização*, *Descriminalização*, *Despenalização* e *Diversificação*. É com essa gama de proposições que objetiva-se trabalhar neste capítulo, situando as propostas existentes e os obstáculos que se lhes oferecem, delineando a posição da lei n.º. 9099/95 em face delas e traçando a crítica dessa lei como via de descriminalização em relação a certas condutas que encampa, inclusive as de violência doméstica.

2.1. – CONCEITOS FUNDAMENTAIS LIGADOS AO TEMA

O surgimento de idéias novas implica sempre a busca de palavras que possam expressá-las de forma objetiva e convincente. Nem sempre essas palavras estão insculpidas nos dicionários, o que redundaria na necessidade de construí-las a partir das que já existem, com a justaposição de afixos ou sufixos ou a utilização de outros recursos que a linguagem ofereça.

⁸ BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.* pp.109-110.

Como tudo que é novo, também os neologismos, par e passo com as idéias que expressam, encontram resistência em sua aceitação nos meios acadêmicos e junto à sociedade em geral. Por isso a necessidade de situar alguns conceitos e expressões estreitamente ligadas ao minimalismo penal, especialmente importantes para a compreensão efetiva da proposta que esse trabalho encerra.

2.1.1. – Descriminação e Descriminalização – enfrentando o vernáculo

Quem se propõe a falar em *descriminalização* profere, desde logo, uma palavra que não está dicionarizada. Machado, em artigo publicado no Jornal *Folha de São Paulo*, edição de 24.07.95¹⁰, ressalta, reportando-se a Caldas Aulete, que *criminar* significa “*imputar um crime a, considerar como criminoso*”. *criminalizar*, por seu turno, expressa a idéia de “*resolver que constitui de ora avante crime determinado ato só considerado infração ou delito até então. Tornar criminal*”¹¹.

A partir desse enfoque, *descriminar* “é palavra formada pelo prefixo latino “des” + “criminare” (*acusar*) e significa *absolver, tirar a culpa a, inocentar, absolver da acusação de crime*”. A idéia reporta o significado de imputar inocência a determinada pessoa acusada de alguma prática dita criminosa, distanciando-se, portanto, do conceito de *criminalização* (primária), que expressa a postura legal de passar a considerar como crime.

⁹CERVINI, Raúl. *op. cit.* pp. 68-81.

¹⁰ MACHADO, Josué, citado em nota de Luiz Flávio Gomes *in* CERVINI, Raúl., *op. cit.*, p. 78.

¹¹ O sentido aí emprestado à palavra é o da *criminalização primária*. A respeito ver ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Do Paradigma...* p. 29, onde se encontra uma abordagem sintética da questão relativa à criminalização primária e secundária

Recentemente a lei federal nº. 9457/97 *criminalizou* o porte ilegal de arma de fogo, ou seja, passou a considerar como crime a conduta de portar arma, antes considerada mera contravenção penal. A situação configura exemplo típico de *criminalização* (primária).

Ora, se *criminalizar* expressa a idéia de passar a considerar crime, *descriminalizar* é a palavra certa para exprimir o sentido específico de “*resolver que de agora em diante não mais constitui crime ato até então considerado como tal*”. Se a palavra não existe nos dicionários é, no dizer crítico de Machado, “*por falha dos sábios lexicógrafos, mas deveria existir como antônimo de criminalizar*”.

Claro que a lacuna do vernáculo é facilmente explicável, considerada a natural resistência ao novo, em especial no que diz respeito a quaisquer processos de *descriminalização*, num país onde se pretende que a solução para os problemas da violência, da criminalidade e da reincidência passem pela opção de um maior *rigorismo penal*, representado simbolicamente pela tipificação do maior número de condutas possível e pela exacerbação da pena de prisão.

Mas se a demanda criminalizadora é intensa, também é verdade que o Brasil de nossos dias vive um processo dialético em tema de *criminalização x descriminalização*, especialmente no que diz respeito à violência contra a mulher. Ao tempo em que se polemiza a *descriminalização* de condutas tidas como delitos menores (adultério, sedução, casa de prostituição, aborto), discute-se também a *criminalização* (direta) de outras condutas, ainda não tipificadas (como o assédio sexual e a própria violência doméstica)¹².

¹² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência sexual...* p. 89.

Por isso importa, especialmente no âmbito desse estudo, situar a palavra *descriminalização*, a fim de que não reste o óbice do vernáculo a impedir o seu uso, que é o mais adequado para expressar as idéias inerentes aos processos que essa palavra define.

2.1.2. – Alternativas de Descriminalização

A realização funcional do sistema penal traduz-se no fracasso programado que já abordamos, o que impulsiona a busca de alternativas à pena de prisão, traduzida, na visão dos minimalistas, pela *redução* do sistema penal e aplicação da *ultima ratio* em termos de criminalização e carcerização. Segundo Gomes, a política criminal fundada no minimalismo preconiza “mínima intervenção estatal”, com “máximas garantias”¹³.

A proposta seria reduzir o intervencionismo penal, por um lado criminalizando menos e por outro institucionalizando menos, sempre tendo em vista que a solução não pode ser inadequada e que a trivialização deve ser evitada. O discurso do movimento minimalista é o da dinâmica eminentemente dialética, que compreende caminhos de dupla mão, sempre objetivando tratar os conflitos e as condutas desviantes da forma mais adequada e pelas vias mais eficazes

No intuito de conhecer algumas das propostas minimalistas é que agora passa-se a encetar, basicamente com Cervini¹⁴ e Gomes¹⁵, a formulação dos conceitos e classificações que seguem.

2.1.2.1. – Desinstitucionalização

¹³ GOMES, Luiz Flávio. *Direito Penal Mínimo: Lineamento de suas metas*. 1995. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, jan/jun 95. p. 72.

¹⁴ CERVINI, Raúl. *op. cit.*, pp. 68-79.

¹⁵ GOMES, Luiz Flávio. *Direito Penal Mínimo...* (vide nota 12, acima).

A proposta da *Desinstitucionalização*, à luz do discurso minimalista, é a que conduz à opção de institucionalizar o *menos possível*, e apenas em casos definidos como “extremos” – grandes furtos, homicídios, roubos. *Institucionalizar* (ou centralizar) significa atribuir a uma instância formal de controle a resolução do conflito. *Desinstitucionalizar*, portanto, significa justamente o contrário, e expressa a confiança de que a sociedade pode, por si mesma, reagir contra o ato desviado¹⁶.

O movimento abolicionista também apregoa a desinstitucionalização, todavia de uma forma mais radicalizada. Para os abolicionistas, a sociedade encontra-se “colonizada” pela visão institucional, que desconsidera a diversidade humana e, por aí, desrespeita a efetiva igualdade, que decorre justamente dela, diversidade¹⁷. Por isso o único caminho é a abolição do sistema penal, a partir de uma movimentação social intensa e transformadora, no curso da qual outras soluções e respostas para as situações de conflito atendidas institucionalmente possam emergir.

A perspectiva da “gravidade” do delito para fins de criminalização é abordada criticamente pelos abolicionistas. Hulsman refere que os critérios para definir a “gravidade” de um delito – dano efetivo, intensidade do dolo ou culpa – são delineados a partir dos termos da lei, que impõe uma “linha de reação uniforme”, abstraindo os interesses do ofendido e as situações concretas, e ignorando que “*cada situação é única*”, o que torna imprecisa a definição de “gravidade” do ato criminalizado¹⁸.

2.1.2.2. – Descriminalização formal, substitutiva e de fato

¹⁶ GOMES, Luiz Flávio. *Direito penal mínimo...* p.76.

¹⁷ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas...* p. 40.

¹⁸ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas...* pp.101-103.

Parte da reação descriminalizadora que o movimento minimalista representa pode ser definida a partir dos conceitos de *Descriminalização*, *Despenalização* e *Diversificação* e seus respectivos desdobramentos. Não é tema pacífico o conteúdo desses conceitos. Compor os enfoques de vários autores¹⁹, com a terminologia do Comitê Europeu sobre Problemas da Criminalidade, que a própria organização reconhece como arbitrária e provisória, foi o trabalho a que se propôs Cervini, obtendo o seguinte resultado:

Descriminalização é a retirada formal ou de fato de certas condutas do âmbito do Direito Penal, por serem consideradas como *não graves*. Apresenta-se por três formas:

- *Formal, de jure ou em sentido estrito*: por vezes representa o total reconhecimento, legal ou social, do comportamento descriminalizado; outras vezes reflete uma visão diferente do papel do Estado ou do problema humano em si, conduzindo o conflito à esfera do privado e da autocomposição. É o caso, por exemplo, da sedução, do adultério e do aborto, cuja descriminalização vem sendo discutida em vista de fatores como o papel da mulher no universo social e a legitimidade do Estado para promover a persecução penal em nome de valores que a transformação social e dos costumes vem revisando.
- *Descriminalização substitutiva*: consiste na transformação de tipos penais (cujas penas imputadas são menores) em infrações administrativas ou fiscais.
- *Descriminalização de fato*, conforme defendida por Castro, é aquela que ocorre "*quando o sistema penal deixa de funcionar sem que formalmente tenha perdido competência para tal*", ou seja, ainda que ileso, formalmente, a ilicitude imputada à conduta, a efetiva aplicação da pena aos casos concretos e até a persecução penal deixam de

¹⁹ Zaffaroni (1980), Aniyar de Castro (1982:222 ss.) e Reta (1983:25 ss.), citados por CERVINI, *op. cit.* pp. 72 e ss.

acontecer. As origens desse tipo de descriminalização estão situadas, principalmente: a) no filtro da criminalização representado pela sobrecarga da polícia ou do sistema penal²⁰. b) no desconhecimento público da natureza delitiva de certo ato, ou na maior efetividade da composição entre as partes envolvidas, ou ainda na convicção da desproporcionalidade da sanção; c) na busca de subterfúgios para neutralizar a criminalização forçada ou legitimadora daqueles delinqüentes cujo perfil não se encaixa ao estereótipo de criminoso definido pelos agentes formais e informais de controle²¹; d) na discricionariedade do acusador e dos tribunais²².

Gomes, por sua vez, trabalha a classificação dos processos de descriminalização da seguinte forma: a) *formal* (legislativa) e b) *interpretativa* (judicial). Esclarece que a descriminalização legislativa é quase sempre precedida de uma descriminalização “fática”, ou seja, a lei criminal, formalmente vigente, deixa de ser aplicada (aquilo que Castro e Cervini chamam de *descriminalização de fato*). Sobre a descriminalização judicial ou interpretativa, sustenta que a mesma “é direta e imediata porque permite que o aplicador da lei, valendo-se dos princípios limitadores do *ius puniendi estatal*, desde logo restrinja o âmbito do proibido, garantindo maior liberdade de ação para os indivíduos”.

Ainda segundo Gomes, a descriminalização pode ser também *global* ou *setorial*. É *global* quando se retira de maneira absoluta, extensiva, o caráter ilícito do fato (é o que ocorre nos regimes de exceção, onde determinadas condutas, absolutamente lícitas à luz da democracia plena, são criminalizadas enquanto durar o regime, retomando sua licitude plena assim que restabelecida a democracia). A

²⁰ Expressão da “seletividade quantitativa” exercida pelo sistema penal, delineada por ANDRADE, Vera Regina Pereira de, in *A Ilusão...* pp. 263-266.

²¹ Trata-se da “seletividade qualitativa” pela pessoa do agente, também descrita por ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Ilusão...* pp. 259-263.

descriminalização *setorial* ocorre quando a conduta perde o caráter de ilícito *penal*, mas conserva o caráter de ilícito *civil*, *administrativo* ou *fiscal* (Cervini a define como *descriminalização substitutiva*).

Finalmente, Gomes refere também a descriminalização *total* e *parcial*. *Total* quando o caráter ilícito imputado à conduta é totalmente retirado; *parcial* quando o âmbito de incidência da tipicidade é apenas reduzido, como no caso do princípio da insignificância, da adequação social e outros na mesma linha²³.

2.1.2.3. – Despenalização

Despenalização, segundo Cervini, é o ato de reduzir a pena imputada a um delito sem contudo suprimir-lhe o caráter de ilícito penal. O conceito engloba todos os possíveis meios de atenuação e alternativas penais: "*prisão de fim de semana, prestação de serviços de utilidade pública, multa reparatória, indenização à vítima, semi-detenção, sistemas de controle de condutas em liberdade, prisão domiciliar, inabilitação, diminuição do salário e todas as medidas reeducativas dos sistemas penais*"²⁴.

O conceito de Gomes é que "*Despenalizar consiste em adotar processos substitutivos ou alternativos, de natureza penal ou processual, que visam, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, dificultar, evitar, substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão ou sua execução ou, ainda, pelo menos, sua redução*".

A despenalização pode ser promovida por meio de diversos processos distintos, entre eles os *substitutivos penais*, que "substituem"

²² O papel criador do juiz é referido por ANDRADE, Vera Regina Pereira de. In *A Ilusão...* pp. 260-261.

²³ GOMES, Luiz Flávio. *Direito Penal Mínimo...* pp. 78-80.

²⁴ CERVINI, Raúl. *op. cit.*, pp. 75-76.

uma pena já aplicada por sentença condenatória (como nos casos de substituição de pena privativa de liberdade por multa ou por pena restritiva de direito - art. 44, I e 60, § 2º do Código Penal) e os chamados *despenalizadores alternativos* (aplicadores de penas alternativas, como é o caso do art. 34 da lei de contravenções penais). Podem ainda ser classificados em *consensuais* (operacionalizados a partir da adesão das partes) ou *não consensuais* (impostos por decisão judicial)²⁵.

2.1.2.4. – Diversificação

Diversificação, de acordo com Cervini, "*significa a suspensão dos procedimentos criminais em casos em que o sistema de justiça penal mantém formalmente sua competência*", remetendo o problema às partes envolvidas, com ou sem a interveniência de um organismo externo, que pode ser estranho ao sistema penal formal. A idéia é buscar, inclusive e principalmente fora do sistema, respostas que ele (sistema) não pode oferecer, visando, em especial, a solução dos conflitos que as condutas criminalizadas encerram.

A proposta revela uma intensa relação com o pluralismo jurídico enquanto resposta à crise vigente do monismo jurídico. Segundo Andrade, *monismo jurídico* é o modelo de Direito "*instaurado na modernidade, ... que identifica o Direito com a Lei, ou seja, com o Direito Positivo estatal e, ao mesmo tempo, deposita neste a crença na solução de todos os problemas sociais*"²⁶. Essa crise determinou a gênese de um movimento acadêmico de reforma que defende a proposta de

"(...) um novo pluralismo jurídico (designado de comunitário-participativo) configurado num modelo aberto e democrático, privilegiando a participação direta dos sujeitos sociais na

²⁵ GOMES, Luiz Flávio. *Direito Penal Mínimo...* pp. 80-82.

²⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Criminologia e Feminismo...* p. 43.

*regulação das instituições-chave da Sociedade e possibilitando que o processo histórico se encaminhe pela vontade e controle das bases comunitárias*²⁷.

Segundo Wolkmer, o pluralismo jurídico defende, a partir da incapacidade funcional do Estado para resolver os conflitos, a legitimidade do “poder societário” para instituir instâncias informais, extrajudiciais, concebidas e gestadas pela própria sociedade, sem necessária vinculação com os órgãos do Estado, que possam ser operacionalizadas através de “*práticas pluralistas alternativas, a nível de legislação e jurisdição, instituídas à margem da juridicidade posta pelo Estado*”. Dentre os “fatores de produção” para a resolução de conflitos que elenca estão “*novas modalidades não-institucionais de mediação, conciliação, juízos arbitrais e júri popular*”, entre outros²⁸.

Segundo Cervini, no Canadá serve como exemplo de diversificação o sistema que administra as situações intrafamiliares de maus tratos a crianças e adolescentes. Os tribunais competentes nomeiam curador ao menor maltratado e delegam ao mesmo poder para encarregar-se de resolver o conflito, salvo em casos extremos, que exijam medidas mais rigorosas. É o tratamento do conflito à margem do sistema penal, buscando antes a solução do conflito que a criminalização e/ou penalização dos adultos responsáveis²⁹.

As opções de *diversificação* são também defendidas e adotadas pelo movimento abolicionista. Hulsman refere as “estruturas paralelas”, defendendo a possibilidade de descriminalização através da ativação de instrumentos estranhos ao sistema, que tornem desnecessária a atuação

²⁷ WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico Fundamento de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994. p. 69.

²⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. *op. cit.* pp. 255-277.

²⁹ CERVINI, Raúl. *op. cit.*, p. 76.

deste último³⁰.

Nils Christie, abolicionista norueguês, prega a mobilização social para o enfrentamento de conflitos, e defende os “comitês de mediação”, instalados no cerne da sociedade civil, como alternativa funcional à atuação do sistema penal³¹. É Christie também quem relata que a Noruega regulamentou sistema que permite às prefeituras criar e operacionalizar órgãos extra-penais destinados a solucionar conflitos dos quais decorram infrações menores, tais como vandalismos, pequenos furtos, brigas de rua, etc³².

Cervini refere ainda que no Canadá formou-se, em 1985, a rede *Network for Community Justice and Conflict Resolution*, a qual oferta um escopo de interação entre mediadores, advogados, docentes, pesquisadores e operadores da justiça criminal. Atua sob vários enfoques, oferecendo opções para o tratamento, inclusive, de problemas familiares e das vítimas. Oferece programas como o de mediação comunitária, reconciliação delinqüente-vítima, grupos de auto-ajuda para vítimas de abusos sexuais, entre outros³³.

Estes apenas alguns exemplos de diversificação. Eles refletem possibilidades concretas de alternativas extra-penais para problemas e conflitos que o sistema não tem enfrentado com eficiência. Entretanto, são numerosos os obstáculos opostos às propostas de descriminalização. Verdade que, conforme já se ressaltou, a dinâmica dos processos de criminalização e descriminalização é dialética. Mas a

³⁰ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. *Penas Perdidas...* pp.105-106..

³¹ CHRISTIE, Nils. *Civilidade e Estado*. Tradução de CAREIRO, Beatriz Scigliano. In *Conversações Abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. Organizadores: Edson Passetti, Roberto Baptista Dias da Silva. São Paulo: IBCCrim, 1997. pp. 241-257.

³² CHRISTIE, 1989:139, citado por CERVINI, *op. cit.* p.77.

³³ CERVINI, Raúl. *Vitimização mediante o processo penal: alternativas de diversificação*. Anexo em *Os Processos ...* pp. 241-246.

resistência à descriminalização é sempre maior. A natureza desses entraves é o que pretendemos abordar em seguida.

2.2. – OBSTÁCULOS À DESCRIMINALIZAÇÃO

Em 1995, revista de informação de circulação nacional³⁴ publicou artigo de Julita Lemgruber³⁵, sob o título “*Encher cadeia não resolve*”, no qual a autora enfoca o tema da carcerização como forma de “combate à criminalidade”, e conclui pela ineficácia da pena de prisão como instrumento para a realização desse fim almejado.

Na apresentação do Censo Penitenciário desse mesmo ano (1995), o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Paulo R. Tonet Camargo, enfatiza que dos presos condenados (71,4% do total), aproximadamente 30% (29,8%) encontram-se recolhidos em cadeias públicas e delegacias, o que revela mais que uma escassez de vagas no sistema – antes reflete a necessidade de se “*buscar outro tipo de solução para a crise do sistema penitenciário brasileiro*”³⁶.

Os dados coletados pelo Censo de 1995 refletem um crescimento significativo da população carcerária oficialmente conhecida em relação ao de 1994: em 1994 foram contabilizados 129.169 presos no Brasil, 88 para cada 100.000 habitantes³⁷; em 1995, em parte devido à inclusão dos presos que, condenados ou não, encontram-se recolhidos

³⁴ Revista VEJA, edição de 12 de julho de 1995, p. 134.

³⁵ A autora, enquanto conselheira do CNPCP, coordenou a equipe técnica que realizou o Censo Penitenciário de 1995.

³⁶ O Censo de 1995 foi o primeiro a tentar determinar o número total de presos no país, considerados inclusive aqueles que, condenados ou não, permanecem recolhidos nas carceragens de delegacias ou cadeias públicas (vide *Censo Penitenciário de 1995*, Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, pp. 9-10).

³⁷ *Censo Penitenciário Brasileiro de 1994*. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – Ministério da Justiça.

ao xadrez das delegacias e/ou em cadeias públicas, esse número salta para 148.760 presos no total - 95,5 para cada 100.000 habitantes.

Os números demonstram que a pena de prisão ainda é a *alternativa-mor* eleita pelo sistema penal como “resposta à criminalidade”³⁸. Contra os 148.760 detentos contabilizados, apenas 1.895 pessoas cumpriam penas restritivas de direito, em todo o Brasil, por ocasião da realização do Censo de 1995.

Apesar das estatísticas e pesquisas demonstrarem que o caminho da carcerização e da institucionalização é irracional e inoperável, além de muito *caro*³⁹, e mesmo com a constatação científica de que a descriminalização, nas suas variadas modalidades, é uma estratégia operacionalmente viável, o número de condutas tipificadas continua crescendo, e, especificamente no Brasil, na dupla via *criminalização x descriminalização*, a faixa criminalizadora é a que registra a movimentação mais intensa. Isso revela que os *processos de descriminalização* tem sido obstaculizados por vários fatores, inclusive pela “demanda criminalizadora” em pauta na atualidade.

Andrade afirma que as demandas de expansão do sistema penal traduzem vários anseios. Existe, assim, uma “demanda criminalizadora” que se volta contra a criminalidade do colarinho branco; uma segunda que expressa pleitos dos “novos movimentos sociais” (inclusive o feminismo) e uma terceira preconizada pelos ditos movimentos de “Lei e Ordem”, que se utilizam intensamente da mídia⁴⁰.

³⁸ Considerada a ótica do paradigma da reação social, marco teórico eleito nesse trabalho, sabemos que, na verdade, o sistema não “*responde à criminalidade*”, mas sim a constrói na medida em que criminaliza seletivamente (vide Capítulo I).

³⁹ O *Censo Penitenciário de 1995* informa que o custo médio mensal do preso no Brasil era, à época de R\$ 364,71 (p. 16).

⁴⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Criminologia...* p. 43.

A atuação dessas forças vivas, em especial através da mídia, dificultam e retardam os processos de descriminalização, na medida em que modulam a opinião pública, realimentando a ilusão do sistema como agente eficaz de “controle da criminalidade”. Ora, dentre os diversos mecanismos formadores da opinião pública especial relevância deve ser reconhecida aos meios de comunicação, que, segundo Zaffaroni, permitem a perpetuação e difusão dos discursos justificadores do sistema penal, além de produzir os medos e reproduzir os conflitos que servem para cada conjuntura⁴¹, influenciando, dessa forma, a atuação legislativa.

Tem-se, enfim, a conclusão de que a informação acaba por construir a realidade, ao invés de simplesmente refleti-la. Diante disso, é elevado o potencial dos meios de comunicação como reprodutores da violência. Com ou sem razão, a exacerbação da violência a partir de mecanismos inerentes a esses meios de comunicação tende a plasmar o temor ao crime e a falta de confiança recíproca no seio da sociedade, o que deságua na ampliação do sistema penal e obstaculização a quaisquer tentativas de descriminalização.

Também entre os fatores que *favorecem a criminalização* está a visão *acrítica* que os agentes da justiça acabam adotando em relação à dogmática penal enquanto instrumental teórico capaz de garantir efetivamente a igualdade e a segurança jurídicas⁴². Ou seja, os operadores do subsistema da justiça penal tendem a acolher, acriticamente, o discurso da dogmática, acreditando que o sistema penal está sendo operacionalizado, no plano real, acorde com esse discurso. Desse jeito multiplicam a atuação seletiva do sistema e facilitam a

⁴¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *op. cit.*, p. 133 e ss.

⁴² No Capítulo I abordamos, basicamente com Andrade, a função *neutralizadora* da ciência penal – vide Cap. I, item 1.1.

criminalização. A atuação dos legisladores também acaba obedecendo essa mesma lógica⁴³.

Outro fator preponderante a impedir a descriminalização é o temor de que as condutas descriminalizadas venham a proliferar incontrolavelmente⁴⁴. Cada vez que se acena, por exemplo, com a possibilidade de descriminalização do uso de drogas leves, como fez, em passado recente, o Ministro da Justiça Nelson Jobim, o assunto reverbera em debates acalorados, e a imagem é de jovens e até crianças fumando maconha a cada esquina, sem qualquer controle. Nada, entretanto, confirma esses temores. As propostas de descriminalização do uso de drogas passam normalmente pela proposta da descarcerização e tratamento (se for o caso) do usuário, não da liberação irrestrita.

Por fim, entrave também considerável com que se defronta qualquer tentativa de descriminalização é o *perigo de autodefesa*, assim denominadas por Cervini as ações e reações voltadas à proteção do grupo social: forças policiais privadas, sistemas judiciais paralelos e outras formas de vingança individual e justiça privada. Esses acontecimentos certamente dão margem à argumentação de que o enfraquecimento do sistema é que os enseja, mas não existe uma comprovação inequívoca de que haja uma ligação efetiva entre episódios de descriminalização e fenômenos de vingança privada e congêneres⁴⁵.

Outros obstáculos específicos existem, e poderiam ser aqui pontuados. Entretanto, basta dizer que todos podem ser resumidos na *profissão de fé* que as forças vivas da sociedade ainda fazem no sistema penal e no seu discurso oficial – o da igualdade e da segurança jurídica que ele refere ser capaz de oferecer. É a partir da desmistificação desse

⁴³ A respeito ver CERVINI, Raúl, *op. cit.* p.83.

⁴⁴ CERVINI, Raúl. *op. cit.* p. 85.

⁴⁵ CERVINI, Raúl. *op. cit.*, p. 94.

discurso que os entraves poderão ser deslocados, para que se conheça realmente “a Máquina” de que fala Hulsman:

“Você acredita poder defender o sistema. Você diz: “Existe o Código Penal, que descreve – e limita – as condutas puníveis; existe o Código de Processo Penal, que garante que nenhum cidadão poderá ser preso arbitrariamente; os juízes são independentes do Poder Executivo; os processos são públicos... e os Tribunais velam pela regularidade de todo o procedimento”... Eu sei: é isto que se explica na Universidade. E este tipo de raciocínio, repetido no discurso oficial de outras instituições, é propalado tal e qual na sociedade pela mídia. Mas, será que todas estas regras formais, todos estes princípios que pretendem edificar uma justiça serena e imparcial, realmente protegem as pessoas de qualquer constrangimento arbitrário? E será que são válidos para a sociedade atual?”⁴⁶

2.3. – OS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS NO CONTEXTO DA DESCRIMINALIZAÇÃO

A criação dos Juizados Especiais Criminais veio atender parte da demanda reformista vigente há décadas no seio do pensamento jurídico brasileiro.

O tema da efetividade e instrumentalidade do processo penal em face do Direito material e dos valores sociais vigentes fez com que fossem revistas posições cristalizadas no código de 1940, como a indisponibilidade absoluta da ação penal, a apropriação do conflito pelo Estado (que redundava na completa exclusão da vítima do contexto do processo), a pena de prisão como resposta indeclinável à conduta

⁴⁶ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. *Penas Perdidas...* p. 57.

desviada, e ainda que fossem (re)valorizados princípios como o da oralidade, da imediação, da identidade física do Juiz e da concentração, tudo em nome de uma justiça simplificada e mais célere, capaz de respostas mais eficazes.

Traçando a trajetória histórica dos Juizados Especiais Criminais, que culminou com a edição da lei nº. 9099, de 26 de setembro de 1995, é hora de se compor a crítica honesta da reforma penal por ela representada, reconhecendo méritos e omissões, estas últimas em especial quanto ao *tratamento linear* dispensado pelo texto da lei às assim denominadas *infrações de menor potencial ofensivo*. Este o nosso objetivo nesse momento do trabalho.

2.3.1. – Breve histórico da criação dos Juizados Especiais Criminais no Brasil

Causando intensa polêmica, que culminou no Supremo Tribunal Federal, os Estados do Mato Grosso do Sul (em 1990, através da lei estadual nº. 1071) e do Mato Grosso (em 1993, pela lei nº. 6176) tomaram a vanguarda na regulamentação do art. 98 do Texto Constitucional de 1988. Aos Estados pioneiros juntou-se, depois, a Paraíba.

Comentando a iniciativa dos dois primeiros Estados, ainda antes da edição da lei federal, Gomes asseverava que

“A salutar e oportuna ousadia dos dois Estados, que conseguiram superar o patamar do nefasto abulismo, desencadeou no nosso país o (já tardio) processo revolucionário da efetiva tutela jurisdicional e constitucional dos direitos humanos de todos os

que se envolvem com o fenômeno criminal (infrator, vítima e sociedade)”⁴⁷.

Mas a discussão sobre a constitucionalidade das leis estaduais instalou-se de forma ampla no cenário nacional. Enquanto alguns defendiam a necessidade de promulgação de lei federal, para a regulamentação da norma constitucional (como Grinover⁴⁸), outros (como Gomes), aplaudiam a adoção de iniciativas que implementavam no país a política da oralidade, da celeridade, da economia e da racionalidade, e proclamavam inútil e infértil a discussão acerca da constitucionalidade da iniciativa legislativa dos Estados pioneiros.

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha por fim decidido que a criação dos juizados criminais pelos Estados dependia de lei federal, e decretado a inconstitucionalidade de norma estadual que outorgasse competência penal a juizados especiais⁴⁹, a iniciativa dos Estados pioneiros vingou, cumprindo seu papel, sobrevivendo a edição da lei federal.

Na verdade, o anteprojeto que resultou na lei federal respectiva nasceu antes até da promulgação da Constituição de 1988, sob a forma de proposta ofertada por dois juizes de São Paulo⁵⁰ à Associação Paulista de Magistrados e colocada sob o crivo de grupo de trabalho constituído por ordem da presidência do Tribunal de Alçada daquele Estado, integrado por juristas de renome⁵¹.

⁴⁷ GOMES, LUIZ FLÁVIO, em notas e comentários traçados *in* CERVINI, Raúl. *op. cit.*, p. 80.

⁴⁸ GRINOVER, Ada Pellegrini. GOMES FILHO, Antônio Magalhães. FERNANDES, Antonio Scarance. GOMES, Luiz Flávio. *Juizados Especiais Criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995*. São Paulo: RT, 1995, p. 11.

⁴⁹ HC 71713-PB e HC 72582-1-PB. Conforme GRINOVER, Ada Pellegrini *et al. op. cit.*, p. 12.

⁵⁰ Pedro Luiz Ricardo Gagliardi e Marco Antônio Marques da Silva.

⁵¹ “Constituíram o grupo de Trabalho os juizes do TACRIM Antônio Carlos Viana dos Santos, Manoel Carlos Vieira de Moraes, Paulo Costa Manso, Ricardo Antunes Andreucci e Rubens Gonçalves. Foi convidada para integrar o grupo a professora Ada Pellegrini Grinover, titular de processo penal na Faculdade de Direito da USP,

O grupo acabou optando por elaborar substitutivo, que foi discutido na seccional da OAB em São Paulo, e foi mesclado com sugestões de representantes de todas as categorias jurídicas, resultando no anteprojeto finalmente apresentado ao Deputado Michel Temer. Esse anteprojeto, concebido pelo grupo paulista, transformou-se no projeto de lei nº. 1480/89, iniciando-se a tramitação legislativa, ao tempo em que surgiram propostas e projetos paralelos, inclusive projeto de lei do Deputado Nelson Jobim.

O Deputado Ibrahim Abi-Ackel, relator de todas as propostas na comissão de constituição e justiça da Câmara, selecionou, para o âmbito penal, o projeto Michel Temer, e para o cível o projeto Nelson Jobim, unificando os dois projetos num substitutivo que, depois de tramitar pelo senado e sofrer drástica redução, foi retomado na câmara e aprovado definitivamente, transformando-se na lei nº. 9099, de 26.09.95.

2.3.2. – O modelo de Justiça Criminal (re)definido pela lei nº. 9099/95

O modelo de justiça criminal adotado no Brasil, marcado mais recentemente pela edição da lei dos crimes hediondos, em 1990, insere-se no contexto de um sistema penal de tendência eminentemente "paleorepressiva", marcado por posturas como a de endurecimento das penas, corte de direitos e garantias fundamentais, tipificações novas e agravamento da execução penal⁵². Embora conviva dialeticamente com o movimento reformista que gestou a lei nº. 9099/95, o sistema penal vigente é fortemente influenciado por um segundo movimento, de

encarregada pelo Grupo de apresentar-lhe o resultado de seus estudos. Esta, por sua vez, valeu-se da colaboração de seus colegas de Faculdade, Procuradores da Justiça Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes" (GRINOVER, Ada Pellegrini et al. op. cit. p. 12).

⁵² GRINOVER, Ada Pellegrini et al. op. cit., p. 15.

“relegitimação expansionista”, que se traduz numa demanda de criminalização já antes abordada, nesse mesmo capítulo⁵³.

Até o advento da lei n.º. 9099/95 o movimento expansionista de que fala Andrade vinha obtendo respostas endurecedoras, como a lei dos crimes hediondos e a lei de combate ao crime organizado. No outro pólo, as forças reformistas reivindicavam a revisão do modelo clássico de sistema penal e, especificamente, a regulamentação, a nível federal, do disposto no art. 98, I da Constituição de 1988.

Esse o clima do advento da lei n.º. 9099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais a nível nacional, na esteira da iniciativa pioneira dos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraíba. Não é de se espantar que, contra esse pano de fundo, a lei tenha sido focalizada como uma reforma importante no sistema penal e processual penal brasileiro.

Delineando esse modelo, sem deixar de lhe atribuir os méritos devidos, pretende-se conceber uma visão crítica na qual deve encaixar-se, num momento futuro desse trabalho, o tema da violência doméstica.

a) *O modelo consensual da lei n.º. 9099/95:*

O texto da lei federal regula, a partir do art. 60, o funcionamento dos Juizados Especiais Criminais, delineando sua competência e estabelecendo normas penais, processuais e de procedimento, além de cuidar da execução da pena.

Tocante ao aspecto indiciário, prevê que a autoridade policial, ao tomar conhecimento de ilícito encampado pela competência dos Juizados,

⁵³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Criminologia e Feminismo...* p. 43-44.

ou seja, *infração de menor potencial ofensivo* (art. 61)⁵⁴, lavrará *termo circunstanciado*, que encaminhará imediatamente ou em data próxima (designada pela própria autoridade policial) ao Juizado, com o autor e a vítima, depois de requisitados os exames periciais necessários (art. 69).

Esse *termo circunstanciado* deve configurar-se numa peça informativa enxuta, “*nada mais do que um boletim de ocorrência um pouco mais detalhado*”, do qual constem a qualificação do autor do fato e da vítima, a relação de testemunhas e breve histórico do ocorrido”⁵⁵.

Remetido o termo circunstanciado à esfera judicial, o primeiro ato a ser praticado é a *audiência preliminar* de que trata o art. 72, na qual acontecerá a atividade conciliatória, momento em que deverá o autor do fato contar com orientação técnica habilitada, sendo indispensável a presença de defensor.

Já com os procedimentos policiais inicia-se a chamada *fase preliminar*, que, a partir da audiência de que trata o art. 72 assume um contorno essencialmente consensual, que precede o procedimento propriamente dito. É nessa fase que têm lugar quatro hipóteses descriminalizadoras⁵⁶: 1º) a composição dos danos, que resulta na extinção da punibilidade (art. 74 e § único); 2º) a transação penal, configurada a partir da aplicação imediata de pena alternativa (restritiva ou de multa – art. 76); 3º) a necessidade de representação para os crimes

⁵⁴ Assim consideradas, segundo o texto literal do artigo, “*as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial*”.

⁵⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini. GOMES FILHO, Antônio Magalhães. FERNANDES, Antonio Scarance. GOMES, Luiz Flávio. *op. cit.*, p. 98.

⁵⁶ BRANDÃO comenta a lei nº. 9099/95 colocando o seguinte: “*Adotando a classificação acima, pode-se dizer que se trata de uma lei que opera uma descriminalização substitutiva. Aliás, a Lei nº. 9.099/95 vai além da descriminalização alternativa descrita por Raúl Cervini, uma vez que as medidas nela previstas são alternativas ao processo e não à pena.*” (in BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.* p. 115). Como veremos, a posição não é unânime. GRINOVER *et al* defendem que as hipóteses da lei são meramente despenalizadoras.

de lesões corporais leves ou culposas (art. 88) e 4º) a possibilidade de suspensão condicional do processo nos crimes onde a pena mínima seja igual ou inferior a um ano (art. 89).

Conduzida por juiz togado ou leigo, ou ainda por conciliador, a audiência preliminar, nos casos em que couber, deverá servir, num primeiro momento, para promover a solução do conflito entre autor e vítima, através da composição dos danos. Concretizada, essa composição opera duplo efeito. O primeiro incide na esfera cível, posto que, *“reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente”* (art. 74, *caput*). O segundo ocorre na esfera criminal, já que *“o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação”* (parágrafo único do art. 74).

Obviamente que, não ocorrendo a composição, porque infrutífera a conciliação, não é *dever*, mas *direito* da vítima formular a queixa ou representação. Pode ela optar pela renúncia expressa a esse direito, de imediato, ou ainda resguardar-se o direito de fazer uso dele no prazo decadencial de lei, que é de seis meses⁵⁷.

A *transação penal* é a segunda medida alternativa prevista na lei. Nos casos de ação penal pública incondicionada em que não houver composição dos danos e a vítima oferecer a representação dentro do prazo decadencial, passa o Ministério Público a efetivamente atuar, dentro do princípio da “discrecionabilidade regulada”⁵⁸, no pleno uso de sua titularidade em sede penal.

⁵⁷ BRANDÃO observa que “...a Lei n.º 9.099/95 não modificou o prazo decadencial de seis meses para qualquer das hipóteses de representação. Com isso, a norma presente no art. 91 é, evidentemente, de caráter transitório, valendo somente para os inquéritos e processos em andamento na data de sua entrada em vigor.” (BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.* p. 125).

⁵⁸ Assim referida pelo Deputado Michel Temer na exposição de motivos do Anteprojeto de Lei n.º 1480/89, que depois deu origem à lei.

Incumbe-lhe, aí, a análise do caso concreto para optar entre o oferecimento imediato de proposta de transação ou não, já que pode ocorrer hipótese de arquivamento da peça informativa (por exemplo, se o fato não constituir conduta típica), caso em que não se há de falar em transação, “*posto haver evidente constrangimento na aplicação de qualquer medida, mesmo que não penal*”⁵⁹. A análise dos fatos, aqui referida, aplica-se, certamente, também aos casos de ação penal pública incondicionada.

O promotor de justiça, antes de optar pela transação, deverá atentar às condições objetivas dos incisos I e II do § 2º do art. 76. Não é admissível a transação penal quando o agente já tiver sido condenado à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva (inciso I) e quando já tiver se utilizado do benefício anteriormente, no prazo de cinco anos (inciso II).

Existe ainda uma terceira situação, essa de caráter subjetivo, de não admissão da proposta, qual seja: “*não indicarem os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida*” (inciso III do § 2º do art. 76).

Se optar pela não formulação da proposta com base nesse dispositivo, o órgão do Ministério Público deverá fundamentar seu entendimento, registrando-o na ata de audiência. Se não houver fundamentação por parte do Ministério Público, conforme Brandão deverá o Juiz encaminhar normalmente a transação, já que descumprido o poder-dever do referido agente de controle. Mas havendo a fundamentação, de acordo com o autor citado deve ocorrer a aplicação analógica do art. 28

⁵⁹ BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.*, p. 128.

do Código de Processo Penal, visto que a situação envolve elemento de convicção⁶⁰.

Optando o Ministério Público pela formulação da proposta, iniciam-se as tratativas consensuais entre o autor do fato e o titular da ação penal, ou seja, o promotor de justiça. A proposta deve contemplar qualquer das hipóteses do *caput* do art. 76, vale dizer, aplicação de medida alternativa restritiva de direitos ou multa, atendida, sempre, a ordem de prioridade estabelecida no art. 62. Entretanto, a impossibilidade de obter-se a reparação dos danos não pode obstar a transação.

Formulada a proposta, e aceita a mesma pelo acusado e por seu defensor, o juiz a apreciará e homologará, desde que não exista vedação legal expressa. O parágrafo 4º do art. 76 menciona “*aplicação de pena restritiva de direitos ou multa*”, mas não existe cunho condenatório nessa decisão, tanto que não importa em reincidência. Ao juiz assiste a faculdade de alterar as condições da proposta, homologando-a de forma diversa. Da decisão cabe apelação (art. 76 § 5º c/c art. 82), sendo ela pela homologação ou não.

A impossibilidade de efetivação da transação penal, por qualquer dos motivos elencados no art. 77, *caput*, ensejará o encerramento da fase preliminar. Segue-se o implemento do procedimento sumaríssimo, pelo oferecimento oral da denúncia ou queixa, salvo no caso de necessidade de diligências imprescindíveis, ou da constatação de que a complexidade ou circunstâncias do caso recomendam a remessa das peças ao juízo comum, na forma prevista no art. 77, §§ 2º e 3º c/c art. 66, parágrafo único.

⁶⁰ BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.*, p. 131.

Nas infrações abrangidas pela lei, uma vez oferecida a denúncia sobrevem a derradeira possibilidade de aplicação de medida alternativa ao processo contemplada pela lei n.º. 9099/95, qual seja, a proposta de suspensão condicional do feito, prevista no art. 89.

Se o denunciado não estiver sendo processado nem tiver sido condenado por qualquer outro crime, e estiverem presentes os requisitos do *sursis* (art. 77 do Código Penal), já no oferecimento da denúncia o promotor proporá a suspensão; sendo esta aceita pelo acusado e seu defensor, será determinada pelo juiz, que imporá as condições especificamente definidas no § 1º do art. 89 e outras mais que entender adequadas (§ 2º do mesmo artigo).

O art. 89 também prevê a suspensão condicional do processo para crimes não abrangidos pela lei n.º. 9099/95, desde que a pena mínima cominada ao tipo seja igual ou inferior a um ano e desde que presentes os requisitos legais já mencionados.

Como já se disse, trata-se aqui de medida alternativa ao processo, que estabelece período de prova para o agente, compreendido entre dois e quatro anos (art. 89, *caput*). Vencido, sem a incidência da revogação da medida, o período de prova imposto, será declarada extinta a punibilidade, nos termos do parágrafo quinto do art.89.

O prosseguimento da ação penal sobrevirá, durante esse período, a qualquer momento, se o beneficiado vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, injustificadamente, a reparação do dano (§ 3º do art. 89). Poderá ainda ser revogada se vier o agente a ser processado por contravenção ou descumprir qualquer condição imposta (§ 4º do art. 89). Nas hipóteses do parágrafo terceiro a revogação é obrigatória. Nas do parágrafo quarto é facultativa, a critério do juízo, que deverá, nessa

última hipótese, tomar em conta circunstâncias como a gravidade da falta, a postura do acusado, etc⁶¹.

b) *Descriminalização ou despenalização?*

A audiência preliminar de que trata o art. 72 da lei nº. 9099/95 é o momento onde acontecem as situações mais inovadoras. É o caso da *composição dos danos cíveis* e da *transação penal*. Num segundo momento, já instaurado o procedimento, tem-se, ainda, a suspensão condicional do processo.

Temos que a fase preliminar do processo, instalada na sistemática processual penal a partir do advento da lei nº. 9099/95, aproxima-se da *descriminalização substitutiva* definida por Cervini, mas consolida, na verdade, uma forma ampliada de *descriminalização*, já que as medidas que prevê são alternativas ao *processo* e não à *pena*, como ressalta Brandão⁶².

Nesse ponto cumpre lembrar que existe dissenso na interpretação. Grinover *et al* defendem que a lei rompe o princípio do *nulla poena sine iudicio* e até possibilita a aplicação da pena sem condicioná-la à prévia discussão da culpabilidade⁶³. Já Lopes, Demerciam e Maluly, sustentam que as medidas aplicáveis nos casos de composição de danos e transação não se caracterizam como sanções de caráter penal, justamente porque em nenhuma dessas hipóteses há qualquer reconhecimento de culpa por parte do agente⁶⁴.

⁶¹ GRINOVER, Ada Pellegrini *et al. op. cit.*, p. 232.

⁶² Vide nota 56, deste Capítulo.

⁶³ GRINOVER, Ada Pellegrini *et al. op. cit.*, p. 14.

⁶⁴ Maurício Ribeiro Lopes, Pedro Henrique Demerciam e Jorge Assaf Maluly citados in BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.* p. 115.

De fato, a segunda posição é a mais acertada, já que a aplicação de pena sem a instalação do contraditório, com oportunidade de defesa e produção de provas, e sem o reconhecimento judicial da ocorrência do tipo penal respectivo implicaria em evidente desrespeito a princípios constitucionais pétreos, como o do devido processo legal (art. 5º, LIV da CF/88) e da ampla defesa (art. 5º, LV da CF/88).

Assim, ainda que o texto da lei utilize a expressão “pena” para referir-se à medida alternativa adotada (multa ou restrição de direito), esta, na verdade, tem um conteúdo diverso, tanto que não vai gerar reincidência, não vai repercutir nos antecedentes do agente e nem na esfera cível para efeito de reparação.

c) Ação Penal Privada, Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo .

Situação que merece enfoque detalhado e específico é a dos crimes de ação penal privada, nos quais o titular da ação não é o Órgão do Ministério Público, mas a parte ofendida. A situação da incidência do disposto nos artigos 76 e 89 da lei nos casos de ação penal privada vem sendo objeto de discussão doutrinária desde a sua edição.

A ação penal privada, na verdade, constitui-se na transferência excepcional do direito de punir, detido habitualmente pelo Estado, ao ofendido, em casos nos quais o legislador entendeu que a situação de conflito configurada em ato típico afeta, no dizer de Tourinho Filho,

“tão profunda e assinaladamente a esfera íntima do cidadão que, em face do conflito de interesses entre a necessidade de reprimi-las e o respeito à intimidade pessoal da vítima e de sua família, o

*Estado prefere deixar ao arbítrio do ofendido a apreciação dos interesses familiares, íntimos e sociais que podem estar em jogo*⁶⁵.

São, portanto, situações de criminalização em que o acusador não é o Promotor de Justiça, mas a própria parte ofendida ou quem a represente.

Considerando-se que o artigo 76 da lei nº. 9099/95 estabelece textualmente que a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa só é formulável nos casos em que houver representação ou tratar-se de ação penal pública incondicionada, há quem compreenda que está excluída a possibilidade de transação penal nos casos de ação penal privada. Nesse sentido a Súmula 12 da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo sobre a Lei dos Juizados Especiais Criminais⁶⁶.

Outros juristas, entretanto, como Grinover e Gomes, entre outros, adotam posição contrária, entendendo que *“O disposto no artigo 76 abrange os casos de ação penal privada”*, conforme literalmente concluiu a Comissão Nacional para a interpretação da Lei 9.099/95, da Escola Superior da Magistratura⁶⁷.

Grinover *et al*, em defesa de sua posição, sustentam que, no contexto da Justiça Criminal consensual inaugurada pela lei nº. 9099/95, *“não existem razões ponderáveis para deixar à vítima somente duas*

⁶⁵ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal Comentado*. São Paulo: Saraiva. 1997. 2ª ed. Vol. I, p. 75.

⁶⁶ JESUS, Damásio E. de. *Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada*. São Paulo: Saraiva. 1996. P. 79. O autor, que menciona posição contrária a essa interpretação, adota a corrente.

⁶⁷ GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.*, *op. cit.*, p. 96, esclarece: *“A Escola Superior da Magistratura instituiu Comissão Nacional para a interpretação da Lei 9.099/95, presidida pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e composta dos Ministros Luiz Carlos Fortes de Alencar e Ruy Rosado de Aguiar Júnior, dos Desembargadores Weber Martins Batista, Fátima Nancy Andrigli e Sidnei Augusto Beneti, dos Professores Ada Pellegrini Grinover e Rogério Lauria Tucci e do Juiz Luiz Flávio Gomes.”* À p. 123 a autora, defendendo a posição da Comissão, cita a referida conclusão.

alternativas: buscar a punição plena ou a ela renunciar”, como acontecia no processo penal tradicional. Afirmando que nesse novo contexto pode o juiz aplicar à ação penal privada, por analogia, o disposto na primeira parte do artigo 76, comentam:

*“A vítima, que viu frustrado o acordo civil do art. 74, quase certamente oferecerá a queixa, se nenhuma outra alternativa lhe for oferecida. Mas, se pode o mais, por quê não poderia o menos? Talvez sua satisfação, no âmbito penal, se reduza à imposição imediata de uma pena restritiva de direitos ou multa, e não se vêem razões válidas para obstar-se-lhe a via da transação que, se aceita pelo autuado, será mais benéfica também para este.”*⁶⁸

Tocante à suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da lei, também ocorre dissenso. Vanhoni Filho, em artigo publicado na Revista da Associação Paulista do Ministério Público, argumenta que *“A suspensão do processo, que guarda pertinência com as infrações de menor e de médio potencial ofensivo, se vincula de modo íntimo e unicamente com a ação penal pública, cuja promoção privativa, a teor do artigo 129, inciso I, da Constituição da República, se dá pelo Ministério Público, na forma da lei”*. O autor embasa sua posição na natureza do instituto, que, segundo entende, não constitui direito público subjetivo do réu, por configurar negócio jurídico-processual que depende da vontade de ambas as partes (agente e Ministério Público). E sustenta:

“Se o crime, ainda que a ele se comine pena mínima inferior ou igual a um (1) ano, for de ação penal particular, a Lei 9.099, no artigo 89, não abre hora e vez para a suspensão do processo. Ora, na hipótese do jus accusationis afeto ao particular, assiste-lhe a faculdade, não só de instaurar a ação penal, mas também

⁶⁸ GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *op. cit.*, p. 122.

*de, cumprindo os ônus que lhe são inerentes desenvolvê-la até final julgamento, para que o Poder Judiciário concretize, acaso haja procedência, o jus punitonis”*⁶⁹.

Entendimento contrário, defendido por Amaral, vislumbra a suspensão condicional do processo como “*direito público subjetivo*” do autor do fato, sustentando nessa natureza, que atribui ao instituto, a possibilidade de suspensão condicional do processo em ação penal privada. Delineando como “*direito subjetivo ... aquele interesse individual juridicamente protegido. Ou ainda: a possibilidade da pessoa exigir ou postular algo que a lei ou ordenamento jurídico lhe assegura como próprio*”, o autor defende ser esta a hipótese em tela, argumentando que “*seria um contra-senso jurídico e contrário às normas hermenêuticas, impedir-se alguém que tem a disponibilidade da ação de propor a suspensão que é o mínimo em relação ao máximo que é a própria ação penal*”⁷⁰.

Vale registrar que Grinover *et al*, num posicionamento que se revela algo contraditório, entendem que, no caso da suspensão condicional do processo, o benefício não se aplica aos casos de ação penal privada, porque nesta, “*havendo qualquer tipo de acordo entre as partes, dá-se o perdão ou a perempção*”, sendo cabível a suspensão apenas nos casos de ação penal privada subsidiária da pública (artigo 29 do Código de Processo Penal)⁷¹.

Revela-se claro que os mesmos fundamentos que sustentam a aplicabilidade do artigo 76 vem embasar também a aplicação do artigo 89 aos casos de ação penal privada. A estrutura basilar desse entendimento

⁶⁹ VANHONI FILHO, VIDAL. *Natureza Jurídica da suspensão do processo*. Revista APMP. Ano I – nº. 1. Novembro de 1996. Pp. 22-25. Posição análoga é adotada por GRINOVER *et al.*, *op. cit.*, p. 200.

⁷⁰ AMARAL, Agamenon Bento. *A Suspensão Condicional do processo e a Ação Penal Privada*. Texto não publicado.

reside no direito subjetivo do autor do fato, necessariamente relacionado ao *poder-dever* do Ministério Público de propor tanto a transação penal como a suspensão condicional do processo. Ora, se presente a hipótese do *poder-dever* em relação ao Ministério Público, indubitavelmente presente também no que refere ao querelante, quando se tratar de ação penal privada. Nesse particular é literal, por Grinover *et al*, a equiparação entre o acusador público e o privado:

“O dispositivo em exame afirma que o Ministério Público (e, por analogia, o querelante na queixa crime das infrações penais de menor potencial ofensivo ...) ‘poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa’.

A primeira leitura do artigo, em sua interpretação meramente literal, sugere tratar-se de pura faculdade do acusador, que poderá preferir não transacionar, ainda que presentes as condições do § 2º do dispositivo. ...

E essa leitura se coadunaria com a linha de pensamento que vê a discricionariedade regulada como forma de prestigiar a autonomia das vontades e o consenso nas infrações penais de menor potencial ofensivo. ...

No entanto, permitir ao Ministério Público (ou ao acusador privado) que deixe de formular a proposta de transação penal, na hipótese de presença dos requisitos do § 2º do art. 76, poderia redundar em odiosa discriminação, a ferir o princípio da isonomia e a reaproximar a atuação do acusado que assim se pautasse ao princípio de oportunidade pura, que não foi acolhido pela lei.”⁷²

Dessa forma, sendo o Promotor de Justiça o titular da ação penal, e optando por não formular a proposta (o que deverá fazer fundamentadamente), entendendo o juiz inaceitáveis os fundamentos

⁷¹ GRINOVER, Ada Pellegrini *et al. op. cit.*, p. 200.

apresentados, a solução residirá na aplicação análogica do disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal, ou seja: remessa das peças ao Procurador-Geral de Justiça para que formule a proposta, designe outro Órgão Executivo para fazê-lo ou confirme a decisão original.

No caso da ação penal privada, recusando-se o querelante a formular proposta (num ou noutro caso – transação penal ou suspensão condicional do processo) a solução encontra-se na atuação do Órgão do Ministério Público, a quem, como *custos legis*, incumbe garantir seja respeitado o direito subjetivo do autor da conduta criminalizada, presente em ambas as hipóteses.

Amaral, conduzindo argumentação em relação à suspensão condicional do processo, que se ajusta também ao caso da transação penal, defende o direito subjetivo do autor da conduta criminalizada ao benefício *“porque a disposição legal ... estabelece, claramente, quais os requisitos necessários à concessão daquela”* (medida), vez que, conforme esclarece, *“em hipóteses tais devem prevalecer os fins colimados pela edição da nova lei (despenalização, nova dimensão do direito penal punitivo, etc.) que, nesse caso, devem estar acima dos interesses particulares”*⁷³.

Admitir o contrário seria sonegar aos autores de infrações de menor potencial ofensivo o acesso aos benefícios da lei nova, apenas em virtude da titularidade da ação penal. Enquanto a lei regula a discricionariedade do Ministério Público, visando evitar margem de oportunismo ou discriminação de um órgão que, pela natureza de sua atuação, pauta-se normalmente com isenção, permitirá, se interpretada de maneira restrita e formalista, o livre oportunismo do querelante, normalmente pessoal e emocionalmente envolvido no conflito em meio ao

⁷² GRINOVER, Ada Pellegrini *et al. op. cit.*, p. 124.

qual ocorreu o fato criminalizado. Essa desigualdade de tratamento desatende os objetivos primordiais da lei, expondo a parte à penalização pelo processo (que abordaremos adiante), além de impedir a descriminalização por essa mesma lei almejada.

Esses são os fatores que tornam imperioso o reconhecimento do direito subjetivo do agente aos benefícios da transação penal (artigo 76) e da suspensão condicional do processo (artigo 89), mesmo nos casos de ação penal privada, devendo ser admitida a formulação da proposta pelo Ministério Público, sempre que o acusador privado negar-se infundadamente a cumprir com esse *poder-dever* que lhe é inerente.

Por fim, uma última hipótese possível e que deve ser enfrentada é a da apresentação de proposta abusiva ou inviável pelo querelante. Nesse caso, a aplicação direta (no caso da suspensão condicional do processo) ou analógica (no caso da transação penal) do disposto no parágrafo segundo do artigo 89 permitirá, em ambos os casos, que o juiz promova a adequação desta à realidade plausível da parte, tornando possível o exercício efetivo de seu direito subjetivo.

Esse tipo de atuação exigirá do julgador uma postura diferenciada, de engajamento ao novo sistema, tema que abordaremos em seguida.

d) O papel do operador jurídico na aplicação da lei

Ao analisar a aplicação ou não de *pena* (no sentido de *sanção*) no momento da transação penal de que trata o art. 76, concluiu-se, por consequência, que mais importante que a *palavra* é a *natureza consensual* que reveste as medidas alternativas ao processo. A

⁷³ AMARAL, Agamenon Bento do. *op. cit.*, p. 7.

compreensão abrangente do espírito da lei vai exigir uma mentalidade interpretativa aberta (que é da essência da renovação implementada no sistema), “*mais atenta aos princípios do que às fórmulas: à teleologia do que aos vocábulos*”, no dizer de Lopes⁷⁴.

Nesse momento deve-se ponderar que a lei surtiu um efeito *desobstrutor*, na medida em que permitiu “desafogar” os tribunais e juizados comuns, até porque criou uma instância específica – o Juizado Especial Criminal (art. 60), com competência, composição, organização e estrutura próprias, na forma de lei estadual específica (arts. 93 e 94).

Ora, esse “desafogamento” não pode ser encarado senão como um efeito secundário. O escopo declarado da lei é incrementar, segundo Grinover *et al*, “*uma justiça penal consensual mais rápida, mais efetiva, mais democrática, mais pacificadora*”⁷⁵. Em virtude disso é que Jesus sustenta que a lei criou, na verdade, um *sistema criminal paralelo*, que o autor entendeu chamar de *sistema consensual*, o qual “*passou a reger os conflitos penais de menor importância lesiva*”⁷⁶.

Nessa trilha, é necessário que o operador jurídico não priorize apenas a celeridade, mas tenha em mente ainda a solução dos conflitos que se escondem por trás desses delitos ditos *de menor potencial ofensivo*. Para tanto, deve estar atento à prioridade (prevista no art. 62, parte final) da reparação dos danos – que promove a reinserção da vítima no contexto do sistema, lembrando-se que por muito tempo ela esteve dele excluída. É preciso ainda que tome em conta *o conflito de origem* da conduta criminalizada, estabelecendo, na transação, medidas alternativas verdadeiramente adequadas ao caso concreto.

⁷⁴ Maurício Ribeiro Lopes, citado por BRANDÃO, Paulo de Tarso e ABREU, Pedro Manoel. *op. cit.* p. 117.

⁷⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini *et al. op. cit.*, p. 23.

Aliás, quanto à *transação penal* a crítica mais constante é a de que o critério utilizado pelo art. 61 para definir *infrações de menor potencial ofensivo* não levou em conta o bem jurídico a ser tutelado, permitindo a transação para delitos que tem sido alvo de movimentos sociais por um maior rigor punitivo, em face de sua natureza potencialmente danosa, como é o caso dos delitos culposos de trânsito⁷⁷.

Nogueira, abordando o tema, faz ponderações especialmente duras, dizendo que

“Na esfera do trânsito ... não se pode falar em menor potencial ofensivo nas direções perigosas, em lesões corporais culposas, graves e gravíssimas, e muito menos em homicídio culposos, que não podia ser incluído na suspensão condicional do processo apesar de ser punido com pena mínima de um ano de detenção

*...”*⁷⁸

A argumentação é claramente criminalizadora, e já se viu, neste trabalho, que a política criminal repressiva não alcança os resultados apregoados pelo discurso oficial. Ademais, a valorização da vítima, nesse particular, preconizada inclusive pelo art. 62 da lei n.º. 9099/95 – talvez uma das mais importantes inovações inauguradas – é expressivamente

⁷⁶ JESUS, Damásio E. de. *Instituição dos Juizados Especiais Criminais no Brasil e sua influência na aplicação das penas alternativas*. in *Novíssimas Questões Criminais*. São Paulo: Saraiva, 1998, pp. 111-116.

⁷⁷ A lei n.º. 9503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código De Trânsito Brasileiro, em vigor desde 22 de janeiro de 1998, exacerbou as penas cominadas aos delitos de trânsito em geral, estabelecendo normas penais próprias. Contudo, nos termos de seu art. 291 e § único, são aplicáveis a tais delitos as normas da lei n.º. 9099/95, “no que couber” (*caput*, parte final). O parágrafo único do dito artigo estabelece, especificamente: “Aplicam-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante, e de participação em competição não autorizada o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei n.º. 9.099, de 26 de setembro de 1995.”

⁷⁸ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 55.

importante. Mais interessa buscar a reparação do dano sofrido que o eventual encarceramento do autor do fato.

Todavia, o papel do operador jurídico, nesse aspecto, outra vez assume relevância. Se inviável a composição dos danos, incumbe-lhe, em face da transação penal, propor e aplicar medida alternativa efetivamente apropriada ao caso concreto, e que esteja estreitamente ligada ao conflito de origem. O que não pode ocorrer, seguramente, é o descomprometimento dos agentes formais de controle com a eficácia e adequação da medida transacionada.

Como exemplo, ainda enfocando os crimes de trânsito, podemos citar que a maioria dos tipos penais elencados no Código de Trânsito Brasileiro prevêem pena acessória de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo. A punição coaduna-se com a natureza das condutas, mas deixa de ser aplicada em virtude da composição dos danos, o que é coerente, na medida em que faz prevalecer o interesse do ofendido. Entretanto, ocorrendo a transação penal, a medida alternativa (ou pena restritiva de direitos) antes citada pode ser aplicada, com base no disposto no art. 76, *caput* da lei nº. 9099/95 combinado com o art. 47, III do Código Penal.

e) *Sobre os juízes leigos e conciliadores*

A figura dos conciliadores e juízes leigos é por alguns autores vista com restrições, sob o argumento, de Nogueira, de que “o conciliador natural na esfera judicial deve ser o juiz togado, não só por ser remunerado para esse serviço, como também por ser próprio de sua função, exigindo-se acima de tudo imparcialidade e segurança na fase conciliatória”⁷⁹. A atuação do conciliador e do juiz leigo, que pode ser ou

⁷⁹ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *op. cit.*, pp. 15-16.

não adotada pelas legislações estaduais, embora encontre resistências estabelece um avanço significativo em termos de política criminal, na medida em que permite uma forma indireta de diversificação no enfrentamento do conflito, com a inserção, na esfera do jurídico, de elementos humanos da sociedade civil, o que permite *repolitizar* o espaço desse enfrentamento.

Ora, a exemplo do que ocorre com a Justiça da Infância e Juventude, também na esfera penal é necessário que se colha o engajamento social e comunitário para a solução dos problemas, o que permitirá construir, paulatinamente, uma instância alternativa ao sistema penal, que permita um enfrentamento menos doloroso e mais produtivo de certos tipos de conflito (como os familiares e de vizinhança, por exemplo).

Ademais, trata-se de uma atuação que constitui verdadeiro *exercício de cidadania*, cuja prática deve ser incrementada visando inclusive varrer a mentalidade paternalista que ainda dita posturas centralizadoras (de parte dos agentes formais de controle) e alienadas (de parte das forças vivas da sociedade), em tema de respostas a condutas desviantes.

f) Sobre os ônus decorrentes do processo

A *transação penal*, assim denominada por construção doutrinária, não está presente somente na fase preliminar do procedimento sumaríssimo definido pela lei nº. 9099/95 (art. 76). Constituindo-se também em modalidade de transação, a *suspensão condicional do processo* é de natureza bilateral. Tanto acusado como acusador cedem. Enquanto o segundo abre mão do prosseguimento da

persecução penal, o primeiro abre mão de parte de seus direitos e garantias⁸⁰.

O que as medidas transacionais em questão oferecem de mais representativo não é a *descarcerização*, que em todo caso já estaria garantida, nos delitos aos quais são aplicáveis ambas as alternativas (transação penal do art. 76 e suspensão condicional do processo do art. 89), através do *sursis*⁸¹, embora de forma mais onerosa para o autor do fato. O avanço mais importante também não consiste em se evitar a incidência de eventual condenação, presente, com todas as suas conseqüências paralelas, na suspensão condicional da pena do art. 77 do Código Penal, embora seja também significativo esse aspecto.

O mais importante, nas medidas alternativas ao processo contempladas pela lei nº. 9099/95, está em evitar o que Brandão chama de *punição processual*, ou seja, a indevida transformação da atividade processual em penal. Comenta o autor que “*a persecução penal sempre contém um fundo de constrangimento, mesmo que a Constituição Federal consagre o princípio da inocência*”. Na verdade, a retórica da presunção de inocência esbarra em situações concretas que edificam verdadeiras muralhas na vida do cidadão que está sendo processado. É ainda Brandão quem coloca exemplo prático amplamente esclarecedor no tocante ao ônus decorrente do processo:

“qualquer pessoa que tenha habilitação para prestar concurso público, por maior capacidade ou idoneidade que possua e por menor que seja o fato pelo qual esteja sendo processado, terá dificuldade em ter deferido seu pedido de inscrição, pelo simples

⁸⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini *et al. op. cit.*, p. 190.

⁸¹ Suspensão condicional da pena, prevista no art. 77 e ss. do Código Penal.

⁸² BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.*, pp. 113-114.

*fato de estar sendo processado. Esta é uma espécie de condenação antecipada, porque, passada a fase de análise das inscrições, nem mesmo a absolvição devolve a oportunidade perdida”*⁸².

Mas ao mesmo tempo em que concebeu um sistema que renega essa dinâmica o legislador, em dois momentos distintos, aderiu a ela. O primeiro quando estabeleceu como condição de admissibilidade da proposta de suspensão que o réu não esteja sendo processado por outro crime (*caput* do artigo 89). Fez isso ainda quando, no parágrafo terceiro do mesmo artigo 89, previu a revogação obrigatória da suspensão condicional do processo quando o agente beneficiado vier a ser novamente processado no curso do período de prova.

A lei nº. 9099/95 deu ao cidadão a opção de livrar-se do ônus do processo sem mesmo ter de discutir a culpabilidade, ainda que, à luz da política de consenso que a orienta, tenha ele de realizar certas concessões, como submeter-se a medida alternativa ou a período de prova. É um contra-senso que venha a impor, no seu próprio texto, a punição processual, em detrimento ao disposto no art. 5º, LVII da Constituição.

Essa postura contraditória revela o quanto ainda está presente a preocupação da resposta eminentemente repressiva a qualquer tipo de conduta desviante, resultando, como diz Magalhães Gomes Filho, que

“A inscrição da presunção de inocência na Lei Maior, da mesma forma que ocorre em relação a outros princípios do liberalismo, cumpre apenas a função político-retórica de incutir no cidadão a idéia de que o direito penal é aplicado com observância de todas

⁸² BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.*, pp. 113-114.

*as garantias para o acusado, considerado inocente antes de uma condenação definitiva*⁸³.

Colocada, pois, a questão da lei nº. 9099/95 em face da descriminalização, vimos que, não obstante represente um avanço, a lei deve ser examinada sob um enfoque crítico, objetivando seja apenas o início de um processo capaz de, no mínimo, reduzir a dimensão do sistema penal. Esse enfoque crítico deve passar, inclusive, pela questão das *infrações de menor potencial ofensivo*, conforme definidas por essa mesma lei. É o que abordaremos a seguir.

2.3.3. – Infrações de menor potencial ofensivo – tratamento linear e trivialização

Segundo Andrade, na sua concepção à luz do paradigma da reação social, o sistema penal representa um complexo articulado e dialético no qual

atuam e interagem todas as agências do controle social formal, organizadas em “subsistemas distintos”, desde o legislativo até o sistema penitenciário, passando pela polícia, ministério público e justiça⁸⁴.

Se a justiça criminal configura-se em um “subsistema” do sistema penal, os Juizados Especiais Criminais representam um novo modelo de justiça criminal, de natureza antes de tudo consensual, cuja finalidade maior e principal seria perseguir soluções pacificadoras, rápidas e eficazes que atendam os interesses e necessidades dos diretamente envolvidos nesse conflito (agente, vítima e sociedade). Para que se avalie a operacionalidade desse pressuposto, é necessário que se faça uma

⁸³ MAGALHÃES GOMES FILHO, Antônio, citado por BRANDÃO, Paulo de Tarso *et al. op. cit.* p. 114.

⁸⁴ Vide ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Do Paradigma...* p. 29.

reflexão crítica sobre a definição da lei para “*infrações penais de menor potencial ofensivo*”.

A expressão, consagrada pelo legislador constituinte no art. 98, I da Carta de 1988, remete à doutrina de Pimentel sobre as contravenções penais. Comentando o sentido preventivo que teria norteadado o legislador no momento histórico da concepção da lei das contravenções penais, disse o doutrinador que a finalidade da lei era “*cercar as condutas que, sem se apresentarem ainda lesivas ou ofensivas, trazem em si a potencialidade de ofender ou lesar, constituindo-se em manifestações de estado perigoso*”⁸⁵.

Nessa linha de raciocínio, conclui-se que condutas tidas como *infrações de menor potencial ofensivo* são aquelas cuja perspectiva concreta de lesão ou ofensa seja menos significativa. Resulta daí que a definição legal do art. 61 da lei nº. 9099/95 inclui, indiscriminadamente, todas as contravenções penais, face a própria natureza desse tipo de infração.

Quanto aos crimes, como o sistema penal preconiza o princípio da proporcionalidade da pena – e nesse sentido o art. 59 do Código Penal, que estabelece critérios visando seja ela necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime – mas pretende limitar a discricionariedade do agente formal de controle (o juiz, no caso) no momento de sua individualização – a lei estabelece, especialmente no que tange às penas privativas de liberdade, um *quantum* abstrato para cada tipo penal definido, fixando o mínimo e o máximo da pena a ser aplicada.

⁸⁵ PIMENTEL, Manoel Pedro, citado em notas de Luiz Flávio Gomes in CERVINI, Raúl. *op. cit.*, p. 126

A conclusão de que a fixação da pena *in abstracto* deve nortear-se também pelo princípio da proporcionalidade, visando a retribuição pretensamente justa da ofensa e o fim de prevenção geral e especial que o discurso oficial preconiza é consequência natural desse raciocínio, o que explica porque o legislador, ao definir as infrações de menor potencial ofensivo, no art. 61 da lei n°. 9099/95, elegeu como critério o máximo da pena abstrata cominada ao tipo.

Em outras palavras, o que disse o legislador foi que os crimes cuja pena máxima cominada é igual ou inferior a um ano são de um potencial lesivo menor, porque se assim não o fossem a lei penal teria fixado retribuição mais pesada.

Esse critério mereceu pesadas críticas, pautadas e originadas na “demanda criminalizadora”, incrementada a partir do acolhimento acrítico do discurso oficial do moderno sistema penal, focado no Capítulo I deste trabalho, e do aumento da criminalidade, que na verdade é resultado da atividade controladora e seletiva do próprio sistema, que *promove* a criminalização ao invés de *combater* a criminalidade, como promete⁸⁶.

As críticas encetadas enfocam especialmente os delitos de trânsito, mas estendem argumentos sobre a preservação de interesses públicos, abordando as contravenções florestais, os crimes fiscais, os delitos contra a economia popular e os previstos na lei de abuso de autoridade (lei n°. 4898/65)⁸⁷, sempre sustentando o discurso do endurecimento das punições como via de controle da criminalidade.

Entretanto, há premência em se traçar um enfoque crítico voltado às origens do conflito em cujo contexto foi cometida a conduta

⁸⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência sexual...* p. 98.

tipificada. Se o que a lei pretende é dar uma solução não apenas mais célere e desburocratizada ao procedimento, mas também uma solução efetiva ao conflito⁸⁸, é preciso refletir se o critério adotado para a definição das infrações penais de menor potencial ofensivo mostra-se adequado à consecução deste último objetivo.

Sob esse foco, Nogueira⁸⁹ argumenta que “as infrações penais da competência do Juizado deveriam ser as de bagatela, como os crimes patrimoniais inexpressivos, não aqueles em que prepondera a violência”. E nos obriga a refletir que, efetivamente, o critério da lei excluiu da competência dos Juizados o furto simples (art. 155, *caput* do código penal), o furto privilegiado (art. 155, § 2º), e o estelionato (art. 171), ressaltando, tão somente, pela norma do art. 89, a possibilidade de suspensão condicional do processo.

São tipos penais que já foram objeto de uma significativa construção jurisprudencial descriminalizadora, pautada no princípio da insignificância da lesão, e que ficaram excluídos da definição legal de infração de menor potencial ofensivo porque lhes é cominada pena máxima superior a um ano.

Na verdade, esse critério, assim definido, nada mais fez que reafirmar, uma vez mais, a seletividade inerente ao sistema. Ora, as penas mais pesadas do Código Penal, com exceção do homicídio, são aquelas arbitradas para os delitos contra o patrimônio, o que reflete a seletividade na criminalização primária em relação ao bem jurídico

⁸⁷ Vide a respeito NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *op. cit.*, pp. 54-58.

⁸⁸ “A preocupação, doravante, já não deve ser só a decisão (formalista) do caso, senão a busca de solução para o conflito.” In GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *op. cit.* p. 18.

⁸⁹ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *op. cit.* p. 61.

tutelado, perceptível a ótica eminentemente capitalista que norteia o sistema, historiograficamente explicável⁹⁰.

Mas a questão é ainda mais profunda, porquanto a mensuração da lesividade potencial de um delito pelo *quantum* da pena fixada resultou num tratamento penal indiferenciado, que aqui pretende-se qualificar de *linear*, de conflitos de uma diversidade significativa, resultando daí a *trivialização* no tratamento de situações conflituosas cuja repercussão social é intensa, situações que muitas vezes exigem uma abordagem específica – e especial.

É a isso – a esse tratamento indiferente e indiferenciado – que neste estudo convencionou-se chamar de *trivialização do conflito*, expressão que se revela adequada para delinear o sentido desejado, já a partir do significado etimológico da palavra *trivial*, a ser compreendida no sentido de *vulgar, comum*⁹¹.

Especificamente quanto ao tema deste trabalho, na medida em que dispensa aos casos de violência doméstica o mesmo tratamento que dispensa a qualquer outro fato enquadrado no mesmo tipo penal, o subsistema da justiça criminal, na esteira do legislador, trata o conflito intrafamiliar como trataria qualquer outro tipo de conflito que lhe viesse encartado num Termo Circunstanciado, desconsiderando os reais interesses da vítima e a necessidade de oferecer não só uma solução formal, tecnicamente adequada, mas antes de tudo uma trilha que possa conduzir à efetiva pacificação do conflito.

⁹⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Ilusão...* p. 238.

⁹¹ Trivial: Sabido de todos; comum; usado; notório; vulgar; ordinário. (*Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Supervisionado por HOLLANDA, Aurélio Buarque de. Assistência LUZ, José Baptista da. 11^a. ed. 13^a. tiragem. RJ: GAMMA.)

Essa *trivialização*, é verdade, tem sua causa primária no tratamento linear dispensado *pela lei* aos conflitos, decorrente da definição legal de *infração de menor potencial ofensivo*. Mas é reforçada no *prolongamento* desse tratamento, representado pela atuação dos agentes formais de controle ligados ao “subsistema” da *justiça* (polícia, judiciário e ministério público), que, a exemplo do legislador, geralmente concentram-se na celeridade e economia processual (ou seja, no *procedimento*) e relegam a um segundo plano a eficácia da solução aplicada ao caso concreto.

Diante de tudo o que foi dito, impende formular a seguinte pergunta: a atuação funcional do sistema penal oferece solução, ou a resposta efetiva passa pela diversificação das reações jurídicas diante da conduta desviante? Em alguns ordenamentos jurídicos tem predominado a tendência à despenalização e descriminalização, com a negação expressa e absoluta das posições radicais de ultradireita, que pregam o dito “novo realismo criminológico” (ênfatizando a repressão e defendendo inclusive o recrudescimento e/ou renascimento da pena de morte como pena capital).

Mas, para que as alternativas descriminalizadoras ensejem uma renovação construtiva, as medidas encetadas devem estar comprometidas, acima de tudo, com a pacificação da situação conflituosa, almejada pela vítima, pela sociedade e, muitas vezes, até mesmo pelo agente. Nem só à esfera legislativa está adstrita a possibilidade desse compromisso. Também na esfera judicial ele pode e deve ocorrer, desde que os agentes de controle que promovem a aplicação efetiva da lei tenham em mira buscar solução para o *conflito*, mais que para o *processo*.

No capítulo seguinte abordaremos, mais pausadamente, a utilização da expressão *pacificação do conflito*. Ressaltamos, contudo,

desde já, que com ela não pretendemos pontuar a *eliminação* do conflito, mas antes seu enfrentamento de forma tal que se torne administrável para seus protagonistas, especialmente para a vítima, no espaço político de um entorno social engajado, interessado e atuante.

“Assim como são múltiplas as formas, físicas ou simbólicas, de violência contra as mulheres, também são multiplicadas as formas pelas quais desejariam respondê-la. (...) A condição de subalternidade de que compartilham não deve obscurecer que as mulheres agem, condenam, exigem e, não raro, agridem, nos relacionamentos familiares. (...) Nesta esteira, não se pode excluir o pólo da mulher para compreender a violência doméstica, que aparece como o resultado de complexas relações afetivo-emocionais, não circunscritas ao âmbito da heterossexualidade”.

Vera Andrade

CAPÍTULO III

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VITIMIZAÇÃO, SOBREVITIMIZAÇÃO E TRIVIALIZAÇÃO

Enfrentar o tema da violência doméstica implica abordar a questão do sofrimento intenso que a acompanha, sempre disseminado no ambiente em que ela impera. Andrade já disse que o universo da violência é sempre um “universo de dor”¹, e é por isso que, nesse trabalho, o sentido que se vai dar à palavra deve ser amplo, de forma a abranger a dimensão da intensidade humana que medeia a questão.

Felipe conceitua a violência como

“uma série de atos praticados de modo progressivo com o intuito de forçar o outro a abandonar o seu espaço constituído e a preservação da sua identidade como sujeito das relações econômicas, políticas, éticas, religiosas e eróticas... No ato de violência, há um sujeito... que atua para abolir, definitivamente, os suportes dessa identidade, para eliminar no outro os movimentos do desejo, da autonomia e da liberdade”².

O enfoque, portanto, é da violência como instrumento de controle do outro, como aparato a serviço da *dominação*.

Barsted remete ao capítulo do Plano de Ação concebido na Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, voltado à “Família, seus Papéis, Direitos, Composição e Estrutura”, lembrando

¹ Vide ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência contra a mulher e controle penal*. Palestra proferida na Ordem dos Advogados do Brasil, em Florianópolis, em 9 de março de 1998, na solenidade de posse da diretoria da Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica (ABMCJ) e evento comemorativo do Dia Internacional da Mulher. Texto não publicado.

² FELIPE, Sônia. *Violência, agressão e força*. In: FELIPE, Sônia & PHILIPPI, Jeanine Nicolazi. *O corpo violentado: estupro e atentado violento ao pudor*. Florianópolis: Gráfica/UFSC, 1996, p. 25. Conceito também citado por ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência contra a mulher* ... p. 01.

que “O plano de Ação do Cairo considera que a violência no interior da família, praticada por e contra seus membros, aumenta a insegurança, colocando em risco, particularmente, crianças, adolescentes e mulheres”³

As Nações Unidas, no Brasil através do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, publicou Glossário que objetiva, a partir de “definições já consagradas em Tratados, Convenções, Declarações, Planos de Ação elaborados ... bem como as contribuições apresentadas em documentos do Grupo Parlamentário Interamericano sobre Pombalino y Desarrollo, de ISIS Internacional, do Ministério da Saúde do Brasil”, delinear conceitos para as expressões ligadas ao tema da violência mais comumente utilizadas. Esse documento distingue *violência contra a mulher* de *violência intrafamiliar/violência doméstica*, da seguinte forma:

“Violência contra a Mulher – é qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado, motivada apenas pela sua condição de mulher.

Violência intrafamiliar/violência doméstica – é a violência perpetrada no lar ou na unidade doméstica, geralmente por um membro da família que viva com a vítima, podendo ser esta homem ou mulher, criança, adolescente ou adulto (a).”⁴

Portanto, como se vê, a violência doméstica assim concebida não é sinônimo de violência contra a mulher. Ainda assim é forçoso reconhecer que na maioria absoluta dos casos de violência intrafamiliar, ainda é o homem que figura no pólo ativo da agressão. Contudo, como a família é um espaço de

³ BARSTED, Leila de Andrade Linhares. *Uma vida sem violência é um direito nosso*. Brasília: Nações Unidas/Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Julho de 1998. 2ª versão. p. 4.

⁴ Nações Unidas/MJ/SNDH. *Glossário Uma vida sem violência é um direito nosso*. p. 1.

interações afetivas intensas, apesar do reconhecimento notório de que mulheres e crianças são estatisticamente a maioria vitimada não se pode abstrair que em especial a mulher adulta possui um papel interativo no contexto dessa violência intrafamiliar, mesmo quando é vítima.

Enfrentar esse enfoque, em tema de violência doméstica, é abrir mão da visão “vitimadora” que, no dizer de Andrade, situa a mulher como “*sujeito passivo e vitimado, ou seja, como objeto da violência*”. Porque quando se fala de violência doméstica, emerge, quase que naturalmente, essa ótica, consagrada pela expressão “violência *contra* a mulher”, tradução da essência dessa violência, que é sempre masculina – tanto que não se cogita de uma “violência *contra* o homem” – mas que não pode ser situada sem que se reconheça tratar-se, com frequência, de um “jogo relacional”, no seio do qual a mulher tem um papel, não obstante subalterno, sempre interativo⁵.

Colocada a questão da *violência* e seu conceito no universo desse trabalho, bem assim o enfoque que se pretende dar à *vitimização* da mulher no contexto dessa violência, importa agora pontuar alguns termos que serão utilizados constantemente no desenvolvimento das idéias que se pretende a partir daqui apresentar. O primeiro deles é a palavra *conflito*.

A idéia de *conflito* que se objetiva utilizar na abordagem específica do tema da violência doméstica concebida para esse trabalho passa pela compreensão, expressa por Wolkmer, de que os conflitos são da essência da sociedade humana. Assim, não se concebe a idéia de convivência sem conflito, sendo ele – o conflito – inerente aos diversos níveis de relacionamento existentes no âmbito da sociedade, inclusive no âmbito familiar. É nesse sentido que Wolkmer situa que

⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. “Violência contra a mulher e controle penal”. p. 8.

*“Os conflitos nascem de ações sociais conscientes expressadas pela limitação, colisão e disputa entre interesses opostos e divergentes, envolvendo indivíduos, grupos, organizações e coletividades.”*⁶

Admitir essa colisão ou disputa importa em reafirmar o que já se disse há pouco, ou seja, que a violência doméstica não pode ser abordada sem que seja situada a marcante interação de comportamentos aprendidos que acontece, no cerne do conflito, entre vítima e agressor.

Nessa perspectiva, quando falar-se, aqui, em *pacificação do conflito* (e a expressão será utilizada com frequência), não se estará delineando a possibilidade de *exclusão* do conflito. Por pacificar o conflito compreende-se gerir de forma instrumentalmente eficiente os entrechoques de interesses entre as partes envolvidas, de modo a tornar esse conflito administrável por seus protagonistas, através de mecanismos capazes de ofertar-lhes – em especial às vítimas – a possibilidade de remanejar a relação de gênero que vivenciam, colocando sob controle as diferenças que determinaram a deflagração da violência.

Quando se fala em violência doméstica está em foco, portanto, uma espécie de conflito onde a interação agente-vítima e a influência dos comportamentos aprendidos de cada uma das partes tornam essencial o estudo mais aprofundado da vítima e de seu papel no contexto do processo. Trazido o conflito à esfera penal, importa essencialmente reconhecer que a sua expropriação pelo Estado excluiu a vítima do processo (e da gestão desse mesmo conflito, em consequência). Esse mesmo Estado está ensaiando alternativas para reinseri-la, mas ainda sem o compromisso de uma solução efetiva em termos de pacificação do conflito.

⁶ WOLKMER, Antonio Carlos. *op. cit.* p. 83.

A contextualização do papel da mulher adulta enquanto vítima, no âmbito da violência doméstica, relevante nesse trabalho, não importa em deixar de reconhecer como tal toda violência acontecida dentro de casa, em família, inclusive aquela cometida contra a criança e o adolescente, que tem merecido constantes estudos por parte de especialistas, e que lamentavelmente se esconde em cifras negras mais do que aparece no sistema.

Azevedo ressalta que a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes revela abuso de poder dos pais ou responsáveis, configura-se numa ação contínua, que se prolonga por anos e se situa na invisibilidade, ou seja, “fica oculta e torna-se sigilosa”⁷. Nem por isso deixa de ser significativa.

Barsted ressalta que a violência doméstica, seja ela física, sexual ou psicológica, é uma das causas mais frequentes de sofrimento infanto-juvenil, e revela que “Dados do Estado de São Paulo indicam que no conjunto das 6.056 denúncias de violência reportadas ao Programa SOS Criança, da Secretaria de Estado do Menor, de 1988 a março de 1990, 64% foram devidas à violência doméstica”⁸.

Não se subestima, portanto, a dimensão da violência doméstica cometida contra criança e adolescente. A proposta aqui, todavia, é focar a violência doméstica cometida *contra a mulher adulta* e o papel dos Juizados Especiais Criminais, enquanto aparato oficial de controle a ele inerente, na solução do conflito. Para tanto, será necessário explorar a perspectiva em que é colocada a vítima no processo penal, de modo especial a vítima mulher.

3.1. – A VÍTIMA COMO É VISTA NO CONTEXTO POLÍTICO-CRIMINAL

⁷ AZEVEDO, M. *Violência Contra a Criança e o Adolescente: Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2ª ed., 1997. Documento elaborado pela autora e publicado pelo Ministério da Saúde do Brasil, também citado por BARSTED, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 16.

⁸ BARSTED, Leila de Andrade Linhares, *op. cit.*, p. 17.

O sistema penal vigente disseminou o discurso da ressocialização do agente, encampando a idéia de que o tratamento da vítima não é problema seu. Os movimentos reformistas anteriormente abordados, de forma especial o abolicionismo, tem enfrentado, contudo, o problema da vítima na sua dimensão essencialmente *humana*, que o sistema penal reiteradamente ignora.

Hulsman afirma que o que as vítimas reivindicam, na verdade, o que realmente querem, é ajuda e proteção eficazes. Quando constatarem a ineficácia do sistema penal em lhes prestar a assistência de que necessitam, muitas vezes procuram-na em outras fontes. Nesse sentido é que o autor afirma:

“É assim que mulheres agredidas se agrupam, aqui e acolá, em associações; que determinados movimentos feministas manifestam sua solidariedade com mulheres estupradas; que, no comércio e nas empresas, se organizam sistemas anti-roubos.”

Entretanto, como o apelo do sistema penal é ainda extremamente sedutor, essa lacuna muitas vezes tende a desaguar em demandas por *mais criminalização*, na medida em que o sistema penal *“cria e reproduz a idéia – aliás, totalmente falsa – de que pode dar às vítimas a ajuda e a proteção que elas, com razão, reclamam”*⁹.

A partir desse tipo de consciência é que, na esfera do direito comparado e internacional, existe uma preocupação real com a valorização da vítima, de forma especial em relação à vítima mulher, no tocante à violência de gênero¹⁰.

⁹ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. *Penas Perdidas ...* pp. 114-115.

¹⁰ O conceito de *gênero*, conforme concebido pelo Movimento Feminista nos anos 70, pretendia fossem eliminadas todas as diferenças entre os sexos. Em sua moderna construção, permite que essas diferenças, se não completamente desconsideradas, sejam entendidas como construções sociais e não decorrência da *“natural inferioridade feminina”*, o que importa reconhecer que são passíveis de superação. Joan Scott situa *gênero* como *“o campo pioneiro no seio do qual e por meio do qual o poder é articulado”*. In: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução de Christine Rufino. Dabat: Recife. 1988, p. 16.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)¹¹ referendou resolução cujo artigo 7º define como dever dos “Estados Partes” *“adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência”*, inclusive *“estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada à violência, inclusive, entre outras, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos”* e ainda *“estabelecer mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher sujeitada à violência tenha efetivo acesso à restituição, reparação e outros meios de compensação justos e eficazes”* (artigo 7º, alíneas f e g)¹².

Barsted menciona o “Documento preparado pela Comissão Especial destinada ao Estudo das Medidas Legislativas que Visem Implementar, no Brasil, o Plano de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher”, que assinalou:

*“Para a erradicação de fato da violência doméstica, são necessárias, além das medidas punitivas, ações que estejam voltadas para a prevenção, e, ainda, medidas de apoio que permitam, por um lado, à vítima e à sua família ter assistência social, psicológica e jurídica necessárias à recomposição após a violência sofrida e, por outro, que proporcionem a possibilidade de reabilitação dos agressores.”*¹³

No Brasil, o Ministério da Justiça, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reconheceu como necessária estratégia de igualdade de

¹¹ A Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”, foi aprovada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos em 9 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

¹² ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.P. AG/doc. 3115/94 ver. 2.. Belém do Pará: junho de 1994. Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Resolução adotada por aclamação na segunda sessão plenária, realizada em 09 de junho de 1994. Reedição: Clube Soroptimista Internacional Santos – Praia. São Paulo: UNIGRAF, 1996. p. 09.

gênero, na área da Saúde, “Sensibilizar e capacitar profissionais para o atendimento de mulheres em situação de fragilidade emocional, como a que ocorre no pré-parto, estágio puerperal, estupro, violência doméstica, abuso sexual e outros”¹⁴.

O mesmo documento, abordando especificamente a questão da “Prevenção e Combate à Violência”, propõe também, no item “Programas Especiais”, atuação governamental no sentido de “Coordenar ações interministeriais que desenvolvam serviços relacionados à violência, considerando prioritárias as áreas da saúde, educação e cultura”. Sugere ainda, no mesmo item, especificamente, “Implementar um sistema de proteção às vítimas de violência doméstica e sexual e seus familiares em caso de risco de vida” e “Garantir o atendimento psicológico às mulheres vítimas de violência, pelas equipes de hospitais e rede do SUS”. Tocante a iniciativas no campo legislativo, reconhece a necessidade de “Propor legislação específica para que se viabilize a transferência da competência da realização do exame de corpo de delito do IML para os hospitais de pronto socorro, em caso de estupro e lesões corporais”¹⁵.

Esse inequívoco reconhecimento da necessidade de priorizar o atendimento às vítimas, em tema de violência contra a mulher e violência intrafamiliar, embora acompanhado de propostas eminentemente repressivas, ainda voltadas às promessas oficiais preconizadas pelo sistema penal, (como por exemplo a criminalização do assédio sexual¹⁶), revelam a preocupação com o resgate dos interesses das vítimas.

¹³ A IV Conferência Mundial da Mulher realizou-se em Beijing, em 1994. Vide BARSTED, Leila de Andrade Linhares, *op. cit.*, pp. 5-6 e 8.

¹⁴ CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM. *Estratégias de Igualdade Plataforma de Ação para Implementar os Compromissos assumidos pelo Brasil na Quarta Conferência Mundial da Mulher*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. p. 20.

¹⁵ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Estratégias...* pp. 24-25.

¹⁶ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Estratégias...* p. 25.

A recente reforma do sistema penal representada pela criação dos Juizados Especiais Criminais ensaiou alguns passos no caminho da reinserção da vítima no contexto do processo penal, insuficientes contudo para garantir um enfrentamento coerente do conflito doméstico, como se verá adiante.

3.1.1. - O papel da vítima (e da vítima mulher) no contexto do processo penal

O interesse formal e declarado do sistema, até 1970, centrava-se no tratamento ressocializador do agente, e, subsidiariamente, em garantir a ele, agente, um processo justo, protegendo-o de abusos eventualmente praticados pelos órgãos de controle do Estado. Os interesses da vítima, quando considerados, eram expostos como questão marginal, já que a discussão político-criminal centrava-se no autor do delito, a quem o discurso oficial do Direito Penal e Processual Penal liberais prometia tratamento igualitário e garantidor de sua reinserção social.

Cervini refere que dois eram os fatores históricos que ditavam essa postura: Na Idade Média, a grande codificação penal de Carlos V (1532) concebeu a perseguição dos delitos como dever do Estado, retirando-a da órbita do interesse particular da vítima. A concepção, basicamente correta, desnaturalizou-se em seu alcance, sobrevivendo a "*expropriação do conflito*"¹⁷. O processo penal, nesse contexto, passou a ser uma trilha de pacificação entre o Estado e o violador, exclusivamente. Foi quase que subsumida, assim, a lesão jurídica à vítima, e a necessária pacificação entre esta e o agente. O segundo fator histórico determinante dessa posição foram as abordagens da biologia criminal do fim do século XIX (Lombroso, Ferri, Garófalo) e da psicopatologia (Kurt Schneider), no nosso século¹⁸.

¹⁷ Vislumbrando-se o ato punível como ofensa que atinge exclusivamente o direito do Estado.

¹⁸ CERVINI, Raúl. "*Vitimização mediante...*" in "*Os processos de descriminalização*". p.230.

Essa visão foi questionada pioneiramente, segundo alguns, por Benjamim Mendelsohn, por ser ele autor do primeiro estudo sistematizado sobre as vítimas, trabalho iniciado em 1937, publicado pela primeira vez em 1940 (Rev. Giustizia Penale), seguindo-se outras obras, sendo que em 1956 foi publicada aquela que seria a primeira mundialmente conhecida: "La Victimologie" (Revue Internationale de criminologie et de Police Technique)¹⁹.

Ainda hoje a vítima ocupa, no sistema penal, uma posição de desvantagem. Seus interesses são relegados, no processo penal, a um plano absolutamente secundário. Seu papel é, basicamente, segundo Hulsman, o de uma "testemunha", ou seja, uma "ferramenta" utilizada para que se alcance o resultado que o sistema almeja²⁰. A sua iniciativa em trazer os fatos ao universo do sistema é, no mais das vezes, o pólo deflagrador da atuação das agências formais de controle, embora do ponto de vista da legitimidade de agir, no âmbito do sistema penal, só excepcionalmente tenha voz ativa²¹.

No mais, seu interesse na criminalização do agente, ou seja, no exercício da *função punitiva* (retributiva) do sistema penal pode exercer um papel importante, na medida em que sua fala e sua atitude durante o processo influem no seu desenlace, desencadeando certos mecanismos paralelos²², capazes de influir decisivamente na formação da convicção dos operadores jurídicos, conduzindo em parte a instrução e a análise da prova. Esse quadro de exclusão e desconsideração pelos anseios e interesses da vítima não é diferente – embora seja mais contundente – em relação à vítima mulher.

¹⁹ Para CERVINI, *op. cit.*, pp. 231 e ss., todavia, especificamente no enfoque pretendido, as "abordagens premonitórias" pertencem a Hans Von Henting, que, em 1941, sob a influência da teoria sociopsicológica da interação simbólica (Mead), "vislumbrou que a causa da criminalidade se encontrava basicamente em um processo de interação entre autor e vítima, mediante a adoção interativa de papéis" - p.231. Esse enfoque foi sendo reforçado pelo resultado das investigações empíricas vitimológicas, desembocando em abordagens teóricas e político-criminais.

²⁰ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas* ... p. 155.

²¹ As hipóteses legais de ação penal privada e de ação penal pública condicionada (*representação do ofendido*) presentes já no Código Penal de 1940, foram ampliadas na reforma representada pela lei nº. 9099/95, mas ainda assim representam apenas uma parcela pequena no universo dos tipos penais legalmente definidos.

No tocante à posição *passiva* da vítima mulher no contexto da violência doméstica, os organismos internacionais ainda editam uma política eminentemente protetiva em relação à mulher vítima de violência. Barsted esclarece que

*“os diversos documentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos reconhecem que as mulheres e as meninas têm sido, historicamente, vítimas prioritárias de formas específicas de violência aceitas ou ignoradas pela comunidade internacional. Nesse sentido, a preocupação com a violência intrafamiliar deve lançar luz sobre esses dois grupos e gerar políticas e serviços específicos para sua proteção”.*²³

A mulher resta situada, no âmbito desse enfoque eminentemente protetivo, num plano de passiva fragilidade, igualada a crianças, deficientes e idosos. Como esclarece a autora antes citada, *“O Plano de Ação da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (1995), no tocante à violência assinala que é importante:*

“Introduzir e implementar políticas específicas de saúde pública e programas de serviços sociais para prevenir e eliminar todas as formas de violência na sociedade, particularmente para prevenir e eliminar a violência doméstica e para proteger as vítimas da violência, com atenção particular para os crimes de violência contra a mulher, crianças, idosos e pessoas com deficiência física.

*...”*²⁴

²² *Second codes*, abordados, a partir da perspectiva de Andrade, no Capítulo I.

²³ BARSTED, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 13.

²⁴ BARSTED, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p.13.

Considerada a sedutora promessa protetiva emanada do sistema penal, não é de estranhar que seja parte dessa política uma “demanda criminalizadora”, de que fala Andrade, conforme abordaremos adiante.

Vimos, contudo, no primeiro capítulo, que o sistema penal vigente é reprodutor de desigualdades, na medida em que opera seletivamente em mais de um sentido. Mais do que isso, o sistema é fundamentalmente patriarcal, construído, segundo Andrade, numa base de “sexismo machista”, e por isso quase nenhuma resposta protetiva eficaz pode oferecer à mulher enquanto vítima²⁵.

Entretanto, predomina no Brasil, na atualidade, uma “demanda criminalizadora” do Movimento Feminista, que objetiva nuclearmente a criminalização específica de condutas como o assédio sexual e a *violência doméstica*. Aqui importa situar: a violência doméstica não constitui, no ordenamento jurídico brasileiro, um *tipo penal específico*, a exemplo do que ocorre, por exemplo, na Espanha, a partir da reforma penal de 1989²⁶, mas encaixa-se em tipificações genéricas como lesões corporais (art. 129 do código penal), ameaça (art. 147 do mesmo código), etc.

Essa “demanda criminalizadora” é norteadada, no dizer de Andrade, por dois pressupostos básicos não declarados: a) uma “visão vitimadora” da mulher e b) uma “visão protecionista” do sistema. O primeiro situa a mulher numa posição *passiva* relativamente à violência (violência *contra* a mulher). O segundo define a existência de um “*sistema social patriarcal perverso que vitimiza a mulher e um sistema penal que a protegeria contra este domínio e opressão*”. Ambos os pressupostos são idealizados, segundo a autora. O primeiro porque desconsidera o “jogo relacional” em cena no palco da violência de dentro de casa. O segundo porque desconsidera que o sistema penal é, ele próprio, um “(sub) sistema” de controle social, pautado na “violência

²⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. “*Violência sexual...*” . p. 105.

institucional", que desconsidera os interesses das vítimas e duplica a vitimização feminina²⁷.

Mas já existe um reconhecimento acadêmico parcialmente edificado no sentido de que as relações de gênero configuram-se, na verdade, em relações de poder. Izumino²⁸ ressalta que os conflitos de gênero (retratados em processos criminais) aparecem no sistema penal fortemente marcados pela fala das mulheres, que possuem formas personalíssimas de manipular as informações sobre as agressões sofridas, conforme os objetivos que as levam a buscar as instâncias formais de controle²⁹.

Ardailon e Debert ressaltam que o perfil de comportamento adequado (estereótipo) traçado para a vítima (e para o agente) variam de acordo com o tipo penal em julgamento, e que o enquadramento da vítima nesses "padrões estereotipados" exerce um papel fundamental no desfecho do processo³⁰. Nessa trilha, a vítima acaba sendo vista como um "acicate processual", ou seja, como instrumento de mobilização do aparato de controle ou como meio de prova utilizado para chegar ao agente³¹.

Em especial nos casos de violência doméstica encampados pela hipótese do art. 61 da lei n.º. 9099/95³², como o aparato oficial de controle (o

²⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. "Violência sexual...". p. 88.

²⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. "Da domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado com a positividade constitucional". Texto apresentado no evento "Mesa redonda" sobre a criminalização da Violência Doméstica, promovido pela Cfêmea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) no dia 05 de maio de 1997, em Brasília-DF-Brasil.

²⁸ IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça Criminal e Violência contra a Mulher: O papel da Justiça na solução dos conflitos de gênero*. 1997. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 5, n.º. 8, pp. 147-170. A autora realizou pesquisa documental num universo de 62 processos penais de lesões corporais da 1ª. Vara Criminal de Santo Amaro, sentenciados entre os anos de 1984 e 1989, distribuídos igualmente segundo o desfecho processual: absolvição ou condenação em primeira instância.

²⁹ IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça Criminal e Violência contra a Mulher: ...*

³⁰ ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *Quando a Vítima é Mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/Ministério da Justiça, 1987.

³¹ CERVINI, Raúl. *op. cit.*, p. 230.

³² Lesões leves (art. 129, *caput* do código penal), ameaça (art. 147), etc.

subsistema da justiça criminal – Juizados Especiais Criminais) – que a vítima buscou com o objetivo não declarado de renegociar seu contrato doméstico³³ – não lhe dá a resposta pretendida e *ainda a sobrevivitiza*, a vítima manipula, com as armas que puderem estar ao seu alcance, para ver esse mesmo conflito (que ela trouxe da esfera privada para o espaço público quando tomou a decisão – sempre difícil – de registrar a ocorrência na delegacia) retirado, agora, da esfera pública – onde não encontrou o auxílio almejado – e trazido novamente para a esfera privada.

Essa *retirada estratégica* encontrava dificuldades, nos casos de espancamentos domésticos, antes da lei nº. 9099/95, porque o crime de lesões corporais não dependia, para o processamento da ação penal respectiva, da representação do ofendido. Às mulheres, vítimas desse delito no limite das paredes de suas casas, incumbia então a missão de, por sua fala, *reapropriar-se* do conflito e retirá-lo da esfera pública, evitando, assim a (naquela altura já indesejável) responsabilização penal do agente, que (supostamente) ela mesma havia buscado num primeiro momento.

Izumino traça o roteiro dessa peregrinação, na forma como era realizada no sistema criminal clássico³⁴, antes da criação dos Juizados Especiais Criminais pela lei nº. 9099/95³⁵. A autora identifica, antes de mais nada, dois modos básicos para a deflagração desse processo de manipulação por parte da vítima.

O primeiro deles ocorre quando a mulher espancada procura a polícia apenas para “dar um susto” no seu agressor. Sua intenção não é, na verdade, ver o companheiro, pai, irmão, filho ou marido punido, mas sim exercer uma investida mais contundente e radical, visando uma renegociação do pacto

³³ IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.*, p. 157.

³⁴ Conforme classificação de JESUS (Vide JESUS, Damásio E. de. *op. cit.* p. 113).

³⁵ Trabalhamos, nesse momento, com a situação mais freqüente em tema de espancamento doméstico, qual seja, a de que as lesões físicas não se revistam de gravidade, do ponto de vista técnico-legal.

doméstico que, nessa altura, já foi exaustivamente tentada por outras vias, sempre sem sucesso.

Nesse caso, se a ocorrência registrada na delegacia chegasse à esfera judicial (o processo seletivo de criminalização é intenso na polícia, como já abordamos no Capítulo I desse trabalho), a vítima buscava, por sua fala, a absolvição do acusado, alterando sua versão (ora tornando-a mais vaga, ora menos contundente, e em alguns casos atribuindo as lesões a causas diversas) e inviabilizando a prova. Quase sempre o cenário doméstico, no depoimento em juízo, declarava-se alterado (a harmonia retornou, as agressões cessaram), e o desejo da agredida era o de manter a união e a paz em casa. O acatamento da vontade da vítima aparecia quase sempre sob a forma de uma absolvição, pretensamente fulcrada em razões técnicas, mas na verdade consistente numa resposta de acolhimento às pretensões absolutórias da ofendida.

A outra hipótese é a do reconhecimento, por parte da vítima, de que a situação tornou-se insuportável e as agressões não podem continuar. Nesse caso normalmente a união conjugal se desfez, e a ofendida não possui interesse ou necessidade de mudar seu discurso, sobrevivendo, no mais das vezes, a condenação, a partir da prova que ela própria ajudou a produzir³⁶.

Essa estratégia cristalizou a estigmatização da mulher espancada como vítima que dificulta a ação da justiça, movimentando o aparato judicial improdutivamente, o que resultou na recalcitrância dos agentes formais de controle em fazer prosseguir os procedimentos decorrentes das ocorrências dessa natureza (principalmente os da esfera policial).

Com o advento da lei nº. 9099/95 a vítima teve facilitada sua *deserção*, já que o crime de lesões corporais leves passou a ser de ação penal pública

³⁶ IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.* pp. 161-164.

condicionada, dependente de representação do ofendido para o seu processamento (art. 88 da lei). Numa análise superficial, poder-se-ia pensar que o legislador “acertou o passo” na questão da violência doméstica, já que deixou ao arbítrio da vítima movimentar ou não o aparato judicial.

O que esse estudo pretende demonstrar, entretanto, é que a posição da vítima em retirar-se do sistema não é impulsionada senão pela total incapacidade desse mesmo sistema em ofertar-lhe uma resposta afinada com seus anseios e interesses. Na maioria dos casos, vítima e agente retomam a conduta reiterativa (a habitualidade das agressões é a regra geral) e, vez que carentes de instâncias e instituições mediadoras e pacificadoras alternativas a seu alcance (porque pobres, no mais das vezes – essa é a clientela habitual do sistema penal, reflexo da seletividade estereotipante desse mesmo sistema, abordada no Capítulo I), vão eternizar esse conflito, de reflexos sociais intensamente nocivos e especialmente destrutivo para eles próprios.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher reconhece expressamente a necessidade da criação de mecanismos diferenciados de prevenção, atendimento às vítimas e “ressocialização dos agressores”. No mesmo sentido, segundo Barsted, *“é necessário considerar a complexidade da sociedade brasileira organizada em distintos setores que devem ser envolvidos, de forma articulada, na luta contra a violência: ONGs, mídia, partidos políticos, associações de classe, associações de base, igreja, empresariado, movimentos sociais, escolas e universidades, dentre outros”*³⁷.

A instrumentalização de instâncias alternativas com tal envergadura de envolvimento sócio-comunitário é o caminho mais consentâneo para a concretização desse desiderato. Tanto mais, que, como se verá adiante, o sistema penal representa uma opção cruel e incongruente não apenas para o agressor, mas também para a própria vítima.

³⁷ BASTERD, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 50.

3.1.2. – Vitimização e sobrevitimização

Enquadrada a vítima no contexto do sistema penal vigente, cumpre abordar o que se denominou *sobrevitimização no processo penal – vitimização secundária*, ou seja, o dano adicional à vítima que advém do funcionamento do sistema.

Cervini afirma que a vítima não sofre apenas o fato punível em si mesmo, mas ainda "*danos psíquicos, físicos, sociais e econômicos adicionais*", gerados pelas reações formais e informais decorrentes do fato. De seu ponto de vista, a vítima sente-se incompreendida pelo seu entorno social. No curso do processo penal sente-se desprestigiada, mero instrumento a serviço de um sistema (o sistema penal) que não a considera.

Na maior parte das vezes não compreende o procedimento legal, que habitualmente não lhe é esclarecido. Sente-se vexada por se ver obrigada a narrar os fatos por mais de uma vez (na polícia e em juízo, no mínimo). É constrangida, nas audiências de instrução e julgamento, a deparar-se com o agente, com quem vive, bem ou mal, superficial ou profundamente, uma relação importante e muitas vezes destrutiva³⁸. Sente-se freqüentemente como a verdadeira acusada, e constata, inúmeras vezes, que o dano sofrido ficou sem reparação.

Exposta, no curso do processo, a vítima vê aprofundado seu trauma e agigantados seu ressentimento, sua frustração e seu desamparo, já que, esquecida, relegada a um papel secundário, desconsiderada em seus

³⁸ CERVINI, Raúl. *op. cit.*, p. 231, cita SCHNEIDER ao explicar a teoria da aprendizagem social e a teoria da interação simbólica na esfera da Criminologia, e esclarece: "*Segundo a teoria da aprendizagem social, o comportamento aprende-se não somente por seu resultado, mas também pela observação do modelo, quer dizer, por uma experiência de "substituição". Os homens criam, com seu comportamento, condições sociais, as quais, por sua vez, repercutem sobre eles. Os homens não só aprendem comportamentos, mas também atitudes e justificações de seus comportamentos. Os autores aprendem comportamentos de autores, atitudes de tais e papéis de autores. As vítimas aprendem comportamentos, atitudes e papéis*

interesses e pretensões, não recebeu, conseqüentemente, o assessoramento e a proteção adequados à sua situação.

A primeira força vitimizadora está no aparato policial. Ao recorrer à polícia, a vítima encontra agentes despreparados, cuja única preocupação é identificar e individualizar o autor do delito. Depois, a vítima se vê exposta a mecanismos entravados, grandes esperas e, num segundo momento, à repetição de todo o processo formal no âmbito judicial.

Não bastasse, dentro do *"esquematismo forçado do processo"*, a vítima ideal e o testemunho de alta credibilidade para o Ministério Público serão aquelas figuras frágeis, inocentes e respeitáveis sob a ótica do *macro* sistema de controle informal (a sociedade), o que importa em colocar a vítima em julgamento e em confronto com o agente – já que a condenação de um implica a absolvição do outro. Para a defesa, entretanto, o ideal estará na figura contrária e procurará apresentar a vítima como sendo imoral, provocadora, condenável.

A credibilidade das declarações da vítima será posta à prova, e para tanto será rastreado não apenas seu comportamento durante o episódio em julgamento, mas também toda a sua vida pregressa, à procura de fragilidades morais, psicológicas ou emocionais. As práticas inerentes a essa busca (acareações, reconstituições, etc...) são dores adicionais, nem sempre racionalmente indispensáveis. Revelam-se especialmente cruéis nos crimes sexuais e de violência doméstica³⁹.

Nesse processo de vitimização os meios de comunicação e difusão são um capítulo à parte, expondo a vítima com a publicação de fotos e muitas

de vítimas. *Criminalização e vitimização são aprendidos em processos de interação social e individual.*"

³⁹ CERVINI, Raúl. *Vitimização...* Anexo in *op. cit.*, p. 231 e ss.

vezes um posicionamento francamente contrário à mesma, que a culpa pelo ilícito. Esclareça-se que o processo penal formal ignora ou torna invisível o conflito da dupla vítima x autor, na medida em que despersonaliza a vítima, impedindo o encontro composicional entre as partes diretamente envolvidas⁴⁰.

Hulsman defende a necessidade e viabilidade do que chama de “encontros cara-a-cara”, ou seja, estratégias de conciliação entre vítimas e agentes. O autor pondera que, não obstante a imprensa coloque em destaque, muitas vezes, o desejo de retribuição penal expresso por vítimas de delitos e familiares, essa não é uma regra geral. A maioria das pessoas que se sentem vitimadas ou ameaçadas no contexto de uma situação criminalizável está sempre mais preocupada com a possibilidade ou não de ver-se ressarcida, ajudada ou protegida – ou as três coisas – que com a punição do autor do fato que a atingiu⁴¹.

O interesse pelos direitos da vítima não importa, como ainda insiste a doutrina tradicional e recalcitrante, em menosprezo aos direitos do acusado. É interesse da sociedade, e também do autor, que se ofereça à vítima um lugar no contexto do processo penal, e tal não importa em necessária adoção de uma política criminal repressiva. Trata-se de gerar o apaziguamento racional entre autor e vítima no espaço aberto da sociedade.

Essa composição é especialmente relevante quando se trata do conflito doméstico, não apenas pela própria natureza do conflito mas também porque a sobrevivitização da mulher pelo sistema, nesse tipo de situação conflituosa, é especialmente dolorosa. É o que passaremos a abordar em seguida.

3.1.3. - Vitimização e sobrevivitização da mulher no contexto do sistema penal

⁴⁰ CHRISTIE, 1977: MORESCO, 1989:29; VERSELLE, 1979:27 e ss., citados por CERVINI, Raúl. *Vitimização...* Anexo *in op. cit.* p. 234.

A vítima da violência doméstica, em menor ou maior intensidade, busca e necessita principalmente de apoio moral, psicológico e material. Por isso o Grupo Parlamentário Interamericano sobre Población y Desarrollo definiu que *“a legislação não deve ser considerada como o único instrumento para sua erradicação, embora seja um dos mais importantes”*. Nesse sentido a sugestão de Basterd, que refere como medidas de apoio possíveis *“serviços especializados nas áreas de segurança pública e justiça, como por exemplo, Delegacias de Atendimento à Mulher, Centros de Orientação Legal; serviços especializados nas áreas da saúde física e mental e assistência social ...; capacitação profissional e alocação no mercado de trabalho, dentre outras”*⁴².

O Pacto Comunitário contra a Violência Intrafamiliar, firmado pelo Governo Brasileiro e as Nações Unidas em 25 de novembro de 1998, ao qual têm aderido organizações e indivíduos dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, estabelece o compromisso dos parceiros no sentido de *“Capacitar os policiais civis e militares para o atendimento adequado em situações de violência contra a mulher”*, nessas incluídas, naturalmente, as situações de violência doméstica.

Também o documento *Estratégias de Igualdade*, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sugere o fortalecimento *“do aparelho jurídico-policial mediante a reformulação das Delegacias de Mulher, em face da criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n.º 9.099/95)”*. O documento ainda formula proposta de capacitação dos agentes formais do sistema (advogados, magistrados, membros do Ministério Público, Defensorias Públicas e Serviços de Assistência Judiciária), visando um *“atendimento qualificado às mulheres em situação de violência”*.⁴³ Entretanto, o compromisso assumido, tanto quanto os objetivos almejados, ainda se encontram distantes de sua concretização.

⁴¹ HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline B. de. *Penas Perdidas* pp. 116-117 e 132-133.

⁴² BASTERD, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, pp. 50-51.

⁴³ CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Estratégias...* *op. cit.*, pp. 24-25.

O certo é que, se no sistema de justiça criminal consensual representado pelos Juizados Especiais Criminais a vítima não encontra o respaldo que procura, também não vai encontrá-lo no sistema penal tradicional. Antes, tanto um quanto o outro são não apenas inócuos frente suas expectativas (da vítima), mas ainda sobrevitimizadores.

Andrade aborda o tema, colocando a questão da “duplicação da vitimação feminina” ao longo das instâncias formais do sistema, já que as forças agressoras e estigmatizantes presentes nas relações familiares, profissionais e sociais se reproduzem no sistema penal, na medida em que ele não é mais que um “(sub)sistema” intensamente interativo em relação ao universo *macro* representado pelo “sistema informal de controle social”, portanto mais apto a agigantar o nível de vitimização do que a mitigá-lo, representando sempre nova dose de sofrimento⁴⁴.

Segundo Andrade, o Movimento Feminista vem se debatendo, historicamente, entre a busca da igualdade e a demarcação do espaço preciso do “feminino” em relação ao “masculino”. Passar a falar em violência doméstica sob a ótica do conflito que a origina implica admitir as relações de gênero como uma forma de circulação de poder no âmbito doméstico-familiar⁴⁵.

Antes de se pensar num pólo ativo e outro passivo, em tema de violência doméstica, deve ser considerada a interação que estabelece o litígio, o que nos remete ao âmago da questão, que é justamente o conflito que origina a violência. Nesse ponto, devemos considerar que a mulher ainda é essencialmente *vítima* no âmbito das relações domésticas violentas, o que, aliás, já foi antes abordado.

⁴⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. “*Da domesticação...*”. p. 07.

⁴⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Da Domesticação...* p. 05.

Forças vivas relevantes da sociedade têm demandado respostas para a questão da violência doméstica. Sem dúvida o Movimento Feminista é a mais importante delas. E tem encampado essa luta, no Brasil, dando-lhe um enfoque acima de tudo *punitivo*, postulando a criminalização primária específica da violência doméstica.

No documento *Estratégias de Igualdade*, aqui já mencionado, na introdução ao capítulo que trata da *Prevenção e Combate à Violência* lê-se, textualmente: “A violência de que são vítimas as mulheres saiu da invisibilidade graças à ação do movimento de mulheres. Hoje, reconhecida como crime, exige punição, que caberá à justiça garantir sem complacência”⁴⁶. O discurso, como se colhe, é criminalizador.

Andrade refere, contudo, que o feminismo brasileiro tem se revelado ultimamente dividido, “na sua opção em recorrer ou não ao sistema penal para proteger as mulheres”, uma vez que a partir dos anos sessenta o movimento de mulheres se defrontou com o movimento da criminologia crítica pela minimização do sistema penal.

Segundo a autora, nas décadas de setenta e oitenta foi se demarcando uma nova atitude e direção, com a “aparição de instituições femininas de apoio”, como por exemplo os centros de acolhida para mulheres maltratadas (criados na Holanda em 1974) e de delegacias de mulheres (criadas no Brasil em 1984). O trabalho de tais instituições, que objetiva “receber queixas específicas de violência de gênero”, trouxe à tona uma realidade oculta, ou seja, a de que “os maus tratos e a violência sexual contra as mulheres (assédios, estupros e abusos em geral) ocorriam muito mais freqüentemente do que se pensava”.

⁴⁶ CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Estratégias...*, p. 23.

Essa realidade veio trazer a público uma “margem oculta” de vitimização das mulheres que, até então, era vista como *problema privado*, e que, uma vez revelada, vai se convertendo em *problema penal*, induzindo uma “demanda (neo) criminalizadora”. À justificativa da chamada “função simbólica” do Direito Penal – vale dizer: antes do castigo, interessa a utilização do Direito Penal como meio declaratório da relevância desses problemas – soma-se a pretensão de punir ou castigar os homens, não deixando de ser pretendida, também e como consequência, uma mudança de atitude masculina relativamente à violência que vitima a mulher.

Parte do Movimento Feminista, entretanto, tem reconhecido a necessidade de questionar o sistema penal como recurso adequado para o enfrentamento do problema da violência doméstica, ressaltando a importância de buscar meios alternativos mais sintonizados com os objetivos feministas, dos quais o sistema penal está alheio⁴⁷.

No caso da violência doméstica essa relocação de forças vem justamente ao encontro da expectativa individual mais comum entre as vítimas. De fato, quando se fala em violência doméstica a demanda criminalizadora feminista esbarra na postura individual das próprias vítimas, já que a constatação empírica permite afirmar que a vítima hesita em recorrer ao aparato repressivo, e, quando o faz, segundo Izumino, adota uma atitude que vislumbra como *extrema*, e age impulsionada, principalmente, pela reiteração das agressões e pelo desejo de obter uma via de mediação que lhe permita a renegociação de seu “pacto doméstico”⁴⁸.

A demanda pela criminalização da violência doméstica – de resto parte de um processo dialético intenso (criminalização x descriminalização) vivido no Brasil contemporâneo⁴⁹ – é não raro objeto de enfoques pela mídia. No mês de

⁴⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência Sexual ...* pp. 87-91.

⁴⁸ IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.*, p. 155.

⁴⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Criminologia e Feminismo...* p. 43.

julho/98 conhecida revista semanal publicou uma matéria extensa sobre a questão da violência doméstica. Com a chamada de capa “*Covardia – o terror das mulheres que vivem com homens espancadores*”, e sob o título (significativo) “*A face do silêncio*”, a revista abordou especialmente os espancamentos de mulheres por seus maridos e companheiros, sofridos dentro de casa.

A matéria contém depoimentos de vítimas, que, apesar de revelar sua dor, comprovam a hesitação das mulheres em procurar o aparato policial. Enfocando esse aspecto, Harazim, que assina o artigo, fala sobre o abalo emocional das vítimas e a hesitação em buscar socorro no sistema penal:

*“Todas parecem ter uma mesma expressão no olhar. É um olhar vazio, perplexo e derrotado. Ele espelha o caminho que cada uma percorreu até a delegacia, para expor as feridas mais íntimas de sua vida. Muitas desistem à última hora e dão meia-volta antes de entrar. Outras – quase 30% - retornam nos dias seguintes para retirar a queixa”*⁵⁰

Essa hesitação não é mais do que o retrato da debilidade do sistema penal como instância de proteção às mulheres contra a violência, vez que o mesmo não previne a reiteração da conduta por parte do agressor, é surdo ao apelo da vítima no que tange aos seus reais interesses e não contribui para a efetiva gestão do conflito nem para a transformação das relações de gênero em geral e da relação doméstica vítima x agressor em particular. É o que Andrade denomina de “*incapacidade preventiva e resolutória do sistema penal*”⁵¹

Em outras palavras: o sistema penal (e aí incluo o “(sub)sistema” da justiça criminal consensual inaugurado com a instalação dos Juizados

⁵⁰ HARAZIM, Dorrit. *A face do Silêncio*. Revista VEJA – Editora Abril – edição 1.533 – ano 31 - nº. 26 – pp.80-87 (Matéria assinada).

⁵¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência sexual ...* p. 107.

Especiais Criminais – lei nº. 9099/95) tem se mostrado incapacitado para cumprir qualquer função preventiva e/ou reparatória nos casos de violência doméstica.

Essa incapacidade, que se inicia na esfera policial, começa com a total falta de aparato material. A matéria jornalística antes mencionada revela que as vítimas não contam com qualquer privacidade no momento do atendimento (*“nem cadeira para sentar”*), e no mais das vezes o máximo que obtém é uma intimação, expedida pela autoridade policial e endereçada ao agressor, *que normalmente tem de ser entregue pela própria vítima*.

Esse tratamento revela um quadro que vai se prolongar à esfera judicial, nos casos em que o termo circunstanciado efetivamente chega até o fórum local. Nesse ponto é que cumpre admitir que o sistema penal “sobrevitimiza”⁵², na medida em que mulheres agredidas, além de vitimizadas pelo agressor, são também vítimas da violência institucional, que, no caso específico das agressões domésticas, passa não só pela visão estereotipada da vítima e do agressor como ainda pela dúvida de que ela pretenda, efetivamente, prosseguir na senda punitiva que deflagrou⁵³.

Acionar o sistema penal implica, para a vítima mulher – e para a mulher vítima da violência doméstica – em vivenciar todo um rosário de humilhações e decepções, que oferecem como resposta uma ruptura de relações familiares e sociais para a qual ela não se encontra preparada, remetendo-a, depois, sem qualquer resposta, de volta ao círculo vicioso do qual buscou escapar.

Essa realidade de sobrevitimização não restou alterada com o advento da lei nº. 9099/95, que instalou os Juizados Especiais Criminais no Brasil. Ostentando um discurso de reinserção da vítima no contexto do sistema criminal, ante a possibilidade da composição civil (art. 74) e a ampliação dos

⁵² CERVINI, *op. cit.*, p. 231, refere o “efeito sobrevitimizador” do Processo Penal.

casos de representação criminal, incluindo-se nesse rol as lesões leves (art. 88), a lei não oferece opções de enfrentamento produtivo do conflito doméstico, as quais já foram encetadas em outros ordenamentos jurídicos, conforme veremos a seguir.

3.2. – EXEMPLOS SIGNIFICATIVOS DE VALORIZAÇÃO DA VÍTIMA – CONQUISTAS RECORRIDAS DO DIREITO COMPARADO

A capacidade criativa é inerente à condição humana, e decorre normalmente da constatação da crise. Lima Júnior, citando Konder, transcreve:

“Constatando a gravidade da crise, Gramsci também indicava a direção em que ela podia ser enfrentada, no plano filosófico: através de uma enérgica revalorização da capacidade que os seres humanos possuem de inventar novos expedientes, de criar novas idéias, de se educarem e se reeducarem uns aos outros, de fazerem uma história diferente daquela que vem sendo feita”⁵⁴.

A partir basicamente de Cervini⁵³, e dentro do tema da valorização e atendimento à vítima, passamos a reportar conquistas registradas no direito comparado. Elas demonstram que, ainda que a idéia da paridade entre autor e vítima no processo penal esteja em desenvolvimento, existem resultados positivos registrados em legislações nacionais de países desenvolvidos e convenções internacionais.

Em tema de legislações nacionais são dignas de nota conquistas não tão recentes, mas bastante significativas. Entre elas:

⁵³ Vide ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guila Grin. *op. cit.*, p. 91.

⁵⁴ LIMA JÚNIOR, Edmundo Arruda de. *Direito Moderno e Mudança Social (uma análise inspirada em Gramsci) Ensaio de Sociologia Jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993. p. 37.

a) *Lei israelense de 1952 para proteção de crianças*: voltada à proteção de crianças testemunhas em processos penais por ilícitos sexuais. A lei nasceu da constatação de que o processo formal é orientado, em todas as suas instâncias, segundo as necessidades, direitos e obrigações dos adultos. Se até mesmo para os adultos o resultado sobrevitimizador é constatado, deve-se concluir que as crianças, mais ainda, encontram-se despreparadas para enfrentar essa estrutura dialética ou avaliar a representatividade jurídico-penal dos fatos no processo. Assim, tendem a vivenciar a experiência "*como dramatização que não podem superar nem social nem psiquicamente*"⁵⁶

A lei israelense cria os *interrogadores juvenis*, recrutados pelo Ministério da Educação entre assistentes sociais com educação psiquiátrica ou psicólogos infantis. Suas funções são de assessoramento à criança, a seus familiares e à Corte, mas sua principal tarefa é tomar as declarações das vítimas ou testemunhas juvenis de delitos sexuais em seu ambiente de costume. Por seu nível profissional, costumam extrair muito mais informação útil da criança do que a que esta forneceria, perturbada pelas alternativas do processo, diretamente ao tribunal.

Normalmente, o interrogador comparece para depor no lugar da criança ou adolescente, mas em casos de extrema necessidade, quando os menores de 14 anos necessitam ser ouvidos pessoalmente, acompanhará os trabalhos e o menor só poderá responder as perguntas que ele autorizar a responder.

Por seu mecanismo a lei resguarda a ampla defesa do acusado e ataca, ao menos num aspecto, a vitimização secundária, ocupando-se dos direitos da vítima.

b) *Lei holandesa de 1972 de proteção às vítimas*: por esta lei a Holanda organizou um sistema de árbitros médicos visando resolver a questão da

⁵⁵ CERVINI, Raúl. *Vitimização...* Anexo in *op. cit.* pp. 229-248.

inadequação do processo formal nos casos de maus tratos de crianças pelos pais.

Em casos tais normalmente são também atingidos os irmãos das vítimas que não tenham sido maltratados, pois a condenação dos pais implicará na entrega de todos os filhos a instituições públicas, "*causando o fenômeno conhecido como 'transposição vitimizadora da pena'*". Os médicos são, em geral, os primeiros que tomam contato com as crianças maltratadas. Para solucionar o dilema que lhes pode ser colocado entre uma lesão ao dever do segredo profissional e o acobertamento de um fato tão grave como o maltrato de uma criança, os médicos envolvidos podem recorrer precisamente aos árbitros médicos.

Estes árbitros, além de aconselhar seus colegas, reunirão toda a informação disponível sobre a modalidade e motivos do maltrato em estudo, realizarão um diagnóstico vitimizador de base e, conforme ele, proporão medidas preventivas e tratamentos adequados no amplo espectro psicossomático. Essa terapia alcançará tanto o menor agredido quanto os integrantes do núcleo da criança. Toda esta atuação se desenvolverá no mais estrito sigilo.

c) *Lei Federal de 1982 dos Estados Unidos da América para proteção das vítimas de delitos e de testemunhas do fato (Victim and Witness Protection Act - 12.10.82)*: Entre os muitos progressos que preconiza, essa lei prevê a introdução prescritiva do Victim Impact Statement, ou seja, a determinação de que a investigação sumária chegue aos tribunais acompanhada dos resumos do impacto criminal, aí compreendidos as consequências do ilícito do ponto de vista da vítima (prejuízos materiais, psíquicos e físicos sofridos), bem como uma opinião fundamentada sobre a "*necessidade e urgência de uma reparação*".

⁵⁶ CERVINI, *op. cit.*, p. 235.

Prevê também a autonomia da sanção reparatória do dano sofrido pela vítima, ou seja, estabelece a possibilidade legal de imposição da reparação como sanção reparatória, devendo ser justificada a ausência dessa imposição. Dispositivo semelhante consta do art. 74 e parágrafo único da lei nº. 9099/95, embora a possibilidade restrinja-se aos casos de menor potencial ofensivo e, diferentemente da lei americana, ao invés de impor sanção reparatória prevê a composição civil como alternativa para a extinção da punibilidade.

Por autorização expressa dessa lei, foi ditado um conjunto de diretivas complementares pelo secretário de justiça americano, em julho de 1983, o qual concretiza obrigações do sistema para com as vítimas dos delitos, dentre elas:

“satisfazer-lhe as necessidades de assentamento integral no plano jurídico e no plano assistencial; viabilizar a intervenção da vítima na instância judicial quando os atos a serem ditados lhe disserem respeito (como, por exemplo, ouvi-la antes de decidir pela concessão de liberdade ao agente durante o processo); implementar serviços visando minimizar a vitimização secundária (por exemplo: promover a conservação cuidadosa de objetos da vítima, preparar salas de espera longe do acusado e das testemunhas da defesa e formar quadros técnico-profissionais compatíveis com os novos encargos)”⁵⁷.

d) *Primeira Lei da R.F. Alemã para o aprimoramento da situação do afetado no processo penal (lei de proteção às vítimas de 18.12.86)*: A lei cria dois tipos de ação visando melhorar a posição da vítima no processo penal: 1) estabelece que vítima ou testemunha somente poderão ser inquiridas no processo sobre fatos de sua vida pessoal se isso for imperioso para a busca da verdade, e, em tal caso, pode ser decretado o segredo de justiça a pedido do afetado, desde que não seja imprescindível à defesa a exposição pública

⁵⁷ CERVINI, Raúl. *op. cit.* pp. 236-237.

desses fatos; 2) amplia o círculo de autorizados a atuar junto ao Ministério Público como acusadores particulares adicionais, reservada tal prerrogativa às vítimas atingidas em seus interesses basicamente pessoais, sendo que aquelas que não estiverem legitimadas a isso deverão ser informadas permanentemente sobre suas faculdades processuais;

A primeira crítica a essa segunda faculdade é no sentido de que a representação legal da vítima romperia o equilíbrio processual, influenciando o Juízo. A segunda crítica é de que a presença da vítima no processo confere ao ofendido um conhecimento inconveniente da atuação jurisdicional.

Cervini refuta as críticas dizendo que menospreza-se a capacidade de julgamento do tribunal quando se afirma que a presença de dois acusadores contra um defensor influiria na formação do juízo de forma prejudicial ao réu. Ademais, argumenta, não existem na verdade dois acusadores, mas dois defensores, um da vítima e outro do réu. Segundo Schneider, *"A crítica do abuso do direito pelo conhecimento das atuações é também falaciosa e somente se justifica no contexto de uma teoria e de uma práxis que desnaturalizam o conflito, segregando a vítima de sua solução"*⁵⁸.

Dentre as convenções do tipo multilateral Cervini ressalta as atividades do Conselho da Europa e das Nações Unidas voltadas ao aprimoramento da situação da vítima, dando ênfase a algumas iniciativas, que passamos a referir em seguida.

A Comissão Européia para Problemas Criminais, em sua 30ª. sessão, realizada no início de 1981, decidiu aprofundar o tema da sobrevivitização, criando uma comissão especial de peritos no assunto. A comissão teria a

⁵⁸ SCHNEIDER, Joachim. *La Posición de la Víctima Delegacia de Policía Delito en el Derecho y en el Proceso Penal*. In: *Revista Doctrina Penal*, año 12. Buenos Aires:Depalma, 1989, p. 318. Também citado por CERVINI, Raúl. *op. cit.* p. 238.

missão de elaborar recomendações visando dar cobertura ao problema sob todos os aspectos possíveis.

Primeiro, organizou-se uma *"Convenção Européia para a indenização das vítimas de ocorrências violentas"* (1984); em segundo lugar, elaborou-se a *"Recomendação para o Aprimoramento da Situação Jurídica das Vítimas no Direito e no Processo Penal"*, a qual foi aprovada pelo Conselho de Ministros do Conselho da Europa em 28 de junho de 1985. Finalmente, a Comissão Especial de Peritos em Vitimologia desenvolveu protocolos adicionais de ajuda e tratamento às vítimas, programas básicos de trabalho que foram ulteriormente adotados por vários Estados-membros.

A Recomendação de junho de 1985 - R(85)11 requer dos Estados membros a adoção, entre outras, das seguintes medidas:

- 1) assessoria integral à vítima, de modo a propiciar-lhe, por instituições privadas ou públicas, ajuda material, médica ou psicológica ligada às suas faculdades processuais e legais, especialmente aquelas relativas a seus direitos de reparação pelo ofensor ou até, se for o caso, pelo Estado.
- 2) banimento, do processo penal, de toda forma de interrogação suscetível de provocar lesão à vítima ou às testemunhas. As crianças e deficientes físicos ou mentais somente poderão ser ouvidos na presença de seus pais, assessores especiais, tutores ou curadores.
- 3) A publicidade do processo penal não pode lesar esfera privada ou a segurança da vítima e de seu grupo familiar. Nesse sentido, deve ser reservado, na medida do possível o sigilo de seu nome e identificação.
- 4) A sanção imposta ao autor deve considerar sobretudo os interesses da vítima, priorizando-se a recomposição do dano à mesma. A Recomendação anota que ao autor há que se propiciar a chance de buscar os meios necessários ao ressarcimento do prejuízo que causou à vítima.
- 5) Implementação de instâncias informais de solução de conflitos, capazes de buscar a conciliação efetiva entre vítima, autor e sociedade, sem as mazelas inerentes a um processo penal formal, restando reconhecido que o

auto-ajustamento é a via mais idônea para evitar a estigmatização de autor e vítima e ainda desafogar a justiça penal.

A partir da recomendação em tela, também a Assembléia Geral das Nações Unidas posicionou-se, adotando em 11 de dezembro de 1985 a Declaração de Princípios Básicos de Justiça para as Vítimas do Crime e do Abuso do Poder, documento amplamente estudado por vários autores. Seu conteúdo identifica-se basicamente com as medidas recomendadas pelo Conselho da Europa, insistindo-se na outorga, à vítima, de um papel ativo no processo penal.

Nessa pauta, a meta primordial do processo deve ser o ressarcimento do dano à vítima, tanto o moral como o material. Deve ser suprimida a publicidade desnecessária. Deve ser possibilitada, quanto possível, a conciliação extra-penal.

Especificamente em relação às vítimas da violência de gênero e da violência doméstica, a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, em 1995, entre outros instrumentos internacionais, reconheceu que “os *Direitos Humanos incorporam os direitos das mulheres e das meninas, reconhecendo, inclusive, a necessidade de medidas especiais para alcançar a igualdade*”⁵⁹.

A Convenção de Belém do Pará, por sua vez, em sua respectiva resolução, Artigo 3, estabeleceu que “*Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada*”, estabelecendo o Artigo 7 do mesmo documento que são deveres dos Estados Partes, dentre outros:

“*incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e*

⁵⁹ BASTERD, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 12.

erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis” (alínea d), e ainda

“adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade”⁶⁰.

A busca da igualdade logrará êxito a partir do momento em que seja possível pensar e compreender *“como a construção cultural das diferenças entre homens e mulheres forjaram uma distribuição desigual de poder e geraram subalternidade”*, fazendo-se necessário, para o restabelecimento do equilíbrio, *“identificar, medir e analisar as vivências diferenciadas ... orientando políticas capazes de eliminar e estabelecer parâmetros de equidade”⁶¹.*

A tônica da violência intrafamiliar como retrato do desequilíbrio de poder nas relações de gênero permite a visibilidade da desigualdade ainda reinante, não obstante a interação intensa entre os atores do conflito, que desmancha o estereótipo da vitimação passiva da mulher.

As medidas e reconhecimentos antes elencados são relevantes para a reinserção da vítima no contexto da administração penal dos conflitos em geral e para a realização efetiva da igualdade de gêneros, mas não se pode negar que os avanços da legislação penal não têm atendido a maior parte das sugestões da literatura científica, relativas ao aprimoramento da situação jurídica da vítima, especialmente da vítima mulher, no âmbito do processo penal.

⁶⁰ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.P. AG/doc. 3115/94 ver. 2.. Belém do Pará: junho de 1994. *Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*. ..., p. 09.

⁶¹ BASTERD, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 30.

Em geral resta desatendida a recomendação mais importante, ou seja, a que sugere que "*os Estados introduzam em suas legislações nacionais processos alternativos de compensação e de consolidação para a solução dos conflitos*". O objetivo de tais propostas é restabelecer (ou estabelecer) um equilíbrio justo entre vítima e autor, prescindindo do processo pênal. Assim, evitar-se-ia a estigmatização de ambos (vítima e autor), possibilitando-se uma resposta mais eficiente aos anseios das partes envolvidas, principalmente das vítimas⁶². Isso só será possível se as comunidades locais contarem com programas capazes de instrumentalizá-las para manejar os conflitos por meio da mediação e da colaboração interpessoal.

O exemplo moderno a ser aplaudido é o do Canadá. Nesse país, em 1975, a *Law Reform Commission* propôs soluções extraprocessuais para delitos ocorridos no seio familiar ou no meio social que o circunda, visando resolver a interação vítima-autor através de instâncias de compensação. Em tais instâncias informais buscam-se soluções como, por exemplo, a anuência na intervenção de serviços comunitários visando o aconselhamento, cuidado e tratamento familiares.

Num segundo momento, em 1985, o Canadá formou a Rede Pró-Justiça Comunitária e Solução de Conflitos (*Network for Community Justice and Conflict Resolutions*), com o propósito de viabilizar a troca de informações, a capacitação de intermediários sociais e a instrumentalização de novas instâncias de justiça informal.

Através da rede interagem mediadores, advogados, docentes, investigadores sociais, administradores, pessoal da justiça penal e os que são partes no conflito, sendo dessa forma atacados vários núcleos, tais como rixas

⁶² Conforme anota CERVINI, em pé de página (nota nº. 9, p. 240): "*Diz textualmente o art. 7 da Recomendação N.R.(85)11: "Serão utilizados, quando proceder, mecanismos oficiosos de solução das controvérsias, incluídas a mediação, a arbitragem e as práticas de justiça consuetudinárias ou autóctones, a fim de facilitar a conciliação a reparação em favor das vítimas"*.

de vizinhos, reconciliação delinqüente/vítima, conflitos familiares e ambientais, enfim, alternativas de tratamento que evitem o processo penal e priorizem a proteção das vítimas em geral.

A Rede opera por intermédio de diversos programas:

a) *Serviço de mediação comunitária*: Através desse serviço as partes em conflito contam com a interveniência de mediadores sociais, que sugerem opções de composições extra-judiciais. As disputas mais comuns são as de vizinhança, de trabalho e familiares.

Exemplo ilustrativo (e que interessa sobremaneira ao tema desse trabalho) sobre o funcionamento do sistema é o debate que se promoveu no Canadá com relação à utilidade da mediação comunitária nos casos de violência doméstica⁶³. Vários segmentos consideram a atuação do sistema penal deficiente nesses casos, enquanto que as instâncias extrajudiciais promovidas pela Rede ofereceram excelente resultado. Outros pensam, ao contrário, que a mediação serve para que o agressor continue contando com a oportunidade de dominar sua vítima e minimiza a natureza criminosa da violência dentro de casa.

Relativamente à eficiência da atuação dessas instâncias informais nos casos de mulheres agredidas por seus maridos, os que estão a favor dela afirmam que o sistema do diálogo interativo oferece a ambas as partes a oportunidade de apresentar a situação com suas próprias palavras e segundo a sua própria perspectiva. Muitas mulheres consideram que, pela primeira vez, se lhes dá ocasião para mostrar suas próprias frustrações e seus verdadeiros sentimentos. A estrutura mesma da instância mediadora obriga os maridos a escutá-las e estes, freqüentemente, se vêem surpreendidos ao expressar sentimentos que ignoravam ter.

⁶² CERVINI, *op. cit.*, p. 242, cita VILLMOW, 1991:132 e ss.

A mulher agredida que se refugia em uma instituição, deixando seu problema em mãos de canais ordinários da justiça formal, está longe de ter solucionado seus problemas psicológicos, aqueles vinculados ao seu lar e com seus filhos, além de não saber onde viverá no futuro. A mediação tratará esses temas diretamente com as partes envolvidas e lhes dará a oportunidade de elaborá-los antes de apresentar-se em uma segunda sessão. Se essas situações são tratadas o quanto antes possível e em um marco basicamente reservado e informal, isso ajudará a curar as feridas das partes em conflito, pois se lhes está oferecendo um plano sobre o qual trabalhar até que se tomem as decisões a longo prazo.

Um bom programa de mediação familiar procurará, além disso, eliminar todo desequilíbrio de forças entre as partes. Nesses casos torna-se imprescindível, por exemplo, contar com mediadores da mesma formação étnica e cultural dos envolvidos. A idéia é que o conflito se resolva "inter partes" e "inter comune" (no âmbito interno da família e da comunidade) com a ajuda de mediadores pertencentes ao emaranhado social imediato. Uma vez que o acordo é um resumo de idéias e reflexões interativas, cada parte assumirá a responsabilidade da execução do que lhe corresponde.

Resumindo a posição contrária à mediação comunitária, a mesma se embasa na compreensão de que ela configura um risco para a mulher e que a falta de castigo do culpado resulta na não prevenção de novas agressões. O argumento perde o sentido, desde que a mediação figure como instância extrajudicial de adesão voluntária por ambas as partes; que a violência ou ameaça tenha cessado; que agente e vítima estejam convictos de haver recebido certo grau de "justiça substancial"; que a vítima tenha compreendido as causas da agressão e o autor tenha consciência de sua responsabilidade pelos atos praticados ("introjeção do desvalor"). Assim, a mediação será a busca de solução efetiva para o conflito, encaminhando solução que culmine

no rompimento equilibrado de uma relação destrutiva ou na reconciliação duradoura, com menor estigmatização e maior grau de solidariedade social.

b) Programa de reconciliação entre o delinqüente e a vítima: Conta com a atuação de mediadores altamente especializados, que buscam as *bases originárias* do conflito, reunindo agente e vítima para que conversem sobre a possibilidade de recomposição do *statu quo ante*.

A intenção é mitigar os traumas e tratar as chagas emocionais. Em casos mais sérios busca-se, primeiro, a aproximação entre a vítima e familiares ou pessoas chegadas ao agente. Canalizando indiretamente o diálogo facilita-se o interconhecimento, estabelecendo uma rede de apoio familiar que propiciará o encontro direto, futuro, dos envolvidos. Os mediadores atuarão buscando evitar uma reconciliação aparente e superficial e o simples perdão destituído da intenção honesta de compreensão das diferenças de perspectiva (de autor e vítima).

c) Serviço de vítimas de abusos sexuais: O serviço, por sua natureza, atua coordenadamente com as instituições formais. A proposta básica é: 1) Criar redes voluntárias de apoio às partes, visando aliviar traumas, reduzir a reincidência e acabar com esse tipo de delito; 2) Educar interessados, instituições e comunidades para uma maior sensibilidade e compromisso em relação ao abuso sexual; 3) Ocupar-se de temas vinculados aos papéis masculino e feminino, visando a prevenção do abuso; 4) Proporcionar oportunidade de gestão interativa das partes, operativamente através de:

- *grupos permanentes de auto ajuda:* têm por objetivo proporcionar apoio imediato e constante a seus integrantes; criar uma rede familiar "artificial", na crise, quando a família natural não quer ou não pode ajudar; propiciar apoio durante um período maior de tempo; dar aos integrantes a sensação de que existe a preocupação sempre realimentada com sua cura e a dos demais.

- *grupos fechados intensivos*: objetivam, num âmbito fechado menor (4 a 5 membros) permitir compartilhamento e confrontação mais profunda, para maior desenvolvimento da recuperação social e emocional do participante; ensaiar defesas e racionalizações que inibem esse desenvolvimento; oportunizar a manifestação voluntária e profunda de experiências pretéritas, indiretamente relacionadas com o abuso que se produziu na família; abordar temas relacionados com a confiança e com o poder, sua violação e mau uso; captar posturas sociais relevantes para o problema, como a pornografia, o papel da mulher, etc. A duração aproximada é de dez semanas, e os participantes são autores de atos puníveis ou pessoas de outra forma interessadas nesse enfoque. Para os agentes criminalizáveis, o objetivo primordial é desconstruir racionalizações e repúdios e reconstruir a auto-estima. A ênfase central é o relato detalhado das histórias dos participantes, a partir das quais busca-se a conscientização dos “condicionantes sociais” relacionados ao tema. Muitas vezes os participantes são egressos de grupos de auto-ajuda.

- *grupos temáticos*: visam vencer medos que emanam de si próprios e dos demais, absorvendo os valores das relações recíprocas, a partir do funcionamento e sentimento como vítima e/ou “delinqüente”. São integrados por adultos que na infância sofreram abusos sexuais; crianças em diversas faixas etárias; adolescentes vítimas masculinos; adolescentes violadores masculinos; “delinqüentes” sexuais que atacaram crianças e que atacaram adultos; vítimas de violações recentes; pais de crianças atacadas por estranhos. Os grupos, na sua maioria, são dirigidos por “facilitadores”, que atuam como mediadores e líderes externos, vindo assegurar o cumprimento das funções do trabalho encetado. Os trabalhos duram entre 4 e 18 meses, mas após encerrados seus membros continuam em contato, estabelecendo uma rede de apoio familiar artificial.

- *grupos de auto-ajuda exclusiva*: A admissão em tal tipo de grupo é precedida de indicação institucional ou pedido da própria pessoa. A realização de entrevista prévia de admissão objetiva diagnosticar os motivos que levaram a pessoa a desejar ingressar no grupo, além de colher

um mínimo de antecedentes. Em seguida, o candidato assiste vídeos que lhe permitem avaliar se os seus interesses são convergentes com os dos participantes. Num terceiro momento é colocado em contato com um participante, que se identifica com seus próprios interesses. Se aceitar assistir uma primeira sessão, lhe é assegurado o direito de não falar, se não quiser. Inicia seus relatos espontaneamente, após observar a forma de compartilhamento adotada. A sensibilidade inicial é crucial, pois propiciará o relato de experiências que permaneceram secretas durante anos. A proposta é proporcionar a opção livre e realista de reunir-se ou não com pessoas em situações traumáticas análogas, eliminando a ação ou falta de ação pautada no simples medo do desconhecido ou na falta de compreensão das alternativas. A instituição que encaminhou o membro é constantemente informada sobre o seu comparecimento regular ou não. Para outras informações, o interessado deve dar sua autorização escrita e, de preferência, estar presente.

A experiência canadense, como um todo, embora ainda minoritária, apresenta soluções que representam uma proposta concreta de retomada, por parte da sociedade, de conflitos que lhe dizem respeito diretamente, abrindo uma trilha que reinsere autor e vítima. É muito menos onerosa que o processo formal e o encarceramento: enquanto a opção alternativa representa um dispêndio anual de dois dólares por habitante, os encargos inerentes à operacionalização do sistema penal oficial chegam a atingir mais de cem dólares por habitante/ano. Entretanto, é preciso frisar que a atuação da rede só atinge oito a dez por cento dos conflitos conhecidos.

Como se viu, a vitimologia evidenciou o efeito sobrevivitizador do processo penal. A partir disso, redobrou-se o esforço doutrinário no sentido de uma solução, acompanhado de uma evolução, embora restrita ainda, das legislações nacionais e multilaterais. O processo, incipiente na maior parte dos países, encontra-se inacabado e foi, por numerosas transações, desvirtuado,

muitas vezes, no âmbito legislativo, relativamente às sugestões acadêmicas das quais emanou.

Mas não se pode negar que pelo menos parte da solução do problema da vitimização secundária passa pela *repolitização do conflito*⁶⁴, passível de ser obtida por intermédio de uma instância racional de diversificação. Não se pode esquecer que toda tentativa de diversificação encerra riscos. A racionalidade e ponderação devem orientar o processo, que precisa envolver a comunidade. Naturalmente, os programas encetados devem ser sempre de adesão voluntária. Devem ser ofertados como uma opção inteligente. Por isso não podem ser impostos.

A instância existe e está produzindo frutos em outros ordenamentos jurídicos. Para que funcione no Brasil, não pode, por óbvio, resultar de um modelo copiado, inadequado à nossa realidade. Deve, antes, ser encetada de forma a respeitar os valores, características, necessidades regionais. O importante é que seja encarada como uma possibilidade concreta.

A partir da constatação de que a proposta descriminalizadora representada pelos Juizados Especiais Criminais renova a trivialização já presente no sistema penal clássico, em relação a esse tipo de conflito, e de que os interesses e reclamos das vítimas da violência doméstica não estão sendo considerados no subsistema de justiça criminal consensual recém-inaugurado, o que se busca, no capítulo que segue, é formular sugestões concretas para o enfrentamento desse conflito, dentro do parâmetro de realidade específica já abordado.

⁶⁴ CERVINI utiliza a categoria “reprivatização do conflito”. Entendemos, contudo, que o conflito doméstico deve ser enfrentado na esfera do “social”, do “político”, ou seja, fora do âmbito estatal mas no campo das relações geridas e administradas pelo corpo social. Por isso preferimos falar em “repolitização do conflito”.

"O DIREITO AO LAZER

Édina, enfermeira da Unidade, estava em reunião com mulheres do bairro. Veio à tona o tema da violência contra a mulher, abordado por uma das participantes. Ela contou que o marido batia nela todos os dias e que ela já estava tão cheia dessa situação que resolveu tomar uma atitude. Encarou o marido e exigiu:

- Olha aqui! Você pode me bater ou antes ou depois da novela! Durante a novela, NÃO!"

ALDA AGUIAR S. P. FREITAS,
Assistente Social da Saúde Pública na
periferia de Curitiba, no livro Viajando
no mesmo barco – "Fatos reais da
vida".

CAPÍTULO IV

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DIVERSIFICAÇÃO: UMA CHANCE?

O Direito estatal contempla uma ordem jurídica herdada do século XVIII, extremamente ritualizada e dogmática. Por consequência, é ele mais identificado com a estrutura do poder e com o interesse de classes dominantes do que com as práticas sociais comunitárias. A partir dessa realidade, as instituições normativas oficiais (aí compreendidos não apenas as instâncias legislativas como o próprio Judiciário) mostram-se estáticas e excludentes na sua operacionalização¹, deixando de oferecer solução eficaz aos conflitos que se lhes apresentam.

A lei nº. 9099/95 inaugurou um subsistema de justiça criminal novo, atendendo anseios de reforma penal que convivem, num processo dialético intenso, com uma demanda criminalizadora cuja pretensão é encontrar, no sistema penal vigente, o universo de segurança jurídica que, como foi visto no Capítulo I, esse sistema *não pode oferecer*.

Estando a lei há aproximadamente três anos em vigor, a crítica que se edificou a respeito dos Juizados Especiais Criminais por ela criados foi eminentemente repressiva, inserida numa perspectiva de *hard control*, que considera que a solução para o problema da criminalidade é basicamente o endurecimento das penas e a carcerização.

¹ WOLKMER, Antonio Carlos. *op. cit.* p. 95.

É hora de construir uma crítica mais consciente, voltada para a efetividade do sistema inaugurado na solução dos conflitos que enfrenta. Para tanto, há que se atentar ao papel da vítima no contexto do processo penal, e buscar alternativas que venham ao encontro de seus anseios e necessidades, sem esquecer a interação indispensável entre ela (vítima) e o agente, especialmente relevante quanto aos delitos de violência doméstica.

O que se pretende, neste trabalho, é justamente abordar o tema da violência doméstica à luz do sistema consensual inaugurado pela lei nº. 9099/95, realizando a constatação empírica da vitimização duplicada (renovada nesse novo subsistema), a partir da experiência vivenciada na comarca de Mafra – SC e atentando para o leque de possibilidades aberto pelas opções possíveis de repolitização do conflito como forma de diversificação no seu enfrentamento.

4.1. – OS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – A TRIVIALIZAÇÃO RENOVADA – O EXEMPLO DE MAFRA

Já se disse aqui que o sistema criminal consensual inaugurado a partir do advento dos Juizados Especiais Criminais, criados pela lei nº. 9099/95, propala o discurso da (re)valorização da vítima no contexto do processo penal. Ver-se-á, entretanto, que esse discurso sustenta uma falsa promessa, quando se trata da violência ocorrida no âmbito doméstico.

Ponto vital a ser esclarecido é que o enfoque dado à violência doméstica, neste trabalho e especialmente neste capítulo, restringe-se a um recorte relacionado diretamente aos Juizados Especiais Criminais, criados pela lei nº. 9099/95, o que importou em excluir da abordagem aqueles tipos penais que não se incluem na competência desses Juizados, como o estupro (art. 213 do Código Penal), atentado

violento ao pudor (art. 214 do Código Penal), lesões corporais graves, gravíssimas ou seguidas de morte (art. 129, §§ 1º, 2º e 3º) e homicídio doloso simples ou qualificado (art. 121 e § 2º)², embora tais condutas violentas também ocorram no âmbito doméstico.

Outro esclarecimento importante é que centrou-se na pessoa da vítima a abordagem relativa aos atores desse conflito, por entender-se que seu papel é preponderante e a sua reinserção efetiva no processo penal pode representar o ponto de partida para a concepção de soluções *repolitizadoras*, a serem concebidas *de dentro para fora* do sistema; sem alijar a responsabilidade dos agentes desse mesmo sistema na implementação dessas soluções, responsabilidade essa decorrente, principalmente, do teor do discurso oficial do sistema penal, que declarou a expropriação do conflito e se mostrou incapacitado para enfrentá-lo ideológica e concretamente.

4.1.1. – A mulher adulta como vítima da violência doméstica

Andrade desenvolveu pesquisa empírica que teve por universo os processos criminais de estupro e atentado violento ao pudor que tramitaram na comarca de Florianópolis na década de oitenta. O resultado estatístico dessa pesquisa indicou uma alta percentagem de vitimização de crianças e adolescentes³, em se tratando de condutas criminalizáveis de cunho sexual.

² É que a lei nº. 9099/95 definiu, em seu art. 62, as infrações penais de menor potencial ofensivo, fixando o critério pela pena máxima em abstrato (de um ano) cominada ao tipo respectivo, restringindo a competência de atuação dos Juizados Especiais Criminais a esses tipos penais.

³ A pesquisa indicou que “em 44,1% dos casos a vítima é a criança; em 35% dos casos a vítima é o adolescente com até 18 anos incompletos...” (a distinção entre *criança* e *adolescente* utilizada foi a legalmente definida na lei nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente). ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa CNPq 300489/96-0 (NV) – PQ*. Pesquisa: Sistema da justiça penal e violência sexual contra as mulheres: Análise de julgamentos de crimes de

E não se pode ignorar que todo e qualquer resultado estatístico é irreal, já que a visibilidade desse tipo de conduta, especialmente contra a criança e o adolescente, é reduzida em virtude do silêncio gerado pela cumplicidade dos pais ou, se não o caso, pela fragilidade e submissão de um deles (normalmente a mãe) que, muitas vezes, mesmo conhecendo a situação, não encontra forças para reagir ou denunciar.

Quando se fala de violência doméstica no enfoque da presente investigação, contudo, a situação é outra. A vitimização visível, segundo demonstrou a pesquisa empírica levada a efeito para este trabalho, é mais intensa em relação à mulher adulta, quando os tipos penais pesquisados são aqueles enquadráveis na hipótese legal de competência dos Juizados Especiais Criminais (lesões leves e ameaça, principalmente), embora normalmente os filhos sejam secundariamente atingidos, direta ou indiretamente.

Claro que também quanto a esse tipo de conduta a cifra negra da violência é significativa, já que culturalmente o espaço intrafamiliar foi fortemente delineado como um *espaço restrito e privado*, o que facilita a proliferação da violência invisível no seu âmbito. Basterd ressalta:

*“Considerado uma espécie de território fora do alcance da lei, a família pode se constituir em um espaço do arbítrio e da violência. Isso é possível, inclusive, por uma espécie de cumplicidade ou indiferença social para com os acontecimentos violentos que ocorrem em seu interior.”*⁴

estupro em Florianópolis na década de oitenta. Florianópolis, 1998 – pesquisa não publicada.

⁴ BASTERD, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 5.

É justamente em relação a este *silêncio cúmplice* que cumpre ressaltar o papel desempenhado pela vítima mulher adulta no contexto da criminalização das condutas violentas contra ela cometidas dentro de casa.

Ardaillon e Debert já concluíram, em 1987, que nos casos de espancamento doméstico o interesse da vítima na punição do agente é de importância capital na definição do processo criminal respectivo⁵. Izumino reforça esse enfoque, ponderando que a fala feminina no curso do processo é de indiscutível importância para a solução jurídica adotada. A tendência dos agentes do sistema penal é estar atentos às intenções da vítima ao desencadear a ação desse sistema: nos casos em que a vítima demonstra que iniciou o percurso da busca de ajuda externa com o objetivo de acabar com as agressões e iniciar um capítulo de vida novo (normalmente com a ruptura da estrutura familiar vigente até então), a tendência natural acaba sendo a condenação⁶.

Mas, segundo a autora, o alto número de absolvições não revela a inadequação do aparelho judiciário em tratar desses casos; antes deve ser compreendido “*dentro da lógica da sociedade e das formas que apresenta como uma das alternativas possíveis*”. É que a vítima, no mais das vezes, procura a Justiça como instância de mediação, visando renegociar seu pacto doméstico; quando é assim, a normalização da situação de conflito implica na sua “deserção”, ou seja, determina a *automanipulação* de seus argumentos, visando a retirada do conflito da esfera pública, para a qual o levou quando registrou a ocorrência na delegacia⁷.

⁵ ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *op. cit.* p. 40 e ss.

⁶ IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.* pp. 154 e ss.

⁷ IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.*, p. 162.

Ambos os estudos citados são embasados em pesquisas empíricas realizadas em processos julgados antes do advento do novo sistema penal consensual dos Juizados Especiais Criminais⁸. O advento da lei nº. 9099/95 alterou o quadro em relação a esse aspecto.

Nos casos de lesões corporais leves, a vítima teve facilitada sua retirada para o âmbito privado, já que o tipo penal do art. 129, *caput* do Código Penal passou a depender de representação do ofendido para sua procedibilidade (art. 88 da lei nº. 9099/95). A posição que aqui se defende, contudo, é a de que agora, como antes, a vítima abandona a instância formal, expressando em Juízo, na maioria absoluta dos casos, sua intenção de não representar o agente, porque não encontra resposta adequada na sua busca de uma solução para o conflito que vivencia, em interação com o agente agressor, dentro de casa.

4.1.2. – O exemplo de Mafra

O exemplo de Mafra – SC revela isso. Foi pesquisado, na comarca, um universo de 531 Termos Circunstanciados (TCs), instaurados nos anos de 1996 e 1997, universo esse correspondente à totalidade dos TCs deflagrados no intervalo intertemporal delimitado, já arquivados.

Ficaram fora desse universo os feitos onde ocorreu denúncia oral, porque entendeu-se que em tais casos deixou de concretizar-se qualquer das opções de alternativas ao processo previstas na lei nº. 9099/95, à exceção da suspensão condicional do processo do art. 89. Também foram excluídos os Termos Circunstanciados deflagrados

nesse mesmo período e por qualquer motivo ainda não arquivados, visto que, em face da celeridade que marca o andamento do procedimento, representam um universo insignificante.

Antes de iniciar a coleta dos dados, delineou-se como de violência doméstica aqueles delitos decorrentes de relações intrafamiliares de coabitação ou de relacionamentos sexuais e amorosos homem x mulher estáveis⁸, ainda que já encerrados (casais separados, namoros e noivados rompidos ou não). Nesse ponto interessa ressaltar que, do universo pesquisado (531 TCs), foram identificados como de violência doméstica 112 casos, o equivalente a 21% do total, conforme demonstrado no gráfico que segue:

Quadro 1
Representatividade dos delitos de violência doméstica no universo pesquisado

| CONFLITO | TOTAL | % |
|----------------|-------|-----|
| Doméstico | 112 | 21 |
| Outras origens | 419 | 79 |
| Total Geral | 531 | 100 |

Num momento seguinte, passaram a ser identificados os tipos penais de maior incidência na aplicação efetiva da lei nº. 9099/95. Na esfera do universo pesquisado, destacaram-se os delitos de lesões leves (art. 129, *caput* do Código Penal) e ameaça (art. 147 da mesma lei). O resultado está demonstrado no quadro que segue:

Quadro 2

⁸ ARDAILLON e DEBERT editaram sua obra em 1987; IZUMINO, por sua vez, pesquisou um universo empírico de 62 processos criminais da 1ª. Vara Criminal de Santo Amaro – SP, julgados entre os anos de 1984 e 1989.

⁹ Decidimos por trabalhar com fatos ocorridos *por dentro* de relações estáveis, excluindo as violências cometidas por estranhos, por entendermos que estas últimas ficavam fora do universo da violência doméstica, para os fins preconizados pela pesquisa. Ficaram fora também os relacionamentos homossexuais em virtude de inexistirem no universo empírico pesquisado, o que já havia sido antecipadamente detectado.

Distribuição dos TCs conforme a natureza da infração

| INFRAÇÃO | TOTAL | % |
|------------------|-------|------|
| Lesões Corporais | 216 | 40,7 |
| Ameaça | 94 | 17,7 |
| Outros delitos | 221 | 41,6 |
| Total Geral | 531 | 100 |

Como se viu, é significativa a criminalização de condutas de lesões corporais e ameaça (em relação às demais condutas) no âmbito de atuação dos Juizados Especiais Criminais, totalizando, os dois tipos penais reunidos, o percentual de 58,4% dos casos, sendo 40,7% de lesões, nesse universo considerados apenas os casos em que as lesões restaram comprovadas pelo competente exame de corpo-delito, cujo auto respectivo encontrava-se juntado ao feito.

Identificados os tipos penais de maior incidência no universo *macro* representado pela totalidade dos TCs pesquisados, a preocupação seguinte foi a de diagnosticar se, no âmbito da violência doméstica, dentro do campo de aplicação da lei nº. 9099/95, a situação era análoga. O resultado está demonstrado no quadro que segue.

Quadro 3

Distribuição dos casos de violência doméstica conforme o tipo penal incidente

| INFRAÇÃO | TOTAL | % |
|------------------|-------|------|
| Lesões Corporais | 52 | 46,4 |
| Ameaça | 42 | 37,6 |
| Outros delitos | 18 | 16 |
| Total Geral | 112 | 100 |

Considere-se que foram situados como “outros delitos” aqueles casos em que o histórico refere agressões cuja materialidade das

lesões não restou comprovada (vias de fato), além dos casos de injúria, difamação, violação de domicílio, perturbação do sossego, etc.

Importante frisar que a tendência geral (de predominância dos delitos de lesões corporais e ameaça) confirmou-se, sendo que a representatividade dos dois delitos, somados os percentuais incidentes, alcança 84% dos registros relativos à violência doméstica, nessa categoria específica de conflito.

Nessa altura interessa comentar que os dois tipos penais predominantes estão entre aqueles em que a lei exige representação do ofendido para a deflagração da ação persecutória do Estado¹⁰, ação esta que, quando ofertada a representação, inicia-se, na fase preliminar, com a proposta de transação penal prevista no art. 76 da lei nº. 9099/95, desde que presentes os requisitos legais.

O momento seguinte foi destinado a diagnosticar, a partir dos históricos constantes dos TCs e dos documentos a eles acostados, qual a representatividade percentual visibilizada da violência doméstica como conflito de origem, em relação a cada um dos tipos penais de maior incidência – lesões leves e ameaça.

Observou-se, nesse ponto da pesquisa, que o percentual de ocorrências de lesões leves decorrentes de conflitos domésticos alcançava 24% do total dos casos de lesões registrados, só perdendo, como origem específica, para as lesões decorrentes de acidentes de trânsito, que foram também destacadas, no quadro a seguir, em virtude de sua representatividade percentual.

Quadro 4

¹⁰ art. 88 da Lei 9099/95 (lesões corporais leves); art. 147, § único do Código Penal (ameaça).

Lesões Corporais – Distribuição dos TCs conforme o conflito de origem

| LESÕES | TOTAL | % |
|----------------------|-------|------|
| De Trânsito | 90 | 41,7 |
| Violência Doméstica | 52 | 24,0 |
| Outros ¹¹ | 74 | 34,3 |
| Total Geral | 216 | 100 |

Quando se fala em ameaça, a representatividade do conflito doméstico é ainda mais significativa, tanto que o destaque foi feito de forma isolada, sem a menção específica de qualquer outra origem. É o que demonstra o gráfico abaixo.

Quadro 5

Ameaça – Distribuição dos TCs conforme o conflito de origem

| AMEAÇA | TOTAL | % |
|------------------------------|-------|------|
| Conflito Doméstico | 42 | 44,7 |
| Outras origens ¹² | 52 | 55,3 |
| Total Geral | 94 | 100 |

Os casos classificados nas tabelas acima como "outros" compreendem um universo bastante abrangente de *cenários*¹³, estando aí inseridos os mais diversos conflitos que possam ter servido de pano de fundo ao fato criminalizado, conforme especificam as notas de rodapé respectivas.

¹¹ Aqui inseridas todas as lesões, dolosas ou culposas, que não tenham origem em conflitos domésticos ou em acidentes de trânsito: brigas de rua, conflitos de vizinhança, acidentes diversos (que não sejam de trânsito), vias de fato em bailes, festas, bares, etc.

¹² Aqui inseridas todas as situações que deram origem a condutas de ameaça: desavenças de vizinhança ou decorrentes de relações comerciais, brigas em bares, vias de fato, etc.

A conclusão a que se chega é de que a violência doméstica é – considerado o conflito de origem específico – a segunda causa de incidência de lesões corporais leves na comarca de Mafra, e a primeira causa de incidência de episódios de ameaça, considerado o universo empírico pesquisado, ou seja, os casos efetivamente criminalizados.

Esse quadro não é novo nem atípico. Barsted comenta que segundo dados contidos em documento do Grupo Parlamentário Interamericano sobre Poblacion y Desarrollo, entre janeiro de 1991 e agosto de 1992 foram registradas 205.219 agressões nas Delegacias de Mulheres em todo o país. Segundo esses dados, as condutas criminalizáveis mais noticiadas eram as lesões corporais (26,2%) e a ameaça (16,4%). ...”¹⁴.

A mesma autora, em quadro demonstrativo de dados colhidos junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ressalta que nas Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM) daquele Estado, no ano de 1996, foram registradas no total 9.116 ocorrências, das quais 6.264 eram de lesão corporal e 2.211 eram de ameaça¹⁵.

Considerando-se que a parcela criminalizada é significativamente inferior àquela que permanece na *cifra negra*¹⁶, tem-se que no âmbito doméstico existe um universo de violência significativo, cujo tratamento ofertado pelo sistema penal, mais

¹³ *Cenário* é categoria utilizada por Izumino, *op. cit.*, p. 220, para delinear o contexto de tempo e espaço no seio do qual a agressão veio a ocorrer, conforme será abordado mais adiante, neste mesmo capítulo.

¹⁴ BASTERD, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 33. A autora cita como fonte: “Grupo Interparlamentario Interamericano sobre Poblacion y Desarrollo – Herramientas Conceptuales I – Módulo Legislativo sobre Violencia Contra la Mujer. N.Y., 1997”. Bibliografia, p. 57.

¹⁵ BASTERD, Leila de Andrade Linhares. *op. cit.*, p. 39.

¹⁶ Certidão fornecida pela Delegacia de Polícia da Comarca de Mafra revela que no mesmo período (1996 e 1997) foram registradas 334 ocorrências identificadas como ligadas à violência doméstica, das quais, apenas 112 (33,53% do total), como se viu, transformaram-se em TCs.

precisamente pelo subsistema da justiça penal consensual (Juizados Especiais Criminais) não corresponde às expectativas da vítima e cuja potencialidade lesiva não é considerada.

Os números estatísticos são deficitários, o que é reconhecido inclusive nos instrumentos internacionais. Entretanto, a expectativa é de que a realidade de Mafra não seja muito diferente da do resto do Brasil. No Rio de Janeiro são registradas, na esfera policial, 5.098 ocorrências de violência doméstica por mês, ou 170 por dia, o que equívale dizer que a cada hora há sete mulheres em situação de violência, segundo levantamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM¹⁷.

Já a partir desses dados pretendemos comentar o que denominamos antes de *definição linear* de “infração de menor potencial ofensivo”, traçada pela lei nº. 9099/95. Já dissemos que o art. 61 da dita lei definiu essa categoria de infração a partir do *quantum* mínimo da pena aplicável ao tipo penal respectivo. Tem-se como resultado que a lei alinhou num mesmo plano as infrações com essa pena mínima (um ano), dispensando-lhes conseqüentemente um tratamento igualitário – ou seja, *linear* e, portanto, *trivializador*.

O Poder Judiciário, por seu turno, ao receber o caso, encartado num Termo Circunstanciado, confirma a tendência, revelada na lei, de desconsiderar o conflito de origem e dispensar ao episódio de violência doméstica o mesmo tratamento que dispensaria a qualquer outro, ocupando-se prioritariamente em dar andamento ao *processo* e destino

¹⁷HARAZIM, Dorrit. *A face ...* Revista VEJA – Editora Abril – edição 1.533 – ano 31 - nº. 26 – pp. 80-87.

ao *procedimento*, sem um compromisso efetivo com o desiderato da pacificação, que deveria, em tese, nortear a atividade jurisdicional¹⁸.

O resultado é que o sistema, confirmando uma tendência que não é nova, acaba por jogar na vala comum o conflito doméstico, cuja potencialidade lesiva é alta, porque a violência ocorre num âmbito eminentemente privado, costuma aumentar gradativamente de intensidade e é normalmente reiterativa, implicando, no mais das vezes, em constante e crescente risco de vida para a vítima.

Ardaillon e Debert já em 1987 comentavam essa situação, aduzindo que os espancamentos domésticos são tratados da mesma forma que um delito de trânsito, episódio que, embora também possua potencialidade lesiva, envolve numa relação "vítima x delinqüente" dois estranhos que, provavelmente, não convivem e sequer voltarão a se ver. Quando se fala de conflitos domésticos a realidade é que vítima e agressor convivem sob o mesmo teto, na maioria absoluta dos casos. Entretanto, esses episódios são vislumbrados como mero "incidente doméstico", ao qual deve ser aplicado o adágio popular de que "em briga de marido e mulher não se mete a colher" ou que "roupa suja se lava em casa". As autoras, aliás, ressaltam que

*"não se trata de dizer que existe uma concepção geral – na polícia e na Justiça, de que espancar a mulher é próprio da vida conjugal, mas não há também ... a consideração de que pode haver uma escalada perigosa dessas agressões, principalmente quando elas se repetem, e que um homicídio poderá destruir definitivamente uma família que, apesar das agressões, pretende manter-se unida"*¹⁹.

¹⁸ WOLKMER lembra que o Poder Judiciário constitui-se num "*locus tradicional de controle e resolução dos conflitos*". In WOLKMER, Antonio Carlos. *op. cit.* p. 90

¹⁹ ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *op. cit.* p. 49.

De fato, a potencialidade da escalada da violência dentro de casa não pode ser desprezada. Determinada revista de informação semanal mencionou pesquisa empírica cujos dados demonstraram que 40% dos homicídios de autoria conhecida cometidos contra mulheres, no município de São Paulo, são intrafamiliares. A nível nacional o percentual alcança os 66%²⁰.

A vítima, por sua vez, está inserida num contexto social – dialéticamente interativo em relação às instâncias formais de controle – que proclama a convicção de que o problema é de cunho eminentemente privado, devendo ser resolvido entre quatro paredes. Esse contrato social, ao qual está vinculada, a obriga a conviver com o perigo e lhe sonega, no mais das vezes (e especialmente àquelas vítimas que pertencem às camadas sociais mais baixas), o acesso a instâncias e mecanismos de mediação que possam assessorá-la adequadamente (médicos, psicólogos, psiquiatras)²¹.

Apesar de reconhecidas as relações de gênero como relações de poder, quando se fala em vítima, em tema de violência doméstica *criminalizada*, ou seja, visibilizada, ainda se está falando essencialmente da mulher adulta, vitimada pelo homem. O universo empírico pesquisado para os fins desse trabalho revelou que em 81,2%

²⁰ Dados divulgados pela Revista VEJA – Editora Abril – edição 1.533 – ano 31 - nº. 26 – pp.80-87. O pesquisador citado é Renato Sérgio de Lima, que defendeu, segundo a matéria, dissertação de Mestrado a respeito. A realidade de pequenas cidades, como Mafra, também revela casos de violência progressiva. Em novembro de 1997 a autoridade policial encaminhou ao fórum de Mafra Termo Circunstanciado em que figurava como vítima Vera Lúcia Wendt e como agente João José Aires. Vera, separada, 40 anos, 2 filhos, havia namorado Aires por aproximadamente 6 meses. Terminado o namoro, Aires passou a persegui-la e ameaçá-la de morte. Como do TC constava que Aires havia enfiado uma mangueira para dentro da casa de Vera, molhando um colchão, o juiz celebrou composição civil, tendo Aires se comprometido a pagar o colchão. As ameaças não cessaram. No dia 28 de novembro, no interior de um clube dançante local, Aires atirou em Vera. Dos ferimentos, restou paraplégica. Em virtude de complicações decorrentes das lesões faleceu no hospital de Mafra, no dia 10 de maio de 1998.

dos casos a vítima era mulher, sendo que os homens figuravam como vítima em apenas 9% dos casos. Em contrapartida, 94,6% dos agressores eram homens, contra apenas 5,4% de mulheres agressoras. O quadro que segue demonstra esses dados, contemplando ainda as situações, formalmente registradas, em que são vitimadas crianças e/ou adolescentes.

Quadro 5

Vítima e Agente – classificação por gênero/idade

| VÍTIMA | | | | | |
|------------------|----------|--------------------|----------|-------------------------|----------|
| H O M E M | | M U L H E R | | CRIANÇA/ADOLESC. | |
| TOTAL | % | TOTAL | % | TOTAL | % |
| 10 | 9 | 91 | 81,2 | 11 | 9,8 |
| AGENTE | | | | | |
| H O M E M | | M U L H E R | | CRIANÇA/ADOLESC. | |
| TOTAL | % | TOTAL | % | TOTAL | % |
| 106 | 94,6 | 6 | 5,4 | - | - |

A constatação de que a violência nas relações de gênero é eminentemente masculina foi também colhida por Andrade, na pesquisa empírica sobre violência sexual realizada na Comarca de Florianópolis, cujos resultados apontaram que, nos casos criminalizados no decorrer da década de oitenta naquela cidade, somente 1,9% dos registros apontavam agente mulher, contra 98,1% de agentes do sexo masculino²².

²¹ IZUMINO, Wânia Pasinato, *op. cit.* p. 167.

²² Dados coletados do Relatório Final do Projeto de Pesquisa CNPq 300489/96-0 (NV) – PQ (ainda não publicado), item 2.2.3 do referido Relatório. Convém esclarecer que o universo empírico daquela pesquisa incluiu os tipos penais do art. 213 (estupro) e 214 (atentado violento ao pudor) do Código Penal, sendo que o estupro é “crime” que prevê a consumação de cópula vaginal para sua tipificação, o que torna impossível a criminalização de agente mulher. O mesmo não se dá, contudo, em relação ao atentado violento ao pudor, que pode ser cometido por homem ou por mulher. Apesar disso, dos 20 casos de atentado violento ao pudor pesquisados, em apenas um figurava uma mulher como autora do fato criminalizado, sendo a vítima também mulher. Em nenhum dos casos o agente era mulher e a vítima homem.

Portanto, embora a relação estabelecida entre ofensor e vítima configure-se numa parceria, estabelecida a partir de comportamentos aprendidos, isso não exclui que a violência é essencialmente masculina, e decorrente do desejo de expressar poder e domínio, razão pela qual Andrade a classifica como uma “violência controladora”²³, reflexo da dominação masculina que ainda impera no universo macrossocial, e certamente impera também, por consequência, no sistema penal, inclusive no subsistema da justiça criminal consensual (Juizados Especiais Criminais), diante do que Andrade pondera que para o desiderato da “domesticação” da violência doméstica *“a arena penal é a mais violenta, a mais onerosa, a menos adequada e potencializadora de conquistas”*²⁴

Outra constatação que o universo empírico pesquisado revelou é que, embora se saiba que a violência doméstica acontece em todos os estratos sociais, ainda é das camadas sociais mais baixas que advém o aporte maior de clientela ao sistema penal. O universo empírico estudado revelou que 75% das famílias cujo conflito desaguou no sistema penal sobrevivem de uma renda presumida que não ultrapassa a faixa dos quatro salários mínimos/mês. Essa conclusão pode ser obtida a partir da qualificação profissional dos envolvidos (vide anexo II).

Quanto à vítima mulher (adulta), constata-se que 52,7% delas (considerado o universo de 91 casos, dentre os de violência doméstica detectados, em que a vítima é mulher – vide quadro 5, acima) são qualificadas como “do lar”, o que denota uma absoluta dependência financeira em relação a terceiro, habitualmente o marido ou companheiro.

²³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência contra a mulher...* p. 05.

²⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Da domesticação da violência doméstica...* p. 08.

Considerados outros 14 casos em que a vítima é qualificada como “diarista” ou “doméstica”, tratando-se evidentemente de pessoa cuja renda mensal não ultrapassa 2 salários mínimos, temos que 68,1% das mulheres vítimas de violência doméstica dependem economicamente do marido – normalmente o agressor. Segue quadro.

Quadro 7 - Qualificação profissional das mulheres vítimas

| PROFISSÃO | TOTAL | % |
|--------------------|-------|------|
| Dólar | 48 | 52,8 |
| Diarista/Doméstica | 14 | 15,3 |
| SUB-TOTAL | 62 | 68,1 |
| Outras | 29 | 31,9 |
| Total Geral | 94 | 100 |

Segundo Izumino, que também obteve constatação empírica semelhante, “para as mulheres pertencentes às classes média e alta existe a possibilidade de recorrer a outros agentes de mediação e pacificação dos conflitos, como por exemplo advogados, médicos, psicólogos”, agentes esses que exercem sua intermediação na esfera privada, cujo acesso, para as classes de menor poder aquisitivo, é quase inexistente²⁵.

Ademais, as mulheres pertencentes a estratos sociais privilegiados são mais sensíveis à estigmatização resultante do aporte ao sistema penal, resultando uma preocupação mais acentuada com as conseqüências inerentes à decisão de dar visibilidade ao drama vivido no espaço intrafamiliar, conceitualmente visto como eminentemente privado. A exposição decorrente de uma decisão

²⁵IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.* p. 167.

radical, como a de noticiar, numa delegacia de polícia, espancamento de marido, pai, irmão ou companheiro, é mais temida nas classes média e alta, onde a preocupação com o “bom nome” da família é mais intensa, resultando daí um *silêncio cúmplice* muito mais acentuado nessas camadas.

A esses fatores some-se a própria seletividade do sistema, que se encarrega, por seus agentes, de excluir a criminalização do agressor cuja posição social seja tipicamente incompatível com o estereótipo do criminoso típico.

A pesquisa empírica revelou ainda que, considerado o universo pesquisado (dos casos criminalizados e abrangidos pela competência dos Juizados Especiais Criminais), a violência doméstica que vitima a mulher ocorre muito mais no âmbito das relações conjugais, assim consideradas as uniões estáveis entre homem e mulher, estabelecidas ou não pelo casamento civil.

A constatação é coerente com os números publicados em reportagem jornalística recente que abordou o tema, a qual informou que, *“segundo dados mundiais, o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa, pelo pai dos seus filhos, ex-marido ou atual companheiro, é nove vezes maior do que o de sofrer alguma violência na rua, fora do âmbito familiar”*²⁶. O quadro a seguir procura abordar essa realidade.

Quadro 3

Classificação conforme relação entre Agente e Vítima

²⁶ Revista VEJA – Editora Abril – edição 1.533 – ano 31 - n°. 26 – pp.80-87. Na mesma reportagem Martha Mesquita da Rocha, titular de uma das seis Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAM, do Rio de Janeiro, ponderou que *“é só na santidade da maternidade que a mulher está a salvo. Somente quando o homem bate na própria mãe é que se manifesta um cunho de reprovação total da sociedade. Quando essa mesma mãe apanha do marido, passa”*.

| RELACÃO AGENTE (1) x | TOTAL | % |
|---------------------------|-------|------|
| Marido (1) x Mulher (2) – | 59 | 52,7 |
| Marido (1) x Mulher (2) – | 10 | 8,9 |
| Marido (1) x Mulher (2) – | 17 | 15,1 |
| Mulher (1) x Marido (2) | 03 | 2,7 |
| Pai (1) x Filha(o)(s) | 03 | 2,7 |
| Mãe (1) x Filha(o)(s) | 03 | 2,7 |
| Filho (1) x Mãe (2) | 05 | 4,5 |
| Filho (1) x Pai (2) | 03 | 2,7 |
| Outros | 09 | 8,0 |
| TOTAL GERAL | 112 | 100 |

Colhe-se do quadro acima que em 79,4% dos casos a agressão – assim enfocada em sentido lato, incluindo os casos de lesões, vias de fato, ameaça, difamação, injúria e outros em que a violência existe, embora não seja física – ocorre no âmbito de uma relação conjugal (desfeita, em fase de desintegração ou íntegra), sendo que o percentual de incidência é significativamente maior na constância da união.

A conclusão que decorre desses números é que, no âmbito da sociedade conjugal (de fato ou de direito), ainda vige ampla desigualdade na distribuição do poder, que está centrado, na maior parte das relações, maciçamente na mão do homem. O reconhecimento, consciente ou não, da força opressora dessa dominação veio normalmente pautando o aprendizado social da vítima, ao longo de toda a sua vida. Quando começa a ser agredida ela passa a desempenhar a conduta aprendida. Tenta, sem dúvida, todos os outros canais possíveis (que são poucos) para rever seu contrato familiar. Como última instância, recorre ao sistema penal.

Por reconhecer, ainda que inconscientemente, a dominação masculina, costuma permitir que as agressões se repitam durante anos, deixando como último recurso o aparato oficial de controle –

²⁷ Casos em que agente e vítima convivem maritalmente (casados ou não pela lei civil).

²⁸ Casos em que foi referido que o casal está em fase de separação.

²⁹ Casos em que o casal já está separado por ocasião da infração.

polícia e judiciário. Os TCs pesquisados refletem essa realidade:

89,2% dos casos de agressão são habituais, reiterativos, sendo que 18,7% reiteram-se por período superior a dez anos. O quadro que segue reflete essa realidade.

Quadro 9

Dados referentes ao prolongamento do conflito no tempo

| SITUAÇÃO | TOTAL | % |
|----------------------------------|-------|------|
| Conflito habitual (- de 1 ano) | 39 | 34,8 |
| Conflito habitual (+ de 1 ano) | 31 | 27,7 |
| Conflito habitual (+ de 5 anos) | 09 | 8,0 |
| Conflito habitual (+ de 10 anos) | 21 | 18,7 |
| Conflito eventual (não habitual) | 12 | 10,8 |
| TOTAL GERAL | 112 | 100 |

Os dados não são difíceis de coletar. Os históricos lavrados pela autoridade policial refletem uma catarse, uma necessidade incontida da vítima de contextualizar a agressão sofrida, de situar no tempo e no espaço o conflito, seu prolongamento, suas conseqüências e as causas que identifica para os desentendimentos. Esse conjunto de informações que vítima e agressor fornecem em seus depoimentos Izumino convencionou chamar de *cenário*. É o cenário que permite identificar a pretensão subliminar da vítima ao recorrer ao sistema, na maior parte dos casos³⁰. Examinando o cenário constatamos que ela pretende, em suma, a pacificação do conflito que vivencia no âmbito doméstico³¹.

³⁰ IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.*, p. 154.

³¹ Márcia Bezerra Mendonça, escrivã de polícia numa das DEAM do Rio de Janeiro explicou à Revista VEJA a mecânica emocional que preside a ação da vítima ao recorrer ao sistema penal: "Num primeiro momento, a mulher agredida se sente traída, aviltada. Vem e faz o registro. Numa segunda fase, ela começa a mensurar as conseqüências da denúncia, como fica o sustento dos filhos se o marido for preso, o tamanho da vergonha. Por isso ela volta e retira a queixa. No fundo, a mulher nos

O sistema, entretanto, não lhe oferece resposta, porque não dispõe do instrumental adequado para tanto. O resultado é que ela, agora como antes do advento dos juizados especiais criminais, “deserta”: volta para casa (e na maior parte das vezes para o convívio com o agressor) levando consigo o mesmo conflito, as mesmas dores e anseios, sem que se lhe ofereça qualquer alternativa compatível com sua expectativa de obter apoio e ajuda.

Normalmente as partes envolvidas, ao comparecer à audiência preliminar de que trata o art. 72 da lei nº. 9099/95, não solucionaram o conflito, mas a vítima, por não haver encontrado o que veio procurar, já decidiu “retirar a queixa”, expressão popularmente consagrada a partir do hábito da autoridade policial, contumaz no Brasil – e amplamente revelador da seletividade que permeia o sistema penal – de arquivar ou engavetar boletins de ocorrência, mesmo que presentes os elementos necessários à instauração do procedimento indiciário competente.

“Retirar a queixa”, na atual sistemática, é extremamente fácil, mesmo na esfera judicial. O próprio juiz togado ou leigo que preside a audiência vai, de plano, indagar do interesse da vítima em ofertar representação contra o ofensor. A pesquisa demonstrou que em 74,1% dos TCs consultados não houve representação, encerrando-se aí a atividade jurisdicional, até por falta de legitimidade ativa dos agentes formais de controle. O quadro que segue organiza esses dados.

Quadro 10 - Solução dada ao termo circunstanciado

procura não tanto para denunciar um crime, mas para ver se a polícia consegue modificar o temperamento violento do parceiro”. Revista VEJA – Editora Abril – edição 1.533 – ano 31 - nº. 26 – pp.80-87.

| SOLUÇÃO | TOTAL | % |
|----------------------------------|-------|------|
| Não Representação. ³² | 83 | 74,1 |
| Transação Penal ³³ | 06 | 5,4 |
| Outras ³⁴ | 23 | 20,5 |
| TOTAL GERAL | 112 | 100 |

Esses dados indicam, antes de mais nada, que a demanda pela criminalização da violência doméstica, preconizada por parte do Movimento Feminista e por outros segmentos da sociedade civil, não atende os interesses primordiais da vítima, que na verdade não visa, no mais das vezes, a ação persecutória e retributiva do Estado, mas está, sim, à procura de uma instância mediadora que lhe dê a chance de recompor o mundo das relações domésticas sob um outro prisma, enfim, de desconstruir um universo familiar desfavorável e edificar uma vida em família renovada.

4.2. – A OPÇÃO DA REPOLITIZAÇÃO DO CONFLITO

Já se viu que o sistema penal, além de descumprir sua proposta declarada de ressocialização do delinqüente, relegou a vítima e seus interesses a um plano secundário. No âmbito da violência doméstica, esse quadro se reprisa, na medida em que o sistema não oferece solução pacificadora eficaz, além de promover a duplicação da vitimização feminina, na medida em que reproduz a opressão sexista e a estrutura patriarcal vigente nas relações sociais³⁵.

³² No crime de ameaça a ação penal é pública condicionada, ou seja, somente se procede mediante representação do ofendido (art. 147, § único do Código Penal). O mesmo acontece em relação às lesões corporais de natureza leve e culposas (art. 129 *caput* e § 6º, respectivamente, do Código Penal), a partir do advento da Lei 9.099/95, que prevê a necessidade de representação do ofendido para que se proceda a ação penal (art. 88 da referida lei).

³³ Aplicação imediata de “pena” restritiva de direitos ou multas – art. 76 e ss. da lei nº. 9099/95.

³⁴ Arquivamento em virtude de falta de tipicidade; transação penal em relação a delito de porte de arma e falta de representação face delito de ameaça (cometidos em concurso material); recomposição dos danos cíveis (art. 74 e § único da Lei 9.099/95) e outras hipóteses de baixa incidência.

³⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Da domesticação...* p. 07.

Tem-se, por aí, a necessidade de buscar opções renovadas de solução dos conflitos. Uma delas, talvez a mais coerente para a questão da violência doméstica, é a diversificação no enfrentamento do conflito, posto que, como lembra Jeffery,

não se deve esquecer que, na gradação de opções de controle, o procedimento penal formal é tão-somente uma das soluções possíveis, sem dúvida a mais impessoal e onerosa, mas não necessariamente a mais eficaz, para a solução de todos os conflitos."³⁶

4.2.1. – O caminho inverso à expropriação do conflito

Ardaillon e Debert efetuaram a análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio, realizando uma abordagem crítica do tratamento dispensado pelo sistema penal a condutas dessa natureza das quais é vítima a mulher. Através da pesquisa empírica, concluíram que as condutas criminais não são julgadas isoladamente, mas antes o que se busca é o enquadramento dos protagonistas (vítima e agente) em estereótipos idealizados, resultando que a adequação do agente e da vítima é que vão determinar o resultado (condenatório ou absolutório) do processo³⁷.

Examinando as diversas condutas criminais isoladamente, concluíram ainda que a lógica que norteia o julgamento não é uniforme, mas varia de acordo com a natureza do fato criminalizado. Especificamente quanto às lesões corporais (casos de espancamento doméstico) concluíram que a decisão é muito mais norteada pela

³⁶ JEFFERY, C. Ray. *Introduction to the Community Justice*. In: Law and Criminology Review, v. 8. N. 2, School of Law. Austin: University of Texas, 1990, p. 46 – citado por CERVINI, Raúl. *Vitimização ... Anexo in op. cit.* p. 248.

³⁷ ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *op. cit.* pp. 89 e ss. Ver, a respeito, a abordagem da Criminologia Crítica, especialmente com Andrade e Baratta, enfocada

adequação do autor ao papel social que lhe incumbe na ordem vigente (bom provedor, bom pai de família) do que pela figura da vítima. Mas a firmeza de intenções da vítima no que se refere a ver o agressor condenado também exerce papel importante.

Concluíram, finalmente, que

“a violência doméstica é um crime que exige um enquadramento legal específico para permitir, por um lado, uma garantia imediata e uma proteção efetiva das mulheres que correm perigo de vida” e que “é preciso criar mecanismos capazes de promover uma participação compulsória dos agressores em trabalhos educativos de conscientização e esclarecimento dos direitos da mulher”³⁸.

Em suma: a expressão da demanda “(neo) criminalizadora” que o movimento feminista, embora dividido, ainda hoje, como há muitos anos, sustenta. O reconhecimento de que existem outras vias declaratórias não afasta a argumentação feminista de que o Direito Penal é o meio declaratório por excelência, não sendo razoável que justamente as mulheres tenham que renunciar a ele. No Brasil de hoje, como na Europa dos anos 80, a mesma discussão (neo) criminalizadora se processa, na mesma área, existindo aqui, contudo, um cunho notadamente mais retribucionista³⁹.

O momento, entretanto, no dizer de Andrade, é de ponderar que o sistema penal é um espaço de reprodução da violência, incapacitado para oferecer à mulher alguma proteção, e que a sua única resposta – a punição – é distribuída seletivamente e não logra cumprir *“as funções intimidatória e simbólica que se lhe atribui”*, além

no Capítulo I, especialmente item 1.1.4. – *A seletividade no processo de criminalização.*

³⁸ ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin., *op. cit.*, p. 92.

de sujeitar a mulher a uma vitimização duplicada que “reproduz a violência estrutural das relações sociais patriarcais”⁴⁰

Consideradas as raízes históricas da expropriação do conflito, já abordadas em outro ponto desse trabalho, conclui-se que essa é uma trilha que vem sendo percorrida por quase quinhentos anos, e que só muito recentemente (quase na metade desse século) é que o caminho inverso começou a ser aberto. Ainda assim, em geral é mal acolhida a recomendação medular da esfera acadêmica a nível mundial, ou seja, a de que sejam introduzidos, nas legislações nacionais, processos alternativos que permitam a compensação e a interação entre vítima e ofensor para a pacificação social.

No caso da violência doméstica, esse caminho de retorno não pode ser concebido sem que seja inserida no contexto a sociedade civil, já que a grande carência revelada é justamente a de instâncias mediadoras capazes de monitorar a retomada da paz doméstica e a recuperação das relações intrafamiliares. A regra matriz é “*elaborar um equilíbrio justo entre a vítima, o autor e a sociedade sem recorrer aos processos penais formais*”⁴¹, razão pela qual, conforme já esclarecido anteriormente, fala-se aqui em *repolitização do conflito* antes de, como Cervini, referir a *reprivatização do conflito*⁴², uma vez que o entendimento esposado é o de que o conflito doméstico deve ser enfrentado na esfera do “social”, do “político”, ou seja, fora do âmbito estatal mas no campo das relações geridas e administradas pelo corpo social, no entorno imediato dos protagonistas.

Uma realidade assim só pode ser construída a partir de uma sintonia diferenciada da vigente entre sociedade e Estado, que,

³⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência sexual...* pp. 87-89.

⁴⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Da domesticação...* p. 07.

⁴¹ CERVINI, Raúl. *op. cit.* p. 241.

segundo Andrade, acabaram circunscritos em papéis estanques, a partir do discurso do Estado de Direito capitalista. Dessa forma, explica a autora, “*o Estado é identificado com o espaço público; ou seja, com o lugar do poder e da política e a sociedade civil identificada com o espaço privado da vida, a saber, com o lugar da economia ou das relações econômicas (mercado) e domésticas*”⁴³.

Essa dicotomia é a negação da sociedade como espaço político, porque o Estado é concebido como o detentor absoluto do poder e da política. A sociedade, por sua vez, é o espaço do homem atomizado que o liberalismo concebeu. A concepção não é consentânea com a realidade plúrima e dinamizada da sociedade civil, que comporta movimentos de organização e lutas políticas diversificadas e múltiplas, existindo, portanto, um lugar para o político no seu bojo⁴⁴.

Esse é o espaço onde deve situar-se a instância alternativa de que falamos, a ser concebida numa interação que elimine o divisor que coloca Estado e Sociedade em compartimentos estanques e até antagônicos. O Estado expropriador tem um papel preponderante e não pode se furtar da responsabilidade de instrumentalizar e monitorar essa instância alternativa, já que o diagnóstico de seu fracasso na solução dos conflitos domésticos resta inequívoco. Trata-se de um *compromisso* ideológico que deve ser assumido inclusive – e afirmo que prioritariamente – por aquelas agências formais de controle inseridas no âmbito do sistema penal: polícia, ministério público e judiciário.

⁴² CERVINI, Raúl. *Vitimização...* Anexo in *op. cit.* pp. 241 e ss.

⁴³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A reconstrução do conceito liberal de cidadania: da cidadania moldada pela democracia à cidadania moldando a democracia*. Texto não publicado. p. 05.

⁴⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A reconstrução...* p. 09.

Esse compromisso deve ser, antes de mais nada, com uma nova cultura jurídica, que por consequência ditará novas práticas no mundo técnico do Direito. Herdamos um ordenamento jurídico marcado pelo formalismo, e nem mesmo a disponibilidade de instrumentos renovadores pode suprir a necessidade de um *pensamento jurídico* novo, capaz de reconhecer que o discurso oficial do sistema penal é falso quando o define como instância privilegiada de resolução dos conflitos.

Não se fala aqui do compromisso com *um* conflito, mas antes com o conflito, seja ele qual for. Esse compromisso passa pelo reconhecimento, por parte do sistema judiciário, da sua incapacidade para enfrentar e pacificar conflitos, acompanhada da preocupação em buscar *parcerias* com a sociedade civil e com a sociedade política para a instrumentalização desse processo dialético. Sabe-se que na dinâmica que preside a interação entre os processos de definição formal (criminalização secundária) e os processos de definição e de reação informal que influenciam o sistema jurídico (senso comum) não existe solução de continuidade⁴⁵.

A diversificação é uma solução que pode ser adotada *de dentro para fora* pelo sistema penal vigente, independentemente da formalização legislativa, a partir da atuação dos agentes formais de controle, desde que estes agentes estejam voltados para a solução efetiva do conflito.

4.2.2. – O binômio vítima x ofensor

Por mais de uma vez foi abordada, nesse trabalho, a parceria vítima x ofensor, enfocando o conflito doméstico enquanto reflexo de comportamentos aprendidos de seus protagonistas. No momento de

pensar em opções alternativas para o enfrentamento do conflito, fora do sistema penal clássico ou formal, e comprometidas com a eficácia da solução em termos de pacificação social, não se pode passar à esfera das propostas concretas de diversificação sem antes desenhar, brevemente, o quadro dessa parceria no âmbito do tema proposto, ou seja, as situações de violência abrangidas pela esfera de competência dos Juizados Especiais Criminais.

Ardaillon e Debert, ao traçar o perfil do agente em casos de lesões corporais ocorridas no âmbito doméstico, colocam o esforço da defesa em enquadrá-lo no perfil do bom provedor do lar e bom pai de família. Quanto mais aproximado desse estereótipo socialmente idealizado, mais distante da reprovação social encontra-se o agressor⁴⁶. O agente, na verdade, recorre à violência frequentemente quando não está conseguindo cumprir esse mandato social. Por isso não é de se estranhar que alguns dos fatores coadjuvantes do conflito sejam a pobreza, o desemprego e o alcoolismo.

A par disso, não obstante o significativo custo social da violência intrafamiliar, a alienação da sociedade em relação às agressões domésticas ainda é ampla. Existe mesmo um certo *consentimento social*, gerado pelo sistema patriarcal vigente. O agressor costuma ostentar sua violência, mesmo em público, e o faz especialmente na esfera policial. Aduz, para tanto, “suas razões”, que fazem referência, na maior parte das vezes, ao descumprimento de um certo papel social que se considera próprio das mulheres: negligência nos deveres domésticos, infidelidade, provocação, ciúmes, etc.⁴⁷

⁴⁵BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica*... pp.98-99.

⁴⁶ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *op. cit.* p. 51.

⁴⁷ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *op. cit.* p. 50.

O perfil do espancador doméstico não é o do delinqüente reincidente, embora a conduta agressiva seja reiterativa. Na quase totalidade dos casos o agente não registra antecedentes (no universo empírico de 112 casos estudados, apenas em dois deles estava certificada a existência de condenações anteriores por outros delitos)⁴⁸.

Os relatos das vítimas, entretanto, revelam, por vezes, uma agressividade intensa, marcada notadamente pela destruição dos objetos domésticos, pela expulsão da mulher e filhos de casa e pela intensidade da violência: não raro as vítimas relatam socos, pontapés, esganaduras e até mordidas. A crueldade inerente ao comportamento do agente também é revelada pelo uso dos mais diversos instrumentos contundentes: facas, facões, armas de fogo, cabos de vassoura, cintas, ferramentas, etc. Num dos TCs examinados o histórico narra que o agente utilizou-se de um cabo de velocímetro de veículo para ferir a vítima. Noutro a vítima foi espancada com um escumadeira de cozinha.

Para justificar as agressões, os agentes não raro buscam embasar-se em suas prerrogativas sexuais. Ardaillon e Debert já referiram que, dentre as causas apontadas pelas vítimas para as agressões sofridas uma delas é a recusa de uma determinada prática sexual⁴⁹. Num dos TCs estudados a vítima referia que havia realizado uma cirurgia de períneo, estando, portanto, com pontos recentes na região vaginal. O agente, seu marido, a havia agredido sob o pretexto de que a mesma tinha se recusado a manter relações sexuais com ele.

Inegável que essa não é uma conjuntura unilateral, mas dela a vítima participa, e certamente não de uma forma inerte e passiva, razão

⁴⁸ A reportagem publicada na Revista VEJA – Editora Abril – edição 1.533 – ano 31 - nº. 26 – pp.80-87, aqui tantas vezes referida, reproduz diálogo entre um investigador da DEAM de Brasília e um indiciado: “ – O senhor já foi preso alguma vez? – “Só três vezes. – “Por quê? – “Porque furei minha esposa. – “Furou como? – “Esfaqueei, as três vezes.” (p. 85).

pela qual Izumino refere o processo dialético de circulação de poder que regula as relações de gênero, aduzindo que, sob esse enfoque, as mulheres são retiradas do papel no qual figuram como vítimas passivas da violência, para figurarem como agentes de um discurso que fala sobre elas e sobre sua situação⁵⁰. Claro que essa “circulação de poder” é sumamente desigual e é justamente do desequilíbrio nas relações de gênero que nasce a violência doméstica, cuja vitimização é eminentemente feminina. Também nesse sentido afirma Andrade que

A condição de subalternidade de que compartilham não deve obscurecer que as mulheres agem, condenam, exigem e, não raro, agridem, nos relacionamentos familiares. ... Nesta esteira, não se pode excluir o pólo da mulher para compreender a violência (particularmente a violência doméstica) que aparece como o resultado de complexas relações afetivo-emocionais não circunscritas ao âmbito da heterossexualidade. É que casamentos homossexuais têm revelado o mesmo problema.”⁵¹

Em suma, enquanto não recorre às agências formais de controle a vítima está administrando, embora numa situação de flagrante desequilíbrio de poder em relação ao agressor, um conflito até aí absolutamente privado, conhecido apenas por um grupo de pessoas com vivências comuns. No universo restrito das relações privadas já buscou, normalmente, o auxílio de familiares e amigos para a tarefa de mediação, que procura no sentido de repactuar a vida doméstica.

⁴⁹ ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *op. cit.* p. 49.

⁵⁰ IZUMINO, Wânia Pasinato. *op. cit.* pp. 148-149

⁵¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência contra a mulher...* p. 08.

Quando chega ao sistema penal está normalmente inserida numa situação de crise absoluta, e os poucos mediadores que logrou encontrar (a maioria das vítimas, nos casos criminalizados, não possui renda suficiente para utilizar-se, por exemplo, dos serviços de um psicólogo; os amigos e parentes, por sua vez, habitualmente pautam-se pelo adágio “briga de marido e mulher ...”) não obtiveram êxito em auxiliá-la. Não raro as vítimas relatam na polícia essa crise, utilizando-se de expressões como “agüentou até agora mas...” ou “por não suportar mais...” e outras análogas, reiteradas vezes encontradas nos históricos dos TCs.

Pela postura normalmente assumida na polícia pelos protagonistas podemos identificar o desequilíbrio de poder que se instalou na relação doméstica, deflagrando o conflito: de um lado, o agressor, que comparece ostentando, também em público, sua violência, imbuído do que considera seus direitos e suas razões⁵²; de outro, a vítima, que revela uma crise absoluta, capaz de levá-la a expor as próprias dores no espaço público de uma delegacia de polícia.

Esse desequilíbrio acontece sempre secundado por fatores coadjuvantes poderosos: alcoolismo, pobreza e desemprego, como já se disse, são alguns deles. Outro é a dependência econômica da mulher/vítima em relação ao marido agressor, também demonstrada na pesquisa. Mas o que se identifica, sobretudo nos casos em que o casal continua convivendo, é que autor e vítima exercem, efetivamente, papéis aprendidos, numa interação viciosa que dificilmente vai se modificar, mesmo com a separação, sem que uma instância mediadora legítima e eficaz se ocupe do reaprendizado social de ambos.

⁵² Harazim refere a fala de agentes policiais que, por sua experiência profissional, relatam essa postura por parte do agressor. (Revista VEJA – Editora Abril – edição 1.533 – ano 31 - nº. 26 – p.87).

Esse (re)aprendizado não é instantâneo; também não se configura num suposto “arrependimento” do agressor; nem mesmo boas intenções (ainda que sinceras, normalmente superficiais) bastam. Antes, deve sobrevir toda uma mudança de *postura* de parte dos protagonistas, somente passível de ser obtida a partir de um processo dialético e interativo ao qual se possa dar continuidade.

A pretensão de renegociação normalmente se reflete na intenção da mulher vítima de agressões domésticas de “dar um susto” no marido agressor ou ainda de que “a autoridade tenha uma conversa com ele e lhe dê uns conselhos”, situações que referimos aqui porque as vivenciamos, pessoalmente, de forma reiterada, em salas de audiência e no gabinete, durante o atendimento ao público. A via, entretanto, por inadequada, tende a não conduzir a qualquer resultado produtivo. O máximo que se colhe é uma pacificação *paliativa* e *temporária*.

Ardaillon e Debert falam da *tentativa de reconciliação* encetada pela polícia nos casos de espancamento doméstico. Aduzem que a infração é tratada como mero incidente doméstico, desconsiderada, assim, a possibilidade de uma escalada perigosa dessas agressões⁵³. De fato, a prática oficiosa continua em vigor nas delegacias de polícia, sendo um dos fatores que determinam a seletividade do sistema penal na esfera policial, nos casos de violência doméstica abrangidos por essa investigação.

Entretanto, a mediação a que se propõe, hoje como há onze anos passados⁵⁴, a autoridade policial, não é a mediação qualificada, capaz ensejar a *efetiva* pacificação do ambiente doméstico. Essa

⁵³ ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *op. cit.* p. 51.

⁵⁴ Já mencionamos, anteriormente, que ARDAILLON e DEBERT publicaram a obra aqui referida, *Quando a vítima é mulher*, em 1987, portanto há onze anos.

mediação *qualificada* de que falamos é aquela capacitada e instrumentalizada para reiterar-se em mais de uma sessão; concebida para identificar-se com o problema e para promover e acompanhar o desenvolvimento do processo de reaprendizado social dos protagonistas do conflito, de preferência no seu entorno social imediato.

A adaptação de sugestões retiradas do Direito Comparado, no sentido de viabilizar instrumentos para este fim, é o que será a seguir abordado.

4.2.3. As sugestões que vêm de fora

Algumas sugestões de programas específicos, retiradas do Direito Comparado, podem ser utilizadas aqui, desde que adaptadas à realidade social brasileira, com chances de sucesso. Quando foram abordadas as conquistas realizadas pela diversificação como caminho para a descriminalização, no Capítulo III, foi mencionado, com Cervini⁵⁵ o exemplo canadense, representado pela Rede Pró-Justiça Comunitária e Solução de Conflitos (Network for Community Justice and Conflict Resolutions).

A rede, que ainda atinge apenas 10% no máximo dos conflitos conhecidos no Canadá, tem ensaiado uma atuação especialmente eficaz nos casos de violência doméstica, ao concretizar seu objetivo de *"criar novos modelos e sistemas em matéria de justiça informal"*⁵⁶.

Promovendo a interação de diversas categorias de agentes formais e informais de controle, o trabalho garante que sejam atacados

⁵⁵ CERVINI, Raúl. *"Vitimização... Anexo in Os Processos de Descriminalização"*. pp. 228-248. Nesse item, as expressões entre aspas são desse autor, vez que esse seu trabalho foi a fonte principal dos dados aqui apresentados.

⁵⁶ CERVINI, Raúl. *op. cit.* p. 241 e ss.

vários núcleos, tais como rixas de vizinhos, reconciliação delinqüente/vítima, conflitos familiares e outros. Oferece ainda, como já se viu, alternativas de tratamento e proteção às vítimas em geral.

A Rede opera por intermédio de diversos programas, sobre os quais já foi explanado no capítulo anterior. Alguns deles, como se verá, podem ser aplicados à nossa realidade, notadamente à violência doméstica. Destaca-se, em seguida, esses casos, que passarão a ser abordados sob a ótica de sua aplicabilidade à sociedade brasileira.

A primeira opção desenhada no ordenamento canadense que pode, sem dificuldades maiores, ser adaptada à realidade brasileira e especificamente aos casos de conflitos domésticos é o “*Serviço de mediação comunitária*”, que administra a interveniência de mediadores sociais, os quais sugerem caminhos para a composição extrajudicial.

A estrutura da instância alternativa deve contar com o trabalho de mediadores leigos, comunitariamente próximos dos protagonistas do conflito, mas previamente preparados para a função por técnicos especializados, de preferência por equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, advogado). Essa preparação é relevante, na medida em que os mediadores comunitários devem estar conscientes de estar lidando com um conflito delicado, bem como atentos a uma eventual escalada desse conflito, que possa porventura desaguar em conseqüências mais sérias (um homicídio, por exemplo).

É importante, ainda, que os mediadores possam contar com supervisão periódica, por parte de equipe multidisciplinar. Para tanto, deve ser-lhes oportunizado trazer, ao menos a cada trinta dias, os casos sob seu atendimento à discussão grupal com outros mediadores, sob a coordenação de profissional habilitado (assistente social ou psicólogo).

O suporte de que necessitam não pode estar adstrito a essas ocasiões periódicas, preestabelecidas. Nos casos em que encontrarem dificuldades, precisam poder recorrer, a qualquer momento, ao necessário e adequado apoio técnico (jurídico, social, psicológico, policial). Mas devem estar efetivamente identificados com a função, conscientes de que e/les são a instância mediadora, e que na maioria dos casos, por estarem próximos da realidade comunitária onde se processa o conflito, são as pessoas mais adequadas para assessorar os protagonistas em administrá-lo e resolvê-lo. O trabalho dos mediadores deve ser voluntário, e partir de uma consciência social de que a questão da violência doméstica é de repercussão relevante, e atinge a comunidade como um todo, não apenas a família que vivencia o conflito.

Como bem frisou Cervini, ao apresentar as características do serviço, a mediação deve tratar diretamente com as partes envolvidas e lhes dar a oportunidade de elaborar o conflito pessoalmente, entre elas, mediando e interferindo apenas o necessário. A idéia é que o caráter basicamente reservado e informal da mediação ajude-as a curar as feridas e lhes ofereça a oportunidade e a ajuda necessária para que elaborem um plano sobre o qual trabalhar, bem como o acompanhamento na sua execução.

A mediação, para funcionar eficazmente, deve ser concebida como "*instância extrajudicial de adesão voluntária*"⁵⁷, e não pode funcionar senão para aqueles casos em que as partes resolvam voluntariamente participar do programa e buscar, juntas, uma solução, quer representada pelo rompimento consciente de uma relação destrutiva quer representada por uma reconciliação duradoura,

⁵⁷ Categoria de CERVINI, Raúl.

contando os envolvidos na situação de conflito com um maior grau de solidariedade de seu entorno social imediato.

Inspirado no “*Serviço de vítimas de abusos sexuais*” da rede canadense, outro programa importante na diversificação do tratamento dos conflitos domésticos é o que convencionou-se chamar aqui de “*Atendimento às vítimas da violência doméstica*”, voltado a uma atuação coordenada com as agências formais de controle, e destinado a atender aqueles casos (majoritários) em que a vítima busca não a punição do parceiro agressor, mas antes a repactuação de sua convivência doméstica. A proposta básica é oferecer às vítimas o apoio social de que necessitam para aliviar traumas e tomar decisões, visando interromper o círculo vicioso das agressões reiterativas.

Esse serviço deve destinar-se ao atendimento das vítimas que não podem contar com a adesão voluntária do agente agressor a um programa de mediação comunitária, preparando-as para uma tomada de decisão no sentido de fazer cessar as agressões, seja pelo rompimento da relação doentia, seja pela busca do diálogo dentro de casa, visando – num segundo momento – a atuação, se necessária, da instância mediadora ou até da instância judicial.

Nesse ponto é importante ressaltar que os dois programas (o de mediação comunitária e o de atendimento às vítimas) devem funcionar de forma coordenada, envolvendo interessados, instituições e comunidades, no desiderato de uma maior sensibilidade e compromisso em relação à violência doméstica.

O programa, a exemplo daquele que o inspira, deve atuar operativamente através de:

- *grupos permanentes de auto ajuda*: visando proporcionar apoio imediato e constante a seus integrantes, durante um período maior de

tempo, ofertando às vítimas a possibilidade de sentir que existe a preocupação sempre realimentada com o seu drama, e que não estão sozinhas e desamparadas no momento de lidar com eles. Reunindo mulheres que vivenciam, em suas casas, conflitos da mesma espécie, o trabalho desenvolvido nos grupos terá por escopo principal possibilitar a catarse que as vítimas realizam hoje no ambiente impróprio de uma delegacia de polícia, bem como trocar experiências, permitindo assim uma interação capaz de propiciar-lhes a oportunidade de reverter o quadro familiar desestruturado em que se encontram inseridas. Os grupos devem ser supervisionados por profissionais da área de assistência social ou psicologia, cuja função será orientar os “monitores” – mulheres ou até homens recrutados na comunidade, que se encontrem, pela sua vivência pessoal, sensibilizados para o problema, e que por seus predicados de liderança e disponibilidade sintam-se capacitados para orientar o trabalho. Os “monitores” devem receber preparação antecipada específica, ministrada de preferência por técnicos da área das Ciências Sociais e Psicologia, bem como supervisão e acompanhamento periódicos e constantes.

- *grupos fechados intensivos*: com atuação num âmbito fechado menor (4 a 5 membros) o trabalho desses grupos deve visar uma confrontação mais profunda, para maior desenvolvimento da recuperação social e emocional do participante. A alternativa deve destinar-se às vítimas de violência mais acentuada e contundente, cuja fragilidade emocional recomende um trabalho mais intensivo, ensejando-lhes a retomada da auto-estima e a conseqüente busca de alternativas que, ainda que difíceis, possam oportunizar o remanejamento de suas vidas familiares. Voltados ao atendimento de casos mais graves, os grupos devem ser necessariamente conduzidos por técnicos da área de psicologia, preparados profissionalmente para colher a exteriorização espontânea das experiências passadas, indiretamente relacionadas com a violência que aconteceu em família. Esses profissionais vão desenvolver um trabalho que, por sua

natureza, exige uma remuneração, devendo preferencialmente pertencer aos quadros funcionais do Estado. Trata-se, portanto, de uma alternativa mais aguda e operacionalmente mais cara. Portanto, os grupos devem destinar-se exclusivamente ao atendimento de casos onde a violência já tenha produzido efeitos mais devastadores (lesões graves, homicídios consumados e tentados), e cujas vítimas (diretas ou indiretas) tenham intensa necessidade desse tipo de auxílio. O diagnóstico da gravidade dos casos deve ser feito pelo profissional que conduz os trabalhos, a partir de indicação de agentes formais de controle (como por exemplo o juiz ou o promotor que atuam no processo-crime respectivo). A admissão no grupo dependerá, além do diagnóstico prévio antes abordado, da adesão voluntária da vítima. Os profissionais que conduzirem o trabalho devem estar preparados para levantar questões como confiança x decepção, poder x abuso, visando o restabelecimento da auto-estima e da capacidade de confiar e relacionar-se em família. A participação deve ser de curta duração; vencida a fase aguda, deverá ser feito o encaminhamento, se necessário, para os grupos de auto-ajuda.

Todas as sugestões elencadas devem ter em comum dois pontos cruciais, indispensáveis ao efetivo funcionamento dos trabalhos: a adesão voluntária dos participantes e o sigilo sobre as informações que vierem a ser veiculadas nos grupos. O participante deve ter a garantia de que sua participação será sempre valorizada, mas que depende de ato volitivo seu – jamais lhe será imposta. Por outra, deve contar como certo que as informações que vierem a ser veiculadas por força da atuação dessas instâncias alternativas não serão utilizadas sem a sua permissão para fins que (ele, participante) não objetive expressamente, como por exemplo a incriminação do agressor ou a produção de prova no contexto de eventual processo criminal.

Considerados principalmente esses dois pontos, dentre as sugestões emanadas de outros ordenamentos jurídicos as que aqui se elenca são as mais condizentes com o enfrentamento da violência doméstica. Todas pressupõem o decantado compromisso das agências formais e informais de controle com a pacificação do conflito. Passam, por consequência, pelo reconhecimento da envergadura do problema, que atinge não apenas as famílias envolvidas mas também os interesses de toda a sociedade.

Entretanto, não apenas as sugestões externas podem e devem indicar caminhos, mas que pode-se e deve-se buscar *soluções domésticas*, que venham a surgir de um amplo e irrestrito debate social a respeito do tema, a ser encetado a partir do reconhecimento da necessidade de *repolitização do conflito*. Esse reconhecimento deve partir, num primeiro momento, das agências formais de controle, a quem incumbe colocar à sociedade, com franqueza, sua incapacidade para tratar da questão, convocando as forças vivas do meio social para intervir, dando sua contribuição.

4.3. – REMÉDIO CASEIRO: OPÇÕES E POSSIBILIDADES DE REPOLITIZAÇÃO DO CONFLITO DE APLICABILIDADE IMEDIATA E DOMÉSTICA

Se até o presente momento a espinha dorsal desse trabalho foi a pesquisa científica (bibliográfica e documental), a partir de agora reporta-se a autora, em parte, à sua experiência profissional como promotora de justiça, para formular sugestões práticas aqui denominadas como *remédio caseiro* – idéias de imediata aplicabilidade para o enfrentamento da questão da violência doméstica.

A idéia é, a partir dessa iniciativa, submeter tais sugestões a um debate amplo, de modo que possam ser enriquecidas, adaptadas

ou até refutadas. Importa, acima de tudo, alertar que a questão não pode ser enfrentada senão com a consciência da *premência* de soluções alternativas viáveis. Vale dizer: enquanto se discute a situação a partir de uma realidade contundente, não se pode permanecer no *status quo* vigente, sem aplicar medidas dinâmicas e imediatas que possam ao menos mitigar o problema.

A vivência prática das lides forenses mostra exatamente aquilo que a pesquisa empírica encetada cientificamente comprovou: as vítimas da violência doméstica convivem, na sua maioria, com uma realidade de absoluto desamparo. Precisam de ajuda para mudar um quadro familiar que se tornou para elas insuportável.

É no âmbito dessa realidade, e a partir das experiências vivenciadas em gabinete e nas salas de audiência que foram concebidas algumas sugestões simples e pouco onerosas (as verbas públicas parecem ser sempre insuficientes!), que passam a ser expostas em seguida.

a) *Composição dos danos e composição civil*: A possibilidade de composição entre ofensor e ofendido está presente no art. 74 da lei n.º 9.099/95, quando a questão está adstrita aos danos materiais emergentes do delito encampado pela competência dos Juizados Especiais Criminais.

A redação do dispositivo lhe confere, a princípio, uma dimensão de restrita aplicabilidade, sugerindo a exclusão dos casos de violência doméstica, ocorrentes no âmbito intrafamiliar, e dos quais normalmente não resulta dano econômico especificamente mensurável, já que o prejuízo maior é a desestruturação da família.

Em parte dos casos (24%, conforme constatado na pesquisa empírica), o casal está separado ou em vias de separação, sendo que em muitos deles não existe uma definição jurídica dos termos dessa ruptura (guarda e visita dos filhos, pensão alimentícia, divisão de bens, etc.). Numa interpretação restritiva, o art. 74 da lei nº. 9099/95 não oportuniza essa definição, porquanto a lei não fala em *composição civil* mas em *composição dos danos civis*. Contudo, temos que especialmente quando a união é concubinária, a prestação jurisdicional nesse sentido pode ser efetivada no momento da audiência preliminar, no próprio TC. O advogado que atua como defensor do suposto indiciado pode ser nomeado assistente judiciário de ambas as partes, desde que concorde, e, havendo anuência dos interessados, pode ser celebrado, ali mesmo, o acordo civil sobre os termos da separação.

Dá-se, dessa forma, uma interpretação mais dilargada ao dispositivo legal em foco, compreendendo-se aí a possibilidade da “composição civil”. A solução pode não atacar o cerne do conflito, mas propicia uma *pacificação relativa* entre as partes, que obtêm, no mínimo, a segurança jurídica de uma definição dos termos práticos da separação, sem ter que para isso depender de uma formalização posterior, muitas vezes sujeita a uma pauta exaustivamente preenchida, o que implica numa delonga indesejável que reverte normalmente em desentendimentos decorrentes da indefinição de pontos cruciais como visita aos filhos e prestação alimentícia.

Para os casais já separados, muitas vezes é possível resolver, numa composição civil, encetada dessa forma, situações como pagamento de pensões alimentícias em atraso ou desentendimentos supervenientes à separação quanto a horário e periodicidade das

visitas aos filhos menores, não raro detectados como a origem do episódio de violência que resultou no TC⁵⁸.

Naturalmente que não se resolve aí a questão central, qual seja, a da reestruturação emocional do relacionamento vítima x autor, que mesmo depois da separação persevera, embora em outros termos, se há filhos em comum⁵⁹. Entretanto, resta pelo menos em parte escamoteada a absoluta falta de resposta à expectativa principal da vítima (e muitas vezes também do agente) – a renegociação do pacto familiar.

b) Encaminhamento dos casos de alcoolismo ao AA e ALANON: A irmandade Alcoólicos Anônimos é um dos mais bem sucedidos exemplos do que a auto-ajuda pode fazer em termos de recuperação da auto-estima e reinserção do indivíduo excluído no meio social. Funcionando no mundo há sessenta e três anos, o AA nasceu nos Estados Unidos e hoje existe em mais de 130 países. Em praticamente todas as cidades brasileiras existe um grupo de AA. Junto ao AA, que se ocupa da recuperação de alcoolistas, funciona o ALANON, que reúne, nos mesmos moldes, mas com absoluta independência de atuação, familiares de alcoólicos, com o mesmo objetivo: ajuda mútua para a recuperação da auto-estima.

⁵⁸ A solução sugerida configura, em termos, estratégia de “uso alternativo do Direito”, apresentada por Saavedra López como uma proposta “(...) tanto de caráter prático como teórico, de utilizar e consolidar o Direito e os instrumentos jurídicos em uma direção emancipadora; (...) de projetar e realizar uma cultura e uma prática jurídica alternativas à cultura e à prática dominante, a fim de, sem romper a legalidade estabelecida, privilegiar no plano jurídico, especialmente no plano judicial, (...) os interesses e a prática daqueles ‘sujeitos jurídicos’ que se encontram submetidos pelas relações sociais de dominação” (SAAVEDRA LÓPES, Modesto, 1978:40, citado por WOLKMER, Antonio Carlos, *op. cit.* p. 271).

⁵⁹ O que ocorre em 70,5% dos casos pesquisados, conforme abordaremos a seguir.

Embora o alcoolismo seja fator meramente coadjuvante da violência doméstica⁶⁰, o oportuno tratamento do doente, ou, no mínimo, o auxílio em termos de conscientização e apoio que possa ser prestado aos familiares pelo ALANON pode representar uma via de composição entre os protagonistas do conflito.

O AA jamais recusa uma parceria, e, preservadas suas tradições e princípios, dispõe-se a participar ativamente em qualquer ação que tenha em vista a recuperação de um doente de alcoolismo. Nesse sentido fornece, sem qualquer ônus, material impresso para ser utilizado por qualquer pessoa ou instituição que solicite⁶¹.

Na comarca de Mafra a constatação de que o alcoolismo é coadjuvante constante de todo tipo de criminalidade – inclusive e especialmente a de dentro de casa – já havia emanado do dia-a-dia forense, tendo sido confirmada pela pesquisa empírica encetada. A respeito veja-se o quadro que segue.

Quadro 11 – Incidência de relatos de alcoolismo do agente

| DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO | TOTAL | % |
|--|-------|------|
| Ref. a alcoolismo do agente p/vítima ⁶² | 53 | 47,3 |
| Ref. a outros fatores/não referência ⁶³ | 59 | 52,7 |
| TOTAL GERAL | 112 | 100 |

Como se colhe do quadro acima, em 47,3% dos casos de violência doméstica a vítima refere a incidência de alcoolismo. Necessário frisar que, para obter o número, considerou-se tão somente

⁶⁰ Já abordamos, aqui, que a tônica da violência é a do controle e da dominação, numa interação de papéis aprendidos pelos protagonistas do conflito.

⁶¹ A irmandade sobrevive apenas da contribuição de seus membros e não aceita doações de qualquer ordem – o desiderato é a recuperação da auto-estima.

⁶² TCs em que o histórico refere que a vítima narrou conduta alcoolista do agente.

⁶³ TCs em que o histórico refere que a vítima narrou violência, ciúmes, irresignação com a separação e outros, ou não refere quaisquer elementos do gênero.

os casos de expressa menção da situação por parte da vítima, constante do histórico do TC ou do termo da audiência preliminar.

Presente a circunstância, independentemente do oferecimento ou não de representação pela vítima, nada impede que o juiz e o promotor abordem a questão do alcoolismo enquanto doença e recomendem a frequência ao AA e ALANON aos envolvidos, fornecendo-lhes, sempre que possível, o material gráfico distribuído pela irmandade, estrategicamente colocado sobre a mesa da sala de audiências. A reação natural do alcoolista é negar a dependência, mas a recomendação partida de um magistrado ou de um promotor de justiça normalmente suscita alguma reflexão, principalmente ante a “aura de reverência” que ainda envolve esses operadores do direito, especialmente nas pequenas e médias cidades.

Para que possam falar com algum conhecimento de causa, é interessante que juízes e promotores tomem contato com o trabalho do AA em sua comarca. As reuniões, abertas, são uma oportunidade ímpar de se conhecer um pouco mais sobre a natureza humana. A irmandade, ademais, dispõe de bibliografia própria. O contato com as lideranças é imprescindível, até no sentido de obter o material gráfico, a ser repostado periodicamente.

Nos casos (raros) de oferecimento da representação, a oportunidade da esfera judiciária utilizar-se dessa instância informal de intermediação comunitária redobra. Em sede de transação penal (art. 76 da lei nº. 9099/95) a alternativa ao processo mais ajustada é a aplicação de “pena” restritiva de direitos, consubstanciada na exigência de frequência comprovada, por parte do agente, a um determinado número de reuniões. Mediante contato prévio, o AA responsabiliza-se sem qualquer problema pela confirmação, nos autos, do cumprimento da medida imposta.

O desiderato será que o agente, enquanto alcoolista, tome contato com o trabalho desenvolvido pela irmandade. Porque o programa desenvolvido pelo AA só é eficaz mediante a adesão voluntária, não é recomendável que se imponha uma freqüência muito prolongada. Apenas o suficiente (10 a 15 reuniões semanais) para que o agente conheça a dinâmica que norteia as atividades do grupo. São os próprios membros do AA, notadamente as lideranças, que alertam que, não raro, findo o período de freqüência obrigatória o alcoolista se afasta do grupo. A partir daí, todavia, conhece o caminho, que poderá retomar posteriormente, a qualquer momento, aí sim voluntariamente, e com melhores chances de obter sucesso na empreitada de livrar-se da dependência.

Nas salas de audiência, nos gabinetes e nos corredores do Fórum de Mafra estão distribuídos cartazes, "foulders" e outros impressos do AA. Nos atos formais do Juízo, assim como nos contatos de atendimento ao público pelo Serviço Social e pelo Ministério Público são aproveitadas todas as oportunidades possíveis para falar do trabalho desenvolvido pela irmandade, e da potencial ajuda que ele representa. Porque não existe um controle estatístico, não se pode mensurar cientificamente o resultado obtido, mas vale dizer que não é raro que uma das lideranças refira o engajamento de uma pessoa encaminhada.

c) Atuação do Conselho Tutelar: a Justiça da Infância e Juventude reencontrou, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito da sua atuação, o caminho da interação com a comunidade para o encaminhamento das questões que lhe são afetas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não apenas preconiza o dever da família, *da comunidade e da sociedade em geral* de,

juntamente com o Poder Público, assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente como cria instrumentais específicos destinados a esse fim, como é o caso do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos, em pleno funcionamento na maioria absoluta dos municípios brasileiros.

Mesmo nos casos em que a vítima direta da violência doméstica não é a criança ou o adolescente, o conflito os envolve, no mais das vezes, ainda que indiretamente. Essa realidade veio à tona no universo empírico pesquisado: 70,5% dos históricos dos TCs pesquisados fazem referência expressa à existência de filhos menores envolvidos no espaço físico e emocional do conflito.

Diante desse quadro, incumbe aos agentes formais de controle um compromisso com a segurança e com a estabilidade emocional dessas crianças e adolescentes. A partir do relato contido no histórico do TC e do contato com as partes na audiência preliminar, juiz e promotor podem mensurar, ainda que superficialmente, a dimensão do conflito, acionando, se entenderem que é o caso, a promotoria de justiça ligada à Infância e Juventude, que conta com um poderoso instrumento para a realização de um diagnóstico mais eficaz: a atuação do Conselho Tutelar.

A deflagração dessa ação é, antes de tudo, dever institucional do Judiciário e do Ministério Público, vez que a justiça não se deposita em compartimentos estanques, mas antes deve ser realizada interativamente. O Conselho Tutelar tem legitimidade e autoridade para adentrar ao universo privado do conflito, uma vez que esteja em jogo a segurança de criança ou adolescente⁶⁴. Os conselheiros, por sua experiência, podem acompanhar os casos e realizar um trabalho

importante de mediação, quando for o caso. Por serem pessoas estreitamente ligadas à comunidade, podem administrar a interveniência das forças comunitárias, manter contatos informais com os familiares da vítima e/ou do agente, acompanhar a frequência ao AA e encaminhar os protagonistas a programas sócio-familiares que possam prestar um serviço eficaz para a solução do conflito.

A atuação dos conselheiros, voltada prioritariamente ao atendimento da criança ou do adolescente, acaba estendendo-se aos adultos em conflito, o que é de todo apropriado, na medida em que não se pode pretender dissociar o eficaz atendimento à infância e à juventude de um comprometimento efetivo com o atendimento, igualmente eficaz, à família como um todo.

d) *Apadrinhamento de casais em conflito*: a preocupação com a integridade da família tem sido priorizada, especialmente nos últimos anos, pela totalidade das religiões, especialmente as cristãs. As pastorais da família, por consequência, transformaram-se em significativa força viva da sociedade civil.

Considerados os valores inerentes a esses grupos, o potencial dos mesmos como instância informal de mediação dos conflitos domésticos é altíssimo. Se o trabalho voluntário já lhes é afeto enquanto prática *caritativa*, não é difícil seu engajamento para trabalho do mesmo naipe, com os contornos de prática *comunitária*.

A idéia do apadrinhamento de casais em conflito está expressa em projeto idealizado para a comarca de Mafra, em fase de implantação. O programa é desenvolvido a partir da atuação do CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do

⁶⁴ Vide a respeito os artigos 136, I; 98, II e 101, II do Estatuto da Criança e do

Adolescente, que centralizará sua administração, sob a orientação da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude. A estratégia consiste em convocar as diversas lideranças religiosas locais (espírita, evangélica, católica, luterana), visando obter sua adesão, para o fim de recrutamento de casais que estejam dispostos a um trabalho voluntário junto a famílias que vivenciam o drama da violência doméstica.

Essas lideranças organizarão um cadastro de casais dispostos a “apadrinhar” outros casais. Deverão selecionar casais habituados às práticas comunitárias, com bom relacionamento familiar e disponibilidade para um trabalho voluntário de aconselhamento e acompanhamento de casais com problemas de violência dentro de casa. O propósito é encetar um atendimento individualizado, de casal para casal.

É importante que os casais de padrinhos desenvolvam uma ação regrada e uniforme. Para isso, deverão estar orientados por algumas “normas matrizes”, quais sejam: 1) A eventual orientação religiosa que pretenderem realizar deve ser eminentemente ecumênica, e não pode ser a pauta principal do trabalho de aconselhamento; 2) Qualquer ajuda material direta é proibitiva, porque desvirtua o trabalho e estimula indesejável relação de dependência; 3) A disponibilidade deve ser limitada, para evitar a invasão da privacidade dos padrinhos (uma das regras para isso é nunca fornecer *endereço*, apenas *telefone*); 4) O atendimento em momentos de crise aguda pode ser buscado a qualquer hora do dia ou da noite – mas isso só vale para os momentos de crise *real*, como por exemplo a ocorrência de um espancamento; 5) O sigilo absoluto deve pautar o relacionamento com os apadrinhados – nada do que se fala entre os casais deve ser comentado com terceiros.

Os casais voluntários deverão receber orientação prévia multidisciplinar, ministrada por técnicos da área social, jurídica e psicológica, bem como ser advertidos das “normas matrizes” acima elencadas. Sua atuação deverá ser acompanhada pelas lideranças religiosas que os recrutaram, as quais contarão, por sua vez, com a assistência do CMDCA e, se necessário, do promotor de justiça.

Os trabalhos desenvolvidos e os problemas enfrentados serão discutidos em grupos, mensalmente, sob a orientação da liderança religiosa que recrutou os casais de padrinhos. Nessas reuniões os casais apadrinhados não deverão ser nominados, a fim de que se evite a quebra do sigilo, mas os problemas enfrentados poderão ser discutidos abertamente.

Também mensalmente, mas sempre depois das reuniões setoriais com as lideranças religiosas, essas mesmas lideranças reunir-se-ão com o CMDCA e com o promotor de justiça, trazendo os resultados do trabalho encetado, as dificuldades e os casos que não puderem resolver no âmbito do seu grupo.

Os casais “apadrinhados” serão encaminhados às lideranças religiosas pelo serviço social forense e do Município, pelo Conselho Tutelar, pela delegacia de polícia e pelo Juízo da comarca, sempre mediante a adesão expressa de pelo menos um dos cônjuges. Em entrevista com um ou ambos os cônjuges, a liderança religiosa procurará traçar um diagnóstico prévio do conflito e um perfil de seus protagonistas, para decidir para qual dos casais voluntários cadastrados deverá encaminhar o caso. De posse de tais dados, cadastrará o casal em conflito, e, num momento posterior à entrevista fará o contato com o casal de padrinhos que eleger, encarregando-os da abordagem.

O casal ou cônjuge que procurar ajuda será informado que o casal de padrinhos irá procurá-lo(s) oportunamente, em sua casa. Quando a adesão do casal em conflito for unilateral (ou seja, partir apenas de um dos cônjuges – normalmente o agredido), será recomendado aos padrinhos que façam a abordagem inicial com cuidado e busquem a adesão do outro cônjuge. A partir daí o trabalho se desenvolve em visitas periódicas (preferencialmente semanais) do casal de padrinhos ao casal em conflito, visando conversar sobre as dificuldades enfrentadas e orientar os apadrinhados na formulação de soluções para esse conflito, num trabalho de mediação personalíssimo e acompanhado.

Essas são as sugestões iniciais que podem viabilizar um mecanismo informal de enfrentamento do conflito doméstico. Mais importante do que elas é o norte que deve orientá-las: a construção de um pensamento jurídico renovado, comprometido com a pacificação dos conflitos que enfrenta, ciente de que essa pacificação deve ser realizada por instâncias alternativas, capazes de compor os interesses do trinômio vítima, agente e sociedade, uma vez que a Justiça Criminal é incapaz de fazê-lo. São opções que pressupõem, antes de tudo, a dinamização do conceito de cidadania, de modo tal que possa ser desconstruída a divisão estanque hoje vigente entre Estado e sociedade civil.

CONCLUSÃO

O sistema penal vigente proclama garantias que não consegue funcionalmente assegurar. Propõe o combate à criminalidade, mas acaba afinal por produzi-la. Promete igualdade democrática e pratica a seletividade que reprisa os desequilíbrios sociais e as desigualdades de gênero. Garante segurança jurídica mas obedece códigos velados, não escritos, ao proceder a criminalização. Discursa sobre a reinserção do delinqüente mas segrega o criminalizado numa sociedade à parte, isolando-o do convívio aberto. Afirma reprimir a violência mas na verdade a reproduz institucionalmente.

Ao atracar nesse porto, a vítima da violência doméstica vem em busca de uma proteção que é só discurso. Em vez de segurança, depara-se com um jogo seletivo, pré-ordenado por códigos inconfessos, que vai etiquetá-la tanto quanto ao agente, num exercício de reprodução cristalizada dos valores e valorações estereotipados vigentes no universo macro da sociedade, valores esses que no mais das vezes estão também no cerne do conflito que provocou a deflagração da violência. Justamente em função disso, a sobrevivitização é inevitável; por dentro do sistema, só o que resta à vítima é a repetição, em outra rotação, da cena que a levou a atracar ali.

A busca de caminhos alternativos determinou a gênese de movimentos renovadores, no cerne dos quais brota, com maior ou menor intensidade, a negação da ciranda enlouquecida que o sistema representa. Essa negação é indispensável quando se pretende pensar no enfrentamento do conflito doméstico. No que se refere a esse tipo de violência, a ordem primeira é dizer *não* à criminalização e à carcerização do agente, por mais de um motivo e sob mais de um enfoque.

Se a ótica é retributiva, há que se negar um sistema que castiga seletiva e improdutivamente, promovendo, de forma medieval, um sofrimento estéril. Se a ótica é a da prometida ressocialização do agente, temos que

considerar que o isolamento do cárcere é a mais inconsistente e contraditória forma de educar o homem para a vida em sociedade. Se a ótica é genérico-preventiva, importa considerar que a intimidação pela imposição da pena desconsidera a diversidade humana, pois nem todas as pessoas são suscetíveis a essa coação. Se a ótica é de proteção à família, a transferência da pena exclui o argumento, na medida em que a vítima e demais membros do grupo familiar do agente criminalizado serão, por extensão, também penalizados.

Por tudo isso, quando se fala em violência doméstica, em especial sob o enfoque que pretendeu esse trabalho, a negação primeira é sempre dirigida à criminalização e carcerização. O “jogo duro” não se aplica aqui. Diante disso, refletir sobre o sistema de justiça criminal inaugurado com a lei nº. 9099/95, e nessa esteira sobre a definição legal de *infrações de menor potencial ofensivo* e sua relação com a violência doméstica, não implica em pregar o endurecimento das penas ou a tipificação direta da conduta.

Entretanto, na medida em que o subsistema de justiça criminal inaugurado com os juizados especiais criminais proclama, entre outras promessas, a da solução efetiva e não apenas formal do conflito, capaz de promover a verdadeira pacificação social, importa a reflexão sobre a capacidade operacional de cumprimento dessa promessa, na esfera do controle penal formal, especificamente aquela dos próprios juizados.

O subsistema da justiça criminal consensual já começou a descumprir as promessas que preconiza a partir do critério *linear* que a lei elegeu para definir as infrações ditas de *menor potencial ofensivo*, desconsiderando o conflito de origem e pautando-se tão somente pelo *quantum* da pena abstrata cominada ao tipo. Esse déficit cresce na medida que a atuação dos agentes do sistema (policiais, promotores de justiça, conciliadores, juízes leigos ou togados) divorcie-se, seguindo a trilha que a lei inaugurou, da dor que permeia

a intensa pauta de relações afetivas e de convivência por trás do procedimento, permitindo assim que o conflito acabe trivializado.

O caminho que pode conduzir a uma resposta coerente deve ser trilhado de dentro para fora do sistema penal. Abri-lo passa pela valorização da vontade das vítimas, que pretendem, na verdade, ao aportar no sistema penal, encontrar aí uma instância mediadora capaz de deter a escalada da violência e de assessorá-las na empreitada da repactuação de sua convivência doméstica.

Essa expectativa da mulher vítima da violência doméstica está codificada no seu comportamento, e a mensagem cifrada pôde ser captada na pesquisa empírica realizada. A exigência legal de representação do ofendido, nos tipos penais indiretamente relacionados, por via transversa legalizou a fala da mulher vítima de espancamento e/ou ameaça dentro de casa, possibilitando-lhe retirar-se formalmente do sistema penal, quando percebe que seus anseios não serão considerados nem atendidos.

Quando se constata que na maioria absoluta dos casos criminalizados de agressão doméstica o comportamento é reiterativo, prolongando-se no tempo; quando tais condutas são majoritariamente visibilizadas em relações conjugais vigentes; quando as vítimas traçam todo um *cenário* para o acontecimento criminalizável que pretendem narrar, realizando uma *catarse* que é quase um *padrão* nos históricos dos TCs, não é razoável supor que o alto índice de arquivamentos por falta de representação sinalize a pacificação do conflito.

Mais consentâneo é concluir pela “deserção” da vítima da violência doméstica, a qual deixa de ofertar a representação criminal porque não encontra na instância formal de controle a agência mediadora que buscava. Retorna então à esfera privada sem qualquer opção de assessoramento ou mediação, já tendo esgotado as possibilidades de administrar pessoalmente o conflito que vivencia.

E esse conflito, em termos de potencial ofensivo, não é desprezível. Ao contrário. A potencialidade lesiva do conflito doméstico é intensa. A escalada progressiva dessa *violência de dentro de casa* de um padrão de lesividade concreta menos grave (lesões leves ou ameaça) para outro altíssimo, às vezes irreparável (lesões graves, estupro, homicídio) não pode ser desconsiderada. Ainda assim, vemos a questão ser tratada, nas instâncias do sistema penal, em especial nos juizados especiais criminais, da mesma maneira que são tratados conflitos marcados pela eventualidade da relação vítima x autor, como uma briga de baile ou um atropelamento no trânsito. Seguindo a senda trivializadora que a lei inaugurou, o aparato da justiça também não está comprometido com a solução do *conflito*, mas antes com o destino do *procedimento* e com a celeridade do *processo*.

A incapacidade do sistema penal em ofertar respostas ao conflito em tela, aliada à falta de instâncias alternativas que possam atuar visando *evitar* a escalada da violência no ambiente doméstico é uma constatação decorrente da observação empírica, teoricamente bem pontuada. Diante disso, impende a conclusão de que a necessidade de criação e operacionalização de mecanismos de mediação e atendimento às vítimas deve ser atendida *de dentro para fora* do sistema penal. Vale dizer: às instâncias formais incumbe conduzir a concretização desse desiderato, mas é na participação comunitária e no envolvimento responsável e democrático de segmentos vivos da sociedade civil que esses instrumentos ganharão uma legitimidade revitalizada, capaz de conferir-lhes sustentação.

Esse caminho, em termos de violência doméstica, encontra-se potencialmente ligado à opção diversificadora da repolitização do conflito, conflito esse que precisa ser remetido ao trinômio vítima/agente/sociedade. O espaço político em que se devem situar as instâncias alternativas de mediação e assistência às vítimas é aquele do emaranhado social imediato dos seus

protagonistas, onde as pessoas, por estarem mais próximas, podem atuar com mais legitimidade nessa interação.

Esses agentes informais, entretanto, precisam ser aparelhados e assistidos pelas agências formais de controle, que têm um papel e uma tarefa nesse processo, na medida em que o Estado expropriador foi quem se mostrou, ao longo do tempo, incapaz de cumprir a sua promessa pacificadora. Assim, a esse Estado – e especialmente às agências formais do sistema penal (polícia, judiciário e ministério público) – incumbe convocar as forças sociais para o debate amplo, visando uma resposta à realidade da violência dentro de casa. Ao Estado também incumbe prover, acompanhar e orientar a instrumentalização das instâncias informais que surgirem dessa repolitização, numa ação pautada num *pensamento jurídico* renovado, capaz de encetar uma nova ordem, tanto mais real quanto mais eficiente no enfrentamento e na pacificação do conflito doméstico.

O comprometimento das agências formais com o objetivo do enfrentamento diversificado da violência doméstica contaminará paulatinamente o universo social como um todo, pelo próprio processo dialético que faz interagir sociedade e sistema penal. Certamente não é uma conquista instantânea, principalmente porque representa a via inversa de um caminho que vem sendo trilhado há centenas de anos: o da entronização do sistema penal como instância de pacificação por excelência.

A pauta de trabalho para a operacionalização dessa transformação é intensa e muito longa. O reconhecimento da incapacidade do sistema penal em ofertar respostas ao problema da violência doméstica é item indispensável dessa pauta. Assim também o reconhecimento da legitimidade da sociedade civil para promover essa gestão de interesses. E de sua responsabilidade em fazê-lo. É um processo de transformação complexo, que precisa ser operado em todas as frentes simultaneamente. A instrumentalização é o menos difícil. O grande desafio está na mudança. E no compromisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Pedro Manoel; BRANDÃO, Paulo de Tarso. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996.

AMARAL, Agamenon Bento. *A Suspensão Condicional do processo e a Ação Penal Privada*. Texto não publicado.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A Ilusão da Segurança Jurídica: do Controle da Violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

_____. *A reconstrução do conceito liberal de cidadania: da cidadania moldada pela democracia à cidadania moldando a democracia*. Texto não publicado.

_____. *Da domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado com a positividade constitucional*. Revista Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade. Livraria Freitas Bastos Editora, Rio de Janeiro, p. 99-102, 2º sem/1997.

_____. Do Paradigma Etiológico ao Paradigma da Reação Social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Sequência*, Editora da UFSC, Florianópolis, nº. 30, p. 25-37, jun/1995.

_____. Relatório Final do Projeto de Pesquisa CNPq 300489/96-0 (NV) – PQ. *Pesquisa: Sistema da justiça penal e violência sexual contra as mulheres: Análise de julgamentos de crimes de estupro em Florianópolis na década de oitenta*. Florianópolis, 1998. Pesquisa não publicada.

_____. *Professora Vera Regina Pereira de Andrade. O Mundo vai acabar?* (Informativo do Curso de Direito da UFSC), ano II, número II, agosto/98. Pp. 2-5. Entrevista.

_____. *Violência contra a mulher e controle penal*. Texto não publicado.

_____. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?. *Revista Sequência*, Editora da UFSC, Florianópolis, n°. 33, p. 87-114, dez/1996.

ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *Quando a Vítima é Mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/Ministério da Justiça, 1987.

AZEVEDO, M. *Violência Contra a Criança e o Adolescente: Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2ª ed., 1997.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Tradut. Juarez Cirino dos Santos. Florianópolis: Obra Jurídica, 1993.

_____. Resocialización o control social Por un concepto crítico de "reintegración social" del condenado. In *Sistema Penal para o III Milênio*. Org. João Marcelo Araújo Jr. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 251-265

_____. *Sobre a Criminologia crítica e sua função na Política Criminal. Documentação e Direito Comparado*. (Boletim do Ministério da Justiça). Lisboa, (s.n.), n°. 13, separata, p. 145-166, 1983. Relatório apresentado no IX Congresso Internacional de Criminologia. Viena, setembro de 1983.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. *Uma vida sem violência é um direito nosso*". Brasília: Nações Unidas/Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Julho de 1998. 2ª versão.

BISSOLI FILHO, Francisco. *Estigmas da Criminalização Dos Antecedentes à Reincidência Criminal*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. *Vítima, Vitimologia, a dupla penal delinqüente-vítima*. São Paulo: Leud, 1987.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 set. 1995.

CARNELUTTI, Francesco. *As Misérias do Processo Penal*. Tradut. José Antonio Cardinalli. Campinas: Conan, 1995.

CERVINI, Raúl. *Os Processos de Descriminalização*. Tradut. Eliana Granja, Jeni Vaitsman, José Henrique Pierangelli e Maria Alice Andrade Leonardi. Notas e referências bibliográficas nacionais: Luiz Flávio Gomes. São Paulo: RT, 1995.

_____. Vitimização mediante o processo penal: alternativas de diversificação. In: _____. *Os Processos de Descriminalização*. Tradut. Eliana Granja, Jeni Vaitsman, José Henrique Pierangelli e Maria Alice Andrade Leonardi. Notas e referências bibliográficas nacionais: Luiz Flávio Gomes. São Paulo: RT, 1995. pp. 241-246.

CHRISTIE, Nils. *Civilidade e Estado*. Tradut. Beatriz Scigliano Careiro. In: *Conversações Abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. Org. Edson Passetti, Roberto Baptista Dias da Silva. São Paulo: IBCCrim, 1997. pp. 241-257.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Estratégias de Igualdade Plataforma de Ação para Implementar os Compromissos assumidos pelo Brasil na Quarta Conferência Mundial da Mulher*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Censo Penitenciário Brasileiro de 1994*. Brasília, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Censo Penitenciário Brasileiro de 1995*. Brasília, 1996.

DIAS, Francisco. *República Fechada: as prisões no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1990.

FRANCO, Alberto Silva et al. *Código Penal e Sua Interpretação Jurisprudencial*. São Paulo: RT, 1996.

GOMES, Luiz Flávio. *Direito de Apelar em Liberdade*. São Paulo: RT, 1995.

GOMES, Luiz Flávio. *Direito Penal Mínimo: Lineamento de suas metas*. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, v. 5, n. 7, p. 71-96, jan./jun. 1995.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Luiz Flávio. *Juizados Especiais Criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995*. São Paulo: RT, 1995.

HARAZIM, Dorrit. *A Face do Silêncio*. Revista VEJA, São Paulo: Editora Abril, ed. n. 1.533, ano 31, nº. 26, p.80-87, 01/07/98.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Assist. José Baptista da Luz. 11ª. ed., 13ª. tiragem. Rio de Janeiro: GAMMA.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas O Sistema Penal em Questão*. Tradut. Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1996.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça Criminal e Violência contra a Mulher: O papel da Justiça na solução dos conflitos de gênero*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, Rio de Janeiro, v. 5, nº. 8, p. 147-170.

JESUS, Damásio E. de. *Instituição dos Juizados Especiais Criminais no Brasil e sua influência na aplicação das penas alternativas*. _____. *Novíssimas Questões Criminais*. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 111-116.

LEMGRUBER, Julita. *Encher Cadeia não resolve*. Revista VEJA, São Paulo, p. 134, 12.07.95.

LIMA JÚNIOR, Edmundo Arruda de. *Direito Moderno e Mudança Social (uma análise inspirada em Gramsci)*. In: _____. *Ensaio de Sociologia Jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

NAÇÕES UNIDAS/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Glossário da Campanha Uma vida sem violência é um direito nosso*. Brasília, 1998.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. São Paulo: Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2ª. ed., 1996.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA/Ser.P. AG/doc. 3115/94 ver. 2. Belém do Pará: junho de 1994. Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Resolução adotada por aclamação na segunda sessão plenária, realizada em 09 de junho de 1994. Reedição: Clube Soroptimista Internacional Santos – Praia. São Paulo: UNIGRAF, 1996.

QUADROS, Angela de. *A (In)definição da Reabilitação Social do Condenado na Reforma Penal Brasileira de 1984: "O olhar da magistratura sulista"*. Florianópolis, 1995. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Mestre em Direito.

REVISTA ISTO É. São Paulo: Editora Três, ed. 1.444, 04/07/97.

SCHNEIDER, Joachim. *La Posición de la Víctima Delegacia de Policía Delito en el Derecho y en el Proceso Penal*. In: *Revista Doctrina Penal*, año 12. Buenos Aires: Depalma, 1989.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradut. Christine Rufino. Dabat: Recife, 1988.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Código de Processo Penal Comentado*. São Paulo: Saraiva, 1997. 2ª ed.

VANHONI FILHO, VIDAL. *Natureza Jurídica da suspensão do processo*. Revista APMP. Ano I – nº. 1. Novembro de 1996. pp. 22-25.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: Fundamento de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *En Busca De Las Penas Perdidas: Deslegitimacion y Docmatica Juridico-Penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989.

ANEXO I

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

CAPÍTULO II

DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º. Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º. A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

Art. 4º. É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro:

I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II - do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita;

III - do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

SEÇÃO II

DO JUIZ, DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS

Art. 5º. O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Art. 6º. O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

Art. 7º. Os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Parágrafo único. Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções.

SEÇÃO III

DAS PARTES

Art. 8º. Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º. Somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

§ 2º. O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º. Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º. Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º. O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º. O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º. O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado.

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

Art. 11. O Ministério Público intervirá nos casos previstos em lei.

SEÇÃO IV

DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 12. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 13. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º desta Lei.

§ 1º. Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2º. A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

§ 3º. Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão.

§ 4º. As normas locais disporão sobre a conservação das peças do processo e demais documentos que o instruem.

SEÇÃO V

DO PEDIDO

Art. 14. O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º. Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes;

II - os fatos e os fundamentos, de forma sucinta;

III - o objeto e seu valor.

§ 2º. É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

§ 3º. O pedido oral será reduzido ao escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

Art. 15. Os pedidos mencionados no art. 3º desta Lei poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o limite fixado naquele dispositivo.

Art. 16. Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

Art. 17. Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.

Parágrafo único. Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.

SEÇÃO VI

DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

Art. 18. A citação far-se-á:

I - por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria;

II - tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado;

III - sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória.

§ 1º. A citação conterá cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano.

§ 2º. Não se fará citação por edital.

§ 3º. O comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação.

Art. 19. As intimações serão feitas na forma prevista para citação, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação.

§ 1º. Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.

§ 2º. As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.

SEÇÃO VII

DA REVELIA

Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

SEÇÃO VIII

DA CONCILIAÇÃO E DO JUÍZO ARBITRAL

Art. 21. Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei.

Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

Art. 23. Não comparecendo o demandado, o Juiz togado proferirá sentença.

Art. 24. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º. O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.

§ 2º. O árbitro será escolhido dentre os juízes leigos.

Art. 25. O árbitro conduzirá o processo com os mesmos critérios do Juiz, na forma dos arts. 5º e 6º desta Lei, podendo decidir por equidade.

Art. 26. Ao término da instrução, ou nos cinco dias subseqüentes, o árbitro apresentará o laudo ao Juiz togado para homologação por sentença irrecorrível.

SEÇÃO IX

DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 27. Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa.

Parágrafo único. Não sendo possível a sua realização imediata, será a audiência designada para um dos quinze dias subseqüentes, cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes.

Art. 28. Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença.

Art. 29. Serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.

Parágrafo único. Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.

SEÇÃO X

DA RESPOSTA DO RÉU

Art. 30. A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz, que se processará na forma da legislação em vigor.

Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

Parágrafo único. O autor poderá responder ao pedido do réu na própria audiência ou requerer a designação da nova data, que será desde logo fixada, cientes todos os presentes.

SEÇÃO XI

DAS PROVAS

Art. 32. Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

Art. 33. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

Art. 34. As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

§ 1º. O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 2º. Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso da força pública.

Art. 35. Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.

Parágrafo único. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.

Art. 36. A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.

Art. 37. A instrução poderá ser dirigida por Juiz leigo, sob a supervisão de Juiz togado.

SEÇÃO XII

DA SENTENÇA

Art. 38. A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

Parágrafo único. Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

Art. 39. É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei.

Art. 40. O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

§ 1º. O recurso será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 2º. No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.

Art. 42. O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 1º. O preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.

§ 2º. Após o preparo, a Secretaria intimará o recorrido para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

Art. 43. O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

Art. 44. As partes poderão requerer a transcrição da gravação da fita magnética a que alude o § 3º do art. 13 da desta Lei, correndo por conta do requerente as despesas respectivas.

Art. 45. As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento.

Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Art. 47. (VETADO)

SEÇÃO XIII

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 48. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

Parágrafo único. Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Art. 49. Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Art. 50. Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso.

SEÇÃO XIV

DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO

Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;

II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação;

III - quando for reconhecida a incompetência territorial;

IV - quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei;

V - quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias;

VI - quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de trinta dias da ciência do fato.

§ 1º. A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

§ 2º. No caso do inciso I deste artigo, quando comprovar que a ausência decorre de força maior, a parte poderá ser isentada, pelo Juiz, do pagamento das custas.

SEÇÃO XV

DA EXECUÇÃO

Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações:

I - as sentenças serão necessariamente líquidas, contendo a conversão em Bônus do Tesouro Nacional - BTN ou índice equivalente;

II - os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados por servidor judicial;

III - a intimação da sentença será feita, sempre que possível, na própria audiência em que for proferida. Nessa intimação, o vencido será instado a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertido dos efeitos do seu descumprimento (inciso V);

IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação;

V - nos casos de obrigação de entregar, de fazer, ou de não fazer, o Juiz, na sentença ou na fase de execução, cominará multa diária, arbitrada de acordo com as condições econômicas do devedor, para a hipótese de inadimplemento. Não cumprida a obrigação, o credor poderá requerer a elevação da multa ou a transformação da condenação em perdas e danos, que o Juiz de imediato arbitrar, seguindo-se a execução por quantia certa, incluída a multa vencida de obrigação de dar, quando evidenciada a malícia do devedor na execução do julgado;

VI - na obrigação de fazer, o Juiz pode determinar o cumprimento por outrem, fixado o valor que o devedor deve depositar para as despesas, sob pena de multa diária;

VII - na alienação forçada dos bens, o Juiz poderá autorizar o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea a tratar da alienação do bem penhorado, a qual se aperfeiçoará em juízo até a data fixada para a praça ou leilão. Sendo o preço inferior ao da avaliação, as partes serão ouvidas. Se o pagamento não for à vista, será oferecida caução idônea, nos casos de alienação de bem móvel, ou hipotecado o imóvel;

VIII - é dispensada a publicação de editais em jornais, quando se tratar de alienação de bens de pequeno valor;

IX - o devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, versando sobre:

- a) falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;
- b) manifesto excesso de execução;
- c) erro de cálculo;
- d) causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença.

Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.

§ 1º. Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito ou verbalmente.

§ 2º. Na audiência, será buscado o meio mais rápido e eficaz para a solução do litígio, se possível com dispensa da alienação judicial, devendo o conciliador propor, entre outras medidas cabíveis, o pagamento do débito a prazo ou a prestação a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.

§ 3º. Não apresentados os embargos em audiência, ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer ao Juiz a adoção de uma das alternativas do parágrafo anterior.

§ 4º. Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

SEÇÃO XVI

DAS DESPESAS

Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.

Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

I - reconhecida a litigância de má-fé;

II - improcedentes os embargos do devedor;

III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

SEÇÃO XVII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56. Instituído o Juizado Especial, serão implantadas as curadorias necessárias e o serviço de assistência judiciária.

Art. 57. O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.

Parágrafo único. Valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

Art. 58. As normas de organização judiciária local poderão estender a conciliação prevista nos arts. 22 e 23 a causas não abrangidas por esta Lei.

Art. 59. Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituídos por esta Lei.

CAPÍTULO III

DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por Juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Art. 63. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 65. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 62 desta Lei.

§ 1º. Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2º. A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

§ 3º. Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

Art. 67. A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

Art. 68. Do ato de intimação do autor, do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.

SEÇÃO II

DA FASE PRELIMINAR

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Art. 70. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

Art. 71. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil, na forma dos arts. 67 e 68 desta Lei.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º. Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º. Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º. Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º. Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º. Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

§ 6º. A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados porpor ação cabível no juízo cível.

SEÇÃO III

DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Art. 77. Não ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 1º. Para o fornecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta Lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

§ 2º. Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma do parágrafo único do art. 66 desta Lei.

§ 3º. Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei.

Art. 78. Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

§ 1º. Se o acusado não estiver presente, será citado na forma dos arts. 66 e 68 desta Lei e cientificado da data da audiência de instrução e julgamento, devendo a ela trazer suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo cinco dias antes de sua realização.

§ 2º. Não estando presentes o ofendido e o responsável civil, serão intimados nos termos do art. 67 desta Lei para comparecerem à audiência de instrução e julgamento.

§ 3º. As testemunhas arroladas serão intimadas na forma prevista no art. 67 desta Lei.

Art. 79. No dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento, se na fase preliminar não tiver havido possibilidade de tentativa de conciliação e de oferecimento de proposta pelo Ministério Público, proceder-se-á nos termos dos arts. 72, 73, 74 e 75 desta Lei.

Art. 80. Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

§ 1º. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 2º. De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença.

§ 3º. A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º. A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 2º. O recorrido será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

§ 3º. As partes poderão requerer a transcrição da gravação da fita magnética a que alude o § 3º do art. 65 deste Lei.

§ 4º. As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento pela imprensa.

§ 5º. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Art. 83. Caberão embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

§ 1º. Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

§ 2º. Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para o recurso.

§ 3º. Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

SEÇÃO IV

DA EXECUÇÃO

Art. 84. Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento na Secretaria do Juizado.

Parágrafo único. Efetuado o pagamento, o Juízo declarará extinta a punibilidade, determinando que a condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial.

Art. 85. Não efetuado o pagamento de multa, será feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos, nos termos previstos em lei.

Art. 86. A execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, ou de multa cumulada com estas, será processada perante o órgão competente, nos termos da lei.

SEÇÃO V

DAS DESPESAS PROCESSUAIS

Art. 87. Nos casos de homologação do acordo civil e aplicação de pena restritiva de direitos ou multa (arts. 74 e 76, § 4º), as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual.

SEÇÃO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º. Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a Juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º. O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º. A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º. A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º. Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º. Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º. Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

Art. 90. As disposições desta Lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada.

Art. 91. Nos casos em que esta Lei passa a exigir representação para a propositura da ação penal pública, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência.

Art. 92. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS COMUNS

Art. 93. Lei Estadual disporá sobre o Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sua organização, composição e competência.

Art. 94. Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

Art. 95. Os Estados, Distrito Federal e Territórios criarão e instalarão os Juizados Especiais no prazo de seis meses, a contar da vigência desta Lei.

Art. 96. Esta Lei entra em vigor no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 97. Ficam revogadas a Lei nº 4.611, de 02 de abril de 1965, e a Lei nº 7.244, de 07 de novembro de 1984.

Brasília, 26 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nelson A. Jobim

(DOU 27.09.95)

ANEXO II – RESUMOS DOS TERMOS CIRCUNSTANCIADOS

No presente anexo transcrevemos parcialmente dados constantes dos termos circunstanciados que foram objeto da pesquisa empírica realizada para a presente dissertação, entre eles o tipo penal no qual enquadrou-se a conduta criminalizada, objetivando a visualização dos dados pertinentes elaborados no corpo do trabalho; a profissão do autor e da vítima, visando situar a condição social dos envolvidos; a relação entre autor e vítima, objetivando delinear o cenário do conflito.

Transcrevemos, ainda, os históricos dos TCs e os termos de audiência, por tratar-se de peças que permitem entrever o conflito por trás da conduta e a *catarse* da vítima, pontuados e comentados no Capítulo IV, bem como o tratamento *trivializante* dispensado ao problema habitualmente pelo subsistema dos juizados especiais criminais.

Para situar o leitor no contexto pretendido neste anexo são indispensáveis alguns esclarecimentos preliminares. Nesse sentido ressaltamos que: a) omitimos nomes próprios, visando preservar os envolvidos; b) transcrevemos literalmente as peças processuais, inclusive eventuais erros de ortografia ou pontuação; c) consideramos relação *conjugual* a situação de convivência, independentemente do casamento civil.

Fixamos, para essa amostra, o percentual de 30% dos procedimentos estudados. Selecionamos os casos mais significativos, tomando o cuidado de incluir na amostragem situações de menor representatividade estatística no âmbito do universo pesquisado, como por exemplo um caso de agressor de privilegiada situação social, com grau de instrução superior (médico) e um caso de maus tratos a filhos menores pela mãe (uma das raras situações em que o autor do fato é uma mulher).

Nossa intenção é desnudar parcialmente a diversidade humana compreendida no universo pesquisado, visando ilustrar ao leitor a natureza dessa diversidade.

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 197/97

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/pedreiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/diarista

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: ex-cônjuges

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DCP, a comunicante/vítima acima nos relatando que no dia e hora citados, foi ameaçada pelo autor acima, com um objeto de couro trançado, embriagado, queria entrar na casa da declarante e lhe agredir. Que a declarante foi casada com o autor o qual possui quatro filhos, os quais o autor leva para passear e não tem hora para levá-los de volta, entregando às vezes altas horas da noite. É o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, as partes efetuaram o seguinte acordo: 1) o pai poderá manter a cada 15 dias a visitação aos filhos, sendo que (...), nada obsta que no sábado a partir das 13:30 horas até domingo às 18:00 horas, o tenha consigo, porém que não sejam freqüentados lugares e em horários de duvidosa procedência, horário no qual a mãe (...) o receberá; 2) em relação ao filho (...), da mesma forma, porém no final de semana, no sábado ou no domingo, das 13:30 às 18:00 horas, e há que se respeitar até a vontade do menino; 3) que sob hipótese alguma, a embriaguez do pai quando da visitação. Com a manifestação favorável do Dr. Promotor de Justiça a decisão: "VISTOS ETC... homologo por sentença o presente acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, tudo de acordo com o art. 74 da Lei 9099/95. Sem custas. Publicadas e intimadas as partes presentes em audiência, registre-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 001/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/desempregado

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: mãe e filho

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DP, a vítima nos relatou que na data do fato teve uma discussão com o autor por causa de um relógio que havia desaparecido. Que o autor pegou um facão e a agrediu por várias vezes,

causando lesões. Que após a agressão o autor expulsou de casa suas três irmãs menores, quebrou vários objetos e tentou atear fogo na casa. Que após a ação o autor correu em direção a um campo nos fundos de casa. É o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: Verificou-se o comparecimento do acusado e da vítima, do representante do Ministério Público. Restou nomeado como defensor, o Dr. (...) . Pela vítima, foi dito que não possui interesse em representar, tendo sido determinado, pelo MM. Juiz, que o presente fosse arquivado. Nada mais. ...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 003/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/bombeiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta DPC a comunicante relatando-nos que é mãe da vítima. Que o Autor citado é amasiado com a vítima há 20 (vinte) anos; que aproximadamente há 10 (dez) anos o autor é alcoólatra e quando chega em casa agride a vítima com socos e chutes; que na data citada o Autor voltou a agredir a vítima e encostou uma faca em seu pescoço e ameaçou-a de morte; que após algumas horas do fato, a vítima aproveitou o descuido do Autor e fugiu para a casa de sua mãe e contou a ela o que havia ocorrido. Era o relato...

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se o não comparecimento das partes, pelo que foi determinado que se aguardasse em cartório a representação. Nada mais.

E.T. – Procedimento posteriormente arquivado por falta de representação do ofendido.

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 010/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/vendedor

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/cozinheira

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta DPC a vítima acima nos comunicando que o infrator deste costuma chegar em casa e jogar a vítima para fora, que chaveia a residência obrigando a vítima a dormir em outras casas, sendo que nesta data o infrator pegou a vítima pelo braço e a jogou para fora de casa e que costuma dizer para a vítima que se ela insistir de entrar em casa vai matá-la, que pode demorar mais que irá fazer diz a vítima que vive

sob constante ameaça, sendo que a vítima não tem onde ficar pois a vítima possui dois filhos menores sendo que um de nove anos e outra de três anos, que o infrator afirma que a vítima possui um amante e diz palavras de baixo calão, que a vítima já procurou se separar porém o infrator diz para ela que só se ela sair de casa e for para a rua pois o infrator não irá sair de casa.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA. A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença da vítima e seu procurador, Dr. (...), do acusado e sua procuradora, Dra. (...) e representante do Ministério Público. Consultada a vítima acerca do direito de representação, esta manifestou seu desinteresse no prosseguimento. Assim, archive-se. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 022/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/serviços gerais

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: masculino/serviços gerais

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: pai e filho (menor com 17 anos)

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DPC o Sr. (...) nos comunicando que seu pai freqüentemente fica embriagado, em bares e quando chega em casa começa a discutir e xingar todos da família. Que na data do dia 06/02 do corrente ano, por volta das 20:30 h, chegou a pegar uma faca e seu irmão (...) tentou tirar-lhe a faca, vindo a lesionar sua mão direita.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se o comparecimento das partes e Dr. (...) e representante do Ministério Público. Colhida a situação em relação à vítima, a mesma afirmou que não pretende exercer o direito de representação. Assim, pelo MM. Juiz foi dito: "Archive-se o presente." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 026/96

TIPO PENAL: lesões corporais

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/lavorista

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/lavorista

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DCP a comunicante acima nos relatando que, na data e hora citada foi agredida por seu marido (indiciado) com socos, pontapés e puxões de cabelo; que a vítima tem 05 (cinco) filhos com o indiciado e a mais ou menos três anos este fato se repete; que o indiciado é alcoólatra. Era o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, da vítima e do acusado, desacompanhados

de advogado. Tentada a conciliação das partes, pela vítima foi aduzido que não tem interesse em representar contra seu esposo, restando pactuado nesta audiência que ambos compromete-se a viver adequadamente sem qualquer tipo de violência a partir desta data. Pelo MM. Juiz foi dito que, diante do acima exposto, determino o arquivamento do presente. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 027/96

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/autônomo

PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta DPC a vítima acima mencionada que é casada com o autor da infração há 28 anos e que de três anos até a presente vem sofrendo ameaças pois o autor é bêbado e agressivo, sendo que nesta data o autor quebrou portas, fechaduras, portão, bicicleta, cadeiras e vários objetos dentro de casa, que a comunicante não vê mais condições de viver com o autor, sendo que tem em sua casa três filhos já homens e que o autor agride-os também, sendo que a comunicante relata-nos que tem medo que um filho do casal tente defender-se ou defendê-la e venha a bater no autor. Que a comunicante já falou para o infrator que quer separação e o infrator diz que não irá sair de casa e se for forçado a sair de casa irá por fogo em tudo. Era o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, da vítima e do acusado, desacompanhados de advogado. Proposta a , que não deseja representar, razão pela qual foi determinado o arquivamento do presente. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 029/96

TIPO PENAL: ameaça e disparo de arma de fogo

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/técnico agrícola

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/professora

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente se faz nesta Delegacia de Polícia a Sra. (...) relatando-nos que é casada com o autor, Sr. (...), acerca de oito anos tendo em comum dois filhos menores; que o autor por várias vezes já agrediu a vítima, inclusive esta no ano de 1992 entrou com processo de separação, porém resolveu se reconciliar; que na data de hoje, por volta de 21:00 hrs., o autor chegou em casa embreagado, a acordou e queria explicações de porque no bar onde estava o haviam chamado de "corno"; que o autor pegou uma chave e foi abrir um baú onde estava guardado um revólver, fato este que a

vítima presumiu que o mesmo pretendia atentar contra a sua vida, pegou sua filha e correu para a casa de sua mãe; que retornou e o mesmo com a arma em punho, entraram em vias de fato; que conseguiu correr até a casa de sua mãe onde se abrigou no banheiro e o autor portando tal arma de fogo, desferiu oito disparos contra a porta, sendo que nenhum a atingiu; que foi chamado a Polícia Militar que compareceu no local, o deteve conduzindo-o até esta Delegacia juntamente com a arma. Relato concluído.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, da vítima e sua procuradora, (...), do requerido e seu procurador (...). No que se refere ao crime de ameaça, a parte manifestou seu desinteresse na representação. No que se refere ao delito de disparo de arma de fogo, pelo Dr. Promotor de Justiça, foi oferecida a aplicação de pena de multa, no mínimo legal (R\$ 33,33), a qual foi aceita pelo indiciado. Em seguida pelo MM. Juiz foi dito: "Aplico a pena de multa nos termos do r. parecer. No mais, archive-se após o pagamento no prazo legal. Nada mais ...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 033/96

TIPO PENAL: vias de fato

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/não refere

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente se faz nesta Delegacia de Polícia a Sra. (...), a qual nos relata que amaziou-se com o autor, Sr. (...) a cerca de 3 anos tendo com ele uma filha que hoje tem um ano e onze meses e ainda um menino de cinco anos de seu antigo casamento. Que a cerca de um ano vem sofrendo maus tratos por parte do autor, que chama o menino de "ladrão - bandido" e lhe agride fisicamente. Fato que se repete com a vítima que já chegou a ficar lesionada, porém esta é a primeira vez que vem na Delegacia registrar. Que na data de ontem a vítima pediu para que o mesmo não difamasse seu filho e acabou sendo agredida a tapas; que não ficou lesionada.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência das partes. Pelo MM. Juiz foi dito: "Em face do não comparecimento, archive-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 041/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/despachante

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Se faz presente nesta Delegacia de Polícia a Sra. (...) que nos relata ter sido vítima de agressão física por parte do autor, que a cerca de seis meses é seu amásio. Que diariamente o mesmo ingere bebidas alcoólicas, tanto em casa como em bares, ficando alterado e lhe agredindo. Que no domingo, dia 31.03.96 por volta das 22:30, o autor novamente embreagado lhe agrediu, com socos, tapas, tento esganar-lhe, empurrou-lhe contra uma porta, fatos que resultaram lesões na mão direita, pescoço, cabeça.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se o comparecimento da vítima, do acusado e do representante do Ministério Público, bem como dos defensores, (...), da vítima e acusado, respectivamente. Proposta a conciliação, foi acertado que as partes saíam desta sala e manteriam conversa amigável visando a solução dos fatos. Pela vítima foi dito que não desejava representar. Pelo MM. Juiz foi dito: "Arquive-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 047/96

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/servente de pedreiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/serviços gerais

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Se faz presente nesta Delegacia de Polícia a Sra. (...) relatando-nos que é casada com o autor, Sr. (...) a cerca de vinte anos tendo em comum cinco filhos (quatro menores), sendo que três moram consigo. Que desde que casaram o autor tem o vício da embriaguês e que a mais de um ano a vítima vem sendo agredida. Que na data de ontem o autor embriagado, portando uma faca, fez ameaças de morte, tendo a vítima que se defender com uma cinta, conseguindo correr. Diz ainda a vítima que o autor não trabalha, tendo ela mesma que providenciar o sustento da casa.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, da vítima e do acusado. Pelo acusado foi dito que se comprometia a não repetir tais fatos, pelo que foi dito pela vítima que aceitava tal situação. Assim, deixaram de representar. Arquive-se. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 050/96

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/fiscal da Prefeitura

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: masculino/auxiliar de enfermagem

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: a vítima é colega de trabalho da ex-mulher do agente. Vide histórico.

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta DPC a vítima acima mencionada que trabalha no Hospital Bom Jesus de Rio Negro com a testemunha citada nesta, sendo que o autor e a testemunha estão em processo de separação, que a vítima mora no caminho que passa a casa da testemunha e que quando dá certo o horário testemunha e vítima vão juntos, que a vítima e testemunha são colegas de serviço, que o autor tem ciúmes da vítima e anda ameaçando a vítima de morte.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do Ministério Público, da vítima, do acusado e sua defensora, (...). Pela vítima foi dito que não há interesse em ofertar representação, desde que não mantenha mais contato com o autor do fato. Por este último foi dado o de acordo. Assim, pelo MM. Juiz foi determinado o arquivamento. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 052/96

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/fiscal municipal

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/auxiliar de enfermagem

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: ex-cônjuges (separação judicial em andamento)

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta DCP a vítima, acima mencionada que em hora, local e data já citadas que, a vítima e o autor estão em processo de separação e que de aproximadamente a uns três meses desde que começou o processo o autor segue a vítima e diz para outras pessoas que a vítima tem amante e agride a vítima, ameaça que se a vítima levar em frente o processo de separação vai matá-la, relata-nos a vítima que de uma semana para cá o autor tem procurado a vítima em seu emprego, onde a vítima precisa trabalhar para sustentar três filhas menores, sendo que o autor por noite dá vários telefonemas para o local de trabalho da vítima, onde está atrapalhando o bom andamento de seu trabalho.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, da autora e seu defensor, (...), do requerido e sua defensora, (...). Pela vítima foi dito que não há interesse em ofertar a representação, desde que o autor dos fatos não mais proceda da forma descrita. Pelo autor dos fatos foi admitida tal situação. Assim, pelo MM. Juiz foi determinado o arquivamento do presente. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 054/96

TIPO PENAL: vias de fato

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/ serviços gerais

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/escriturária

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta Delegacia de Polícia da Comarca de Mafra a comunicante acima, relatando-nos que estava em casa, que seu marido chegou em casa embriagado, que chegou a mãe do indiciado que começou a discutir com o mesmo, que sem motivo nenhum o indiciado e sua mãe partiram para cima da comunicante e a agrediram, que o indiciado estava com um facão mas a comunicante conseguiu desviar-se dos golpes, era o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, dos autores e seu defensor, (...). Ausente a vítima. Pelo MM. Juiz foi dito: "Aguarde-se em cartório por trinta dias o oferecimento de representação. Nada mais...

E.T. – O procedimento foi arquivado por falta de representação do ofendido.

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 058/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/médico

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Se faz presente nesta Delegacia de Polícia a Sra. (...) relatando-nos que mora com o Sr. (...) a cerca de cinco anos, tendo em comum um filho de quatro anos. Que na data de ontem, por volta das 20:30 hrs., o autor irritou-se com um disco avariado que estava no aparelho de som, agredindo-a com socos e puxões de cabelo, resultando em lesões no ombro direito, pescoço, lábios e peito. O fato aconteceu na presença do filho do casal. Que em seguida a vítima foi abrigar-se na casa do vizinho. Diz a vítima que o fato de agressão já ocorreu por cerca de umas seis vezes desde que estão juntos.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presente do representante do Ministério Público, da vítima e sua defensora, do acusado e seu defensor. Pela vítima foi dito que não desejava oferecer a representação. Diante disso, pelo MM. Juiz foi determinado o arquivamento do presente. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 059/96

TIPO PENAL: maus tratos

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: feminino/cozinheira

SEXO/PROFISSÃO DAS VÍTIMAS: masculino/feminino (menores)

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMAS: mãe e filhos

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Se faz presente nesta Delegacia de Polícia o comunicante, Sr. (...) relatando-nos que é casado com a autora, Sra. (...) a cerca de nove anos, tendo em comum dois filhos (com 9 e 4 anos), ora vítimas. Relata o comunicante que sua esposa (autora) desde que nasceram seus filhos, os maltrata, batendo excessivamente e que acerca de três meses as agressões ficaram mais violentas inclusive Sanderson ficou lesionado, decorrentes de chineladas e varadas que levou na data de ontem, pelo motivo de ter urinado no tapete. Que o comunicante acha que o motivo da violência de sua esposa para com os filhos é porque iniciaram processo de separação desde o mês de fevereiro do corrente ano.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, do representante das vítimas e sua procuradora, (...), da acusada e seu procurador, (...). Em se tratando de ação penal pública incondicionada, foi dada a palavra ao dr. Promotor, o qual ofertou a aplicação imediata de pena de multa, esta no mínimo legal, ou seja, dez dias multa, no valor de cada dia de 1/30 do salário mínimo. Pela acusada e seu defensor a proposta foi aceita. Em seguida pelo MM. Juiz foi dito: "HOMOLOGO a aplicação da pena de multa, e determino seu pagamento no prazo de dez dias." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 060/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/bitoleiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/doméstica

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente se faz nesta Delegacia de Polícia a Sra. (...), que nos relata estar casada com o Sr. (...) por cerca de oito anos, tendo em comum três filhos todos menores. Que desde que iniciou esta união o autor tem o vício da embriaguez e que já chegou a ser internado por este fato. Que constantemente é agredida pelo mesmo inclusive ficou lesionada por ocasião de um empurrão que levou, indo a machucar em uma cerca de arame farpado. Que este fato ocorreu no dia 07.04.96, por volta das 16:00 hrs., em um campo de futebol quando o mesmo embriagado arrumava briga com todos, oportunidade em que a vítima tentou acalmá-lo. Que nesta data o mesmo disse a vítima que de hoje não passa.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou a presença do representante do Ministério Público, do acusado e da vítima. Pela vítima foi dito que não desejava representar. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 064/96

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/operário

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/vendedora

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: ex-cônjuges

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta Delegacia de Polícia da Comarca de Mafra a comunicante acima nos dizendo que o indiciado anda ameaçando-a de morte, que por várias vezes o mesmo foi até a casa da vítima, joga pedras na casa e a ameaça de morte, que a vítima foi amasiada com o indiciado por dez anos, que se separaram à mais ou menos dez anos, que a vítima não sabe o motivo de tal perseguição, que o indiciado também ameaçou o amásio da vítima (...), que a vítima também informou que o indiciado mandou sua filha de onze anos (...) furtar uma correntinha folheada a ouro 18 k, era o registro. OBS.: Correntinha pertencente à vítima; que segundo a comunicante o Sr. (...) a está difamando-a, dizendo que ela é "Putá, Vagabunda, Chupadeira e que a comunicante está cheia de doenças". Nada mais.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, do acusado e seu defensor, (...). Ausente a vítima, foi determinado que se aguardasse os trinta dias para representação em cartório. Nada mais...

E.T. – O procedimento foi arquivado por falta de representação da ofendida.

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 065/96

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/encarregado de madeira

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Se faz presente nesta Delegacia de Polícia a vítima, Sra. (...), que nos relata ser casada com o autor, Sr. (...) a cerca de cinco anos, tendo em comum dois filhos tendo um nove e outro quatro anos (a vítima tem outro filho do primeiro casamento com 13 anos). Diz a vítima casou a cinco anos mas vivem juntos a doze. Que desavenças acontecem a quatro anos, pois o autor diz que o último filho não é seu. A cerca de seis meses a vítima foi agredida pelo mesmo, fato que motivou registro de ocorrência e início

de separação, porém houve reconciliação. Que no dia 22/04/96, por volta das 00:15 hrs., o autor chegou em casa embreagado, entraram em vias de fato, pois o mesmo queria tirá-la de casa. Que pelo fato do mesmo estar embreagado, a vítima conseguiu se defender, saindo ilesa, abrigando-se em casa de parentes.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, da vítima e sua defensora, (...) e do acusado. Pela vítima foi dito que não deseja representar, pelo que o presente feito foi arquivado. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 137/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/pedreiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DCP a comunicante nos relata que, na data do dia 31/05/96 por volta das 02:00 horas da manhã, o seu amásio, a qual a comunicante vive a mais ou menos 7 anos, embriagado o mesmo pediu para a comunicante abrir a porta, e quando foi aberta o autor da infração de posse de uma ferramenta pontuda a qual a comunicante não sabe o nome tentou furar sua cota; que a comunicante se virou e acertou em seu braço; que o autor caído segurou a perna da comunicante e deu uma mordida na perna direita; que a comunicante tem várias marcas pelo corpo devido a violência do autor. Nada mais a relatar.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, da vítima e do autor dos fatos. Pelos mesmos foi decidido que voltarão a conviver novamente, ou seja, no mesmo teto, juntamente com a única filha do casal. Pela D. (...) foi requerido que este procedimento permanecesse em cartório pelo prazo legal, devendo o seu direito de representação, caso necessário, ser exercido em tal prazo. Diante de tal acordo, pelo MM. Juiz foi determinado a baixa do presente TC ao Cartório Criminal. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 222/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/não refere

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta DCP a vítima, relatando-nos que foi lesionada pelo autor que é seu marido. Que na oportunidade encontrava-se embriagado alterado e acabou lesionando-a na mão direita com uma espumadeira. São casados a vinte anos, tendo dois filhos, sendo um menor. Que desde que casados o mesmo tem comportamento violento. Sendo o relato. Obs. A vítima não pode usar sua mão direita, portanto não pode assinar este TC.

TERMO DE AUDIÊNCIA:ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a presença do representante do Ministério Público, do autor e vítima. Pela vítima foi dito que não desejava oferecer representação, pelo que foi determinado o arquivamento do presente. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 312/96

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/pedreiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/aux. enfermagem

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta DCP a comunicante/vítima, relatando que o autor da infração bebeu o dia inteiro, e por volta da meia noite o mesmo a procurou para fazer sexo, sendo que a vítima está com os pontos de uma cirurgia feita na bexiga (períneo), o qual os pontos ficam na parte interna da vagina. Diz a vítima que nos últimos tempos ele sempre quer transar na marra, inclusive em posições que a vítima não aceita. Que sempre lhe agride com palavras de baixo calão, fazendo calúnias e difamando a vítima em todo lugar, inclusive no seu local de trabalho. Que no dia dos fatos a vítima tentou se defender e acertou um tapa e acabou arranhando o rosto do autor, sendo que o mesmo lhe agrediu com tapas e se caso ela reagisse ele a mataria, ali mesmo. Que hoje ao amanhecer a vítima teve que sair correndo de casa pois ele já estava agredindo a mesma novamente, jogou-lhe um litro de aguardente nas costas. Diz que o autor já ameaçou várias vezes de sair de casa, pois tem outras mulheres e ela acha que esse é um dos motivos que ele lhe agride. Que anda sempre armado com uma faca dentro da caixa de ferramentas. Que não é a primeira vez que tal fato acontece.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, presentes as partes já mencionadas, e esclarecidos os fatos, ficou estabelecido entre as partes que: 1) o autor varão se compromete a não ingerir mais bebida alcoólica; 2) a virago se empenha a caprichar naquilo que lhe é função inerente de família e esposa; com a manifestação favorável Delegacia de Polícia do Dr. Promotor de Justiça, a decisão: "VISTOS ETC... com base na lei 9099/95, homologo o acordo feito entre as partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e com base no art. 76 da Lei 9099, determino o arquivamento dos autos. Sem custas. Publicada e intimadas as partes presentes em audiência, registre-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 042/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/desempregado

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/professora

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal (em fase de separação)

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta Delegacia de Polícia a Sra. (...), nos relatando que foi agredida pelo seu companheiro (...), sendo empurrada contra a parede, pegando-a pelo pescoço e apertando; que a comunicante nos relata ainda que esta foi a segunda vez que isto veio a acontecer; que ainda foi ameaçada de que este fato iria acontecer novamente.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, esclarecidas as circunstâncias, na verdade entre as partes o que existe é uma ruptura de sociedade de fato sendo que, neste ato as partes acordam nos seguintes termos, sem evidente prejuízo a decisão proferida nos autos da separação de corpos: 1) a partir do dia de hoje e em até 01 hora o autor do fato fará a entrega em Juízo da chave da garagem da casa onde permanece a vítima e o filho (...); 2) que a partir desta data o autor do fato não mais se utilizará de qualquer dependência da casa mencionada notadamente do banheiro e se compromete a não mais lá sequer aparecer, notadamente em horários por si só inconvenientes e duvidosos, a exceção durante o dia e ou final de semana, adredemente combinado a visita do filho, sendo assegurado desde logo aos domingos das 1:00 às 18:00 horas, desde que lhe não perturbe a alimentação; 3) que de momento a partir do dia 01/03 é assegurada uma pensão alimentícia equivalente a 30% do valor do SM, a vencer-se sempre até o dia 10 do mês subsequente, sendo que o valor será depositado em conta-poupança BESC e neste ato o autor do fato entrega para (...) em espécie o valor de 50 reais com a importância esta para a abertura da conta-poupança sendo que da responsabilidade da mãe informar o respectivo número da conta e agência; 4) que em até 02 dias o autor do fato fará a retirada de tão somente os seus pertences pessoais tais como roupas e calçados e ainda cama e roupa de cama

e cobertor pertinente. Com a manifestação favorável do Dr. Promotor de Justiça, a decisão: "VISTOS ETC... Com base no art. 74 da Lei 9099/95, homologo por sentença o presente acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Dispensadas as custas. Que seja anexada cópia deste na separação de corpos e ação de alimentos que tramitam neste Juízo de Mafra. Publicadas e intimadas as partes presentes em audiência, registre-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 062/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/eletricista

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: masculino/lavrador

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: pai e filho (adulto)

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta Delegacia de Polícia o Sr. (...) relatando que seu filho (...), 44 anos de idade, está morando em sua casa contra sua vontade pois o mesmo não tem respeito pelo pai e já o agrediu várias vezes; que na data de 21.02.97 (...) chegou em casa embriagado e tiveram uma discussão; que (...) o agrediu a chutes e socos por todo o corpo. Era o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, esclarecidos os fatos, em verdade até como dito pela esposa e mãe do acusado e vítima, D. (...), ao acusado socorre a legítima defesa, pois que o pai atacou o filho de enxada. Fica estabelecido também que o acusado vai usar somente da metade da casa que pertence a mãe, e se compromete a não ingerir bebida alcoólica, pois caso diverso, será despejado imediatamente e para tanto basta executar a presente decisão homologatória. Com a manifestação favorável do Dr. Promotor de Justiça, a decisão. "VISTOS, ETC... com base no art. 72 da Lei 9099/95, homologo por sentença o presente acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas. Publicadas e intimadas as partes presentes em audiência, registre-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 063/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/pintor

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: masculino/carpinteiro

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: pai e filho

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta Delegacia de Polícia da Comarca de Mafra o Sr. (...), relatando-nos que nesta data (23.02.97), por volta das 17:55 horas seu filho (...) agrediu-lhe, sendo que foi mordido no braço direito; que relata que tal motivo foi em consequência de que o figurado como indiciado

quebrou a sua própria bicicleta e que depois queria sair com seu irmão e que foi impedido pelo declarante, momento este em que foi mordido pelo filho.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, esclarecidos os fatos, inexistente reparação entre as partes, pois que já se dão por satisfeitos e com a manifestação favorável do Dr. Promotor de Justiça, a decisão. "VISTOS ETC... com base no art. 72 da Lei 9099/95, homologo por sentença o acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas. Publicada e intimadas as partes presentes em audiência, registre-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 084/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/papeleiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/diarista

RELACÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DCP, a comunicante acima nos relatando, que é amasiada com o autor, sendo que desta união nasceu uma filha e, que por volta do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e seis, quando ainda moravam em Curitiba – PR, o mesmo lhe desferiu duas facadas, cortando parte de sua língua e quebrando seus dentes, além de lhe bater constantemente, fato que voltou a acontecer nesta data; relata ainda que veio para a cidade de Mafra, fugindo do Autor, pois o mesmo a prende e não a deixa trabalhar, e que o mesmo acabou descobrindo o paradeiro da comunicante (vítima). É o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se o não comparecimento de nenhuma das partes, e por isso determinou o MM. Juiz que os autos fossem com vistas ao MP para os fins legais. Nada mais...

E.T. – O procedimento foi arquivado por falta de representação da ofendida.

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 097/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/jogador de futebol

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/atendente de loja

RELACÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta Delegacia de Polícia, a comunicante e vítima Sra. (...), relatando-nos que no dia 23.03.97, por volta das 13:00 horas foi agredida por seu marido Sr. (...); que faz algum tempo que o mesmo mudou de comportamento ficando mais violento; que está casada a quase dois anos e que somente a comunicante trabalha; que não sabe dos motivos desta mudança de comportamento por parte do mesmo. Era o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, presentes as partes, foi dada a palavra ao MP, que assim se manifestou: "MM. Juiz: não obstante o exame de corpo-delito de fls. 04 contenha respostas positivas ao 3º e 5º quesitos, indicando procedimento capaz de causar asfixia à vítima e perigo de vida da mesma, deixo de requerer a remessa dos presentes autos ao Juízo Comum em virtude de que: 1º) respondendo ao 5º quesito os senhores peritos deixaram de esclarecer as causas do perigo de vida indicado; 2º) não obstante a resposta positiva ao 3º quesito, a descrição dos ferimentos indica que foram de pouca monta as conseqüências da agressão. Ademais, a vítima, nesta ocasião, referiu que o agressor desistiu voluntariamente da atitude agressiva para com a mesma. Passo então a formular proposta de transação penal, representada por fixação de pena de multa no valor de cinquenta reais, a ser convertido em gêneros alimentícios para doação ao Lar dos Velhinhos São Francisco de Assis, instituição com sede nesta cidade." Em seguida, pela vítima foi dito expressamente que desejava representar contra o autor pelo crime de lesões corporais leves e, indagado, o referido autor da infração juntamente com seu advogado concordou com a imposição da penalidade pecuniária. Ato contínuo, pelo MM. Juiz foi dito que o referido estaria suspenso pelo prazo de cinco dias, durante os quais o autor da infração deverá dar cumprimento a imposição, sob pena de prosseguimento. As partes presentes ficam devidamente intimadas. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 104/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/mecânico

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Compareceu nesta Delegacia de Comarca, a comunicante acima, relatando-nos que em data, hora e local acima citados. Que fazem 13 anos que é casada com o indiciado. Que o mesmo é alcoólatra e tem agredido a vítima. Diz a vítima que já procurou a assistência social e entrou com o pedido de separação, mas que o indiciado tem a mecânica na residência, e que ao ir trabalhar acaba entrando residência adentro e agredindo a vítima. Que a vítima possui 03 filhos menores com o indiciado, que perante os fatos ela tem que sair de casa e posar em casa de vizinhos juntamente com seus filhos. É o relato. Em tempo: Que além da agressão difama a vítima.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, presente a vítima, por ela foi dito que no momento, em razão do autor da infração estar internado para tratamento de alcoolismo, não tinha interesse em representar, resguardando-se todavia, o direito de exercer a representação dentro do prazo decadencial. Em seguida foi dada a palavra ao MP, que opinou no sentido que os autos

aguardassem em cartório o decurso do referido prazo. Depois, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: "VISTOS ETC... em face da ausência de representação, determino o arquivamento destes autos, ficando resguardado o direito da vítima a exercê-la dentro do prazo de decadência. Sem custas. Publicada em audiência as partes presentes ficam devidamente intimadas. Registre-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 121/97

TIPO PENAL: maus tratos

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/autônomo

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/criança

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: pai e filha

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta Delegacia de Polícia, a Sra. (...), nos relatando que viveu amaziada com o autor Sr. (...) 14 anos e que há três meses casaram no religioso; que há 09 (nove) anos está sofrendo com o mesmo e já perdeu as contas das surras que levou; que o mesmo bebe constantemente e que na data de hoje (26.04.97) surrou a sua filha de 06 (seis) anos com um tapa no rosto, motivo o qual a criança foi defender sua mãe (...); que o autor não trabalha e bebe muito. Era o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, tendo em vista o não comparecimento das partes para o ato, sendo, por isso manifesto o desinteresse da vítima no prosseguimento do feito, foi dada a palavra ao MP, que opinou pelo arquivamento do mesmo em razão de elementos insuficientes para deflagrar a ação penal. Em seguida pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: VISTOS ETC... Acolho integralmente a promoção ministerial adrede e determino o arquivamento dos presentes autos. Sem custas. Publicada em audiência as partes presentes ficam devidamente intimadas. Registre-se. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 122/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/industrial

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/escriturária

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DCP, a comunicante/vítima acima nos relatando que é casada com o autor acima, e têm um filho de 07 anos que constantemente é agredida fisicamente pelo autor, sendo que na data e hora citadas recebeu um "soco" na face, o que veio a lhe causar lesões e também ficou ferida na perna esquerda; que a comunicante já propôs separação, porém a resposta é sempre negativa e ainda é ameaçada de morte. É o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, presentes as partes, pela vítima (...) foi dito expressamente que renunciava ao direito de representação contra (...) pelo delito objeto destes autos. Em seguida, foi dada a palavra ao MP, que opinou pelo arquivamento do processo em razão de ausência de representação. Ato contínuo, foi proferida a seguinte decisão: VISTOS ETC... Em face da ausência de representação por parte da vítima, acolho o parecer ministerial e determino o arquivamento destes autos com as cautelas de praxe. Sem custas. Publicada em audiência as partes presentes ficam devidamente intimadas. Registre-se. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 148/97

TIPO PENAL: lesões leves

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/pedreiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/costureira

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta Delegacia de Polícia, a Sra. (...), nos relatando que está casada com o autor Sr. (...) há seis anos, tendo em comum quatro filhos, todos menores; que há cerca de quatro anos vem sofrendo agressões por parte do autor, que tanto embriagado como não embriagado a espanca, a difama e usa os filhos como chantagem contra a comunicante (após discussões, pega as crianças e leva para a casa de seus pais); que em data de 08.06.97, por volta das 12:00 horas o fato repetiu-se, sendo agredida a socos, pegando as crianças e deslocou-se até a casa dos pais e mesmo com a intervenção de parentes não houve acordo. Era o relato.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, esclarecidos os fatos, a vítima efetivamente não tem interesse em representar, mesmo porque já se reconciliaram. Dada a palavra ao Dr. Promotor de Justiça, manifestou-se pelo arquivamento. Em seguida, a decisão: "VISTOS ETC... de acordo com o artigo 76 da Lei 9099/95, determino o arquivamento do feito. Sem custas. Publicadas e intimadas as partes presentes em audiência, registre-se." Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO Nº. 151/97

TIPO PENAL: ameaça

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/pedreiro

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/do lar

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: ex-cônjuges

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Que faz cerca de vinte dias que o indiciado supra mencionado, ex-esposo da comunicante, separados há três anos, invadiu sua residência localizada no citado endereço, dizendo que ali quem manda é o indiciado, e este constantemente ameaça de dar fim na vida da comunicante, bem como na de seus filhos. Que segundo consta o indiciado não possui mais qualquer direito sobre o imóvel, e este ainda anda armado com um martelo na cita, dizendo para a vítima e seus filhos que a matará com um revólver e enforcada.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, presentes as partes, em razão de que o senhor (...) se compromete a ensaiar os hinos de louvor de sua igreja por uma hora e meia por dia apenas, das 16h30min às 18 horas e promete, outrossim, respeitar a tranquilidade de (...) e esta, por sua vez, promete respeitar a tranquilidade de (...), (...) renuncia expressamente o direito de representação. Em seguida foi dada a palavra ao MP, que opinou pelo arquivamento do procedimento em razão da ausência de representação. Ato contínuo, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: VISTOS ETC... Em razão da ausência de representação e do parecer ministerial, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe. As partes presentes ficam devidamente intimadas eis que publicada em audiência. Registre-se. Nada mais...

TERMO CIRCUNSTANCIADO N°. 152/97

TIPO PENAL: ameaça/vias de fato

SEXO/PROFISSÃO DO AUTOR DO FATO: masculino/comerciante

SEXO/PROFISSÃO DA VÍTIMA: feminino/comerciante

RELAÇÃO AUTOR E VÍTIMA: conjugal

HISTÓRICO DA DELEGACIA: Presente nesta DCP a comunicante/vítima nos relatando que é casada com o autor há 30 anos, e desde o início do casamento vem sofrendo ameaças e maus tratos. Relata que não comunicou tal fato, antes, em virtude das crianças serem pequenas e na esperança que o mesmo mudasse o seu comportamento, o que não aconteceu; que no dia e hora citados, após fechar o bar de sua propriedade, em visível estado de embriaguez, começou a ameaçar e mau tratar a comunicante, que teve de sair de casa com seu filho de 16 anos, (...); que o mesmo a agride, mas procura não deixar marcas, puxando o cabelo, sufocando-a, dando empurrões; que a declarante deu entrada nos papéis da separação, sendo que ainda estão morando na mesma residência, porém no dia 13.06.97, por volta das 17:00 horas, (...) voltou a ameaçar e mau tratar a declarante/vítima, sendo que havia um acordo no fórum, para que isso não voltasse a acontecer. É o relato. Em tempo: que no dia 13.06.97 o autor acabou agredindo o genro, que tentou intervir.

TERMO DE AUDIÊNCIA: ABERTA A AUDIÊNCIA, presentes as partes, pelas vítimas (...) foi dito que em razão de terem feito um acordo referente aos fatos e porque o senhor (...) parou de beber há quinze dias e se compromete a não mais beber, não tinham interesse em representar e muito menos no prosseguimento do feito. Ato contínuo, foi dada a palavra ao MP, que se manifestou pelo arquivamento dos autos pela ausência de representação. Em seguida, pelo MM. Juiz, foi proferida a seguinte decisão: VISTOS ETC... Em razão da ausência de representação e considerando o parecer do MP, determino o arquivamento dos presentes autos com as cautelas de praxe. Publicada em audiência, as partes presentes ficam devidamente intimadas. Registre-se. Nada mais...

ANEXO III – PROJETO CAMUF

O presente anexo consiste em projeto desenvolvido pelo Clube Soroptimista de Riomafra, visando a instalação de instâncias informais de mediação e atendimento a vítimas da violência doméstica num espaço próprio, dentro da Delegacia de Polícia de Rio Negro.

O Clube Soroptimista é uma agremiação internacional que reúne mulheres profissionais, e sua atuação é voltada à conscientização e politização das mulheres nos mais diversos segmentos sociais.

Tive o privilégio de ser convidada, pelas integrantes do Clube, em dezembro de 1997, para falar sobre o tema da violência contra a mulher, acontecimento a partir do qual desencadearam-se os acontecimentos descritos no histórico do projeto anexo.

O projeto tem sido desenvolvido ordenadamente pelas mulheres envolvidas, e a partir do seu comprometimento com o mesmo algumas ações já foram encetadas efetivamente, a saber:

- a) A instalação do CAMU, por iniciativa do Delegado de Polícia de Rio Negro, com ampla cooperação de diversos segmentos da sociedade civil;
- b) Reuniões abertas de conscientização e mobilização, a primeira delas realizada em 24 de junho de 1998, no CAMU, e a segunda em 19 de agosto do mesmo ano, no Auditório Municipal de Mafra;
- c) A instalação, no mês de agosto de 1998, de um grupo de AA/ALANON nas dependências do CAMU, o qual está funcionando regularmente, embora ainda com poucos participantes, o que é natural;
- d) A implementação, também no mês de agosto de 1998, do *Atendimento Profissional Voluntário* de que fala o projeto, nas dependências do CAMU, com escala de serviço voluntário semanal de advogadas, pedagogas e outras profissionais, as quais comparecem em horários fixos e pré-determinados, na forma do que prevê o projeto.
- e) A visita da Comissão de Apoio ao CAMU à Delegacia da Mulher em Curitiba, em julho de 1998, tendo as integrantes da comissão estabelecido um primeiro contato visando a agilização das providências necessárias à implementação do **CAMUF** como departamento especializado definido na estrutura funcional da Delegacia de Polícia de Rio Negro.

As soroptimistas reúnem-se semanalmente para tratar do tema, traçando estratégias e delineando novas ações. Sua persistência denota a existência de um compromisso efetivo com o projeto e sua operacionalização.

Para melhor ilustrar, seguem o projeto e documentos pertinentes.

CLUBE SOROPTIMISTA DE RIOMAFRA

“PROJETO CAMUF”

1. **OBJETO:** Reestruturação funcional do Centro de Atendimento da Mulher – CAMU, da Delegacia de Polícia de Rio Negro – PR.

2. **PROPOSTA:** Transformar o CAMU num espaço de interação comunitária voltado ao atendimento da mulher e da família.

2.1. – Objetivos gerais

2.1.1. Ofertar à mulher vítima da violência doméstica atendimento policial, jurídico, psicológico e social adequados às suas necessidades e à peculiaridade da ofensa sofrida.

2.1.2. Proporcionar às famílias em conflito o acesso a vias de mediação e auto-ajuda, visando a administração e pacificação dos conflitos familiares que vivenciam.

2.1.3. Ensejar o envolvimento responsável da comunidade nos problemas e questões pertinentes à violência doméstica e aos conflitos familiares.

2.2. - Objetivos específicos

2.2.1. - Conveniar as secretarias de segurança dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, visando o atendimento unificado das mulheres vítimas de violência específica, unindo recursos materiais e humanos dos dois Estados, de modo a centralizar o esforço público e comunitário, considerando a proximidade cultural e física das cidades de Rio Negro e Mafra.

2.2.2. - Instalar grupos do AA e ALANON no espaço do CAMUF, para atendimento aos casos de alcoolismo, fator coadjuvante comum nas situações de conflitos familiares permeados por agressões físicas e morais.

2.2.3. - Instalar grupos de auto-ajuda específica para atendimento a vítimas da violência doméstica e a protagonistas de conflitos domésticos, com a colaboração

de voluntários da comunidade, que se proponham a atuar como monitores.

2.2.4. - Instalar serviço voluntário de orientação jurídica e psicológica a ser prestada nas dependências do CAMUF por profissionais das respectivas áreas, em dias e horários pré-determinados.

2.2.5. - Prestar atendimento policial diferenciado, voltado preferencialmente à composição, mediação e orientação às vítimas, nos casos de violência contra a mulher e de conflitos familiares.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. - Histórico

A sensibilização da comunidade riomafrense para a questão da violência contra a mulher e da violência doméstica ocorreu a partir da iniciativa do Clube Soroptimista local, levada a efeito no mês de dezembro de 1997, a qual consistiu em palestras realizadas junto a estudantes universitários do curso de Pedagogia da UnC - Universidade do Contestado e ao clube de mães da Casa da Criança e do Adolescente Ana Zorning, de Rio Negro.

A partir de tal sensibilização, e após uma reunião convocada pelo Ministério Público dos dois Estados - Paraná e Santa Catarina - com atuação em Rio Negro e Mafra, respectivamente, sobreveio a iniciativa do delegado de polícia de Rio Negro, Dr. Mário Sérgio Vachesky. Por sua intervenção, e sob sua supervisão direta, foi realizada a adaptação de um espaço físico ocioso daquela delegacia que, com algumas reformas realizadas com a colaboração da comunidade, e adequadamente mobiliado, passou a constituir um espaço destinado ao atendimento de casos de violência contra a mulher na cidade.

A operacionalização desse espaço, a que se convencionou chamar CAMU - Centro de Atendimento da Mulher, foi viabilizada com a colaboração da Prefeitura de Rio Negro, que cedeu duas funcionárias - uma secretária/recepcionista e uma assistente social - que passaram a realizar um trabalho de atendimento, orientação e registro de ocorrências nos casos em que a mulher é atingida por aquela criminalidade que caracteristicamente a vitima em virtude da questão de gênero, ou seja, de sua condição de *mulher*.

Inaugurado em abril de 1998, o CAMU atendeu 172 casos até o mês de julho do ano em curso (vide relatório anexo). Por

cortesia do delegado e das funcionárias, os casos de Mafra que procuram o atendimento do CAMU são igualmente atendidos - nas hipóteses de mera orientação (atendimento informal), sendo remetidos à Delegacia da cidade vizinha caso a vítima expresse a intenção de registrar a ocorrência.

3.2. - Situação

A elogiável dedicação das funcionárias responsáveis pelo CAMU não pode subtrair o fato de que o atendimento carece de recursos humanos e materiais, já que as vítimas necessitam contar com serviços específicos, como orientação na área psicológica e jurídica, além da área social, que já vem sendo coberta.

Perseguindo esse objetivo, o Clube Soroptimistá ocupou-se da questão, passando a realizar um trabalho específico de discussão e planejamento, visando incrementar, no espaço do CAMU, atividades e programas de envolvimento comunitário expresso. Nesse vértice é que foi concebido o presente projeto, que entendeu-se adequado denominar **“PROJETO CAMUF”** porque a proposta é de transformar o Centro de Atendimento da Mulher num *Centro de Atendimento da Mulher e da Família*, onde possam ser adequadamente atendidos os casos de violência doméstica e de conflitos familiares cuja solução não pode ser obtida se perseguida apenas na área criminal, mas que antes necessitam de um atendimento multidisciplinar, face sua própria e especialíssima natureza.

4. ESTRATÉGIAS

Nesse item pretende-se delinear as estratégias que estão sendo desenvolvidas pelo Clube Soroptimista visando a consecução dos objetivos elencados neste projeto, bem como aquelas que serão necessárias para que tais objetivos sejam integralmente atendidos.

4.1. – Ações que o Clube Soroptimista está desenvolvendo:

a) **A organização:** Para atingir os objetivos propostos neste projeto o Clube Soroptimista criou comissões específicas para a execução das estratégias necessárias à operacionalização da proposta formulada, a saber:

- *Comissão de mobilização comunitária*, cuja função é captar o apoio da comunidade riomafrense para o **PROJETO CAMUF** e para as atividades desenvolvidas pelo atual CAMU.

- *Comissão de apoio logístico*, encarregada de viabilizar o material gráfico necessário à campanha de mobilização e divulgação do CAMU e do projeto, tais como folhetos, folders e cartazes.

- *Comissão de apoio ao CAMUF*, encarregada de tomar as necessárias providências visando a instalação formal do projeto (criação do CAMUF como departamento da Delegacia de Polícia de Rio Negro) e a viabilização do convênio entre as duas Secretarias de Estado (do Paraná e Santa Catarina).

- *Comissão de Palestras*, responsável pela realização de reuniões informativas, palestras e encontros, visando divulgar a existência do atual CAMU e o PROJETO CAMUF nos meios onde convivem as pessoas (especialmente as mulheres) que vivenciam em casa esse conflito.

b) As ações: As comissões desenvolverão ações específicas dentro de suas atribuições, a saber:

- *Comissão de mobilização comunitária:* Para a obtenção de seus objetivos, a comissão colherá moções de apoio (correspondências, abaixo-assinados, etc.) de segmentos da sociedade civil, objetivando sensibilizar as autoridades competentes no sentido de viabilizar, juntamente com a sociedade, os recursos materiais e humanos para a consecução dos objetivos propostos.

- *Comissão de apoio logístico:* promoverá a confecção e distribuição estratégica (em locais de trabalho, repartições, bancos, escolas, etc.) de material divulgador da atuação do CAMU e do PROJETO CAMUF, visando principalmente informar as pessoas envolvidas em tais conflitos da existência desse serviço e do projeto.

- *Comissão de apoio ao CAMUF:* como o atual CAMU de Rio Negro foi criado informalmente, conforme constante do histórico do presente projeto, a comissão deverá contatar as autoridades competentes visando obter das mesmas as providências necessárias no sentido de formalizar a existência legal de um departamento específico na Delegacia de Polícia de Rio Negro, bem como postular, junto a estas autoridades, tanto do Paraná como de Santa Catarina, que seja firmado convênio entre os dois Estados, convênio esse que possibilitará o atendimento centralizado dos casos de Rio Negro e Mafra, no espaço físico já existente e

aparelhado do CAMU da Delegacia de Polícia de Rio Negro.

- *Comissão de Palestras*: A atividade dessa comissão consiste em buscar a penetração em ambientes de trabalho, escolas, APPs, clubes de mães, associações de bairros, etc., promovendo encontros nesses espaços sociais, para assim levar a público a existência do serviço atual e o projeto futuro.

4.2. – **Os serviços que o CAMUF vai oferecer:**

Visando atender os objetivos gerais previstos neste projeto, o CAMUF oferecerá os seguintes serviços:

a) *Grupos de AA e ALANON*: uma vez que o alcoolismo é um fator coadjuvante constante nos casos de violência doméstica, o CAMUF deverá contar com grupos de AA e ALANON instalados no seu espaço, oportunizando assim o acompanhamento e atendimento específico dos casos dessa espécie. O AA é uma irmandade hoje instalada em mais de 130 países, e propicia, através da auto-ajuda, a oportunidade, ao alcoolista, de recuperação através da auto-disciplina. Seu trabalho tem surtido resultados em todo o mundo, e a disposição de cooperação por parte de seus integrantes é um elemento vivo no seio da sociedade civil, que pode ser inserido, com boas perspectivas de resultados, num espaço destinado ao tratamento dos conflitos domésticos. O ALANON, por sua vez, realiza um trabalho nos mesmos moldes, voltados a familiares de alcoolistas, serviço também necessário na perspectiva do projeto.

b) *Grupos permanentes de auto-ajuda*: a auto-ajuda tem sido utilizada com sucesso no enfrentamento de conflitos domésticos em outros lugares do mundo. Num espaço como o CAMUF, ela é indispensável como forma de proporcionar apoio imediato e constante às vítimas da violência doméstica, ofertando-lhes assim a possibilidade de sentir que existe a preocupação sempre realimentada com o seu drama, e que não estão sozinhas e desamparadas no momento de lidar com ele. Reunindo mulheres que vivenciam, em suas casas, conflitos da mesma espécie, o trabalho desenvolvido nos grupos terá por escopo principal possibilitar a catarse que as vítimas realizam hoje no ambiente impróprio de uma delegacia de polícia, bem como trocar experiências, permitindo assim uma interação capaz de propiciar-lhes a oportunidade de reverter o quadro familiar desestruturado em que se encontram inseridas. Os grupos devem ser supervisionados por profissionais da área de assistência

social ou psicologia, cuja função será orientar os “monitores” – mulheres ou até homens recrutados na comunidade, que se encontrem, pela sua vivência pessoal, sensibilizados para o problema, e que por seus predicados de liderança e disponibilidade sintam-se capacitados para orientar o trabalho. Os “monitores” devem receber preparação antecipada específica, ministrada de preferência por técnicos da área das Ciências Sociais e Psicologia, bem como supervisão e acompanhamento periódicos e constantes.

c) *Atendimento profissional voluntário:* Visando propiciar às vítimas da violência doméstica a possibilidade de obter orientação jurídica e psicológica, bem como a solidariedade de mulheres profissionais de diversas áreas, como pedagogas e assistentes sociais, além de outras voluntárias, o atendimento deverá ser realizado em horários pré-determinados, numa escala de serviços voluntários antecipadamente definida, comparecendo profissionais mulheres de várias áreas de atuação, que proporcionarão orientação e atendimento àquelas pessoas que vivenciam o conflito e que manifestem interesse em conversar sobre o seu problema. As policiais e outras funcionárias do **CAMUF** disporão das escalas de plantão, podendo orientar as vítimas, no momento do atendimento, para que retornem ao **CAMUF** naqueles dias e horários, para obter o atendimento desejado (jurídico, psicológico, social ou simplesmente de apoio). As profissionais voluntárias poderão atuar, ainda, como *mediadoras*, chamando a outra parte envolvida no conflito (o agente da violência – marido ou pai agressor, por exemplo) para, em data futura, previamente agendada, comparecer ao **CAMUF** para conversar.

d) *Atendimento policial diferenciado:* o **CAMUF** propõe-se a ofertar um atendimento policial fora dos moldes tradicionais. Tratando-se de um espaço que pretende ser um departamento especializado da Delegacia de Polícia, nada obsta que o delegado da comarca responda por ele; porém, o atendimento direto deverá ser prestado por policiais femininas, orientadas a proceder com vistas à composição entre as partes, encaminhando as vítimas para o atendimento profissional voluntário e prestando-lhes uma atenção antes de tudo humana. Assim, o desiderato principal das policiais que atuarem no **CAMUF** não deverá ser a formalização da ocorrência, que só será levada a efeito quando a vítima expressar essa intenção; antes, essas policiais atuarão voltadas à mediação e à

orientação aos envolvidos no conflito que se esconde por trás da conduta delitiva que as vítimas vierem a descrever quando comparecerem ao **CAMUF**. Estes objetivos devem estar *institucionalmente definidos*, contando as policiais, para tanto, com orientação expressa, nesse sentido, por parte da Corregedoria da Polícia Civil. O trabalho destas policiais deve ser desenvolvido de forma coordenada com os demais serviços oferecidos pelo **CAMUF**. A equipe deverá contar, inclusive, com uma assistente social, que deverá ser acionada nos casos em que for detectada a necessidade desse tipo de atendimento, sendo que essa profissional deverá, se necessário, fazer visitas domiciliares e adotar outras providências que entender necessárias.

5. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Toda iniciativa pioneira encontra como maior óbice à questão dos recursos humanos e materiais, principalmente quando esses recursos devem ser oriundos dos cofres públicos.

O **PROJETO CAMUF** estabelece, entretanto, uma parceria entre sociedade civil e Poder Público, que pode viabilizar a realização do projeto a curto prazo. Nesse sentido, interessa ressaltar que parte dos recursos humanos e materiais foram e serão oferecidos pela sociedade civil, incumbindo ao Estado a outra parcela, nos moldes adiante propostos.

5.1. – **Recursos Humanos:** Os recursos humanos necessários deverão ser viabilizados da seguinte maneira:

a) **Sociedade Civil:** participará com o trabalho voluntário de profissionais da área jurídica, pedagógica, social e psicológica, que atuarão no serviço de *Atendimento Profissional Voluntário Previsto*, bem como com os voluntários que orientarão os *grupos de auto-ajuda* na condição de monitores.

b) **Prefeitura Municipal de Rio Negro:** já está participando do CAMU, tendo cedido as duas funcionárias (assistente social e recepcionista) que lá atendem atualmente. Mantendo as funcionárias, manterá sua participação nas atividades do **CAMUF**.

c) **Estado do Paraná:** Participará com os serviços de orientação e supervisão do Delegado de Polícia responsável pela Delegacia de Rio Negro, que, ante a situação física do CAMU, onde se pretende funcione o **CAMUF**, é quem melhor poderá realizar esse trabalho.

d) **Estado de Santa Catarina:** Participará com uma policial civil a ser lotada no **CAMUF**, a qual estará encarregada do atendimento policial diferenciado de que fala o projeto; participará ainda com os serviços de psicólogo lotado na Delegacia Circunscricional de Mafra, o qual prestará o serviço de orientação inicial e de acompanhamento aos monitores dos grupos de auto-ajuda.

5.2. – **Recursos Materiais:** Quanto aos recursos materiais, a proposta é que sua viabilização se dê nos seguintes moldes:

a) **Sociedade Civil:** o espaço onde se encontra instalado o CAMU foi construído e parcialmente aparelhado com recursos doados por diversos segmentos da sociedade civil de Rio Negro, estando presente, aí, significativa participação da sociedade civil quanto aos recursos materiais necessários.

b) **Prefeitura Municipal de Mafra:** Como a Prefeitura Municipal de Rio Negro cooperou cedendo duas funcionárias, a proposta é que a Prefeitura Municipal de Mafra coopere com recursos materiais, responsabilizando-se, numa cota determinada, pelas despesas telefônicas e franqueando a Casa de Passagem, que está sendo construída em Mafra, para o abrigo temporário (máximo de 48 horas) de vítimas em situação iminente de risco de vida (em virtude da violência que sofrem em suas casas) que residam em Rio Negro ou Mafra, e que não tenham para onde ir.

c) **Estado do Paraná:** O espaço físico do CAMU está instalado em prédio de propriedade do Estado do Paraná; também parte do mobiliário e equipamentos que aparelham o centro pertencem ao patrimônio do Estado do Paraná; presente aí, portanto, a participação desse Estado com recursos materiais.

d) **Estado de Santa Catarina:** As necessidades mais prementes do **CAMUF**, em termos de recursos materiais, são um computador e uma viatura, os quais consistirão na participação desse Estado no projeto, em termos de recursos materiais.

6. O CONVÊNIO ENTRE OS DOIS ESTADOS

Considerando-se a situação geográfica dos dois municípios (Rio Negro e Mafra), como cidades geminadas possuem características culturais semelhantes, o que, somado à questão dos recursos materiais e humanos, aconselha a centralização do atendimento dos casos de violência doméstica.